



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO
SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2016

2º RELATÓRIO PARCIAL



CPA – Comissão Própria de Avaliação

Rio de Janeiro, março de 2017

CEFET/RJ COMPOSIÇÃO EM 2016

DIREÇÃO

Diretor Geral
Carlos Henrique Figueiredo Alves

Vice-Diretor
Maurício Saldanha Motta

Diretora de Ensino
Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretor de Pesquisa e Pós-graduação
Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco

Diretor de Extensão
Maria Alice Caggiano de Lima

Diretor de Administração e Planejamento
Fernando Ramos Corrêa (até maio/2016)
Inessa Laura Salomão (a partir de maio/2016)

Diretor de Gestão Estratégica
Marcelo Sampaio Dias Maciel (até set/2016)
Úrsula Gomes Rosa Maruyama (a partir de set/2016)

Diretor do *Campus* Nova Iguaçu
Luane da Costa Pinto Lins Fragoso

Diretor do *Campus* Maria da Graça
Luiz Claudio Rodrigues

Diretor do *Campus* Nova Friburgo
Bianca de França Tempone Felga de Moraes

Diretor do *Campus* Petrópolis
Frederico Ferreira de Oliveira

Diretor do *Campus* Itaguaí
Luiz Diniz Corrêa

Diretor do *Campus* Angra dos Reis
Tiago Siman Machado

Diretor do *Campus* Valença
Fabiano Alves de Oliveira

Equipe de Apoio

Danila Tavares Amato (Técnica Educacional)
Elielson Lima (Chefe do DTINF)
Marcio Ferreira (DTINF)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO Portaria nº 1342 de 17/11/2016

Corpo Docente
Alexandra Maria de A. Rocha
Aline da Rocha Gesualdi
Carla Cristina Almeida Loures
Eduardo Bezerra da Silva
Fabrício Maione Tenório
Fernando Ribeiro da Silva
Giuliano Magno de Oliveira Condé
Natalia Pujol Pacheco Silveira
Rosana Dischinger Miranda
Silvana Bezerra da Silva
Waltencir dos Santos Andrade

Corpo Técnico Administrativo
Anderson Gonçalves Malaquias
Bruno Dutra Freire
Daphne Holzer Velihovetchi
Gláucia de Martins Couto Faria
Kelly Barreto Videira Chaves
Maria Esther Provenzano (Presidente)
Priscila Macedo Mengali

Corpo Discente
Daniel Nascimento L. Andrade
Larissa da Silva Pinto
Osvaldo Luiz de Moura Filho
Taiana Cardoso Ferreira
Thalita Oliveira dos Santos
Thyago Leite da Silva
Wagner de Carvalho Aquino

Representante da Sociedade Civil Organizada
Nival Nunes de Almeida (ABENGE)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO Portaria nº 350 de 25/04/2012

Corpo Docente
Aline da Rocha Gesualdi
Eduardo Bezerra da Silva
Fernando Ribeiro da Silva
Francisco Carlos Nipo da Silva
Marcos Corrêa da Silva
Natalia Pujol Pacheco Silveira
Rosana Dischinger Miranda
Silvana Bezerra
Waltencir dos Santos Andrade

Corpo Técnico Administrativo
Anderson Gonçalves Malaquias
Fátima Pereira da Rosa Cunha de Almeida
Maria Esther Provenzano (Presidente)
Priscila Macedo Mengali

Corpo Discente
Afonso Ricardo Vaz
Diogo Castelo Branco
Rafael Reis de Assis
Mariana da Costa Folena
Wagner de Carvalho Aquino

Representante da Sociedade Civil Organizada
Nival Nunes de Almeida (ABENGE)

"O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento "definitivo" sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências históricas-sociais e pessoais, temos dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la. Mas,..fica o convite a todos nós. É uma meta a ser trabalhada, que com o tempo, se transformará em realidade, por meio de nossa ação. Somos responsáveis por esse processo."

(Luckesi, Cipriano Carlos, 2011.)

Apresentação

O relatório de autoavaliação tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa. Assim, este relatório objetiva comunicar à Comunidade Universitária, à Comunidade Externa e aos órgãos governamentais responsáveis pela gestão da educação superior no Brasil, os resultados da avaliação realizada pela CPA do CEFET/RJ, com relação ao ano de 2016. O processo avaliativo passa por fases de planejamento, execução, análise e decisão. Trata-se de uma tarefa complexa, que considera a trajetória da Instituição, suas características específicas e seu relevante papel social. Tal processo fornece uma visão do desempenho da Instituição no cumprimento de suas funções enquanto Instituição Pública na oferta da Educação Superior.

Este relatório contém cinco capítulos, além dos capítulos “Bibliografia Consultada” e “Anexos”, dispostos no final. As informações básicas da Instituição são fornecidas no capítulo inicial, onde também são apresentadas as questões referentes à constituição e a trajetória da Comissão Própria de Avaliação, assim como o planejamento estratégico de autoavaliação desenvolvido. No capítulo seguinte, “Metodologia” são apresentados os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados. No próximo capítulo, “Desenvolvimento”, são apresentados os dados e as informações pertinentes ao eixo 2, Desenvolvimento Institucional, ao eixo 3, Políticas Acadêmicas, e ao eixo 4, Políticas de Gestão, indicados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), assim como as análises realizadas pela comissão referentes as dimensões envolvidas. O quarto capítulo se refere a análise dos dados e ações com base nessa análise, apresentadas no final de cada dimensão. Por fim, no capítulo seguinte, são apresentadas as “Considerações Finais”.

O eixo 1, Planejamento e Avaliação Institucional, e o eixo 5, Infraestrutura Física, foram analisados no Relatório de Autoavaliação Institucional 2015, uma vez que o presente relatório e o relatório anterior são relatórios parciais, que se complementam, fornecendo assim uma visão global do CEFET/RJ. Dessa forma, a instituição é avaliada em 10 dimensões, distribuídas em cinco eixos, conforme indicado na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09/10/2014.

Cientes de que o processo avaliativo contribui de forma significativa para a melhoria da Educação, disponibilizamos este relatório e chamamos a atenção para que os resultados obtidos recebam a merecida atenção dos administradores em todos os níveis, iluminando as tomadas de decisões.

1	Introdução.....	05
1.1	Dados da Instituição	05
1.2	Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	05
1.3	Histórico do CEFET/RJ	06
1.3.1	Quadros Discente, Docente e Técnico-Administrativo	09
1.4	O Processo de Autoavaliação	14
1.4.1	Planejamento	15
2	Metodologia.....	17
2.1	Metodologia e Instrumentos	17
2.2	População	19
2.2.1	População: Corpo Discente	20
2.2.2	População: Corpo Docente	26
2.2.3	População: Corpo Técnico-Administrativo	30
3	Desenvolvimento.....	33
3.1	Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	33
3.1.1	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	33
3.2	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	34
3.2.1	Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	34
3.2.2	Dimensão 3: A Responsabilidade Social da Instituição	47
3.3	Eixo 3: Políticas Acadêmicas	64
3.3.1	Dimensão 2: A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação e a Extensão	64
3.3.2	Dimensão 4: A Comunicação com a Sociedade	126
3.3.3	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Estudantes	135
3.4	Eixo 4: Políticas de Gestão	147
3.4.1	Dimensão 5: As Políticas de Pessoal e de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo	147
3.4.2	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	161
3.4.3	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	178
3.5	Eixo 5: Infraestrutura Física	182
3.5.1	Dimensão 7: Infraestrutura Física	182
4	Análise dos Dados e Ações	183
4.1	Análise dos Dados e das Informações	183
4.2	Ações com Base na Análise	183
5	Considerações Finais.....	184
6	Bibliografia Consultada.....	185
7	Anexos.....	188
A	Questionários	189

1.1 – Dados da Instituição

Nome da IES: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ

Código da IES: 0593

Caracterização da IES: Instituição Pública Federal

Estado: Rio de Janeiro

Município das Unidades do Sistema CEFET/RJ: Rio de Janeiro (Unidade Sede - Maracanã e *campus* Maria da Graça); Nova Iguaçu (*campus* Nova Iguaçu); Nova Friburgo (*campus* Nova Friburgo), Petrópolis (*campus* Petrópolis), Itaguaí (*campus* Itaguaí), Angra dos Reis (*campus* Angra) e Valença (*campus* Valença).

Relatório: Parcial – Ano de Referência: 2016

1.2 – Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, foi constituída pela Portaria nº 339 de 30 de julho de 2004, considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e o memorando interno nº 047/2004-DIREC, de 13 de julho de 2004. As duas últimas composições da comissão foram designadas pelas Portarias nº 350, de 25 de abril de 2012, e nº 1342, de 17 de novembro de 2016. Há membros comuns às duas comissões. A composição designada pela Portaria nº 350 compreendia membros de cinco Unidades ou *campi*, todas com seu primeiro curso superior com implantação até 2012. Havia um total de 20 membros efetivos: 9 docentes, 5 técnico-administrativos, 5 alunos e 1 membro da sociedade civil, conforme a Tabela 1.1, a seguir.

Tabela 1.1 – Comissão Própria de Avaliação designada pela Portaria nº 350 de 25/04/2012

Nome	Segmento Representado	Unidade/Campus
-Aline da Rocha Gesualdi Mello	docente	Maracanã
-Eduardo Bezerra da Silva	docente	Maracanã
-Fernando Ribeiro da Silva	docente	Maracanã
-Francisco Carlos Nipo da Silva	docente	Itaguaí
-Marcos Corrêa da Silva	docente	Petrópolis
-Natalia Pujol Pacheco Silveira	docente	Maracanã
-Rosana Dischinger Miranda	docente	Maracanã
-Silvana Bezerra	docente	Nova Friburgo
-Waltencir dos Santos Andrade	docente	Nova Iguaçu
-Anderson Gonçalves Malaquias	técnico-administrativo	Nova Iguaçu
-Fátima Pereira da Rosa Cunha de Almeida	técnico-administrativo	Itaguaí
-Luiz José Henrique Nogaroli Cavalcante	técnico-administrativo	Petrópolis
-Maria Esther Provenzano (Presidente)	técnico-administrativo	Maracanã
-Priscila Macedo Mengali	técnico-administrativo	Nova Friburgo
-Afonso Ricardo Vaz	discente	Petrópolis
-Diogo Castelo Branco	discente	Maracanã
-Mariana da Costa Folena	discente	Itaguaí
-Rafael Reis de Assis	discente	Nova Iguaçu
-Wagner de Carvalho Aquino	discente	Nova Friburgo
-Nival Nunes de Almeida	sociedade civil	Presidente da ABENGE

A composição atual, designada pela Portaria nº 1342 de 17 de novembro de 2016, compreende membros de sete Unidades ou *campi*, todas com curso superior. Desta vez, foram incluídos membros dos *campi* de Angra dos Reis, com seu primeiro curso superior em 2013.2, de engenharia mecânica, e de Valença, com seu primeiro curso superior em 2014.1, de engenharia de alimentos. Há um total de 26 membros efetivos: 11 docentes, 7 técnico-administrativos, 7 alunos e 1 membro da sociedade civil, conforme a Tabela 1.2, a seguir.

Tabela 1.2 – Comissão Própria de Avaliação designada pela Portaria nº 1342 de 17/11/2016

Nome	Segmento Representado	Unidade/Campus
-Alexandra Maria de A. Rocha	docente	Petrópolis
-Aline da Rocha Gesualdi Mello	docente	Maracanã
-Carla Cristina Almeida Loures	docente	Angra
-Eduardo Bezerra da Silva	docente	Maracanã
-Fabrício Maione Tenório	docente	Itaguaí
-Fernando Ribeiro da Silva	docente	Maracanã
-Giuliano Magno de Oliveira Condé	docente	Valença
-Natalia Pujol Pacheco Silveira	docente	Maracanã
-Rosana Dischinger Miranda	docente	Maracanã
-Silvana Bezerra	docente	Nova Friburgo
-Waltencir dos Santos Andrade	docente	Nova Iguaçu
-Anderson Gonçalves Malaquias	técnico-administrativo	Nova Iguaçu
-Bruno Dutra Freire	técnico-administrativo	Valença
-Daphne Holzer Velihovetchi	técnica-administrativa	Petrópolis
-Gláucia de Martins Couto Faria	técnica-administrativa	Angra
-Kelly Barreto Videira Chaves	técnica-administrativa	Itaguaí
-Maria Esther Provenzano (Presidente)	técnica-administrativa	Maracanã
-Priscila Macedo Mengali	técnica-administrativa	Nova Friburgo
-Daniel Nascimento L. Andrade	discente	Itaguaí
-Larissa da Silva Pinto	discente	Valença
-Osvaldo Luiz de Moura Filho	discente	Angra
-Taiana Cardoso Ferreira	discente	Petrópolis
-Thalita Oliveira dos Santos	discente	Maracanã
-Thyago Leite da Silva	discente	Nova Iguaçu
-Wagner de Carvalho Aquino	discente	Nova Friburgo
-Nival Nunes de Almeida	sociedade civil	Vice-Presidente da ABENGE

1.3 – Histórico do CEFET/RJ

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, teve sua origem, em 1917, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás. Em 1942, a escola foi transformada em Escola Técnica Nacional – ETN, tendo como primeiro diretor o professor Celso Suckow da Fonseca. Em homenagem póstuma, por determinação do MEC, a Escola passou a ser denominada Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca. Em 30 de junho de 1978, por meio da Lei 6.545, aconteceu a transformação da ETF Celso Suckow da Fonseca em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Toda essa trajetória retrata a evolução do

Ensino Industrial Profissional do País, dedicado, cada vez mais, a atuar em resposta às crescentes exigências do setor produtivo. Assim, desde essa data o CEFET/RJ, no espírito da lei que o criou, passou a ter objetivos conferidos a instituições de Educação Superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

No segundo semestre de 2016, a Instituição possuía aproximadamente 15 mil alunos regulares distribuídos entre seus cursos de educação profissional técnica de nível médio, ensino de graduação e pós-graduação, conforme indicado no Relatório de Gestão do Exercício de 2016. Como atividades acadêmicas do Centro destacam-se, ainda, as de pesquisa e extensão, em resposta às demandas do setor produtivo, do poder público constituído e da sociedade em geral.

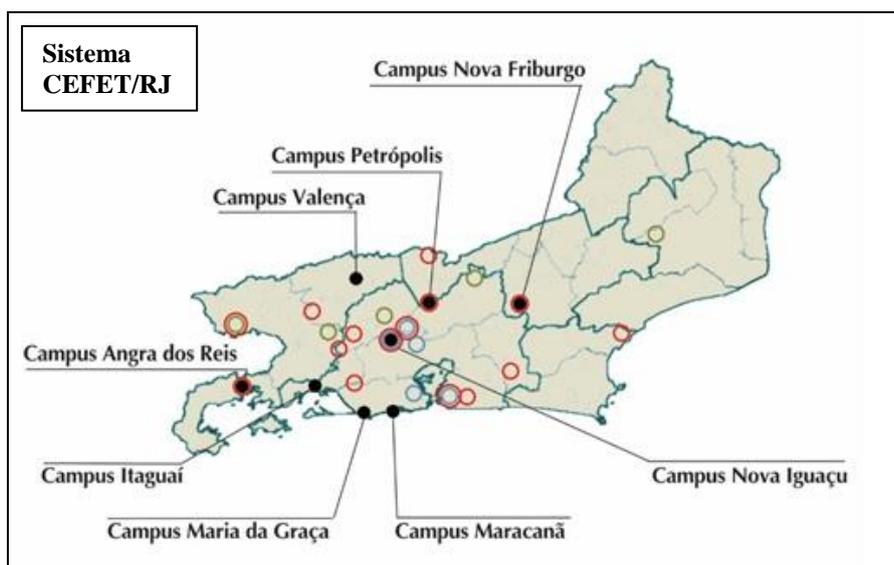
Ao aderir ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Unidade Sede situada no Maracanã, com quase um século de existência, passou a contar com diversas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) e um Núcleo Avançado, ou seja, com diversos *campi*. A primeira UnED a ser inaugurada foi a de Nova Iguaçu, em agosto de 2003, em seguida a de Maria da Graça, em junho de 2006. Dois anos e três meses depois, foi inaugurada a UnED de Petrópolis, em setembro de 2008, em seguida, em dezembro do mesmo ano, a UnED de Nova Friburgo. Em 2010, foram inaugurados a UnED de Itaguaí e o Núcleo Avançado de Valença. Apesar da UnED de Itaguaí ter sido simbolicamente inaugurada em 2010, o início do seu primeiro curso já havia ocorrido em setembro de 2008.

A apresentação da UnED de Itaguaí e do Núcleo Avançado de Valença à sociedade como Unidades federais de educação aconteceu no dia 01 de fevereiro de 2010, em cerimônia realizada na capital da República, em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, simultaneamente, 78 Unidades da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

A vinculação do Núcleo Avançado de Valença ao CEFET/RJ advém da federalização do Instituto Técnico e Profissionalizante do Vale do Rio Preto – ITERP, no município de Valença. O ITERP foi construído e equipado com recursos provenientes do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, por força de convênio celebrado entre o Ministério da Educação e a Fundação Educacional D. André Arcoverde.

A inauguração de mais uma UnED, desta vez em Angra dos Reis, se deu em cerimônia oficial no Palácio do Planalto, em novembro de 2010. Nessa ocasião, o Presidente da República inaugurou, ao lado do ministro da Educação, 30 escolas federais de educação profissional e 25 *campi* de 15 universidades federais. As figuras a seguir apresentam o Sistema CEFET/RJ, com seus oito *campi*. O mapa apresentado ilustra também polos utilizados no ensino a distância.

Conforme apresentado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a implementação do sistema *multicampi*, no período 2005-2009, implicou em ações de organização administrativa orientadas pelo estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 3.796, de 1º de novembro de 2005. Além disso, permitiu o permanente diálogo do CEFET/RJ com o MEC, com representantes dos governos estadual e municipal e com empresas públicas e privadas, visando à concretização de *campi* orientados pelo conceito de cidade-polo, que, tendo como referência o conjunto de municípios de mesorregiões, devem aproveitar o potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais, a possibilidade de parcerias e de infraestrutura existente.



Fonte: PDI 2015-1019.

Constituindo, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o CEFET-MG e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/RJ, como consta no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, continua a reconhecer-se como Instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnico-administrativos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

A instituição tem como Missão: Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.

O crescimento institucional atingido justifica o reconhecimento externo do Centro como Universidade, com ciência da importância da manutenção dos cursos técnicos de nível médio. Assim, a Visão definida no PDI 2015-2019 da instituição é justamente “Tornar-se Universidade de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro”.

A função social do CEFET/RJ é promover o ser humano, traduzida na democratização do acesso, na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento a demandas sociais, estendendo benefícios à comunidade, mediante cursos e serviços.

A seguir, será dada uma visão geral da Instituição, apresentando o corpo discente do Ensino Superior, corpo docente e corpo técnico-administrativo, para que suas especificidades sejam compreendidas e que se conheça um pouco dessa comunidade acadêmica.

1.3.1 – Quadros Discente, Docente e Técnico-Administrativo

As Tabelas 1.2 e 1.3 apresentam, respectivamente, a distribuição dos alunos do Ensino Superior por cursos e programas em 2016.1 e 2016.2.

Tabela 1.2 – Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2016.1

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2016.1									
Cursos e Programas			Campus Sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
Graduação	Presenciais	Superior de Tecnologia	327	---	71	151	---	---	---
		Bacharelado	2676	664	180	201	433	234	211
		Licenciatura	---	---	137	106	---	---	---
	EAD	Superior de Tecnologia	1440	---	---	---	---	---	---
		Bacharelado	508	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Graduação por Campus			4951	664	388	458	433	234	211
Total Geral Graduação			7339						
Pós-Graduação ¹	Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)		410	---	---	---	---	---	---
	Lato Sensu	Presencial	56	---	4	27	---	9	30
		Educação a distância (UAB)	180	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Pós-Graduação por Campus			646	---	4	27	---	9	30
Total Geral da Pós-Graduação			716						
Total de Alunos do Ensino Superior por Campus			5597	664	392	485	433	243	241
Total Geral de Alunos do Ensino Superior			8055						

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, DIREN e DIPPG, jan/2017.

¹Considerando que no caso da Pós-Graduação, o período não é semestral, repetiu-se nos dois semestres o número apresentado no Relatório de Gestão para o ano de 2016.

Tabela 1.3 – Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2016.2

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2016.2									
Cursos e Programas			Campus Sede Maracanã	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
Graduação	Presenciais	Superior de Tecnologia	281	---	71	173	---	---	---
		Bacharelado	2700	735	243	257	472	286	194
		Licenciatura	---	---	164	125	---	---	---
	EAD	Superior de Tecnologia	1459	---	---	---	---	---	---
		Bacharelado	675	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Graduação por Campus			5115	735	478	555	472	286	194
Total Geral Graduação			7835						
Pós-Graduação ¹	Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)		410	---	---	---	---	---	---
	Lato Sensu	Presencial	56	---	4	27	---	9	30
		Educação a distância (UAB)	180	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Pós-Graduação por Campus			646	---	4	27	---	9	30
Total Geral da Pós-Graduação			716						
Total de Alunos do Ensino Superior por Campus			5761	735	482	582	472	295	224
Total Geral de Alunos do Ensino Superior			8551						

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, DIREN e DIPPG, jan/2017.

¹Considerando que no caso da Pós-Graduação, o período não é semestral, repetiu-se nos dois semestres o número apresentado no Relatório de Gestão para o ano de 2016.

Com relação ao corpo docente, segundo o Departamento de Recursos Humanos - DRH, no final de 2015, o CEFET/RJ contava com um total de 857 docentes atuando no ensino técnico e/ou superior, e no final de 2016, um total de 890 docentes, conforme a Tabela 1.4. Considerando que em 2013 haviam 618 docentes, segundo informações do DRH, pode-se observar que houve um aumento de 272 docentes nos últimos três anos, resultado da abertura de diversos concursos com a participação direta desse segmento.

Tabela 1.4 – Distribuição do Corpo Docente do Sistema CEFET/RJ

CAMPUS	QUANTITATIVO - 2015	QUANTITATIVO - 2016
Maracanã	461	460
Nova Iguaçu	99	105
Maria da Graça	42	44
Petrópolis	65	65
Nova Friburgo	52	55
Itaguaí	61	66
Valença	46	46
Angra	31	49
TOTAL	857	890

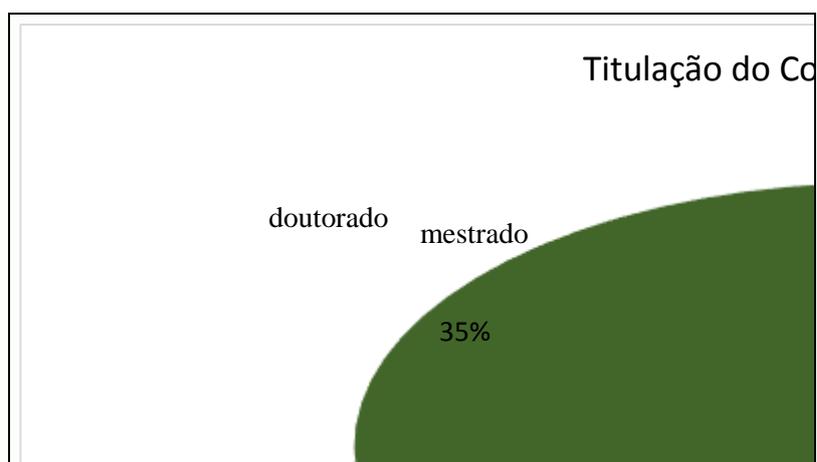
Fonte: DRH, dez/2015 e dez/2016.

O corpo docente do CEFET/RJ em 2015 era composto de 33% de doutores, 53% de mestres, 10% de especialistas e 4% de graduados. A titulação em nível de mestrado ou doutorado era, portanto, de 86% do corpo docente, conforme apresentado na Tabela 1.5. No final de 2016, houve aumento do número de doutores, passando para 35%, e diminuição do número de graduados e especialistas, passando para 3% e 9%, respectivamente, enquanto o número de mestres se manteve constante, em 53%. Assim, a titulação em nível de mestrado ou doutorado subiu para 88% do corpo docente, como pode-se perceber no gráfico a seguir. Cabe ressaltar que de 2013 para 2014, a tendência foi a mesma, ou seja, ocorreu diminuição do número de graduados e especialistas e aumento do número de doutores, enquanto o número de mestres se manteve constante, como mostra o Relatório de Autoavaliação Institucional 2015.

Tabela 1.5 – Distribuição da Titulação do Corpo Docente do Sistema CEFET/RJ

TITULAÇÃO	QUANTITATIVO - 2015	%	QUANTITATIVO - 2016	%
Graduação	38	4%	31	3%
Especialização	82	10%	78	9%
Mestrado	458	53%	472	53%
Doutorado	279	33%	309	35%
Pós-doutorado	0	0%	0	0%
TOTAL	857	100%	890	100%

Fonte: DRH, dez/2015 e dez/2016.



Com relação ao corpo técnico-administrativo, segundo o DRH, no final de 2015, o CEFET/RJ contava com um total de 612 técnico-administrativos, e no final de 2016, um total de 624, conforme ilustrado na Tabela 1.6. Considerando que em 2013 haviam 413 técnico-administrativos, segundo informações do DRH, pode-se observar que houve um aumento de 211 técnico-administrativos nos últimos três anos, resultado da abertura de diversos concursos com a participação direta desse segmento.

Tabela 1.6 – Distribuição do Corpo Técnico-Administrativo do Sistema CEFET/RJ

CAMPUS	QUANTITATIVO - 2015	QUANTITATIVO - 2016
Maracanã	394	407
Nova Iguaçu	43	42
Maria da Graça	39	39
Petrópolis	29	28
Nova Friburgo	27	26
Itaguaí	30	30
Valença	25	26
Angra	25	26
TOTAL	612	624

Fonte: DRH, dez/2015 e dez/2016.

A Tabela 1.7 apresenta a distribuição do corpo técnico-administrativo do CEFET/RJ em 2016.2, por cargo.

Tabela 1.7 – Quantitativo de Cargos Técnico-Administrativos em Educação por Nível de Classificação em 2016.2

Nível de Classificação	Cargo	Campus Sede Maracanã	Campus Mª da Graça	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
B	Auxiliar de Artes Gráficas	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	0	0	0	0	0	0	0
C	Assistente de Alunos	7	1	5	2	1	1	0	1
C	Assistente de Laboratório	1	0	0	0	0	0	0	0
C	Auxiliar em Administração	65	6	2	1	2	1	1	0
C	Contínuo	1	0	0	0	0	0	0	0

C	Contramestre/ofício	1	1	0	0	0	0	0	0
C	Motorista	4	0	0	0	0	0	0	0
C	Porteiro	5	0	0	0	0	1	0	0
C	Telefonista	2	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		86	8	7	3	3	3	1	1
D	Assistente em Administração	135	13	15	8	8	9	7	7
D	Desenhista Projetista	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Desenhista Técnico/Especialidade	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Mestre de Edificações e Infraestrutura	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico de Laboratório/Área	23	1	1	0	0	0	1	2
D	Técnico de Tecnologia da Informação	11	1	2	2	2	3	2	3
D	Técnico em Artes Gráficas	0	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Audiovisual	2	0	1	0	0	0	0	0
D	Técnico em Contabilidade	6	0	0	1	0	0	0	0
D	Técnico em Edificações	4	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Eletrônica	0	0	0	0	1	0	0	0
D	Técnico em Eletrotécnica	0	0	2	0	0	0	0	0
D	Técnico em Mecânica	0	0	0	0	0	2	0	0
D	Técnico em Química	0	0	0	0	0	0	0	1
D	Técnico em Secretariado	0	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Segurança do Trabalho	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Vigilante	3	2	0	0	0	0	0	0
TOTAL		191	17	21	11	11	14	10	13
E	Administrador	11	5	3	5	5	4	7	5
E	Analista de Tecnologia da Informação	9	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquiteto e Urbanista	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquivista	8	1	1	1	1	1	1	1
E	Assistente Social	5	1	1	1	1	1	1	1
E	Auditor	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Bibliotecário-documentalista	10	2	2	1	1	2	2	2
E	Contador	9	0	0	1	0	0	0	0
E	Economista	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Enfermeiro	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro de Segurança do Trabalho	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Jornalista	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Médico/Área	5	0	0	0	0	0	0	0
E	Nutricionista	2	1	1	0	0	0	0	0
E	Odontólogo	4	0	0	0	0	0	0	0
E	Pedagogo/Área	9	1	2	2	2	1	2	2
E	Programador Visual	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Psicólogo/Área	4	1	1	1	0	0	0	0
E	Relações Públicas	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Revisor de Texto	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Sociólogo	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Técnico Assuntos Educacionais	27	2	3	2	2	4	2	1
E	Tecnólogo/Formação	4	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		129	14	14	14	12	13	15	12
TOTAL POR CAMPUS		407	39	42	28	26	30	26	26
TOTAL GERAL: 624									

Fonte: DRH, dez/2016.

1.4 - O Processo de Autoavaliação

Como Instituição integrante da rede de Educação Superior, o CEFET/RJ participa do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004, sendo submetido a três modalidades de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos: avaliação das instituições de Educação Superior (AVALIES); avaliação dos cursos de graduação (ACG) e avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

A avaliação das instituições de Educação Superior se desenvolve em duas etapas principais: a autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP. O presente relatório tem como objeto a avaliação da Instituição de Educação Superior CEFET/RJ em sua etapa de autoavaliação.

Segundo as Orientações Gerais para o Roteiro da autoavaliação das Instituições fornecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES (2004, p.5)¹, a avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos:

produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Assim, a autoavaliação ajuda a identificar as fragilidades e potencialidades da Instituição em suas dez dimensões previstas por lei, tornando-se um importante instrumento para tomada de decisões. O relatório produzido a partir de tal instrumento deve conter análises, críticas e sugestões.

A Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, baseada no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria Nº 92, de 31 de janeiro de 2014), nos estudos dos relatórios de autoavaliação postados no Sistema e-MEC (2011 a 2013) e nos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação (CPA) – 2013 propõe ajustes no Roteiro proposto inicialmente. Segundo essa Nota Técnica (2014, p.2)²:

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as

¹BRASIL. Ministério da Educação. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

²BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065: **Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

Nesta nova versão do relatório, as dez dimensões avaliadas são dispostas em eixos. O relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela CPA, contempla as seguintes partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise. A seção do relatório destinada ao desenvolvimento foi organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que institui o SINAES, conforme apresentado na Tabela 1.8:

Tabela 1.8 – Eixos de Trabalho e Dimensões avaliadas

Eixo	Temas e Dimensões
1	Planejamento e Avaliação Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
2	Desenvolvimento Institucional Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
3	Políticas Acadêmicas Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
4	Políticas de Gestão Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
5	Infraestrutura Física Dimensão 7: Infraestrutura Física

1.4.1-Planejamento

Para promover o processo de autoavaliação institucional de 2016, a CPA seguiu um cronograma de atividades, considerando as diretrizes para a avaliação das IES, as orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições fornecidas pela CONAES, e levando em conta a missão e os objetivos da Instituição.

A autoavaliação institucional compreende três etapas básicas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente. São elas: a preparação, o desenvolvimento e a consolidação. A primeira etapa, denominada preparação, abrange o planejamento do projeto e a sensibilização da comunidade. A segunda etapa, correspondente ao desenvolvimento, consiste na concretização das atividades planejadas. A terceira e última etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Considerando esse contexto, foram previstas as seguintes atividades, conforme a Tabela 1.9:

Tabela 1.9 – Lista de Atividades Programadas pela CPA

Item	Atividades a serem desenvolvidas
1	Elaboração do planejamento
2	Atualização dos instrumentos de coleta
3	Sensibilização da comunidade
4	Aplicação dos instrumentos de pesquisa
5	Coleta de dados
6	Processamento dos dados
7	Análise dos dados
8	Elaboração e entrega do Relatório Final ao Presidente do Conselho Diretor e ao INEP
9	Divulgação dos resultados à comunidade

A relação das dimensões consideradas no processo de avaliação, de acordo com o artigo 3º da Lei nº. 10.861/04 e as coordenações propostas por dimensão, baseadas na CPA designada pela Portaria nº 1342 de 17/11/2016, são apresentadas na Tabela 1.10. Apesar de cada dimensão apresentar uma coordenação para uma melhor análise dos dados, todos podem opinar e interagir no processo.

Tabela 1.10 – Dimensões Avaliadas e Subcomissões de Trabalho da CPA (Portaria nº 1342 de 2016)

Dimensões:		Servidores:	
D1	A missão e o PDI	Coordenadora:	Natalia Pujol
D2	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização	Coordenador:	Fernando Ribeiro
D3	A responsabilidade social da Instituição	Coordenador:	Waltencir Andrade
D4	A comunicação com a sociedade	Coordenadora:	Silvana Bezerra
D5	As políticas de pessoal e de carreira dos corpos docente e técnico-administrativo	Coordenador:	Carla Cristina Almeida Loures
D6	Organização e gestão da Instituição	Coordenadora:	Aline Gesualdi
D7	Infraestrutura física	Coordenador:	Eduardo Bezerra
D8	Planejamento e avaliação	Coordenadora:	Maria Esther Provenzano
D9	Política de atendimento aos estudantes	Coordenadora:	Rosana Dischinger Miranda
D10	Sustentabilidade financeira	Coordenador:	Giuliano Magno de Oliveira Condé

O diagnóstico da Instituição é obtido a partir da coleta, processamento e análise dos dados. Tais dados, quando coletados e processados, constituem um banco de dados. Depois de analisá-los, a comissão sistematiza os relatórios de cada dimensão, objetivando produzir o presente relatório, que será enviado ao INEP/CONAES e terá uma cópia entregue ao presidente do Conselho Diretor da Instituição para análise e auxílio nas tomadas de decisão. Os resultados serão, em seguida, apresentados aos Conselhos pertinentes e publicados no *site* da Instituição. Além disso, serão distribuídas diversas cópias eletrônicas, por meio de CDs, aos membros do Conselho de Ensino (CONEN) e do Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPE), para uma melhor sensibilização, compreensão da importância do processo e das principais informações obtidas.

2.1-Metodologia e Instrumentos

Pode-se dizer que a aplicação da autoavaliação após 2009, tem ocorrido de forma simples, uma vez que quase todo o processo já está dominado e a comunidade mais receptiva. Na avaliação referente ao ano de 2009, foram necessárias diversas reuniões até o produto final, um questionário aplicado a cada segmento da comunidade. Nas avaliações que se seguiram, os instrumentos já estavam prontos, sendo necessário apenas atualizá-los ou aperfeiçoá-los, quando necessário. Entre 2004 e 2016, o processo de autoavaliação evoluiu significativamente e hoje faz parte da cultura da instituição.

A metodologia proposta buscou articular as diretrizes para avaliação e as orientações gerais para a implementação do processo autoavaliativo estabelecidas pela CONAES, com a missão do CEFET/RJ, o PDI, a identidade da Instituição e a sua cultura de avaliação.

A autoavaliação das dimensões previstas pela Lei nº. 10.861/04 foi realizada utilizando-se diferentes procedimentos metodológicos, dentre os quais se destacam: reuniões sistemáticas, pesquisa documental, elaboração de questionários, entrevistas, assim como outros procedimentos utilizados nos estudos especiais.

Os questionários aplicados foram amplamente discutidos nas reuniões da CPA, durante o processo de elaboração, que teve início em 2009, e abrangem as dez dimensões previstas. Tais instrumentos se encontram no Anexo A e foram elaborados de forma diferenciada, considerando todos os atores do processo: discentes, docentes e técnico-administrativos. Os questionários foram disponibilizados de forma *on-line* com o auxílio do departamento de Tecnologia da Informação (DTINF).

Na avaliação de 2009, alunos da graduação e técnico-administrativos acessavam os questionários através de um *link* no *site* da Instituição. Os professores eram conduzidos ao questionário ao acessarem o Portal do Professor no momento do lançamento de notas realizado no segundo semestre. Tal lançamento também é feito de forma *on-line*. Foi fornecido o endereço de e-mail cpa.cefetrij@gmail.com para sugestões, críticas ou esclarecimento de dúvidas.

Nas avaliações realizadas até o momento, o acesso dos técnico-administrativos ao questionário é feito através de um *link* no *site* da Instituição. Com relação aos alunos da graduação, desde 2010, vem-se utilizando um procedimento diferente do utilizado em 2009, com o intuito de aumentar o número de avaliações. Os alunos são conduzidos ao questionário no momento da confirmação de matrícula. A partir de 2010, os alunos da pós-graduação do Maracanã foram convidados a atuar no processo de avaliação com o auxílio da própria secretaria do curso. Com relação aos professores, manteve-se o mesmo procedimento, ou seja, os professores foram conduzidos ao questionário ao acessarem o Portal do Professor no momento do lançamento de notas.

Assim, o processo de condução obrigatório ao questionário tem início a partir do lançamento das notas P2, realizado no segundo semestre do ano letivo, momento em que os professores são conduzidos à avaliação, e termina após a confirmação de matrícula dos alunos, realizada no início do ano seguinte, momento em que os alunos são conduzidos à avaliação.

O processo de convite aos técnicos e alunos da pós para participarem da pesquisa, que utiliza um link no *site*, pode ocorrer em qualquer momento do período entre o início do segundo semestre até a confirmação de matrícula dos alunos de graduação, realizada no início do ano seguinte. No caso dos técnicos e alunos da pós, que são convidados, o questionário habitualmente fica disponível por um período maior de tempo. Com o intuito de aumentar o número de respondentes técnico-administrativos, dessa vez foi encaminhado também um e-mail a este segmento, chamando atenção para a importância da pesquisa e da participação de todos, além do destaque habitualmente publicado no site.

Para medir o índice de satisfação ou insatisfação da comunidade, as perguntas apresentadas nos respectivos questionários, em sua maioria, possuíam quatro escalas de respostas, apresentadas a seguir.

1- Insuficiente(s) ou Ruim(ns)	2- Suficiente(s) ou Regular(es)	3- Bom(ns) ou Boa(s)	4- Ótimo(s) ou Ótima(s)
-----------------------------------	------------------------------------	-------------------------	----------------------------

Na elaboração dos questionários, na medida do possível, procurou-se priorizar a objetividade, evitando-se a produção de questionários longos. Os dados colhidos foram dispostos em tabelas do Excel e processados pelo DTINF. Esse processamento incluiu a disposição dos dados em forma de gráficos, considerando a Instituição como um todo (sede e *campi* com ensino superior). Assim, qualquer disposição que exija uma filtragem mais específica, por *campus* ou por curso, por exemplo, deve ser feita a parte. A partir do banco de dados gerado, podem ser produzidos, também, os dados por *campus*, por curso e por departamento para uma análise mais profunda da Instituição, embora a análise deste relatório esteja voltada para a Instituição como um todo.

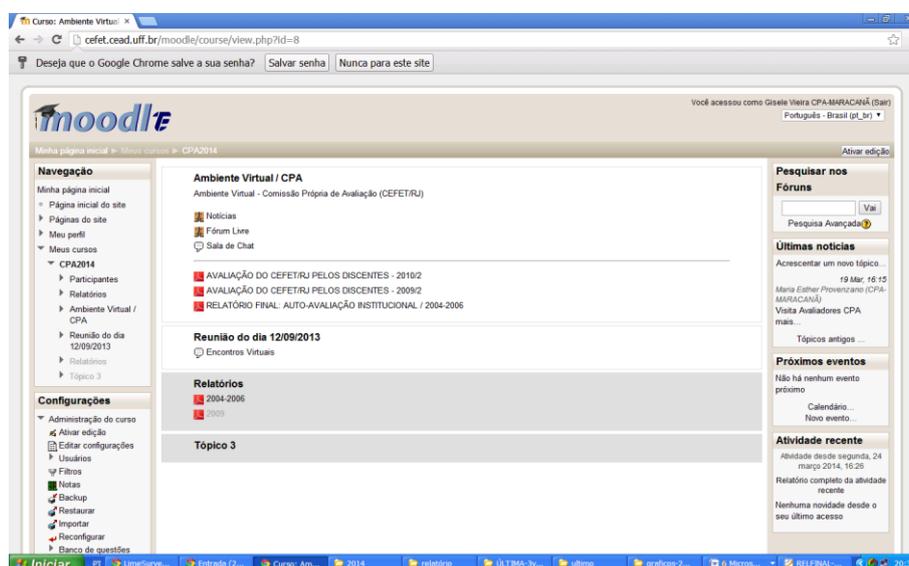
A etapa referente à sensibilização ocorreu em paralelo com outras atividades. Entre os instrumentos aplicados estão e-mails eletrônicos, chamadas no *site* da Instituição, sensibilização de alguns Conselhos para apoio ao processo, etc. Além das ações de sensibilização planejadas e realizadas pela CPA, cada membro da comissão agiu como um multiplicador, procurando sensibilizar o maior número possível de participantes do processo. A CPA contou com o apoio das Direções e Chefes de Departamentos/Coordenadores para a divulgação do questionário formulado e para a análise das dimensões indicadas pela CONAES, no que se refere a documentações, dados necessários e visitas setoriais, quando necessário. Sabe-se que o conjunto de informações obtido, após exame e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica das dimensões analisadas, contribuindo, dessa maneira, para a melhoria da qualidade e o fortalecimento institucional. Assim, cada um foi solicitado a ser um multiplicador, passando aos seus pares, professores, alunos e técnico-administrativos de contato toda a importância do processo e da participação efetiva da comunidade.

Utilização da Plataforma Moodle

A presidente atual da comissão, Maria Esther Provenzano, propôs a utilização da plataforma Moodle para comunicação entre os membros da CPA, inserção de documentos pertinentes e discussões sobre temas ligados a avaliação. Considerando que o grupo compreende membros de diferentes unidades e que a distância física entre estas muitas vezes dificulta a presença de todos ao mesmo tempo, este veículo de comunicação facilita a comunicação entre os membros do grupo. O sistema permite que todos do grupo criem um perfil.

O Moodle é uma plataforma de aprendizagem a distância baseada em software livre. A sigla corresponde a Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). O Moodle é também um sistema de gestão do ensino e aprendizagem (conhecido por sua sigla em inglês, LMS - Learning Management System). Constitui-se em um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades *on-line*, em ambientes virtuais voltados para a aprendizagem colaborativa. Permite também, de forma simplificada, a um estudante ou a um professor integrar-se, estudando ou lecionando, num curso *on-line* à sua escolha.

Para acessar a plataforma, deve-se digitar: <http://cefet.cead.uff.br/moodle/>. Em seguida entra-se com o nome de usuário e senha. A seguir uma ilustração do sistema com alguns documentos que foram inseridos.



2.2-População

Considerando que todas as diretrizes e orientações da CONAES estão voltadas para a autoavaliação de Instituições de Educação Superior, decidiu-se focar a avaliação interna do CEFET/RJ no ensino superior. Logicamente, dadas as características de verticalização do ensino do Centro que apresenta, além do ensino superior, ensino médio e técnico, muitas vezes é necessário relacionar tal avaliação com o restante da Instituição. Não se pode esquecer que há espaços comuns compartilhados por alunos de diversos níveis, sejam eles de lazer,

laboratórios, biblioteca, entre outros. É isso que torna o CEFET uma entidade peculiar em relação às demais instituições de ensino superior.

A população, ou sujeitos participantes do processo que devem ser observados nesta análise, são todos os que compõem a comunidade acadêmica e atuam, de uma forma ou de outra, no ensino superior. Assim, para simplificar, o termo “comunidade acadêmica” será usado para representar o corpo docente que atua no ensino superior, o corpo discente do ensino superior e o corpo técnico-administrativo do CEFET/RJ. A análise realizada pela comissão envolveu todos os *campi* com curso superior, ou seja, a Unidade Sede, situada no Maracanã, e os *campi* de Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença. O *campus* Maria da Graça não participou da pesquisa, pois não possui curso superior até o momento. Habitualmente não se aplica a pesquisa para os alunos dos períodos iniciais de um curso novo, aguardando-se que os mesmos tenham maior conhecimento da Instituição e de seu curso para participar do processo de avaliação.

2.2.1-População: Corpo Discente

O total de alunos de graduação da Instituição, em 2016.2, considerando a Sede e os *campi* com ensino superior, conforme apresentado na Tabela 1.3, é de 7835 alunos. Os habilitados à pesquisa em questão são todos os alunos de graduação matriculados em 2016.2, ou seja 7835, menos os concluintes relativos ao final de 2016, que correspondem a cerca de 200, os 2134 alunos de graduação EAD (Tabela 1.2), os 23 alunos de curso novo (Engenharia Ambiental), os 71 alunos de curso em extinção (Tecnólogo em Gestão de Turismo – *campus* Petrópolis), e os evadidos, que considerando uma evasão de 10%, correspondem a 783 alunos, que não participaram da pesquisa, fornecendo um total de 4624, conforme apresentado na tabela 2.1. Com relação a subtração dos concluintes, isso ocorre porque o questionário é aplicado aos alunos no período de matrícula, após o término do segundo semestre letivo, ou seja, os concluintes não entram na pesquisa, porque já estão fora do sistema e, portanto, não realizam mais matrícula. O sistema consegue capturar no momento da matrícula do ano n+1, a opinião dos alunos do ano n sobre o período encerrado, considerando o curso, os professores e a Instituição.

Tabela 2.1 – Total de Alunos de Graduação Habilitados a Participar do Processo de Avaliação

Alunos Habilitados a Responderem ao Questionário	
Total de Alunos de Graduação Matriculados na Instituição (todas as Unidades)	7835
Total de Alunos de Graduação Concluintes (todas as Unidades)	200
Total de Alunos de Graduação – EAD (semipresencial)	2134
Total de Alunos de Cursos Novos (todas as Unidades)	23
Total de Alunos de Cursos em Extinção (todas as Unidades)	71
Total de Alunos Evadidos (considerando evasão de 10%) (todas as Unidades)	783
Total de Alunos de Graduação Matriculados Habilitados (todas as Unidades)	4624

A população de alunos de graduação considerada, em 2016.2, pode ser observada na tabela 2.2. Na última coluna estão os alunos que de fato participaram da avaliação (RA – alunos respondentes).

Tabela 2.2 – Alunos de Graduação

ALUNOS - GRADUAÇÃO		
Total de Alunos Matriculados (TA)*; Nº de Alunos Respondentes (RA)	TA	RA
Unidade Sede (Maracanã)		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Administração	370	242
Ciência da Computação	158	114
Engenharia Ambiental	23	--
Engenharia Civil	455	288
Engenharia de Controle e Automação	168	113
Engenharia de Produção	442	313
Engenharia de Produção (EAD –semipresencial)	675	--
Engenharia de Telecomunicações	143	82
Engenharia Elétrica	197	130
Engenharia Eletrônica	178	126
Engenharia Mecânica	497	305
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	69	48
Total de Alunos (Bacharelado)	3375	1761
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão Ambiental	149	100
Tecnólogo em Gestão de Turismo (EAD –semipresencial)	1459	--
Tecnólogo em Sistemas para Internet	132	84
Total de Alunos (Superior de Tecnologia)	1740	184
Total de Alunos da Graduação da Unidade Maracanã	5115	1945
Campus Nova Iguaçu		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia de Controle e Automação	280	191
Engenharia de Produção	320	211
Engenharia Mecânica	135	95
Total de Alunos da Graduação da Unidade Nova Iguaçu	735	497
Campus Nova Friburgo		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia Elétrica	88	58
Sistemas de Informação	169	95
Total de Alunos (Bacharelado)	257	153
Cursos – Nível Graduação (Licenciatura)		
Licenciatura em Física	125	41
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão de Turismo	173	77
Total de Alunos da Graduação da Unidade Nova Friburgo	555	271
Campus Petrópolis		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia de Computação	127	58
Turismo	116	67
Total de Alunos (Bacharelado)	243	125
Cursos – Nível Graduação (Licenciatura)		
Licenciatura em Física	164	75
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão de Turismo	71	---
Total de Alunos da Graduação da Unidade Petrópolis	478	200
Campus Itaguaí		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia de Produção	127	89
Engenharia Mecânica	345	232
Total de Alunos da Graduação da Unidade Itaguaí	472	321
Campus Angra		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia Elétrica	49	26
Engenharia Mecânica	178	83
Engenharia Metalúrgica	59	33
Total de Alunos da Graduação da Unidade Angra	286	142
Campus Valença		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Administração	102	70
Engenharia de Alimentos	92	58
Total de Alunos da Graduação da Unidade Angra	194	128
Total de Alunos de Graduação da Instituição (todas as Unidades)	7835	3504
Total de Alunos de Graduação Matriculados Habilitados** (todas as Unidades)	4624	
Porcentagem de Alunos de Graduação Respondentes (todas as Unidades)	75,8 %	

*Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

**Total de alunos habilitados: Consultar Tabela 2.1

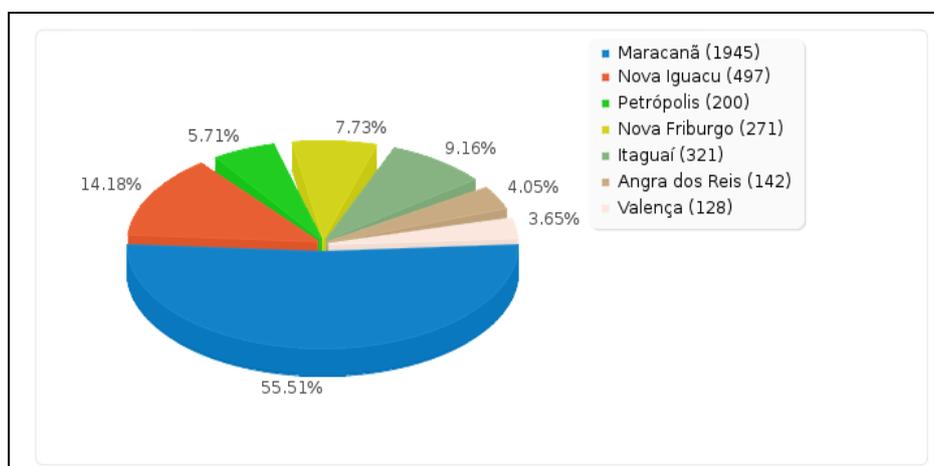
Na última linha da tabela anterior, pode-se observar quanto, em porcentagem, os alunos respondentes representam, considerando o universo de alunos habilitados do ensino superior da Instituição, a nível de graduação. A tabela a seguir apresenta o histórico de participação desses alunos desde 2009.

Tabela 2.3 – Porcentagem de Alunos de Graduação habilitados que participaram do Processo de Avaliação

2009	2010	2011	2012	2013-2014	2015	2016
9,2%	97,7%	92,0%	77,8%	85,4%	100%	75,8%

A tabela 2.3 apresenta um aumento significativo de alunos respondentes de 2009 para 2010. Este fato foi muito enriquecedor para o processo, mas somente foi alcançado porque, a partir dessa ocasião, os alunos foram conduzidos ao questionário no momento de confirmação de matrícula. Em 2016, houve uma queda na participação dos alunos, sobretudo no Maracanã, por motivos operacionais. O questionário fica disponível no Portal do Aluno no período de matrícula, após esse período as respostas são coletadas e gerados os gráficos de trabalho, que contribuem para o relatório final. No entanto, em virtude de uma queda de energia, o sistema ficou fora do ar, o que fez com que o período de matrícula fosse prolongado. Contudo, a data de corte para a coleta e tratamento de dados não pôde acompanhar esse deslocamento da matrícula, fazendo com que uma parte de alunos ficasse fora da pesquisa, mas garantindo tempo hábil para o tratamento e análise dos dados coletados e posterior produção do relatório.

Para uma ideia da distribuição dos alunos de graduação respondentes por *campus*, pode-se observar o gráfico a seguir:

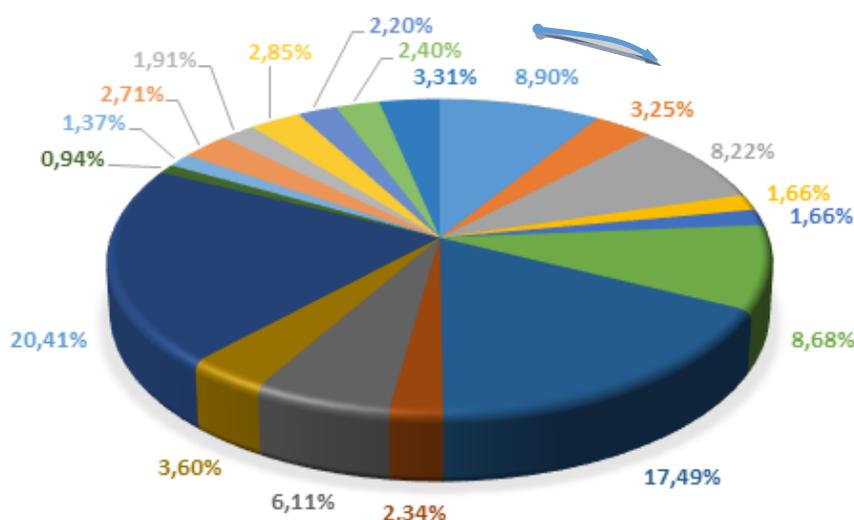


O *campus* Sede do Maracanã possui o maior número de alunos matriculados e de respondentes, dentre todas as Unidades ou *campi*. Em seguida, aparecem os *campi* de Nova Iguaçu, Itaguaí, Nova Friburgo, Petrópolis, Angra dos Reis e Valença. Os três cursos presenciais com o maior número de alunos matriculados e de respondentes são: o curso de Engenharia Mecânica do *campus* Sede, com 497 alunos matriculados e 305 respondentes, conforme apresentado na Tabela 2.2, seguido pelos cursos de Engenharia Civil, com 455 alunos matriculados e 288 respondentes, e de Engenharia de Produção da Sede, com 442 alunos matriculados e 313 respondentes, ambos

também do *campus* sede. Os cursos mais recentes que participaram dessa pesquisa foram os implantados em 2014, 2015 e 2016.1: Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (2014.1) no *campus* sede, Engenharia Mecânica (2014.1) no *campus* Nova Iguaçu, Sistemas de Informação (2014.1) e Engenharia Elétrica (2015.2) no *campus* Nova Friburgo, Engenharia de Computação (2014.1) e Turismo (2015.1) no *campus* Petrópolis, Engenharia de Produção no *campus* Itaguaí (2015.1), Engenharia Metalúrgica (2015.1) e Engenharia Elétrica (2016.1) no *campus* Angra dos Reis e Engenharia de Alimentos (2014.1) e Administração (2015.1) no *campus* Valença. De forma geral, quando um curso novo é criado, ele só é incluído na pesquisa, após o primeiro ano de curso, para que haja tempo hábil dos alunos conhecerem e formarem uma opinião sobre o curso, seus professores e a Instituição.

O gráfico a seguir mostra a distribuição de alunos respondentes por habilitação. O número de alunos do curso de Administração corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Itaguaí. O número de alunos do curso de Engenharia de Controle e Automação ilustrado corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Iguaçu. O número de alunos do curso de Engenharia de Produção ilustrado corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Iguaçu e os de Itaguaí (todos de cursos presenciais). O número de alunos do curso de Engenharia Elétrica corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Friburgo e os de Angra dos Reis. O número de alunos do curso de Engenharia Mecânica ilustrado corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Iguaçu, os de Itaguaí e os de Angra dos Reis. Já o número de alunos do curso de Licenciatura em Física ilustrado corresponde ao somatório dos alunos de Petrópolis com os de Nova Friburgo. A habilitação com o maior número de alunos respondentes corresponde ao curso de Engenharia Mecânica, seguido do curso de Engenharia de Produção.

DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS RESPONDENTES



■ Administração (312 ->8,90%)
■ Ciência da Computação (114 -> 3,25%)
■ Engenharia Civil (288 -> 8,22%)
■ Engenharia de Alimentos (58 -> 1,66%)
■ Engenharia de Computação (581 ->66%)
■ Engenharia de Contr. e Auto. (304 ->8,68%)
■ Engenharia de Produção (613 ->17,49%)
■ Engenharia de Tele. (82 ->2,34%)
■ Engenharia Elétrica (214 ->6,11%)
■ Engenharia Eletrônica (126 ->3,60%)
■ Engenharia Mecânica (715 ->20,41%)
■ Engenharia Metalúrgica (33 ->0,94%)
■ Línguas Estrang. Aplicadas às N.I. (48 ->1,37%)
■ Sistemas de Informação (95 ->2,71%)
■ Turismo (67 -> 1,91%)
■ Gestão Ambiental (100 -> 2,85%)
■ Gestão de Turismo (77 -> 2,20%)
■ Sistemas para Internet (84 -> 2,40%)
■ Licenciatura em Física (116 -> 3,31%)

Respondentes	Campi	No	%
Alunos do Curso de Administração	Maracanã + Itaguaí	312	8,90
Alunos do Curso de Ciência da Computação	Maracanã	114	3,25
Alunos do Curso de Engenharia Civil	Maracanã	288	8,22
Alunos do Curso de Engenharia de Alimentos	Valença	58	1,66
Alunos do Curso de Engenharia de Computação	Petrópolis	58	1,66
Alunos do Curso de Engenharia de Controle e Automação	Maracanã + Nova Iguaçu	304	8,68
Alunos do Curso de Engenharia de Produção	Maracanã + Nova Iguaçu+ Itaguaí	613	17,49
Alunos do Curso de Engenharia de Telecomunicações	Maracanã	82	2,34
Alunos do Curso de Engenharia Elétrica	Maracanã + Nova Friburgo + Angra	214	6,11
Alunos do Curso de Engenharia Eletrônica	Maracanã	126	3,60
Alunos do Curso de Engenharia Mecânica	Maracanã + Nova Iguaçu+ Itaguaí + Angra	715	20,41
Alunos do Curso de Engenharia Metalúrgica	Angra dos Reis	33	0,94
Alunos do Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	Maracanã	48	1,37
Alunos do Curso de Sistemas de Informação	Nova Friburgo	95	2,71
Alunos do Curso de Turismo	Petrópolis	67	1,91
Alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental	Maracanã	100	2,85
Alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo	Nova Friburgo	77	2,20
Alunos do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet	Maracanã	84	2,40
Alunos do Curso de Licenciatura em Física	Petrópolis + Nova Friburgo	116	3,31
Total:		3504	100%

Avaliação semelhante foi realizada com os alunos da pós-graduação, conforme ilustrado na tabela 2.4, a seguir. No entanto, neste caso, decidiu-se focar a avaliação nos alunos da pós-graduação stricto sensu, com auxílio da própria secretaria da pós-graduação do Maracanã. Para o caso dos alunos da pós-graduação, o DTINF cria o link

para o questionário e este é encaminhado à secretaria da pós-graduação para distribuição aos alunos. Nesse caso, o DTINF não tem acesso para colocar o questionário *on-line* no momento de confirmação de matrícula, como foi feito com os alunos da graduação. Cabe lembrar, também, que as matrículas dos alunos da graduação e dos alunos da pós-graduação ocorrem em momentos diferentes.

Tabela 2.4 – Alunos de Pós-Graduação

ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO		
Total de Alunos (TA) Matriculados; N° de Alunos de Respondentes (RA)	TA	RA
Unidade Sede (Maracanã)		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Stricto Sensu)		
Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO) ¹	46	-
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	84	1
Mestrado em Engenharia Elétrica (PPEEL)	42	3
Mestrado em Ciências, Tecnologia e Educação (PPCTE)	37	-
Mestrado em Relações Étnico-Raciais (PPRER)	71	1
Mestrado em Filosofia e Ensino (PPFEN)	36	-
Mestrado em Ciência da Computação	10	-
Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO)	10	-
Doutorado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	17	-
Doutorado em Ciências, Tecnologia e Educação (PPCTE)	38	3
Doutorado em Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO)	19	-
Total de Alunos de Pós-Graduação -Stricto Sensu	410	8
Total de Alunos de Pós-Graduação -Stricto Sensu Matriculados Habilitados²	235	
Porcentagem de Alunos de Pós-Graduação -Stricto Sensu Respondentes	3,4%	
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)³		
Especialização em Educação Tecnológica (Universidade Aberta do Brasil) ⁴	180	-
Relações Étnico-Raciais e Educação	29	-
Ensino de Línguas Adicionais	14	-
Ensino de Filosofia com Ênfase na Prática Docente	13	-
Total de Alunos de Pós-Graduação -Lato Sensu	236	-
Campus Nova Friburgo		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Modelagem Matemática na Educação	11	-
Turismo Sustentável	16	-
Campus Petrópolis		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Matemática Computacional Aplicada	4	-
Campus Angra		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Engenharia Mecânica com Ênfase em Eficiência Energética	9	-
Campus Valença		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino	30	-
Total de Alunos de Pós-Graduação – Lato Sensu (todas as Unidades)	306	-
Total de Alunos de Pós-Graduação (Stricto Sensu + Lato Sensu) (todas as Unidades)	716	

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES 2017.

¹O antigo PPTec (Mestrado em Tecnologia) mudou o seu nome para PPPRO.

²Total de alunos habilitados: Alunos do curso de Doutorado do PPCTE e dos cursos de Mestrado do PPEMM +PPEEL+ PPRER+ PPCTE = 38+84+42+71=235. Alguns programas não participaram da pesquisa por serem novos ou outro motivo.

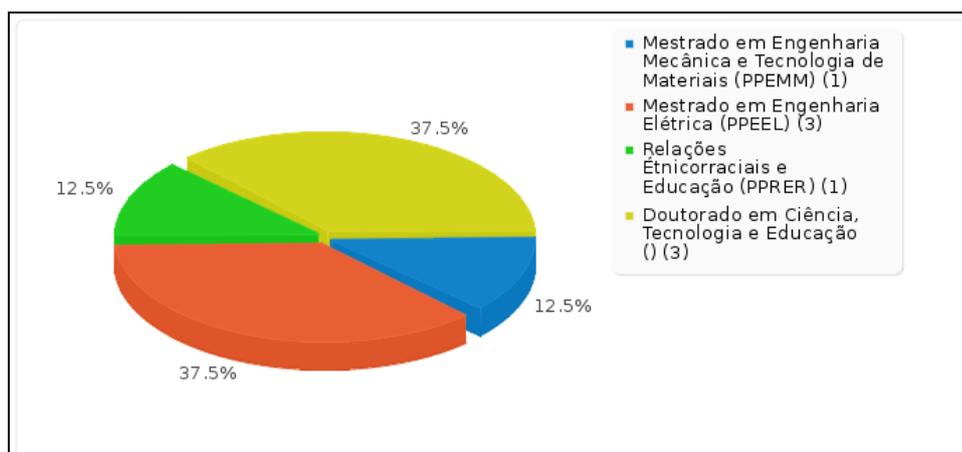
³Os cursos *Lato Sensu* não participam da pesquisa.

⁴Compreende os polos: Campo Grande, Nova Friburgo, Miguel Pereira, Niterói, Paracambi, Resende, São Gonçalo e Três Rios.

Considerando que os cursos da pós-graduação *Lato Sensu* não são permanentes e mudam de acordo com a demanda, resolveu-se direcionar a pesquisa para os alunos da pós-graduação *Stricto Sensu*.

Observa-se que o número de alunos respondentes da pós-graduação *Stricto Sensu*, corresponde a 3,4% do total de matriculados habilitados. Não se pode esquecer que tais alunos são convidados a participar e não conduzidos ao processo como os de graduação. No entanto, em virtude da baixa representatividade desse segmento, não se pode tirar maiores conclusões nesse caso.

Para uma ideia da distribuição de alunos da pós-graduação *Stricto Sensu* respondentes por curso, pode-se observar o gráfico a seguir:



Os alunos de graduação e de pós-graduação avaliaram a Instituição, o curso a que pertenciam e os professores das disciplinas que estavam cursando ou haviam acabado de cursar. A última avaliação citada, alunos avaliando professores, foi feita de forma geral, onde os alunos avaliam o grupo de professores do período encerrado. No entanto, a ideia inicial era uma avaliação individual na qual, após finalizados os trabalhos, cada professor poderia ter acesso à sua avaliação. Porém, para isso, o aluno deveria acessar sua grade de disciplinas. Deveria, então, clicar em uma por uma e fazer as respectivas avaliações. Sabendo da quantidade de dados envolvidos e dos testes de prováveis erros pelo DTINF, optou-se por uma análise mais geral. Uma vez realizados todos os testes para a segurança deste tipo de avaliação, esta poderá ser utilizada em futuras análises. É importante lembrar que tal procedimento necessitará de maior tempo disponível por parte dos alunos para o questionário, pois muitos cursam diversas disciplinas. Talvez a solução seja desmembrar o instrumento, aplicando este tipo de avaliação em um momento diferente da aplicação do questionário geral.

2.2.2-População: Corpo Docente

A população de docentes considerada na análise realizada pela comissão, voltada para a Educação Superior, está ilustrada na Tabela 2.5. Como todos os professores da pós-graduação são professores também da graduação ou do técnico, eles estão incluídos na referida tabela. Não há professores que atuam somente na pós-graduação.

Tabela 2.5 – Professores Participantes do Processo de Avaliação

DOCENTES QUE ATUAM NO ENSINO SUPERIOR	
Nº de Respondentes¹ (RP)	RP
Unidade Sede (Maracanã)	
Profs. do Depto. de Administração	17
Profs. do Depto. de Informática (Ciência da Computação)	15
Profs. do Depto. de Engenharia Civil	17
Profs. do Depto. de Engenharia de Controle e Automação	9
Profs. do Depto. de Engenharia de Produção	18
Profs. do Depto. de Engenharia de Telecomunicações	7
Profs. do Depto. de Engenharia Elétrica	10
Profs. do Depto. de Engenharia Eletrônica	9
Profs. do Depto. de Engenharia Mecânica	27
Profs. do Depto. de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	13
Profs. do Depto. de Ciências Aplicadas	10
Profs. do Depto. de Física	11
Profs. do Depto. de Matemática	14
Profs. dos Deptos. Superiores de Tecnologia (Gestão Ambiental e Sistemas para Internet)	11
Total de Professores da Unidade Maracanã Respondentes	188
Total de Professores que atuam na Pós <i>Stricto Sensu</i> do Maracanã Respondentes	62
Campus Nova Iguaçu	
Profs. da Coord. de Engenharia de Controle e Automação	20
Profs. da Coord. de Engenharia de Produção	13
Profs. da Coord. de Engenharia Mecânica	10
Profs. da Coord. de Disciplinas Básicas e Gerais	14
Total de Professores da Unidade Nova Iguaçu Respondentes	57
Campus Nova Friburgo	
Profs. da Coord. de Engenharia Elétrica	10
Profs. da Coord. de Sistemas de Informação	14
Profs. da Coord. do Superior de Tecnologia (Tecnólogo em Gestão de Turismo)	9
Profs. da Coord. de Licenciatura em Física	15
Professores da Unidade Nova Friburgo Respondentes	48
Campus Petrópolis	
Profs. da Coord. de Engenharia de Computação	19
Profs. da Coord. de Turismo	16
Profs. da Coord. de Licenciatura em Física	19
Total de Professores da Unidade Petrópolis Respondentes	54
Campus Itaguaí	
Profs. da Coord. de Engenharia de Produção	13
Profs. da Coord. de Engenharia Mecânica	28
Total de Professores da Unidade Itaguaí Respondentes	41
Campus Angra	
Profs. da Coord. de Engenharia Elétrica	4
Profs. da Coord. de Engenharia Mecânica	10
Profs. da Coord. de Engenharia Metalúrgica	7
Profs. da Coord. de Disciplinas Básicas e Gerais	11
Total de Professores da Unidade Angra Respondentes	32
Campus Valença	
Profs. da Coord. de Administração	11
Profs. da Coord. de Engenharia de Alimentos	16
Total de Professores da Unidade Valença Respondentes	27
Total de Professores Respondentes que atuam no Ensino Superior (todas as Unidades)	447
Total de Professores da Instituição que atuam no Ensino Superior² (todas as Unidades)	488
Porcentagem de Professores Respondentes que atuam no Ensino Superior (todas as Unidades)	91,6%

¹O número de profs respondentes refere-se aos lotados nos respectivos Deptos/Coords, atuantes em seus cursos ou em algum outro. Além disso, estão incluídos os professores do técnico que ministram aulas nos respectivos Deptos/Coords.

²A soma nem sempre corresponde ao total dos professores indicados porque alguns professores lotados no técnico que dão aula no superior respondem ao questionário, mas não indicam corretamente o departamento mais adequado, conforme solicitado na pesquisa.

³Dados fornecidos pela COGRA, referentes ao Censo de 2016.

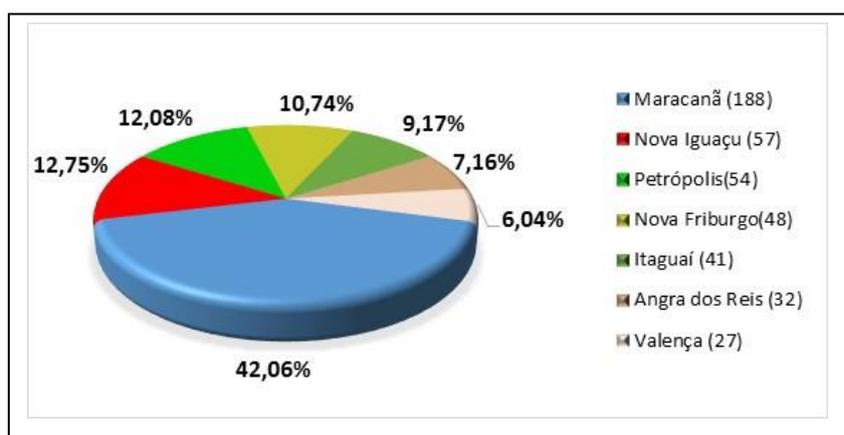
Os docentes avaliaram a Instituição e o curso relacionado ao departamento em que estão lotados, a partir dos questionários aplicados. Como cada curso compreende docentes de diversas áreas, foi necessário optar por um critério de avaliação. Com o critério adotado, o professor lotado no Departamento de Engenharia Elétrica, por exemplo, que ministra Eletricidade para o curso de Engenharia Mecânica e outras disciplinas em seu departamento avaliará o curso de Engenharia Elétrica e assim por diante.

Deve-se lembrar que alguns professores estão lotados em um determinado departamento, mas lecionam em outro. Este é o caso, por exemplo, dos professores lotados no Departamento de Engenharia Mecânica, mas que dão aula unicamente na Engenharia de Produção. Tais professores avaliarão o curso de Engenharia Mecânica e aparecerão como respondentes de tal curso, mas não estão contados no total de professores atuantes do curso. São professores colaboradores. Além disso, o total de professores respondentes inclui também os professores do técnico que ministram aulas nos respectivos departamentos. Em virtude da complexidade que envolve cada programa de curso e respectivos docentes, que podem ministrar aulas em mais de um curso, fica difícil encontrar uma metodologia ótima de avaliação. No entanto, considerando uma série de fatores, decidiu-se optar pela avaliação do professor em relação à Instituição e, também, ao curso associado ao departamento de sua lotação.

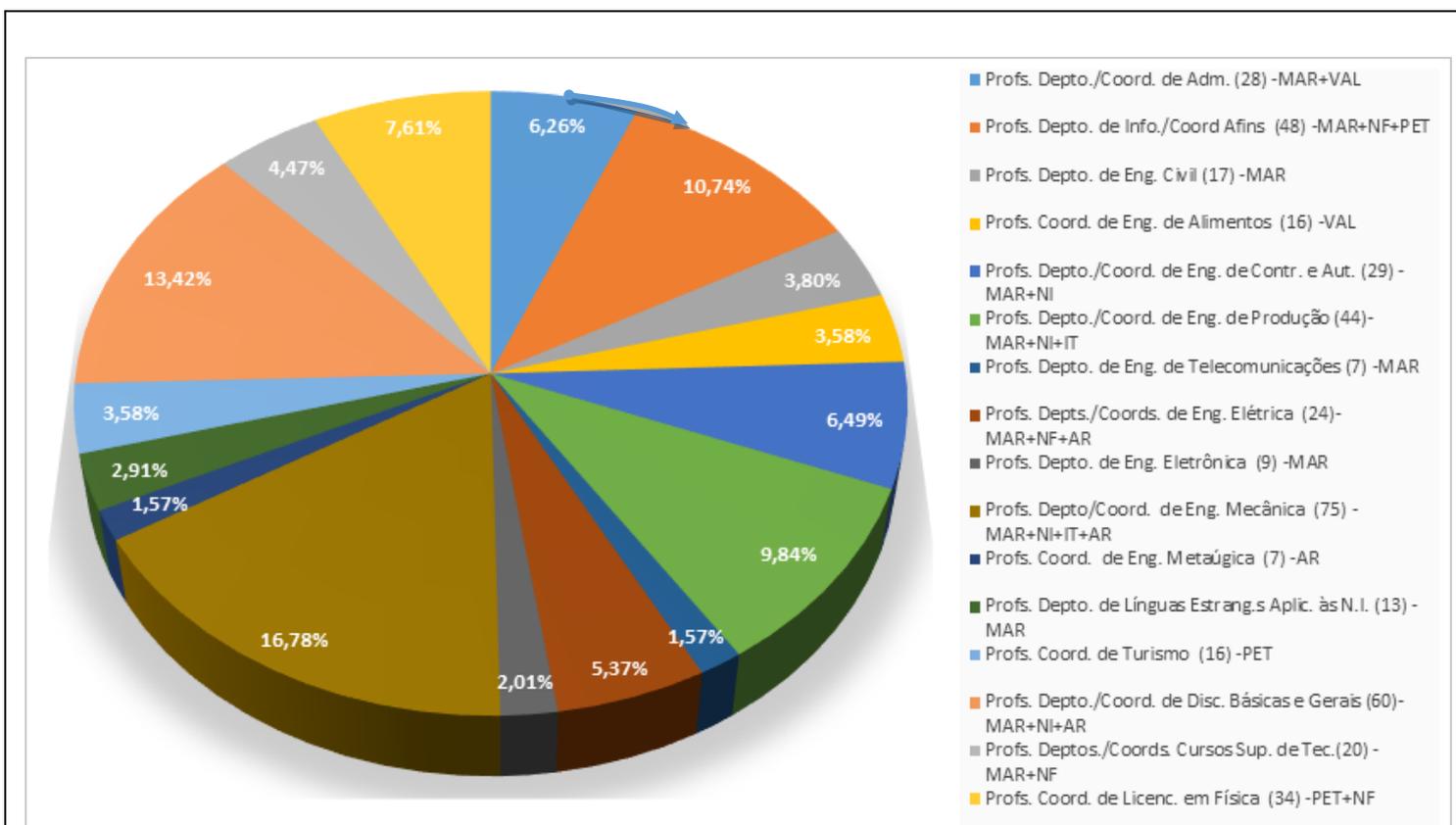
Os professores do antigo Departamento de Disciplinas Básicas e Gerais do Maracanã foram distribuídos nos Departamentos de Matemática, Física e Ciências Aplicadas. Tais professores ministram aulas nos períodos iniciais de diversos cursos como, por exemplo, aulas de Cálculo, Física, Desenho, entre outras. Para os professores que também atuam na pós-graduação, foi solicitada uma avaliação neste nível, conforme questionário em anexo. Convém mencionar que a maioria dos professores da pós-graduação está lotada nos Departamentos ou Coordenações da Graduação.

Como pode-se verificar, mesmo os professores sendo conduzidos ao questionário no momento do lançamento de notas, o número de respondentes não foi de 100%, embora possa ser considerado bom. Isto ocorreu porque alguns professores realizam o lançamento de notas diretamente através de um *link*, não passando necessariamente pela entrada do Portal do professor.

A distribuição dos professores respondentes por *campus*, pode ser observada no gráfico a seguir:



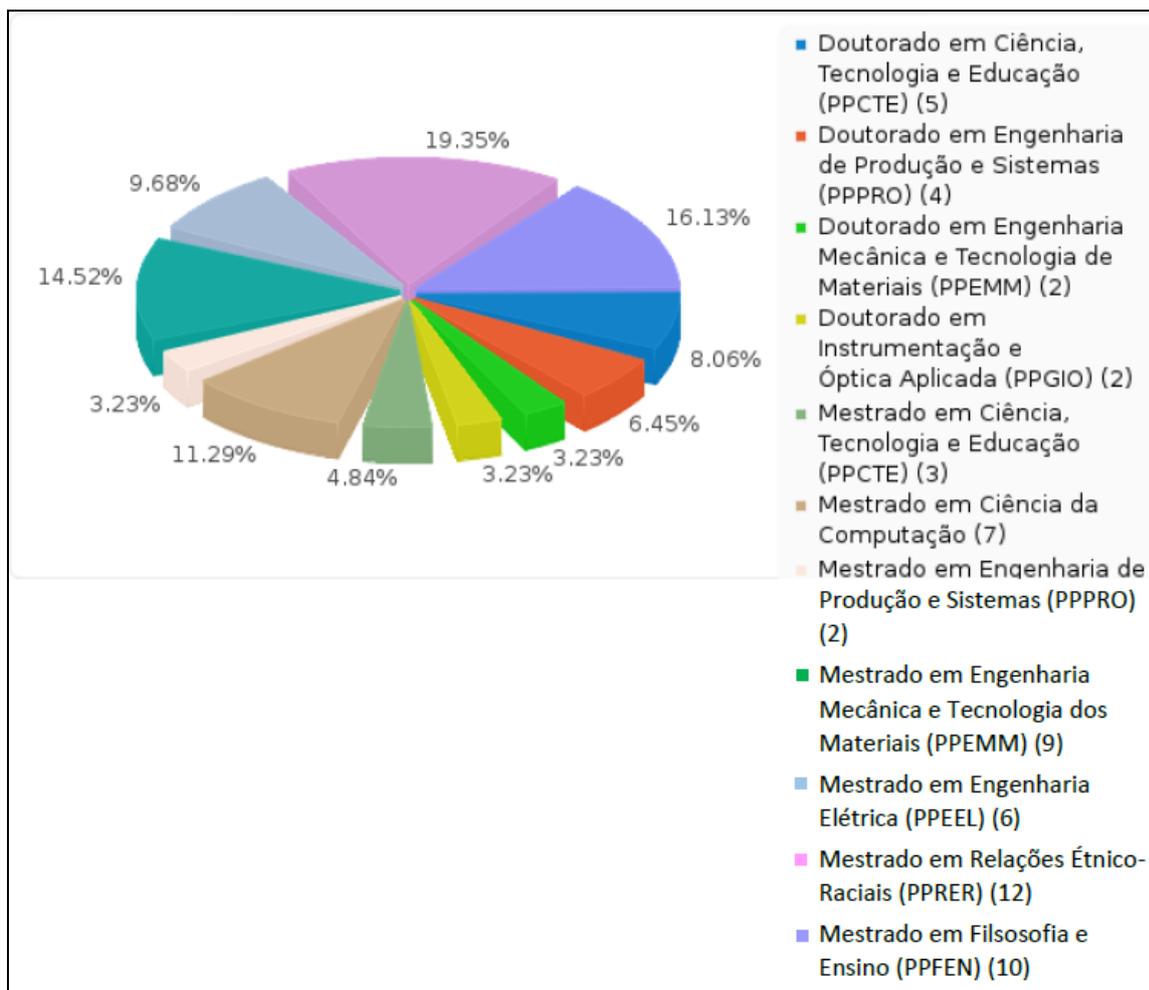
O próximo gráfico mostra a distribuição dos docentes respondentes por Departamento/Coordenação.



Distribuição dos Professores da Graduação Respondentes	Unidade(s)	No	%
Profes. do Depto. de Administração	Maracanã + Valença	28	6,26
Profes. do Depto de Informática (Ciência da Computação)/Coord. Afins (Sistema de Informação + Engenharia de Computação)	Maracanã + Nova Friburgo + Petrópolis	48	10,74
Profes. do Depto. de Engenharia Civil	Maracanã	17	3,80
Profes. da Coord. de Engenharia de Alimentos	Valença	16	3,58
Profes. do Depto./Coord. de Engenharia de Controle e Automação	Maracanã + Nova Iguaçu	29	6,49
Profes. do Depto./Coord. de Engenharia de Produção	Maracanã + Nova Iguaçu + Itaguaí	44	9,84
Profes. do Depto. de Engenharia de Telecomunicações	Maracanã	7	1,57
Profes. do Depto./Coord. de Engenharia Elétrica	Maracanã + Nova Friburgo + Angra	24	5,37
Profes. do Depto. de Engenharia Eletrônica	Maracanã	9	2,01
Profes. do Depto./Coord. de Engenharia Mecânica	Maracanã + Nova Iguaçu + Itaguaí + Angra	75	16,78
Profes. da Coord. de Engenharia Metalúrgica	Angra	7	1,57
Profes. do Depto. de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	Maracanã	13	2,91
Profes. da Coord. de Turismo	Petrópolis	16	3,58
Profes. dos Depts. de Ciências Aplicadas, Física, Matemática ¹ /Coord.de Disciplinas Básicas e Gerais	Maracanã + Nova Iguaçu+ Angra	60	13,42
Profes. dos Depts./Coords. Cursos Superiores de Tecnologia	Maracanã + Nova Friburgo	20	4,47
Profes. das Coord. de Licenciatura em Física	Petrópolis + Nova Friburgo	34	7,61
Total:		447	100

¹O Antigo Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais da Sede corresponde atualmente aos Depts de Matemática, Física e Ciências Aplicadas da Unidade Maracanã.

Para uma ideia da distribuição dos 62 professores indicados na Tabela 2.5 que também atuam na pós-graduação *Stricto Sensu* respondentes por curso de maior carga horária, pode-se observar o gráfico a seguir:



2.2.3-População: Corpo Técnico-Administrativo

O total de técnico-administrativos da Instituição, conforme apresentado na Tabela 1.7, em 2016, era de 624 técnicos. Considerando a Sede e os *campi* com ensino superior que participaram da pesquisa, o total era de 585 técnico-administrativos. Cabe lembrar que somente o *campus* Maria da Graça, com 39 técnicos, não possui ensino superior. A população de técnico-administrativos considerada na análise realizada em 2016.2 que avaliou o CEFET/RJ está ilustrada na Tabela 2.6, a seguir:

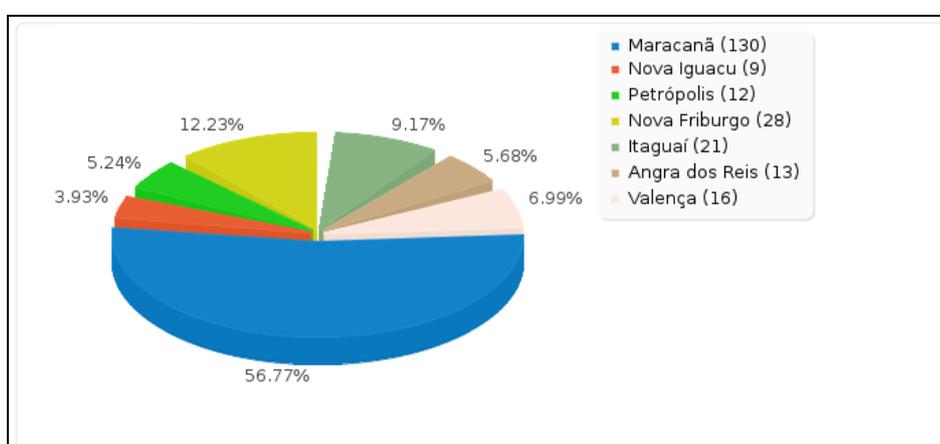
Tabela 2.6 – Técnico-Administrativos Participantes do Processo de Avaliação

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS			
Total de Técnico-administrativos (TT)*; Nº de Respondentes (RT); % de Respondentes	TT*	RT	%
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Sede Maracanã	407	130	31,9
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Nova Iguaçu	42	9	21,4
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Nova Friburgo	26	28	100,0
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Petrópolis	28	12	42,9
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Itaguaí	30	21	70,0
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Angra dos Reis	26	13	50,0
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Valença	26	16	61,5
Total de técnico-administrativos da Instituição (todas as Unidades)	585	229	39,2

*Fonte: DRH, dez./2016.

O número de respondentes desse segmento aumentou significativamente, considerando que em 2015 a porcentagem foi de apenas 10,6% e em 2016, de 39,2%. O aumento ocorreu porque o processo de sensibilização desse segmento foi mais intenso em 2016, como mencionado anteriormente no item 2.1, que trata da Metodologia e Instrumentos. Apesar desse aumento, ainda é necessário melhorar esse índice para resultados ainda mais representativos. O maior número de respondentes, 130, ocorreu na Sede, porém em termos de porcentagem corresponde a apenas 31,9% do total de técnicos do Maracanã. Em termos de porcentagem, constata-se que os três *campi* com as maiores porcentagens de respondentes são os *campi* Nova Friburgo com 100,0% do total de técnico-administrativos da Unidade, Itaguaí com 70,0% e Valença com 61,5%. Cabe observar que o número de respondentes de Nova Friburgo está maior do que o seu total. Isso pode ter ocorrido em virtude da saída de alguns servidores do *campus* entre a realização do questionário e o final de 2016, quando é feita a coleta de dados.

Para uma ideia da distribuição dos técnico-administrativos respondentes por *campus*, pode-se observar o gráfico a seguir:



O baixo índice participativo dos técnico-administrativos, comparado à participação dos professores e alunos, se deve ao fato de os técnico-administrativos serem convidados a participar, não sendo obrigatoriamente conduzidos ao processo, tais como os professores e os alunos da graduação. Em relação ao total de técnico-administrativos respondentes, a Sede obviamente alcançou o maior número, correspondente a 56,77%, seguida por Nova Friburgo, com 12,23%.

A avaliação referente a 2016 envolveu, portanto, 4188 respondentes, sendo 3504 (75,8%) alunos de graduação, 8 (3,4%) alunos de pós-graduação, 447 (91,6%) professores que atuam no superior e 229 (39,2%) técnico-administrativos.

A avaliação referente a 2015 envolveu, 4503 respondentes, sendo 4114 (100%) alunos de graduação, 37 (16%) alunos de pós-graduação, 294 (82,8%) professores e 58 (10,6%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2013/2014 envolveu 3629 respondentes, sendo 3299 (85,4%) alunos de graduação, 22 (10,3%) alunos de pós-graduação, 299 (100%) professores e 9 (2,5%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2012 envolveu 3173

respondentes, sendo 2825 (77,8%) alunos de graduação, 45 (23,3%) alunos de pós-graduação, 263 (90,7%) professores e 40 (10,3%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2011 envolveu 3378 respondentes, sendo 3091 (92,0%) alunos de graduação, 33 (20,0%) alunos de pós-graduação, 231 (77,5%) professores e 23 (5,7%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2010 envolveu 3614 respondentes, sendo 3348 (97,7%) alunos de graduação, 41 (13,6%) alunos de pós-graduação, 197 (62,7%) professores e 28 (7,2%) técnico-administrativos. A avaliação realizada em 2009 envolveu 586 respondentes no total. Vale observar, que, embora a porcentagem referente aos alunos tenha diminuído em 2016, houve um aumento das porcentagens referentes aos outros segmentos.

Como já citado no item 1.4, o desenvolvimento do relatório foi estruturado em cinco eixos, que agrupam as dez dimensões de avaliação.

3.1 – Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Esse relatório parcial engloba os eixos 2, 3 e 4. O eixo 1, Planejamento e Avaliação Institucional, que compreende a dimensão 8, foi avaliado no relatório do ano anterior e está disponível no site da Instituição para consulta, tendo obedecido a estrutura apresentada a seguir.

3.1.1 – Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da Instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.

a.2) Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

b.2) Fragilidades

c) Ações com base na análise

3.2 – Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

3.2.1 – Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Finalidades, objetivos e compromissos da Instituição, explicitados em documentos oficiais.

Consideradas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ assume como missão institucional promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico dessa sociedade. A Instituição tem como visão tornar-se Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro.

A missão, a visão, os valores, as finalidades, os objetivos e as metas da Instituição estão registrados de forma explícita e clara no PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI, com vigência 2015-2019. O PDI é um instrumento de planejamento e gestão elaborado para um período de cinco anos, construído com ampla participação de servidores e estudantes, que considera a identidade da instituição, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, bem como à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver (MEC/SESu, 2004).

Orientadas pela legislação vigente, constituem finalidades prioritárias da Instituição citadas no PDI (2015-2019):

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- Ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*;
- Ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e a à especialização de profissionais prioritariamente na área tecnológica;
- Realizar pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de soluções e estendendo seus benefícios à sociedade;
- Promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

O objetivo geral da Instituição, conforme consta no documento, é promover o desenvolvimento institucional do CEFET/RJ, visando à sua inserção nos cenários local, nacional e internacional, na perspectiva da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, mantendo o caráter de um centro de excelência e futura universidade pública, gratuita, de qualidade, inserida na realidade social, participando da formulação das políticas públicas e contribuindo para o desenvolvimento científico, integrador, inclusivo e tecnológico do país.

Os objetivos específicos a seguir devem orientar a política de ação do CEFET/RJ, no período compreendido entre 2015 e 2019:

Eixo	Objetivos
Compromisso Social	Consolidar e ampliar a inserção do CEFET/RJ no desenvolvimento socioeconômico, cultural, político e científico em níveis local, regional e nacional.
	Criar mecanismos de ampliação dos espaços de interlocução do CEFET/RJ com a sociedade, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento das demandas sociais e do desenvolvimento do país.
	Participar, em nível local, regional e nacional, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social.
	Consolidar e ampliar parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social.
	Promover a representação do CEFET/RJ nos diversos conselhos, comitês e organizações de fomento a projetos acadêmico-institucionais.
	Democratizar as condições de acesso aos cursos do CEFET/RJ.
	Estabelecer políticas facilitadoras da integração da comunidade acadêmica <i>intracampus</i> , <i>intercampi</i> e com os grupos organizados da sociedade, especialmente na área de atuação do CEFET/RJ.
Aperfeiçoamento Institucional & Planejamento e Gestão	Otimizar e manter os recursos infraestruturais, materiais e financeiros, implementando estratégias para a utilização plena da capacidade do CEFET/RJ.
	Consolidar e ampliar a expansão do CEFET/RJ, fundamentada em ensino, pesquisa e extensão, de modo articulado com as políticas públicas da área.
	Consolidar as ações de capacitação dos docentes e dos servidores técnico-administrativos através da implementação de um programa de desenvolvimento, avaliação, desempenho e alocação, que respeite as habilidades de caráter pessoal e profissional, com reflexos na melhoria dos serviços essenciais às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
	Criar programas de valorização, reconhecimento e motivação das pessoas – servidores públicos – a fim de se perceberem como sujeitos da missão da universidade.
	Priorizar a contratação e fixação de doutores na instituição.
	Implementar oficinas de línguas estrangeiras e portuguesa para estudantes e servidores.
	Ampliação, manutenção e reestruturação das bibliotecas.
	Disponibilizar sistemas de informação para permitir o acompanhamento de uma forma integrada das informações institucionais de modo a dar suporte à gestão e ao planejamento estratégico.
	Proporcionar transparência e publicidade nas prestações de contas, tanto no que diz respeito às atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), quanto no que tange ao uso dos recursos de que dispõe.
	Adequar os espaços e sistemas institucionais, levando em conta o acesso das pessoas com deficiência.
	Fortalecer a comunicação como estratégia institucional.
	Criar, consolidar e/ou aperfeiçoar instrumentos, ações e meios de comunicação institucional com as comunidades interna e externa.
	Dar continuidade à atuação, junto aos órgãos competentes, com vistas a buscar o aumento do número de vagas de pessoal técnico-administrativo e docente, assim como do aumento/redimensionamento dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas (CD e FG), no intuito de adotar o modelo proposto para a transformação do CEFET/RJ em universidade.

Excelência Acadêmica	Ampliar e fortalecer a atuação dos órgãos colegiados do CEFET/RJ nos projetos político-institucionais.
	Participar, em nível local, regional e nacional, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.
	Promover revisão e atualização dos documentos legais do CEFET/RJ.
	Otimizar a capacidade de gestão institucional.
	Implementar sistemas de avaliação e monitoramento de indicadores, visando à melhoria da qualidade institucional do CEFET/RJ.
	Incentivar o desenvolvimento de programas inovadores, bem como o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, visando à crescente qualificação de pesquisadores e grupos de pesquisa, estimulando a divulgação do conhecimento produzido.
	Consolidar-se como produtor de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, de modo a contribuir para o desenvolvimento do país.
	Implementar uma política de democratização da informação, por meio do fortalecimento do sistema de bibliotecas e do acesso à internet e repositórios de dados.
	Promover a inserção qualificada da instituição no panorama acadêmico nacional e internacional, pela difusão da sua produção científica e tecnológica.
	Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer.
	Promover ações capazes de trazer ao cotidiano da vida acadêmica a discussão de estratégias e de atividades voltadas à questão socioambiental, no marco de uma formação profissional e cidadã.
	Melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, buscando envolver docentes e estudantes em processos e práticas pedagógicas nas quais ambos se reconheçam como produtores de conhecimento no âmbito da experiência de ensinar-aprender-pesquisar.
	Estimular a realização de projetos de pesquisa, que aperfeiçoem a produção científica e tecnológica, integrando os diversos níveis de ensino.
	Implementar políticas acadêmicas de integração do ensino, pesquisa, extensão e internacionalização, através de programas que envolvam de forma indissociável a produção e difusão do conhecimento, contribuindo para a formação dos alunos.
	Consolidar a extensão universitária como interface da universidade com diferentes segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação, estimulando o protagonismo estudantil.
	Reduzir a evasão dos estudantes nos cursos do CEFET/RJ.
	Consolidar as atividades baseadas em novas tecnologias de ensino presenciais, semipresenciais e a distância.
Promover o estudo para a ocupação das vagas ociosas, através de mecanismos diferenciados que contemplem a superação das causas da evasão estudantil.	

As metas propostas estão explicitadas no PDI e separadas pelos tópicos:

- Ensino
 - Ações acadêmico-administrativas
 - Incentivo à participação dos estudantes em ensino, pesquisa e extensão
 - Condições de ensino-aprendizagem e assistência estudantil
- Pesquisa
- Pós-graduação
- Extensão
- Gestão administrativa e financeira
- Comunicação interna e externa

No CEFET/RJ, a coordenação do PDI 2015-2019, bem como a formatação e a divulgação da metodologia inerente, ficou a cargo da Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES). A comunidade acadêmica foi chamada a participar da construção do PDI 2015-2019 por meio de convites no Portal, e-mails e cartazes distribuídos na Instituição. O registro desta divulgação se encontra no Portal, na aba PDI e pode ser encontrado em notícias.

O processo de estruturação do PDI 2015-2019 e a coleta de dados foram iniciados em março de 2013, pela Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), conforme consta no Portal³. Em 2014, essa mesma Diretoria realizou uma série de visitas aos *campi* para discutir o documento. Durante as visitas aos *campi* e em reuniões com os diretores sistêmicos foi estabelecido um processo formal estruturado para avaliar a organização. Essa ação antes do início do processo de intervenção estratégica permitiu a verificação de alguns elementos para projetar e construir o futuro da instituição, como: flexibilidade, vulnerabilidade, capacitação, disponibilidade de recursos estratégicos, sistema de vigilância estratégica.

Em fevereiro de 2014, os gestores do CEFET/RJ estabeleceram, em exercício, as diretrizes para os próximos anos da administração. Os diretores sistêmicos foram consultados em setembro de 2014 e aprovaram o cronograma para discussão do plano. No dia 1º de outubro de 2014, a comunidade foi chamada a contribuir. A DIGES recolheu as contribuições, essenciais para a composição do documento que objetiva atender aos anseios e direcionar os rumos da instituição.

Todos os servidores administrativos, docentes e discentes foram convidados, desde sempre, a participar do processo de construção do PDI e, mais efetivamente, desde 01/10/2014, momento em que se deu a abertura para contribuição da comunidade. O diretor-adjunto do CEFET/RJ, por solicitação da DIGES, percorreu todos os *campi* para esclarecer dúvidas e debater sobre a importância do documento e sua confecção.

Após sua construção, a versão definitiva do PDI foi aprovada pelo Conselho máximo da universidade (CODIR), e publicada no Portal para a consulta de toda a comunidade. O documento é amplamente consultado e considerado nas tomadas de decisões do corpo diretor e nas avaliações externas realizadas pelo MEC/INEP. A tabela a seguir, conforme consta no PDI 2015-2019, sintetiza as fases da elaboração do documento.

ETAPA	ATIVIDADE
PLANEJAMENTO	Diagnóstico estratégico
	Etapa de estudo (análise dos PDIs anteriores e levantamento dos marcos legais e instruções que norteiam a construção desse documento)
	Sistematização da metodologia e atividades de elaboração do PDI
	Desenvolvimento da estrutura base do documento
	Constituição da Comissão de Elaboração do PDI 2015-2019

³<http://www.cefet-rj.br/index.php/2015-06-02-18-40-13>

EXECUÇÃO	Sensibilização e abertura para contribuição da comunidade
	Criação de área no <i>site</i> com <i>e-mail</i> exclusivo e informações do PDI
	Coleta de dados Diretorias/ <i>campi</i>
	Consolidação de informações e construção da versão preliminar do PDI
CONTROLE	Apreciação da versão preliminar pelos Conselhos competentes e Diretorias dos <i>campi</i>
	Divulgação do PDI para a comunidade interna
AJUSTE	Tratamento de proposições e revisão final do documento
	Envio do PDI para aprovação do CODIR
	Revisão da versão final pela Divisão de Comunicação Social (DICOM)
	Publicação e divulgação do PDI

O PDI está condizente com a estrutura determinada pelo art.16 do Decreto n.5773/2006. A composição do documento foi fundamentada nas diretrizes e eixos temáticos afixados pelo MEC para elaboração do PDI, adaptados às especificidades da instituição. O documento atende o conjunto de normas vigentes, listadas a seguir:

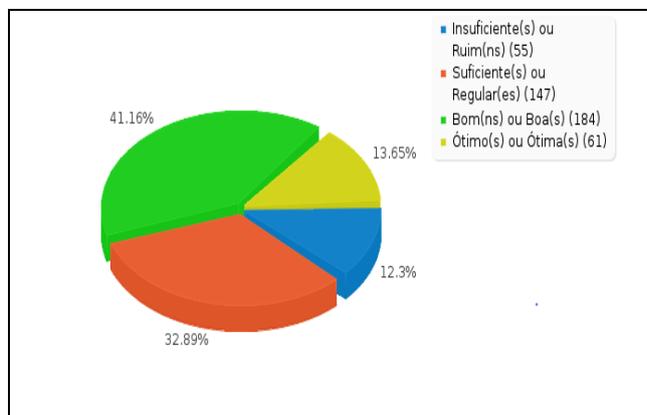
- **Lei nº 10.861/2006**, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento da eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social;
- **Art. 16 do Decreto nº 5.773/2006**, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, o qual exige adequação dos procedimentos de elaboração e análise do PDI;
- **Instruções para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional**, desenvolvidas a partir do artigo supracitado. Constituem um roteiro estabelecido pela Secretaria da Educação Superior do MEC (SESu) com o propósito de dar apoio às instituições e subsidiar a confecção de seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Para obter a percepção da comunidade do CEFET/RJ sobre a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional foram formuladas pela CPA três questões que fizeram parte do questionário aplicado.

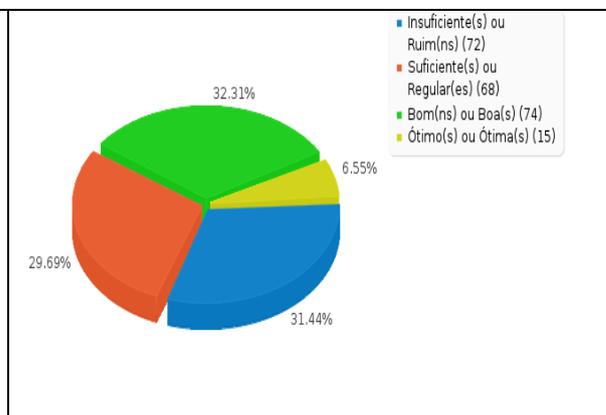
Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

☞ Como você avalia o seu conhecimento com relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do CEFET/RJ?

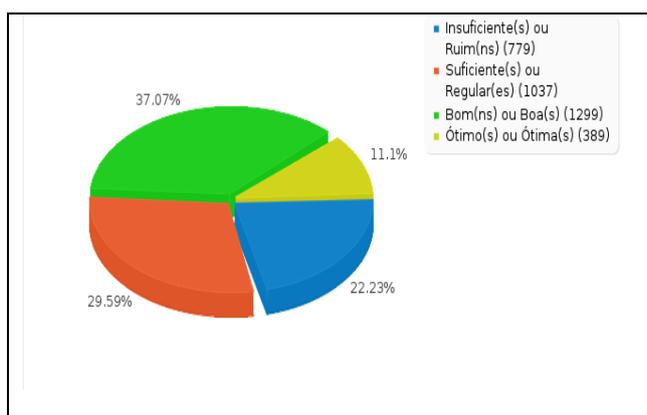
Docentes



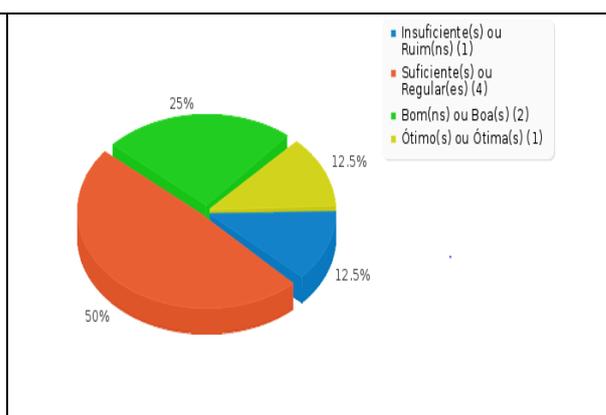
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-Graduação

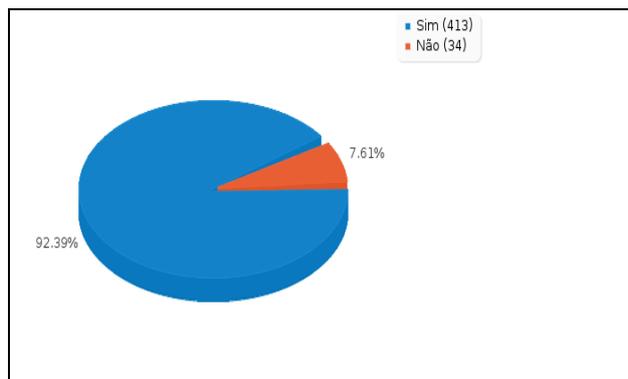


Considerando a comunidade acadêmica que respondeu ao questionário, os gráficos mostram que 12,3% dos docentes admitem que o seu conhecimento do PDI é insuficiente, seguidos de 12,5% dos alunos da pós-graduação, 22,23% dos discentes da graduação e 31,44% dos técnico-administrativos. O restante pesquisado da comunidade acadêmica afirma possuir conhecimento suficiente, bom ou ótimo. Sendo assim, ainda é necessário um trabalho de divulgação, principalmente junto aos técnicos e alunos de graduação para reduzir os índices referentes ao desconhecimento da missão.

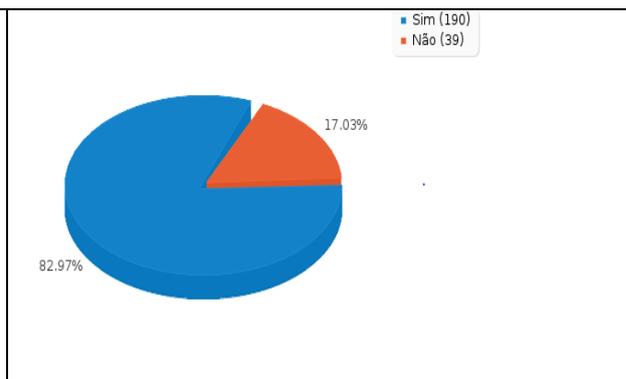
Vale observar o comportamento da comunidade diante da mesma questão na avaliação de 2013/2014. Naquela ocasião, 11,11% dos técnicos, 16,05% dos docentes, 22,73% dos discentes da pós-graduação e 28,4% dos alunos de graduação responderam desconhecendo do PDI.



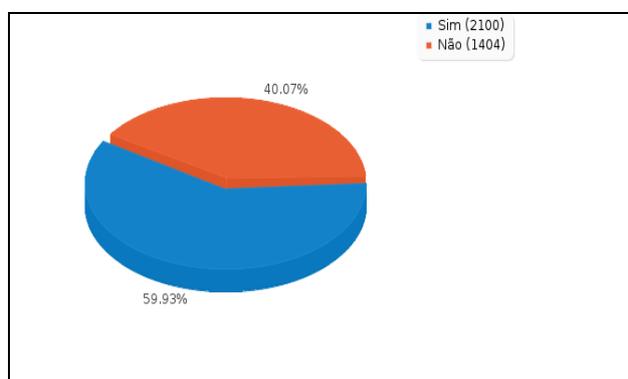
Docentes



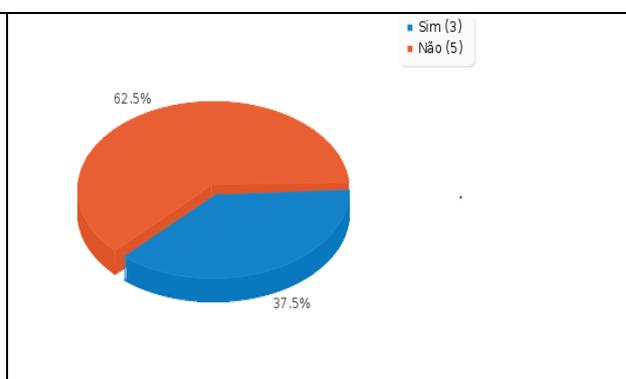
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



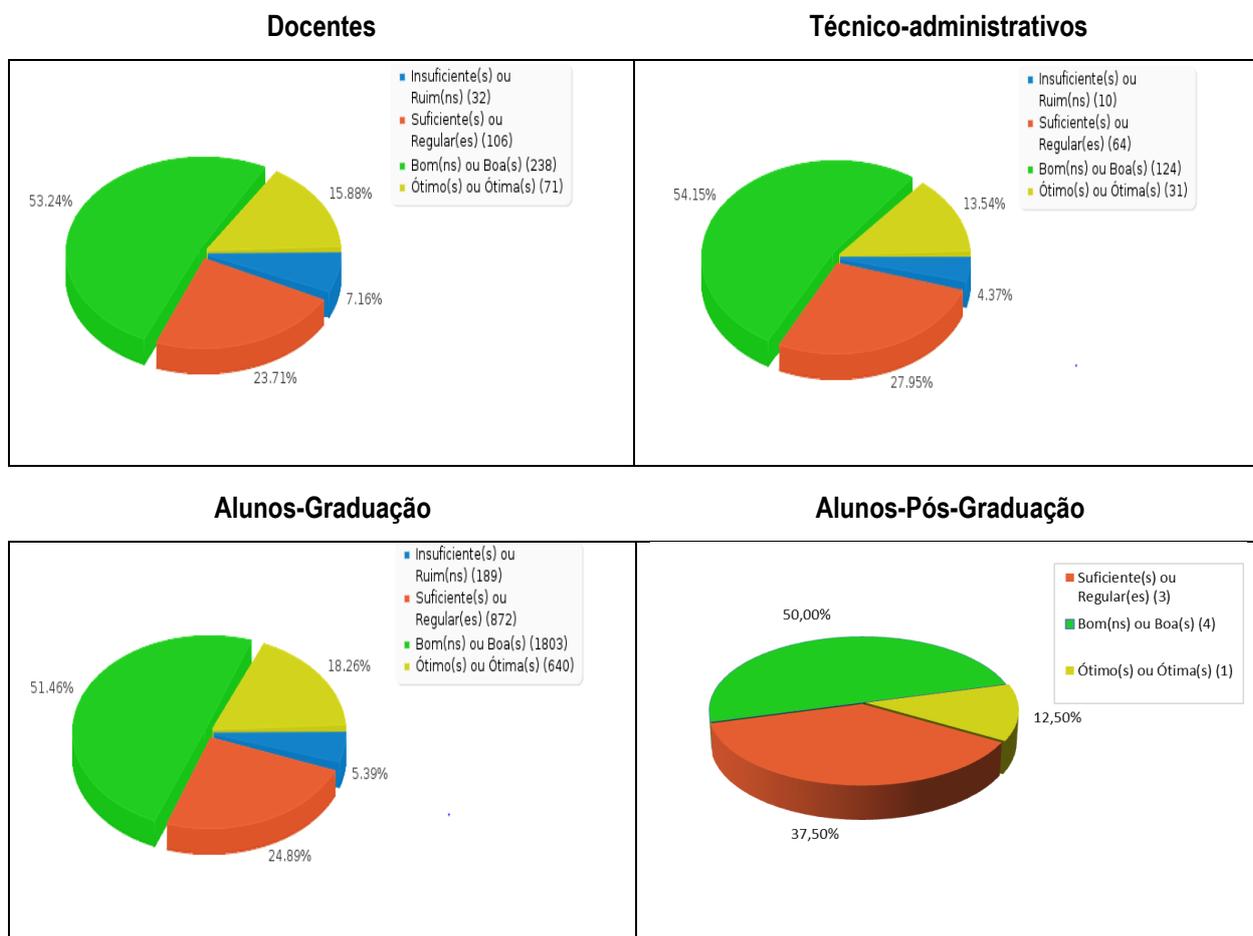
Alunos-Pós-Graduação



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que o percentual de professores e técnicos que desconhecem a missão do CEFET/RJ é 7,61% e 17,03%, respectivamente. Assim, a grande maioria indica conhecimento desse item. Com relação aos alunos, os resultados mostram que 40,07% dos alunos de graduação e 62,5% dos alunos da pós respondentes não sabem a missão de sua Instituição. Com relação aos alunos da pós, o baixo número de respondentes não permite tirar maiores conclusões a respeito desse segmento. No entanto, esse índice alto relativo aos alunos de graduação é preocupante e deve ser analisado para que as razões deste desconhecimento sejam identificadas e tratadas. Uma sugestão é incluir a missão da Instituição no Regimento Interno dos Alunos de Graduação, também conhecido como Manual do Aluno, que é um documento bastante consultado pelos estudantes de Graduação. Além disso, apesar dessa informação já constar no Portal da Instituição, pode-se inseri-la especificamente no Portal do Aluno e apresentá-la nas aulas inaugurais. Com relação aos alunos da pós-graduação pode-se proceder de forma semelhante.

Na avaliação realizada em 2013/2014, 10,7% dos docentes, 27,27% dos alunos da pós-graduação e 38,68% dos discentes da graduação respondentes declararam desconhecimento da missão. Já na avaliação dos técnicos, a totalidade dos respondentes afirmou conhecer a missão do CEFET/RJ.

☞ A missão do CEFET/RJ é “Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico cultural, tecnológico e econômico da sociedade.” Isso ocorre de forma...



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que uma pequena parte da comunidade considera que o CEFET/RJ cumpre sua missão de forma insuficiente, o equivalente a 4,37% dos técnicos, 5,39% dos discentes da graduação e 7,16% dos docentes. Vale ressaltar que na avaliação dos alunos da pós-graduação não houve o julgamento deste quesito como insuficiente. Assim, de forma geral, pode-se dizer que a maioria de todas as classes considera que a IES cumpre sua missão. Analisando por outra ótica, somando as parcelas bom e ótimo, tem-se 69,12% para os docentes, 67,69% para os técnico-administrativos, 69,72% para os alunos da graduação e 62,5% para os alunos da pós-graduação.

Na avaliação realizada em 2013/2014, 6,69% dos docentes, 9,09% dos alunos da pós-graduação e 9,91% dos discentes da graduação declararam que o CEFET/RJ cumpre sua missão de forma insuficiente. Vale ressaltar que na avaliação dos técnico-administrativos não houve o julgamento deste quesito como insuficiente. Analisando por outra ótica, somando as parcelas bom e ótimo, temos 63,88% para os docentes, 33,33% para os técnico-administrativos, 56,62% para os alunos da graduação e 81,82% para os alunos da pós-graduação. Tais dados mostram que essa questão já havia sido também muito bem avaliada pela comunidade.

a.2) Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da Instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.

Partindo de uma concepção de prática pedagógica adjetivada pelo termo dialógica, conforme proposto por Freire (1986), a construção do conhecimento é vista como um processo realizado por ambos os atores: professor e aluno, na direção de uma leitura crítica da realidade. Considerando essa perspectiva, a prática pedagógica pode ser pensada como expressa Fernandes (1999, p.159):

(...) Prática intencional de ensino e aprendizagem não reduzida à questão didática ou às metodologias de estudar e de aprender, mas articulada à educação como prática social e ao conhecimento como produção histórica e social, datada e situada, numa relação dialética entre prática-teoria, conteúdo-forma e perspectivas interdisciplinares.

Nesse contexto, a aula se constitui num espaço-tempo onde transitam diferentes histórias, formando uma teia de relações, em que conflitos, encontros e desencontros acontecem assim como possibilidades de construir a capacidade humana, mediada por relações dialógicas, conforme destaca Fernandes. Esse tipo de relação pedagógica não é assimétrica, no sentido de que ambos os lados: professor e aluno, ensinam e aprendem, construindo e reconstruindo o conhecimento juntos. O professor aprende com o aluno, ao pesquisar sua realidade, seu desenvolvimento cognitivo e afetivo, enquanto o aluno aprende, por meio de um processo de reconstrução e criação de conhecimentos daquilo que o professor sabe, tem para compartilhar. Entretanto, essa não assimetria não significa ausência de autoridade, licenciosidade, por parte do professor. Não nega o papel diretivo e necessário do educador, mas esse não é considerado o dono do conhecimento, e sim alguém interessado num determinado objeto de conhecimento e desejoso de criar esse interesse em seus alunos para, juntos, iluminarem o objeto, conforme coloca Freire (1986, p. 125).

O aprimoramento das práticas pedagógicas e administrativas vem sendo alcançado por meio de diversas formas, contribuindo para o alcance dos objetivos centrais da Instituição. Entre elas, conforme o PDI, tem-se:

- Aprimoramento do modelo de gestão da informação por meio da implementação de novos módulos do sistema SIE (Sistema de Informações desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria, SIE) a fim de permitir, além do controle, a gestão de toda a estrutura administrativa e acadêmica do CEFET/RJ, com a implantação total do sistema até 2017.
- Implantação das novas diretrizes curriculares, reestruturação dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) dos cursos técnicos de nível médio e de graduação, com dinamização e melhor planejamento das mudanças curriculares até 2017.
- Adequação de espaços físicos e aquisição de equipamentos para o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para fins didático-pedagógicos nos cursos presenciais até 2017.
- Capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos para o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos, utilizando TIC para o desenvolvimento de cursos a distância (EAD) e disciplinas a distância para os cursos presenciais, até 2018.
- Implantação de programas de apoio à melhoria da qualidade do ensino, com garantia de recursos para material permanente e de consumo, por meio de editais internos, até 2017.
- Desenvolvimento de políticas de divulgação e inserção dos cursos no meio acadêmico nacional, internacional e na sociedade até 2018.
- Implantar e aperfeiçoar os projetos de acessibilidade no CEFET/RJ até 2017.
- Implementação de mecanismos de acompanhamento de egressos dos cursos do CEFET/RJ até 2017.

A instituição vem investindo em tais itens, que estão descritos no PDI como metas do ensino. Além destes, pode-se destacar:

- aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;
- implantação de políticas de organização e gestão de pessoal;
- investimento em melhoria de infraestrutura física;
- democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional.

Deve-se ressaltar também que a Instituição conta com Projetos Pedagógicos para cada um dos cursos oferecidos, desenvolvidos em sintonia direta com o Projeto Pedagógico Institucional– PPI e o PDI, de forma à consecução dos objetivos estabelecidos. As oportunidades diferenciadas de integralização curricular também chamam atenção, considerando a mobilidade acadêmica interna e externa oferecida, tanto a nível nacional quanto internacional. Essa flexibilidade curricular possibilita aos alunos participar da construção dos seus próprios currículos. O apoio significativo a capacitação de docentes a nível de pós-doutorado *stricto-sensu* é outro ponto a ser mencionado, pois também influencia no aprimoramento e atualização das práticas pedagógicas.

A Instituição demonstra, em seu PDI, a preocupação com a redução do índice de evasão/repetências e vagas ociosas e com a questão da inclusão dos alunos com necessidades especiais. Com relação ao primeiro item, os apoios pedagógicos e financeiros oferecidos pela instituição são fundamentais como estímulos a permanência do aluno, mas ainda é necessário um trabalho nesse sentido. É possível que o Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ que deve ser aprovado pelos conselhos pertinentes, no primeiro semestre de 2017, venha a contribuir muito nesse sentido.

Em se tratando da questão dos alunos com necessidades especiais e das respectivas práticas pedagógicas que devem ser utilizadas, o apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napne) é fundamental. Tal núcleo tem por finalidade justamente preparar os diferentes setores da instituição para trabalhar com a realidade da inclusão, buscando a quebra de barreiras físicas, educacionais e atitudinais na Instituição.

a.3) Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a Instituição está inserida.

O PDI em vigor no CEFET/RJ destaca alguns aspectos da realidade brasileira, nas dimensões econômica, política e educacional, de forma a analisar o macrocenário em que se circunscreve, numa sociedade globalizada e desigual. Para uma ideia mais profunda desse item, serão transcritos alguns trechos do PDI, que mostram claramente as inter-relações do Centro na sociedade.

Ao atuar como Instituição de ensino superior pública comprometida com o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade, em favor de um país justo, capaz de promover o crescimento com geração de renda e redução das desigualdades, o CEFET/RJ tem presente em seu plano de desenvolvimento os desafios

de demandas formativas associadas a políticas de industrialização e comércio, infraestrutura econômica (energia, transportes, telecomunicações) e social (educação, saúde e saneamento), capacitação tecnológica, entre outras prioridades que se impõem ao desenvolvimento com alcance social.

De acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)⁴ de 2014, o estado do Rio de Janeiro registrou um desenvolvimento nas áreas de Emprego & Renda, Educação e Saúde acima da média nacional: 90% dos municípios do estado apresentaram crescimento moderado ou alto nessas áreas, contra os 60,7% observados em nível nacional.

Diante desse quadro, a cidade do Rio de Janeiro foi uma das que ultrapassaram a fronteira do alto desenvolvimento, devido, primordialmente, ao avanço na área de educação, explicado pela melhora nas notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Também contribuiu para essa ascensão a melhora no desempenho na área de saúde, que, de forma similar, atingiu o patamar de alto desenvolvimento. Com a aferição dos indicadores, a capital galgou três posições na lista, passando a figurar na 4ª colocação do estado.

Segundo a agenda brasileira do Acordo de Desenvolvimento Sustentável, fortalecer o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, por meio de políticas integradas de sustentabilidade que envolvam educação, saúde, proteção social, habitação, previdência e marco regulatório ambiental adequado é o procedimento a ser adotado em prol da liberdade e da equidade, visando estabelecer um novo padrão de produção e consumo inclusivo e sustentável.

O Rio de Janeiro, recentemente como sede das Olimpíadas 2016, exerceu papel fundamental no cumprimento da agenda brasileira elaborada pelo CDES, por exemplo, por meio da geração de empregos e da promoção do voluntariado. No tocante à inclusão social e à questão da educação, o CEFET/RJ, instituição federal de ensino público possuidora de um perfil de jovens alunos, esteve amplamente envolvido, promovendo palestras sobre a importância do trabalho voluntário em eventos como esse para a aquisição de experiências e para o desenvolvimento da cidadania. Dessa forma, a instituição contribuiu para o envolvimento de toda a comunidade escolar nas atividades que estavam acontecendo na região.

É incontestável que, na área educacional, será necessário fazer progredirem – prezando pela qualidade social e pela sustentabilidade nas políticas públicas de Estado – os esforços empreendidos pelo governo federal com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que promoveu um grande número de ações e programas da educação infantil à pós-graduação. Nesse conjunto, incluem-se as orientações que mais de perto dizem

⁴O IFDM, criado em 2008, monitora o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros sob a ótica das três áreas fundamentais ao desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. O IFDM possui periodicidade anual, recorte municipal e abrange os 5.565 municípios brasileiros, utilizando exclusivamente estatísticas públicas oficiais. A leitura dos resultados é simples: o índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

respeito ao âmbito da atuação do CEFET/RJ: a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a reestruturação e a expansão das universidades federais.

O crescimento do CEFET/RJ atende à diretriz “Implementação do sistema *multicampi*” do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014. A adesão ao plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica resultou na atual constituição do Sistema: *campus* Maracanã (sede) e outros sete *campi* – Maria da Graça, Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Angra dos Reis, Valença e Itaguaí. Desse modo, o Centro Federal vivencia a oportunidade de ampliar sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social da região e do país.

Com relação às ações no estado do Rio de Janeiro, o Instituto Pereira Passos (IPP), órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro, conta com um projeto intitulado Agentes da Transformação, traçando um perfil da juventude do Rio de Janeiro, com a participação de 5.400 jovens e desenvolvendo temáticas de saúde, educação, cidadania, família, lazer, acesso à internet etc.

Diante das comemorações dos 450 anos de fundação do estado do Rio de Janeiro, há um projeto da prefeitura, implantado pelo IPP para a gestão de informações, sustentabilidade e governança metropolitana, e desenvolvimento socioeconômico, organizado nesses três níveis de discussão.

Subsidiado por sua trajetória histórica e com visão de futuro, o CEFET/RJ reafirma a intenção de ter sua institucionalidade reconhecida como de Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro, a fim de, assim, garantir condições de continuar a ministrar ensino verticalizado da educação profissional em nível de educação básica à educação superior de graduação e pós-graduação, desenvolver pesquisa e promover atividades de extensão ao alcançar, em sua inserção regional mediante atuação *multicampi*, mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro.

No exercício cotidiano de sua atuação, tal intenção implica prosseguir em:

- no investimento permanente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, considerando o contexto de desenvolvimento e as demandas apontadas no diálogo com atores sociais e debatidas com a comunidade;
- na integração dos diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, priorizando projetos e programas de maior impacto acadêmico e social para a região e o país;
- na participação em ações de cooperação interinstitucional nos contextos regional, nacional e internacional, visando à realização de projetos de formação discente e aperfeiçoamento docente;
- na busca de apoio de agências de fomento e de centros de P&D para o desenvolvimento de projetos voltados ao avanço do conhecimento e comprometidos com a relevância social da produção científico-tecnológica, participando do esforço de inovação;
- no fortalecimento da integração com o setor produtivo em geral e, em especial, com as empresas públicas e privadas que atuam em projetos estratégicos ao desenvolvimento nacional, favorecendo a formação teórico-prática nas atividades curriculares dos cursos técnicos, de graduação e de pós-

graduação;

- na interiorização das atividades acadêmicas mediante novos recursos e modalidades, como a educação a distância, buscando desenvolver formas de atendimento educacional que, além de superar limites de espaço e tempo, promovam acesso à comunicação e à informação, superando desafios de aprendizagem na contemporaneidade;
- na integração de atividades de extensão na formação dos profissionais da área tecnológica, promovendo oportunidades de vivência cidadã em uma realidade desigual e, ao mesmo tempo, diversa, que precisa ter reconhecido seu potencial nas soluções de desenvolvimento.

Evidentemente, a educação, como eixo estruturante do desenvolvimento, torna-se um elemento viabilizador da construção cultural em prol de um novo padrão de convivência na sociedade e de interação com o meio ambiente.

a.4) Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Ao longo de 2009, foram realizadas pela Direção de Ensino sistemáticas reuniões, encontros e eventos para a discussão do PPI, resultando na construção de um documento com a participação de todos os segmentos da comunidade interna e de membros da comunidade externa. Tal documento é periodicamente atualizado e pode ser encontrado no *site* da Instituição, assim como o PDI. O CEFET/RJ busca a articulação entre o PDI e o PPI no que se refere às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Os documentos consultados apresentam uma descrição clara dos objetivos e finalidades da Instituição.

b.2) Fragilidades

O desconhecimento da missão de sua própria IES por parte dos alunos respondentes evidencia-se como um ponto de fragilidade e demonstra a necessidade de um maior envolvimento do corpo discente com o PDI.

c) Ações com base na análise

A divulgação do PDI e do PPI, principalmente junto aos alunos, deve continuar e ser intensificada. Sugere-se mencionar no Regimento Interno dos Alunos de Graduação, o PDI e a Missão da Instituição. Processo semelhante pode ser feito para a pós-graduação no que diz respeito à divulgação destes documentos junto aos alunos da pós.

3.2.2 – Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.

a.2) Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.

a.3) Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.

Para a análise da presente dimensão, foi realizado um levantamento das ações realizadas pela Instituição em relação ao que foi proposto no PDI 2015-2019. Estes dados foram obtidos através dos relatórios de atividades emitidos pelo setor que concentra a maior parte das ações relacionadas a esta dimensão. Além disso, foram propostas algumas questões em questionários direcionados aos três principais segmentos que compõem a comunidade interna do CEFET/RJ: alunos, professores e técnico-administrativos. Tais respostas foram coletadas, processadas e analisadas. Esta análise conjunta permitiu uma visão geral sobre a dimensão conforme se segue.

De acordo com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, na dimensão da responsabilidade social materializada por meio dos programas e atividades de extensão, o CEFET/RJ afirma que:

-a Instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;

-a Instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem a superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;

-o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganham sentido na perspectiva da promoção humana;

-a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

Com relação ao Compromisso Social da Instituição foram estabelecidos os seguintes objetivos no PDI:

Eixo	Objetivos
Compromisso Social	Consolidar e ampliar a inserção do CEFET/RJ no desenvolvimento socioeconômico, cultural, político e científico em níveis local, regional e nacional.
	Criar mecanismos de ampliação dos espaços de interlocução do CEFET/RJ com a sociedade, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento das demandas sociais e do desenvolvimento do país.
	Participar, em nível local, regional e nacional, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social.

	Consolidar e ampliar parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social.
	Promover a representação do CEFET/RJ nos diversos conselhos, comitês e organizações de fomento a projetos acadêmico-institucionais.
	Democratizar as condições de acesso aos cursos do CEFET/RJ.
	Estabelecer políticas facilitadoras da integração da comunidade acadêmica <i>intracampus</i> , <i>intercampi</i> e com os grupos organizados da sociedade, especialmente na área de atuação do CEFET/RJ.

Responsabilidade socioambiental

O CEFET/RJ, desde sua fundação, caracterizou-se como uma instituição de ensino voltada para uma formação calcada num forte eixo humanista que se traduz como aquele que prioriza a formação centrada na responsabilidade socioambiental, na aceitação das diversidades e na visão crítica da área de atuação. Nesse sentido, a dimensão responsabilidade socioambiental constitui um dos eixos norteadores e incorporadores das ações de ensino, pesquisa e extensão.

O CEFET/RJ entende que seus projetos pedagógicos e de avaliação, devem estar vinculados à responsabilidade socioambiental da instituição, enfatizando o compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a socialização do conhecimento, resguardando sua identidade e especificidades em um sistema plural.

A responsabilidade socioambiental deve ser exercida com a adoção de práticas pautadas:

- na formação cidadã;
- em princípios éticos;
- no desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos com relação aos processos sociais, econômicos, políticos e culturais;
- no incentivo à criatividade dos alunos para identificar problemas e propor soluções;
- na formação cultural ampla.

No contexto da responsabilidade socioambiental, o Centro Federal reafirma sua experiência de atuação junto à sociedade interagindo com a comunidade local, regional e nacional, promovendo a educação ambiental de maneira integrada em todos os seus níveis de ensino por meio da inserção das disciplinas curriculares de Gestão Ambiental em todos os cursos de graduação, assim como nos cursos médio/técnico da instituição.

Nesse sentido, como estabelece o próprio PDI, as ações de responsabilidade socioambiental do CEFET/RJ serão implantadas, tendo em conta:

- a organização e o desenvolvimento de projetos voltados para pessoas com necessidades especiais, com o suporte e ou supervisão do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (Napne);
- a organização e o desenvolvimento de projetos voltados para promover a inclusão digital;
- a responsabilidade quanto à qualidade de formação dos alunos e dos serviços prestados;
- a promoção de valores éticos;
- a implementação do projeto de coleta seletiva em toda a instituição;
- o estabelecimento de parcerias com ONGs e instituições públicas;
- a defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

O Programa de Responsabilidade Socioambiental do CEFET/RJ incorporará ações nas diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Atividades Culturais

A cultura é um direito universal, sendo um dever do Estado proporcionar a participação de todos na vida cultural e nos progressos científicos, beneficiando o crescimento pessoal e a cidadania dos indivíduos. Reconhecendo a importância da cultura em todos os segmentos da escolaridade e o papel fundamental das universidades na produção, divulgação e valorização da arte, o CEFET/RJ pretende contemplar esse segmento com a devida relevância, assumindo os objetivos e atribuições que lhe competem.

Cada um dos oito *campi* do CEFET/RJ nos diferentes municípios insere-se em um contexto específico, de perfil próprio. Assim, faz-se indispensável um projeto coletivo que promova o intercâmbio, a troca, a atuação conjunta e o consequente engrandecimento de todos, valorizando e divulgando as produções de cada localidade.

Para tanto, são objetivos do CEFET/RJ com relação à área cultural:

- Aprofundar a formação integral dos alunos;
- Trabalhar pela criação, pela transmissão e pelo desenvolvimento do conhecimento cultural em todas as suas formas expressivas;
- Promover a preservação do patrimônio cultural;
- Valorizar as manifestações culturais locais, regionais ou mundiais.

Para que se obtenha resultado satisfatório nesse sentido, a instituição propõe-se a:

- Apoiar a criação Núcleo de Arte e Cultura (NAC), que pretende promover o intercâmbio, reflexão e valorização da cultura nos *campi*;
- Incentivar as ações culturais propostas pelo corpo docente e discente;
- Viabilizar e capacitar espaços favoráveis às manifestações artísticas;
- Incluir entre as prioridades de gestão a ocorrência de uma vida cultural profícua;
- Participar de fóruns, congressos e eventos para a inclusão do CEFET/RJ como agente atuante, produtor e divulgador das artes;
- Promover o acesso igualitário à cultura e às artes a todas as pessoas: independente de cor, raça, credo, ou incapacidades físicas ou sensoriais;
- Estabelecer o contato permanente com a produção cultural externa, como forma de desenvolver a capacidade de apreciação, interpretação e informação das artes;
- Estimular projetos de extensão que viabilizem a promoção e a produção cultural em todas as linguagens artísticas;
- Formular um projeto cultural para o a instituição.

Atividades Desenvolvidas pela Instituição em 2016

Com relação às atividades desenvolvidas pela Instituição coordenadas pela Diretoria de Extensão e inseridas no contexto dessa dimensão, tem-se:

I- Estágio e Emprego

Serviços	2015	2016
Ofertas para Estágio	951	1180
Termos de Compromisso	1519	1727
Termos Aditivos	898	914
Carta de Rescisão	263	277
Empresas em Convênio	2297	2569
Declaração Expedida Lei 11.788	263	337
Ofertas de Emprego	189	149
Palestra de orientação no mercado	12	08

Fonte: DIEMP/DIREX

II- Ações Extensionistas e Público Participante

Ações	Público (2016)
Cursos	1767
Oficinas	66
Eventos de Extensão	25435
Produção e Publicação	1
Programa Bolsas de Extensão	140
Projetos de Extensão	57576
Programa de Educação Tecnológica	886
Programa de Assistência Estudantil	2213
Alunos cadastrados na CAE	228

Fonte: CAE/IETEC/DEAC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Detalhamento dos Eventos da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão 2016 por Campus:

Eventos	Maracanã	Angra	Itaguaí	M.Graça	N. Friburgo	N. Iguaçu	Petrópolis	Valença	Multicampi
Minicurso	8	20	15	4	2	10	3	6	68
Projetos Exposup/Expotec	126	18	26	32	34	52	33	27	348
Seminário	4	1	1	1	3	2	5	1	18
Palestra	36	8	11	10	18	18	5	8	114
Oficina	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Mesa redonda	11	-	1	-	7	1	3	-	23
Evento artístico cultural	6	-	4	5	-	-	10	2	27
Pôster	17	18	43	17	7	16	14	8	140
Outras Atividades	9	2	3	12	32	6	18	1	83

Fonte: DEAC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

III- Ações de Empreendedorismo Inovador – Incubadora de Empresas Tecnológicas

Incubadora de Empresa Tecnológica - IETEC	2015	2016
Empresas Incubadas	5	4
Projetos Pré-Incubados	5	10
Atendimento ao público	2600	3700
Lançamento de Edital	1	2
Empresas Graduadas (acumulado)	18	18
Projetos descontinuados (acumulado)	29	33

Fonte: IETEC/DIREX

IV- Ações de Empreendedorismo Inovador – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis

Incubadora de Empresa Tecnológica - IETEC	2015	2016
Empresas Incubadas	2	2
Projetos Pré-Incubados	2	2
Atendimento ao público	3	1119
Lançamento de Edital	2	-
Empresas Graduadas (acumulado)	-	-
Projetos descontinuados (acumulado)	-	1

Fonte: ITES/DIREX

V- Gestão de Convênios Ativos IETEC em 2016

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
FAPERJ e CEFET/RJ	E_37/2014 - Apoio a incubadoras de empresas de base tecnológica no Estado do Rio de Janeiro	Fortalecer a infraestrutura tecnológica e da rede de parcerias da IETEC-CEFET/RJ para melhorias do desenvolvimento de empreendimentos inovadores. Em andamento desde 2016 quando foi assinado o convênio.
REDETEC, FINEP e CEFET/RJ	Edital MCTI/FINEP- PNI – Incubadoras – 12/2010 – Conv. Referência 1848/2010 – Projeto REDERJ - Aprovado – em parceria com a Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro – REDETEC, envolvendo 13 incubadoras do Rio de Janeiro	Implantar metodologias de prospecção que melhorem o fluxo de empresas candidatas com propostas de negócios de alto valor agregado = prospecção de projetos promissores (etapa cumprida satisfatoriamente); - Criar e/ou fortalecer capacitações nas empresas visando torná-las mais competitivas; - Implantar a metodologia CERNE.

Fonte: IETEC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

VI- Gestão de Convênios Ativos de Extensão em 2016

PARCEIROS CEFET/RJ	PROGRAMAS/ PROJETOS	PLANO DE AÇÃO
Escolas Estaduais e Municipais	<i>Projeto Bem-vindo ao CEFET/RJ</i>	Divulgar, Promover e Visitar as instalações do CEFET/RJ com alunos das redes estaduais e municipais com vistas a informar sobre os cursos oferecidos de capacitação profissional de nível médio.
Projeto Pré-vestibular para Negros e Carentes – Núcleo Tijuca	<i>Pré-vestibular para Negros e Carentes</i>	Contribuir para a garantia do acesso ao ensino superior da população em desvantagem social, visando também colaborar no exercício do papel do cidadão, diante da sociedade.
Universia Brasil S.A	<i>Cooperação Técnica</i>	Traçar as diretrizes e definir os termos e condições que regularão o acesso pela IES ao Portal Universia e o compartilhamento de informações na área de educação
Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro	<i>Convênio</i>	Constituir fórum interuniversitário de cultura do Rio de Janeiro (FIC/RJ)
Fundação Itaú Social	<i>Termo de Cooperação Técnica</i>	Realizar curso de avaliação de políticas públicas e/ou projetos sociais
Instituições Federais de Ensino integrantes do Fórum de Pró-reitores de Extensão Universitária – FORPROEX – Regional Sudeste	<i>Projeto Corredor Cultural</i>	Criar um circuito universitário de cultura composto pelas Instituições integrantes do projeto

Fonte: DIREX, Relatório de Gestão do Exercício 2016. DIGES, 2017.

V- Eventos Realizados no Sistema CEFET/RJ em 2016

Nos quadros a seguir, estão quantificados os Eventos de Extensão (cursos, palestras, seminários, etc.) realizados no Sistema CEFET/RJ, excetuando-se os realizados durante a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (quantificados anteriormente).

Campus Maracanã	QUANTIDADE em 2016
CEFET Jr. Consultoria	147
DEAC	136
DIEMP	1
ENACTUS CEFET/RJ	47
Programa Turma Cidadã	2
IETEC	1
ITESS	3

Fonte: DEAC/DIEMP/IETEC/ITESS/ENACTUS/CEFET JR/TURMA CIDADÃ/DIREX

Demais Campi	QUANTIDADE em 2016
Valença	28
Nova Friburgo	23
Nova Iguaçu	23
Maria da Graça	21
Petrópolis	34
Angra dos Reis	13
Itaguaí	12

Fonte: DEAC/DIREX

Inclusão Social

Com relação a inclusão social, destaca-se a presença do NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas) do CEFET/RJ, criado sob portaria institucional nº 484 de 30 novembro de 2004. O Núcleo está vinculado à Diretoria de Ensino e tem como objetivos:

- Promover a inclusão escolar e a educação inclusiva no CEFET/RJ por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.
- Oferecer apoio didático-pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais e seus professores.
- Articular ações de ensino, pesquisa e extensão na área das necessidades educacionais especiais.
- Trabalhar de forma articulada com as coordenadorias de cursos e disciplinas e com os demais departamentos que demandem ações voltadas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais.
- Implantar medidas de acessibilidade no *campus* do CEFET/RJ, de forma a permitir acesso das pessoas com necessidades especiais nos vários espaços acadêmicos.
- Acompanhar as políticas e as ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso do processo educativo de qualidade aos alunos com necessidades especiais.
- Incentivar o debate, a pesquisa, o ensino e a extensão no âmbito do CEFET/RJ em torno das questões relacionadas à educação inclusiva.
- Fomentar a troca de experiências com instituições de ensino e outros setores público ou privado, para a discussão da temática educação inclusiva.

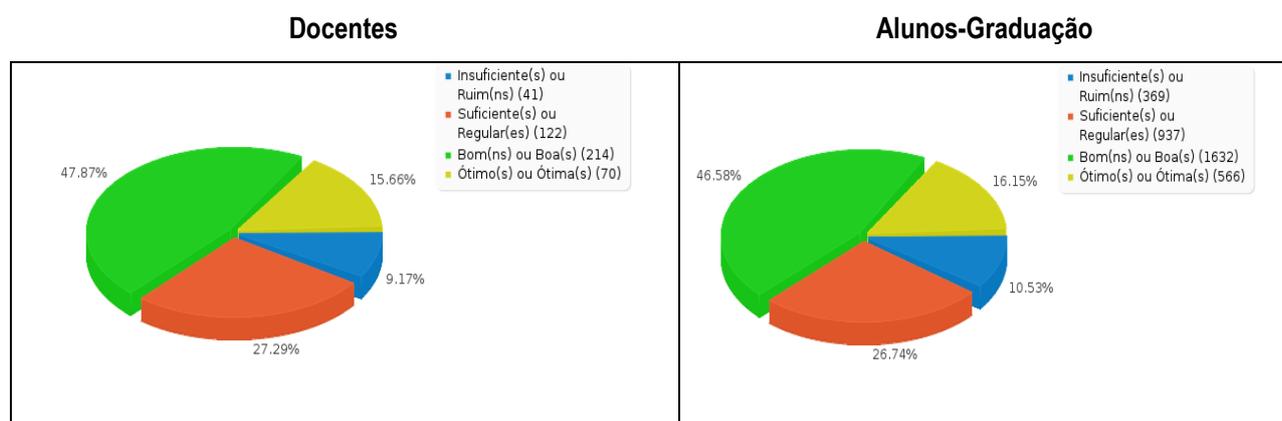
Sobre a questão da acessibilidade, é importante mencionar que em 2011, o CEFET/RJ firmou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro, em 24/08/2011,, para o cumprimento da questão da **acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme o Decreto nº 5.296/2004 e, conseqüentemente, para o cumprimento** da Norma NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Como resultado do TAC, o CEFET/RJ apresentou ao Ministério Público o diagnóstico de todas as suas dependências e concluiu um projeto no que se refere à questão da **acessibilidade**. Em 16 de maio de 2016, por meio do Ofício PR/RJ/COORJU/DICIVE/N 0 6875/2016, o Ministério Público considerou que as obras e serviços executados pelo CEFET/RJ contribuíram, efetivamente, para o satisfatório atendimento das pessoas com necessidades especiais que frequentam e se utilizam dos espaços e instalações da Instituição. Assim, dentro de um critério de razoabilidade do que se era exigido, considerou-se que a Instituição atendeu aos anseios da coletividade.

Ainda referente a inclusão, é importante mencionar que atualmente, o CEFET/RJ reserva parte de suas vagas para o Sistema de Cotas, considerando candidatos oriundos da rede pública e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e candidatos oriundos da rede pública e pretos, pardos e indígenas, independente da renda. A porcentagem reservada obedece aos critérios da Lei de Cotas. Além disso, cabe mencionar os programas de assistência estudantil PAE (Programa de Auxílio ao Estudante), PAEm (Programa de Auxílio Emergencial) e PAED (Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência) que a Instituição oferece para a concessão de auxílios aos estudantes em condição de vulnerabilidade social e/ou econômica, contribuindo para a sua formação acadêmica.

A seguir são apresentadas as questões propostas à comunidade acadêmica relacionadas à respectiva dimensão.

Questão comum aos docentes e alunos:

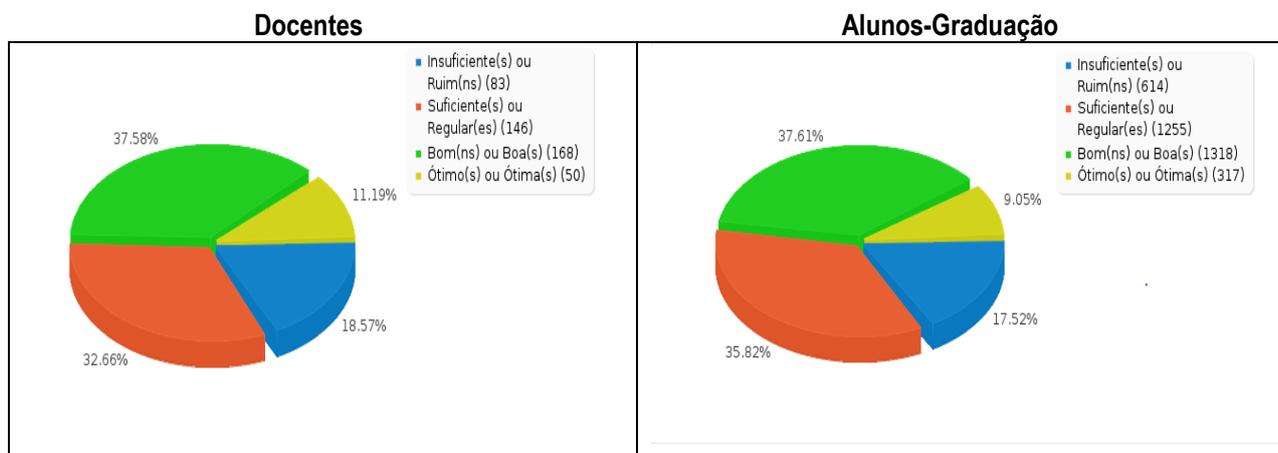
⇒ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



Considerando os alunos e seus familiares como os principais interessados neste indicador, pois revela a empregabilidade do formando do CEFET/RJ, percebe-se que 62,73% dos alunos de graduação consideram boa ou ótima a forma como a Instituição conduz sua entrada no mercado de trabalho. Entre os professores, 63,53% também consideram boa ou ótima a forma como a Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho.

Esses dados revelam que a Instituição causa relevante impacto do ponto de vista da empregabilidade de seus alunos que conseguem, por meio do CEFET/RJ, inserir-se no mercado de trabalho regional. A avaliação realizada em 2013/2014 apresentou um comportamento semelhante para tal quesito, com 67,56% dos docentes e 62,26% dos alunos de graduação avaliando como boa ou ótima a viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho.

☞ As ações da Instituição no sentido de acompanhar a inclusão dos estudantes que se formam no CEFET/RJ no mercado de trabalho podem ser avaliadas como.... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



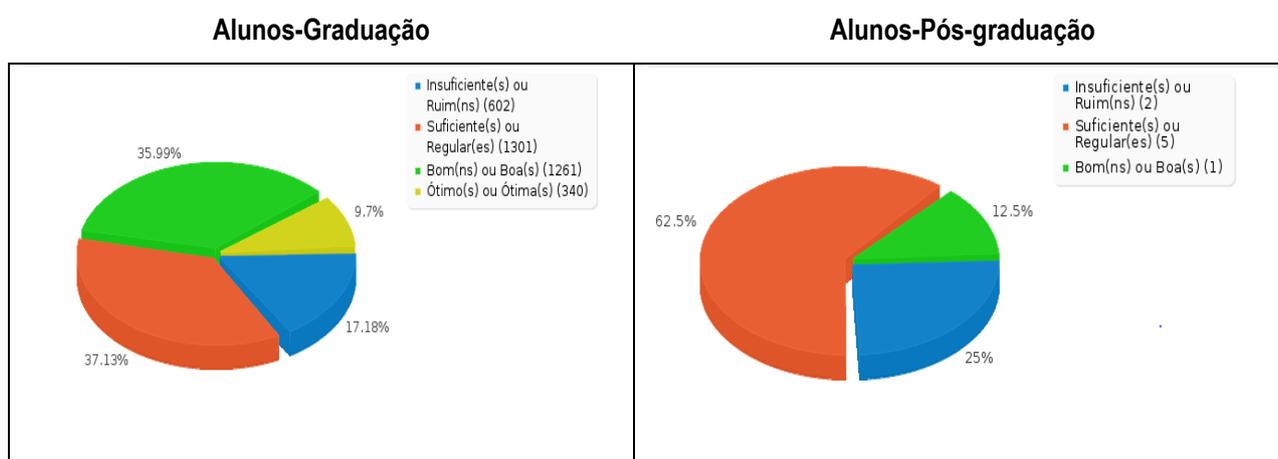
Entre os alunos de graduação pesquisados, 17,52% consideram que a Instituição acompanha a inclusão dos alunos no mercado de trabalho de forma insuficiente e 37,61% consideram que isto ocorre de forma boa. Já 35,82% dos respondentes avaliam tal quesito como suficiente ou regular e 9,05% julgam-no ótimo.

Entre os professores pesquisados, 18,57% consideram insuficiente a forma como a Instituição acompanha a inclusão dos estudantes no mercado de trabalho e 37,58% consideram-na boa. O restante avalia que tais ações da Instituição ocorrem de forma suficiente, o correspondente a 32,66, e ótima, o equivalente a 11,19%. Seria muito produtivo aprimorar a forma como este acompanhamento é feito, pois o dado em questão é muito favorável à imagem da Instituição, com base no que revela o item anteriormente pesquisado.

A avaliação de 2013/2014 apresentou um comportamento semelhante à avaliação de 2016 para os alunos de graduação e professores, com um índice de insatisfação de 16,22% para os discentes e de 17,73% para os docentes.

Questões específicas aos alunos:

☞ Em sua opinião, a política de assistência estudantil ocorre de maneira...

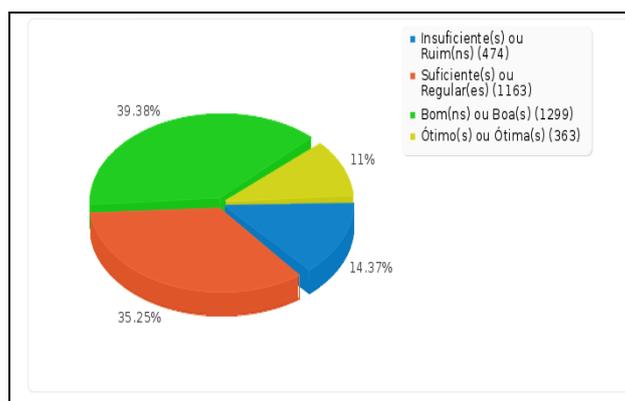


Grande parte dos discentes, tanto da graduação quanto da pós-graduação, indica a escala suficiente e boa para avaliar o quesito. No entanto, chama a atenção o índice de insatisfeitos com a política de assistência estudantil: 17,18% dos alunos da graduação e 25% dos discentes da pós-graduação. Sugere-se aprofundar, junto aos alunos da graduação e da pós-graduação, a pesquisa sobre o que é relevante para esses discentes em termos de assistência social visando melhorar esse índice em avaliações futuras.

Na avaliação realizada em 2013/2014, pode-se constatar que, de uma maneira geral, tal item foi avaliado de forma similar: grande parte dos alunos da graduação e da pós-graduação considerou a política de assistência estudantil suficiente e boa. Quanto ao índice de insatisfação, esse foi de 20,04% para os alunos da graduação e de 13,64% para os discentes da pós-graduação.

➔ A política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica, extensão, pode ser considerada como...

Alunos-Graduação

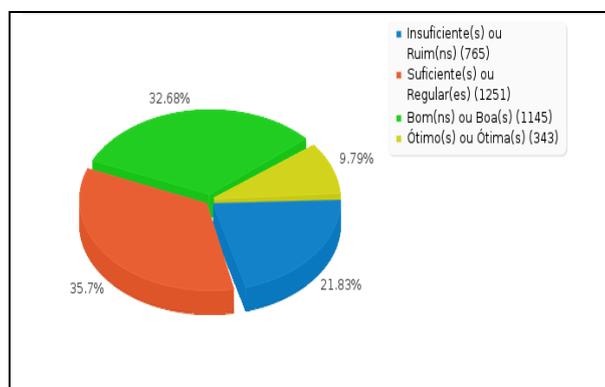


Neste item, a maior parte dos alunos respondentes da graduação, no caso 42,81%, escolheu a escala boa para avaliar tal questão e outra grande parcela, 30,94% dos respondentes, selecionou a escala suficiente. Já 13,78% dos respondentes consideraram tal quesito ótimo. Entretanto, 12,47% dos discentes da graduação não estão satisfeitos com a política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica etc.

A avaliação realizada em 2013/2014 apresentou uma avaliação similar para tal quesito. Grande parte dos respondentes considerou tal item bom (39,38%) e suficiente (35,25%), enquanto que 14,37% avaliaram-no como insuficiente. Essa boa avaliação sugere que o trabalho que está sendo desenvolvido para melhorar esse índice está dando resultado, e que o Programa de Monitoria – em seu quinto ano de execução – e a ampliação do número de bolsas em 12,5% do total disponibilizado em 2013/2014, pode ter influenciado nesta avaliação positiva.

➡ O número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais pode ser considerado...

Alunos-Graduação



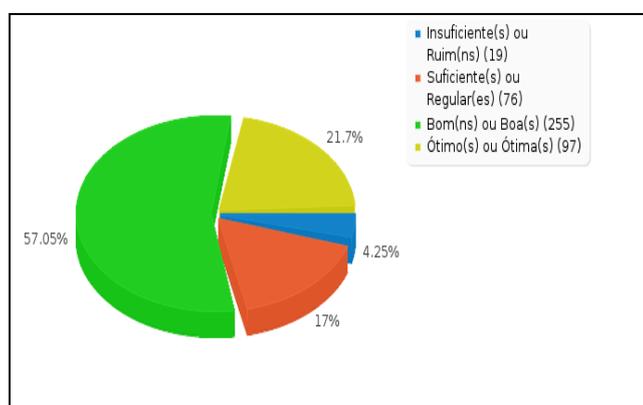
Grande parte dos alunos de graduação considera que o número de bolsas oferecido neste aspecto é suficiente, o correspondente a 35,7%. No entanto, tem-se um índice de insatisfação que merece atenção: 21,83% dos alunos da graduação respondentes.

Na avaliação de 2013/2014, grande parte dos alunos da graduação, no caso 39,62%, também considerou esse item suficiente. Entretanto, o índice de insatisfação foi considerável, correspondendo a 20,01% dos discentes respondentes.

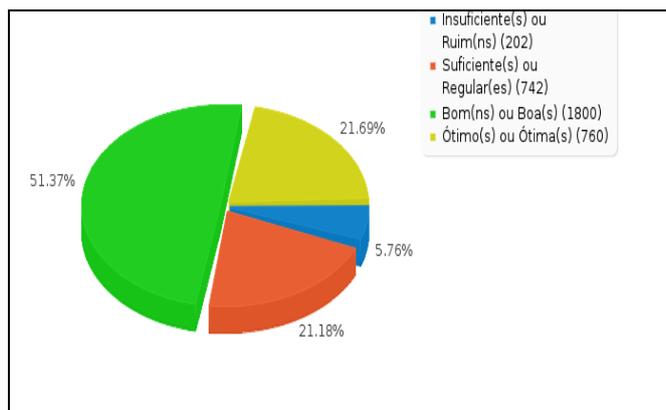
Questão comum aos docentes e alunos:

O conceito do seu curso na comunidade interna e externa pode ser considerado...

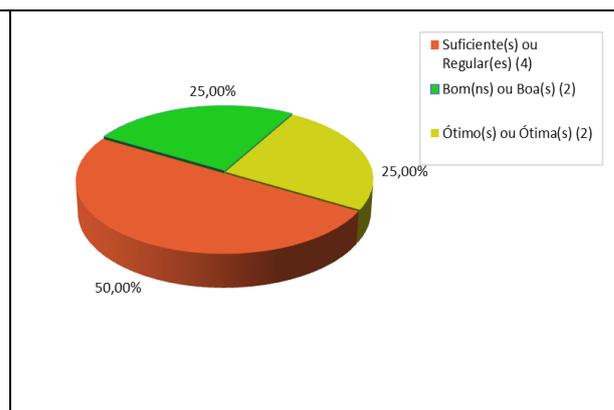
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



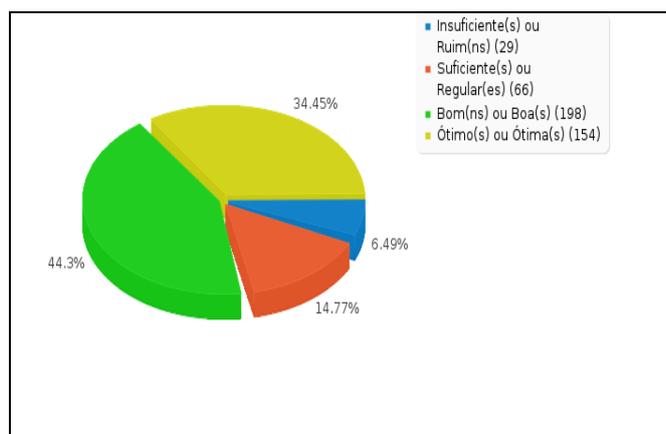
O equivalente a 50% dos estudantes de pós-graduação e de 73,06% dos discentes de graduação consideram bom ou ótimo o conceito do curso na comunidade interna e externa. Entre os docentes, 78,75% consideram o conceito do curso na comunidade interna e externa bom ou ótimo. Isto revela uma excelente autoestima dos alunos e professores em relação ao CEFET/RJ. Este aspecto pode ser ainda mais desenvolvido, intensificando a divulgação interna e externa das oportunidades que a Instituição oferece.

A avaliação de 2013/2014 também apresentou uma grande satisfação por parte da comunidade envolvida, com 64,56% dos alunos de graduação, 72,73% dos discentes da pós-graduação e 69,9% dos docentes avaliando tal quesito como bom ou ótimo.

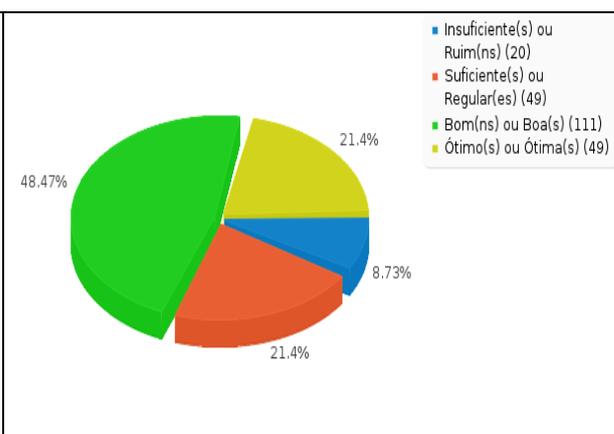
Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

⇒ A Instituição respeita as diferenças. Sejam elas religiosas, de sexo e étnicas. Isso se dá de maneira...

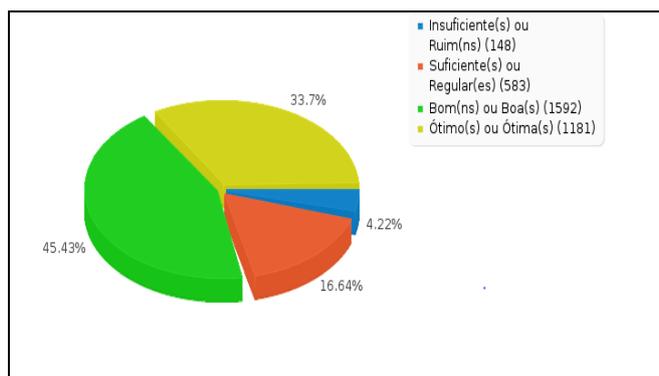
Docentes



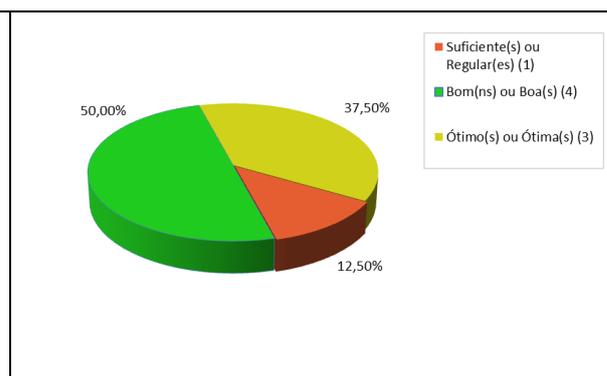
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação

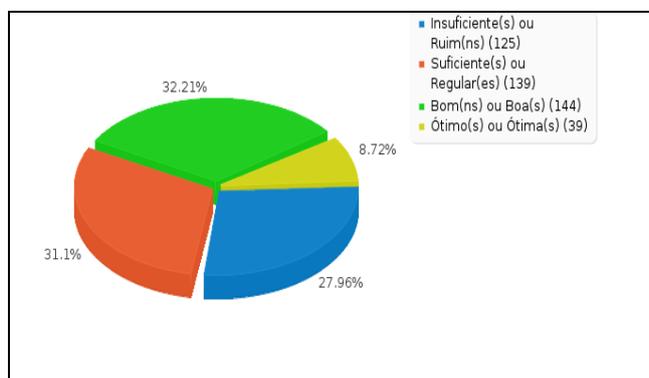


O equivalente a 78,75% dos docentes, de 69,87% dos técnico-administrativos, 79,13% dos alunos da graduação e 87,5% dos discentes da pós-graduação pesquisados consideram bom ou ótimo esse aspecto.

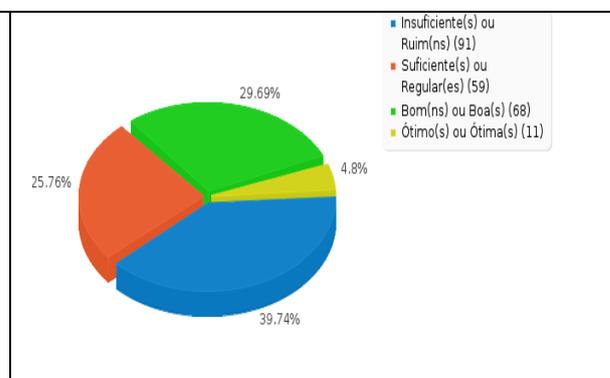
Com base nos dados mencionados, percebe-se um ambiente de elevada tolerância às diferenças. Este aspecto é muito positivo para uma Instituição de ensino. Na avaliação realizada em 2013/2014, foi detectado um comportamento semelhante: 83,94% dos docentes, 66,67% dos técnico-administrativos, 76,94% dos alunos da graduação e 90,91% dos discentes da pós-graduação avaliaram tal aspecto como bom ou ótimo.

☞ A Instituição promove ações que visam à inclusão dos portadores de necessidades especiais em seus cursos. Isso ocorre de maneira...

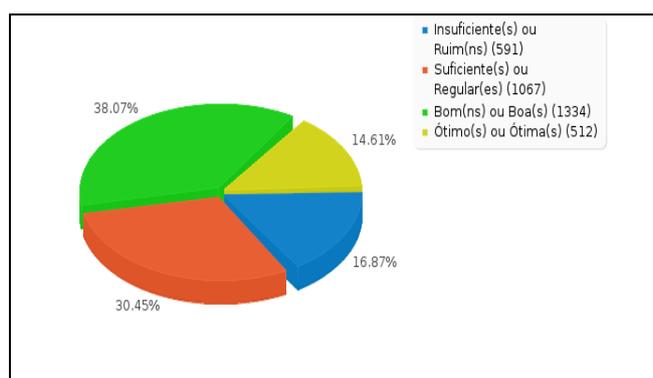
Docentes



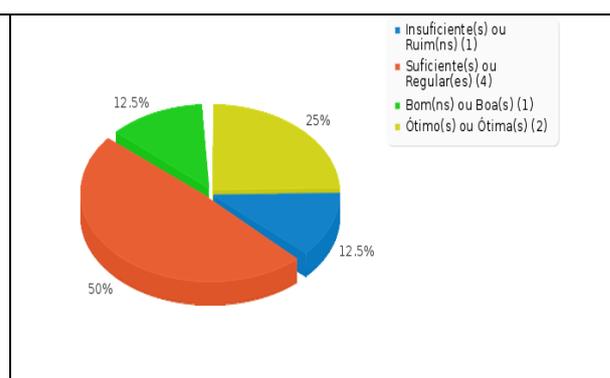
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação



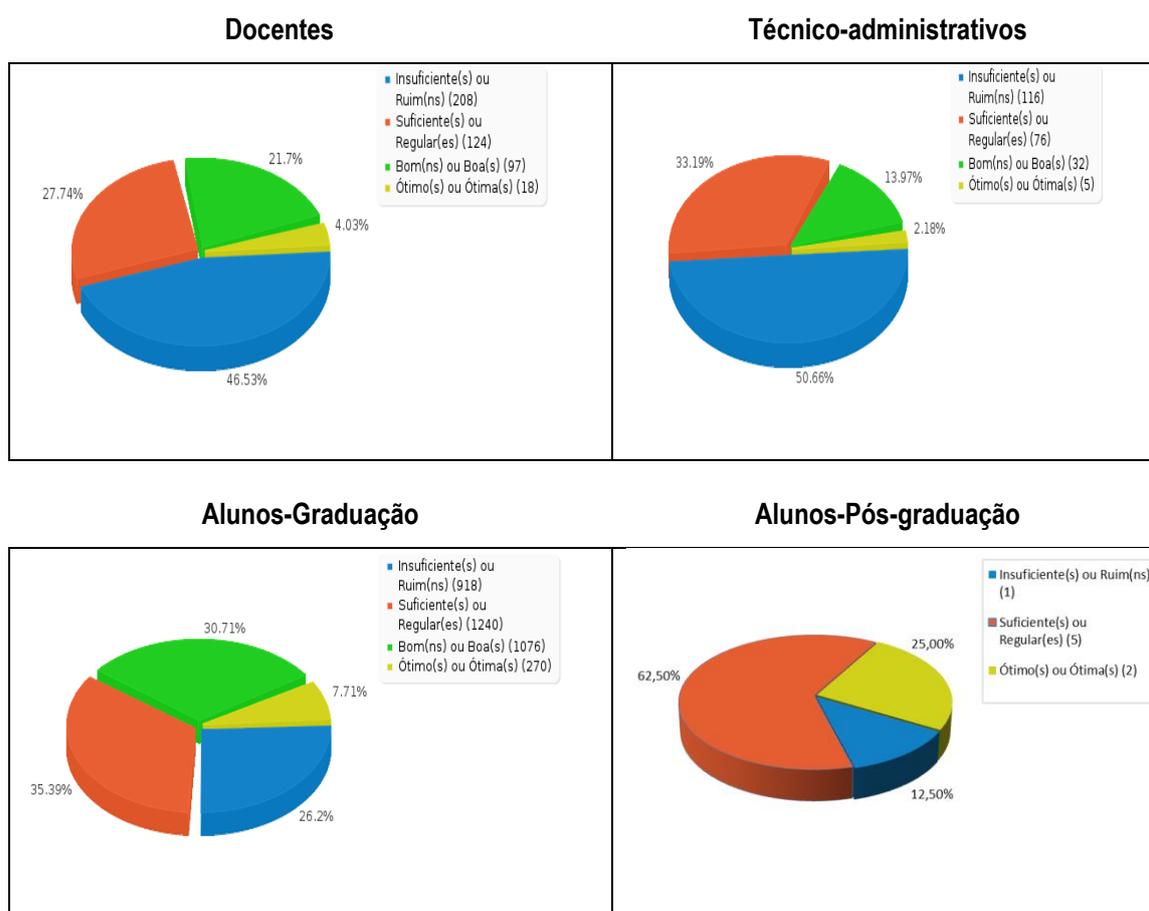
Alunos-Pós-graduação



O equivalente a 16,87% dos alunos de graduação e 12,5% dos estudantes de pós-graduação não estão satisfeitos com as ações da Instituição visando à inclusão dos portadores de necessidades especiais. Dos professores, 27,96% também consideram essas ações insatisfatórias. Para os técnico-administrativos, 39,74% também concordam com este ponto de vista. Assim, a maior parte dos respondentes indicou uma avaliação boa, suficiente ou ótima do que quesito.

Na avaliação realizada em 2013/2014, 18,13% dos alunos de graduação, 4,55% dos estudantes de pós-graduação, 27,76% dos professores e 55,56% dos técnico-administrativos avaliaram as ações da instituição que visam à inclusão dos portadores de necessidades especiais como insuficientes. Vale observar a redução do índice de insatisfação no segmento dos técnicos: em 2013/2014, o percentual foi de 55,56%, já em 2016 é de 39,74% dos respondentes. Por outro lado, cabe observar o aumento deste índice no segmento dos alunos da pós-graduação: em 2013/2014, o índice de insatisfação foi de 4,55% e, em 2016, é de 12,5%. No entanto, cabe lembrar também o baixo número de respondentes desse segmento.

➔ As instalações da Instituição são adequadas e adaptadas para os portadores de necessidades especiais de forma...

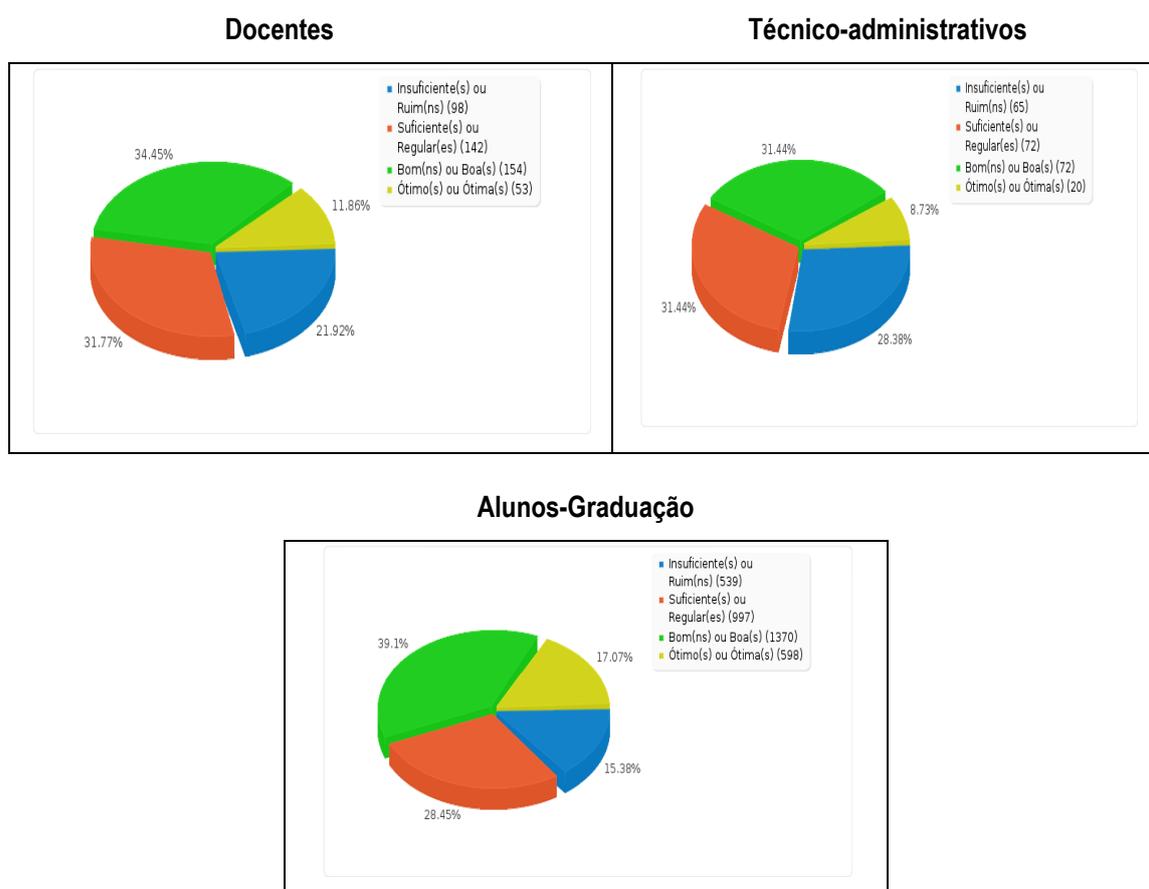


O equivalente a 12,5% dos alunos de pós-graduação, 26,2% dos estudantes de graduação, 46,53% dos professores e 50,66% dos técnico-administrativos consideram que as instalações não são adequadas aos

portadores de necessidades especiais. Assim, parece haver um consenso sobre a necessidade de maiores investimentos com relação a esse item.

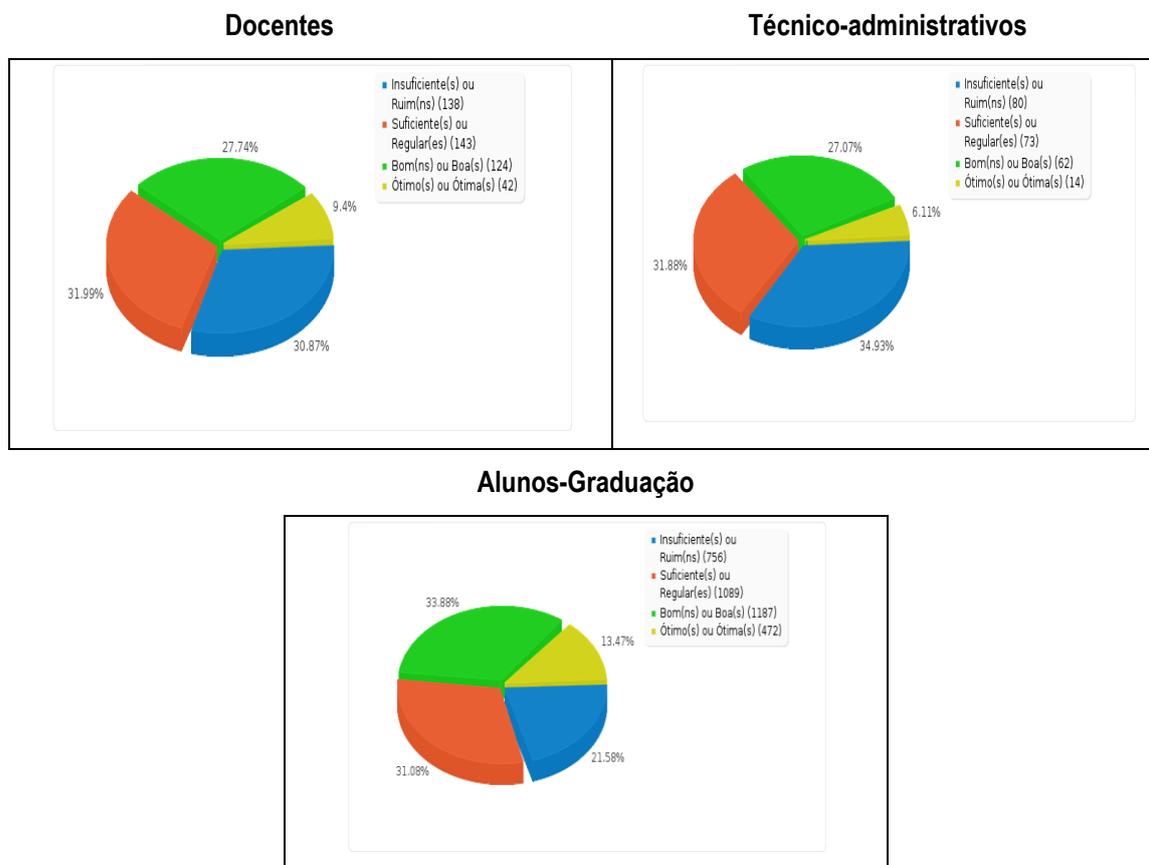
Na avaliação realizada em 2013/2014, 22,73% dos alunos de pós-graduação, 27,1% dos discentes de graduação, 44,48% dos professores e 77,78% dos técnico-administrativos avaliaram as instalações como insuficientes. Vale observar que tal item ainda apresenta expressivos índices de insatisfação e, portanto, merece ser pesquisado e compreendido para que providências sejam tomadas.

⇒ A coleta de materiais recicláveis realizada no seu *campus* pode ser avaliada como...



Em todos os seguimentos as maiores fatias corresponderam a uma avaliação boa e suficiente da coleta de materiais recicláveis realizada no *campus*. A avaliação mais positiva ocorreu por parte dos alunos. A parcela insatisfeita foi equivalente a 28,38% dos técnico-administrativos, 21,92% dos docentes e 15,38% dos alunos de graduação. Cabe observar que esta é uma questão nova no questionário, tendo sido avaliada pela primeira vez em 2016.

➔ A divulgação das ações implementadas e dos resultados do projeto da Coleta Seletiva Solidária pode de ser avaliada como...



O equivalente a 34,93% dos técnico-administrativos, 30,87% dos professores e 21,58% dos alunos de graduação avaliaram de forma insuficiente a divulgação das ações implementadas e dos resultados do projeto da Coleta Seletiva Solidária. Assim, a maior parte dos respondentes indicou uma avaliação boa, suficiente ou ótima do quesito. Novamente a avaliação mais positiva ocorreu por parte dos alunos. No entanto, o índice de insatisfação, principalmente dos técnicos, mostra que ainda é necessário intensificar a divulgação das ações e dos resultados referentes ao projeto. Cabe observar que esta é uma questão nova no questionário, tendo sido avaliada pela primeira vez em 2016.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Na última avaliação institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição) foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Muitas atividades são desenvolvidas em relação à responsabilidade social, o que contribui para a imagem positiva da Instituição perante a comunidade interna e externa. Destacam-se, nesse sentido, as iniciativas do protagonismo estudantil como: ENACTUS CEFET/RJ, projeto que tem como principal objetivo empoderar pessoas e comunidades, transformando suas vidas e aumentando suas rendas; a CEFET Jr

Consultoria, que visa possibilitar a realização de ações voltadas para o desenvolvimento de estudos, análises e diagnósticos, capazes de se constituírem em soluções para as demandas do mundo produtivo e da sociedade; além do Centro de Memória do CEFET que objetiva tornar evidente a história da Instituição e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica de nosso país; as Incubadoras ITESS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis de base social e a IETEC – Incubadora de Empresas Tecnológicas; a Semana de Extensão, atualmente Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX), que integra a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), cujo principal objetivo é socializar a produção científico-acadêmica do CEFET/RJ para a público interno e externo.

Sobre inclusão social destaca-se o NAPNE, Núcleo de Portadores de Necessidades Especiais, que visa atender às demandas de estudantes e servidores com necessidades especiais de aprendizagem e de acessibilidade.

As ações da IES no sentido da defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural são perceptíveis e estão contempladas nas diretrizes institucionais sendo adequadamente implantadas e acompanhadas, destacando-se o Programa Turma Cidadã, com o objetivo de implantar uma cultura de responsabilidade socioambiental na ambiência da IES, através de ações internas e externas, de dimensão nacional e internacional.

A Instituição possui uma imagem positiva na sociedade, amparada pelos resultados em termos da empregabilidade que proporciona aos seus alunos. A comunidade interna, em linhas gerais, possui autoestima elevada nesse aspecto. A Instituição convive bem com as diferenças, constituindo, assim, um ambiente de tolerância e boa convivência.

b.2) Fragilidades

A acessibilidade e as ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais são questões que ainda merecem atenção.

Apesar da boa avaliação com relação ao acompanhamento dos egressos, sabe-se que a Instituição necessita de um método oficial que viabilize tal processo. Tal método se encontra em desenvolvimento e em breve deverá estar implementado e sob controle da Diretoria de Extensão.

c) Ações com base na análise

Ampliar os programas de assistência social, pesquisando quais são as necessidades percebidas pelos alunos como fundamentais. Ampliar as ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais. Acompanhar a implementação do método de acompanhamento de egressos.

3.3 – Eixo 3: Políticas Acadêmicas

3.3.1 – Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

a) Principais Aspectos Avaliados

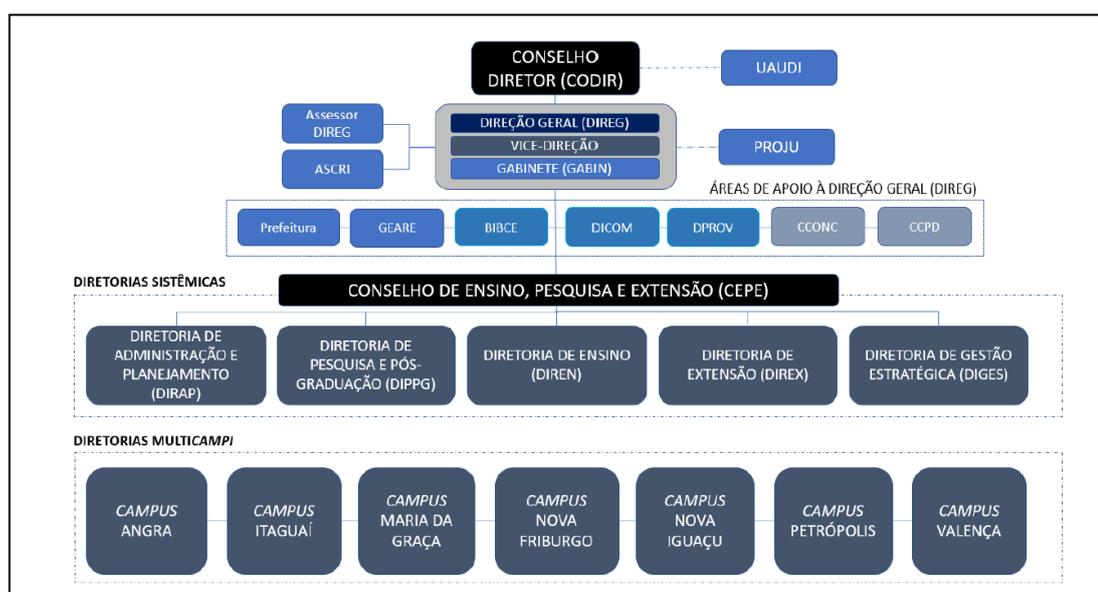
ENSINO – GRADUAÇÃO

a.1) Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da Instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.

a.2) Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.

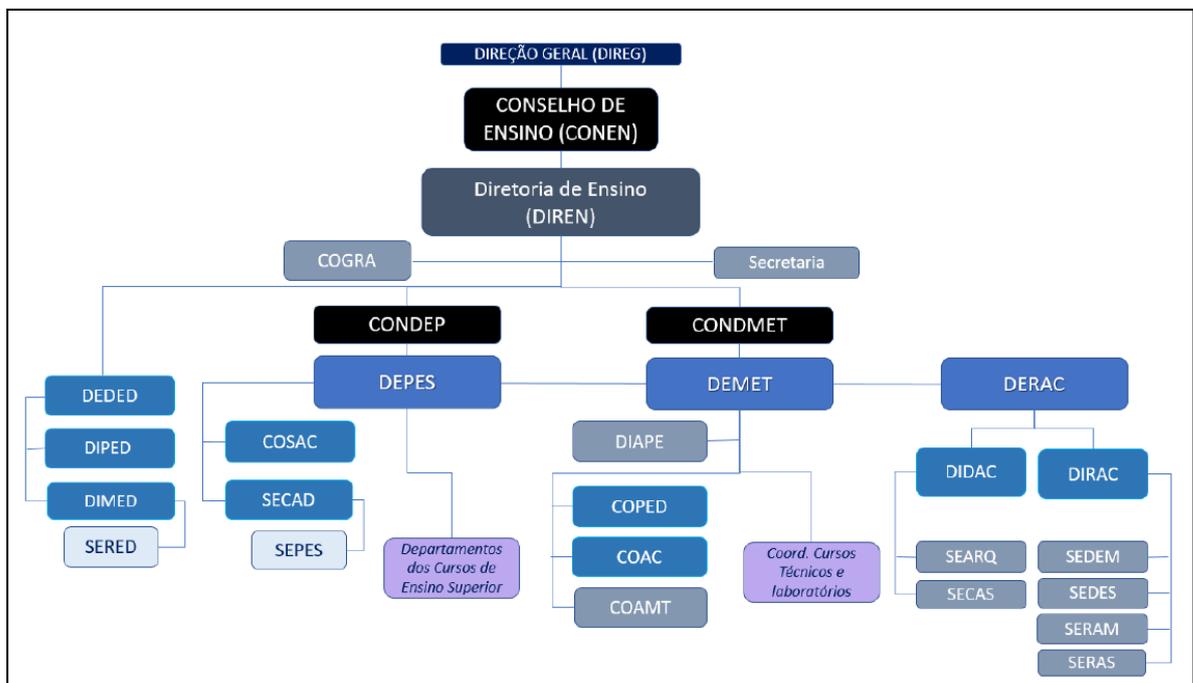
Embora o foco desta avaliação seja o ensino superior, não se pode esquecer que o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ é uma Instituição diferenciada que atua nos três níveis de ensino: educação profissional técnica e ensino médio, graduação e pós-graduação.

A DIREN (Diretoria de Ensino) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino no CEFET/RJ, devendo estar articulada com as atividades de pesquisa e extensão, conforme disposto no Estatuto da Instituição. Na estrutura de uma Universidade, a DIREN seria equivalente à Pró-Reitoria de Ensino. Os organogramas do sistema CEFET/RJ e da DIREN são ilustrados a seguir.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Organograma Principal do CEFET/RJ



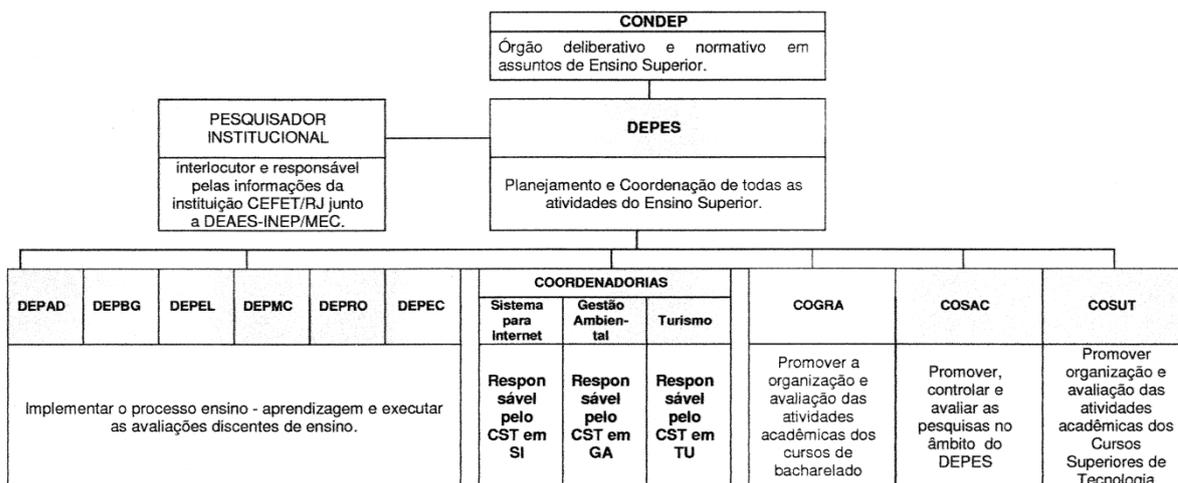
Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016 (adaptado). DIGES, 2017.

Organograma Funcional da DIREN

Os organogramas anteriores não serão detalhados nesse momento, embora alguns setores pertinentes sejam mencionados nessa dimensão. Foram utilizadas cores para classificação dos CDs e FGs envolvidos: Conselhos (preto n/a); diretor geral CD2 (azul marinho); diretorias sistêmicas, diretorias de *campus* CD3 (cinza escuro); chefes de departamento, assessorias da direção geral e correlatos CD4 (azul).

O DEPEP é um órgão executivo da Diretoria de Ensino que, até o primeiro semestre de 2011, contava com um Conselho Departamental (CONDEP) e três coordenações: a COGRA (Coordenadoria dos Cursos de Graduação), a COSAC (Coordenadoria de Suporte Acadêmico) e a COSUT (Coordenadoria dos Cursos Superiores de Tecnologia), conforme ilustrado no organograma a seguir. As siglas dos departamentos ilustrados correspondem a: DEPAD (Departamento de Educação e Administração Industrial), DEPBG (Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais), DEPEL (Depto. de Engenharia Elétrica), DEPMC (Depto. de Engenharia Mecânica), DEPRO (Depto. de Engenharia de Produção) e DEPEC (Depto. de Engenharia Civil).

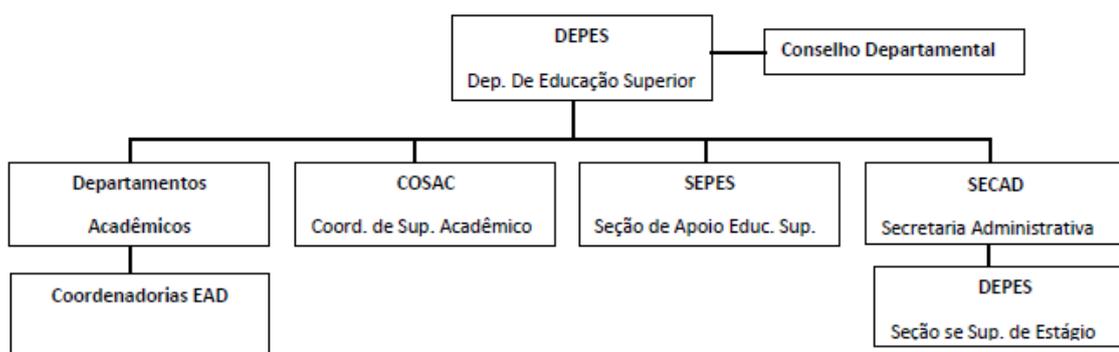
Até o primeiro semestre de 2011, o DEPEP era um órgão sistêmico, apoiando todas as Unidades com cursos de graduação, no caso Maracanã, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Petrópolis e Itaguaí. As áreas em que todas as unidades atuam estão representadas no organograma, a não ser as licenciaturas, que não estão indicadas. A partir do segundo semestre de 2011, o DEPEP passou a atuar apenas no Maracanã. A DIREN manteve seu caráter sistêmico, continuando a atuar em todas as Unidades.



Organograma Funcional do Departamento de Educação Superior (até 1º sem/2011)

Em 2014, o DEPES passou por mudanças significativas para o melhor funcionamento dos cursos. Em julho de 2014, o DEPBG (Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais) do Maracanã foi desmembrado em 3 departamentos: o Departamento de Matemática, o Departamento de Física e o Departamento de Ciências Aplicadas. Em agosto de 2014, o DEPEL, Depto. de Engenharia Elétrica do Maracanã, que contemplava 4 cursos, (Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia de Telecomunicações) passou a ter 4 departamentos. Os últimos cursos superiores criados na Sede foram o curso de Ciência da Computação (2012.2), o Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (2014.1) e o curso de Engenharia Ambiental (2016.2).

A estrutura atual de apoio do DEPES, contempla a SECAD (Secretaria Administrativa), a SEPES (Seção de Apoio a Educação Superior), a COSAC (Coordenadoria de Suporte Acadêmico) e SESUP (Seção de Supervisão de Estágio), conforme o fluxograma a seguir.



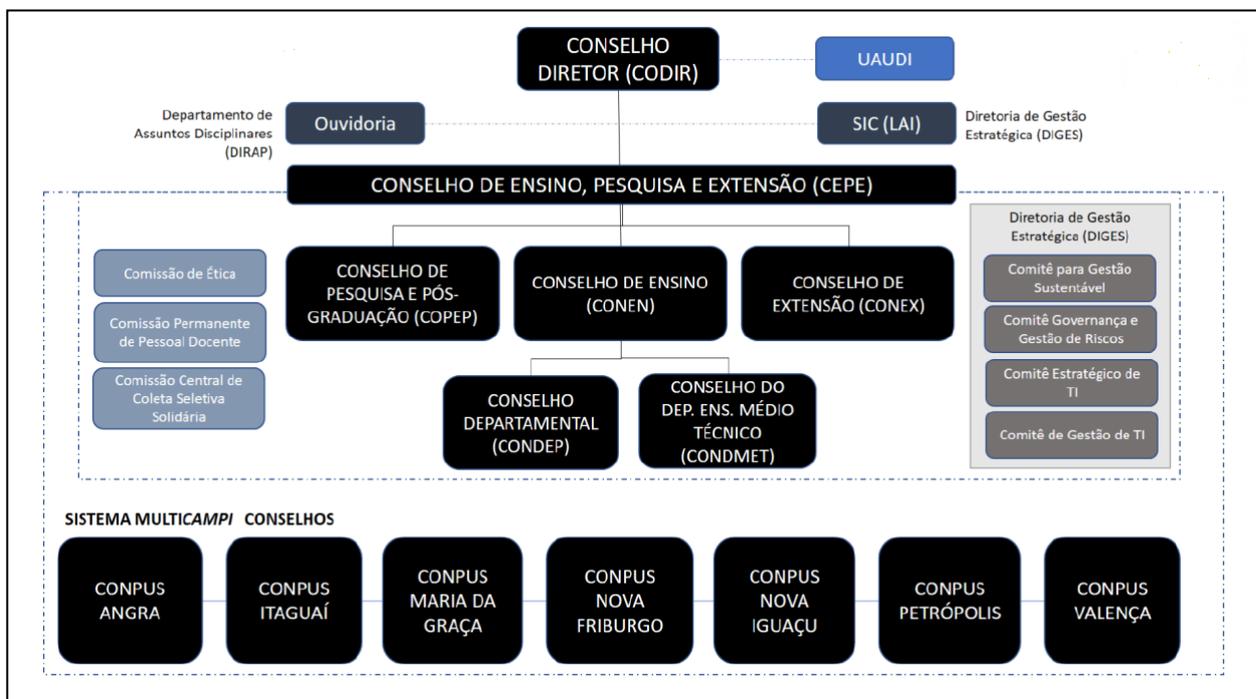
Organograma Funcional atual do Departamento de Educação Superior

A COGRA (Coordenadoria dos Cursos de Graduação) atualmente está ligada diretamente a DIREN, conforme ilustrado no respectivo diagrama, mantendo sua função de apoio ao Sistema CEFET/RJ, da época em que o DEPES era sistêmico. Desta forma, a COGRA apoia a DIREN em atividades sistêmicas como o censo, processos

de avaliações de curso e de avaliação institucional, processos de transferência de alunos, processos de mobilidade, entre outras atividades. Como se pode verificar, muitas dessas atividades são de apoio ao PI, Pesquisador Institucional.

A figura do Pesquisador Institucional (PI) surgiu com a Portaria Nº 46, de 10 de janeiro de 2005, atendendo a necessidade do Ministério da Educação da existência de um interlocutor entre as IES e o ministério. O PI, entre outras atribuições, é o responsável pelas informações inseridas anualmente no Censo da Educação Superior, conforme o artigo 4º dessa mesma Portaria: “As Instituições de Educação Superior deverão designar um Pesquisador Institucional para ser o interlocutor e responsável pelas informações da instituição junto a DEAES-INEP”.

A política de ensino no CEFET/RJ é estabelecida de forma coletiva e democrática, através da discussão em seus colegiados de cursos e conselhos ligados à atividade acadêmica. Até o primeiro semestre de 2011, em nível sistêmico, havia as seguintes instâncias de decisão colegiada: Conselho de Extensão (CONEX), Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP), Conselho Departamental (CONDEP), Conselho do Departamento de Ensino Médio e Técnico (CONDMET), Conselho de Ensino (CONEN), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Diretor (CODIR). A partir do segundo semestre de 2011, o CONDMET e CONDEP passaram a não ser mais sistêmicos e as instâncias passaram a ser as representadas no organograma a seguir:



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Estrutura de Governança do CEFET/RJ

No organograma anterior, foi utilizada a sigla CONPUS para cada Conselho de Unidade. A estrutura dos Conselhos pode ser consultada na Dimensão 6, “Estrutura de Órgãos Colegiados”.

Os objetivos para o ensino traçados no PDI 2015-2019 estão contemplados nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2.

Norteadas pelo princípio da verticalização do ensino, a Instituição desde sempre assumiu ser possível levar a oferta de cursos de graduação às suas Unidades fora da Sede. Assim o fez em Nova Iguaçu, onde implantou cursos de Engenharia a partir das primeiras iniciativas de uma Universidade Pública da Baixada Fluminense, participando, com a UFF e a UFRRJ, do Consórcio de Instituições Federais de Educação Superior sediadas no Estado do Rio de Janeiro. Nas cidades-polo de Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença, com a inauguração das novas Unidades, também chegou com cursos dessa natureza, em resposta ao pleito da população de mesorregiões que não contam ou contam incipientemente com a presença da educação superior pública e gratuita.

Nesse contexto, cabe citar a Resolução Nº 10/2016 do Conselho Diretor (CODIR), de 18/03/2016, que aprova as normas propostas pela Direção de Ensino para criação de cursos técnicos de nível médio e de graduação no âmbito do CEFET/RJ. Esse instrumento propõe que a abertura de um curso passe por duas etapas principais: a elaboração do Projeto de Abertura do Curso (PAC) e a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Ambos documentos são elaborados levando em conta a legislação pertinente e os indicadores do MEC vigentes para um curso de qualidade e estão em consonância com o PPI e o PDI.

Com relação ao PAC, antes de tudo é essencial que a apresentação desse permita às instâncias de apreciação uma avaliação completa, clara e objetiva tanto da proposta quanto da sua pertinência, relevância, propriedade e adequação aos aspectos legais, aos objetivos e preceitos institucionais da universidade, assim como das condições já existentes e das necessárias para viabilizar a implementação do novo curso.

As normativas foram desenvolvidas com a intenção de evitar a ocorrência de lacunas que possam prejudicar a análise dos processos e imprimir maior agilidade à tramitação das propostas de criação de cursos, facilitando a elaboração dos projetos pedagógicos e a montagem dos respectivos processos. Cabe ressaltar que a Direção de Ensino, em quaisquer das fases de elaboração das propostas de curso ou mesmo de montagem dos processos, coloca a sua equipe à disposição para assessoramento no que for necessário ou desejado.

Ao desenvolver ou atualizar o projeto pedagógico de curso deve-se consultar também os manuais de orientação para construção e atualização de PPCs, citados na própria normativa e elaborados pela Direção de Ensino, com o apoio da equipe pedagógica.



Manuais orientadores para a elaboração e construção dos PPCs do CEFET/RJ.

Em 2016, o CEFET/RJ oferecia na Educação Superior os seguintes cursos de graduação, com início nas datas indicadas:

Sede - Maracanã

Doze cursos de graduação na modalidade bacharelado, sendo onze presenciais e um a distância. Bacharelados presenciais: Engenharia Mecânica (1979.1), Engenharia Elétrica (1979.1), Engenharia Eletrônica (1979.1), Engenharia de Telecomunicações (1979.1), Engenharia de Produção (1998.1), Administração (1998.1), Engenharia de Controle e Automação (2005.2), Engenharia Civil (2007.2), Ciência da Computação (2012.2), Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (2014.1) Engenharia Ambiental (2016.2). Bacharelados EAD (semipresenciais): Engenharia de Produção (2015.1). Três cursos de graduação na modalidade superior de tecnologia, sendo dois presenciais e um a distância. Superiores de Tecnologia presenciais: Tecnólogo em Gestão Ambiental (1998.1) e Tecnólogo em Sistemas para Internet. (1998.1). Ambos em processo de extinção em virtude da criação dos cursos de engenharia ambiental e ciência da computação. Superiores de Tecnologia EAD (semipresenciais): Tecnólogo em Gestão de Turismo (2012.1).

Campus Nova Iguaçu

Três cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia de Controle e Automação (2004.2), Engenharia de Produção (2005.2) e Engenharia Mecânica (2014.1).

Campus Nova Friburgo

Dois cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Sistemas de Informação (2014.1) e Engenharia Elétrica (2015.2). Um curso de graduação presencial na modalidade licenciatura: Licenciatura em Física (2008.2). Um curso de graduação presencial na modalidade superior de Tecnologia: Tecnólogo em Gestão de Turismo (2008.2).

Campus Petrópolis

Dois cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia de Computação (2014.1) e Turismo (2015.1). Um curso de graduação presencial na modalidade licenciatura: Licenciatura em Física (2008.2). Um curso de graduação presencial na modalidade superior de Tecnologia: Tecnólogo em Gestão de Turismo (2008.2). Esse último em processo de extinção em virtude da criação do curso de Engenharia de Computação.

Campus Itaguaí

Dois cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia Mecânica (2010.1) e Engenharia de Produção (2015.1).

Campus Angra dos Reis

Três cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia Mecânica (2013.2), Engenharia Metalúrgica (2015.1) e Engenharia Elétrica (2016.1).

Campus Valença

Dois cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia de Alimentos (2014.1) e Administração (2015.1).

A Tabela a seguir sintetiza os cursos de graduação oferecidos pelo CEFET/RJ.

HABILITAÇÃO	Modalidade	Duração	Unidade(s)	Implantação	Obs.
1-Administração	Bacharelado	8 sem	Maracanã	1998.1	Presencial
		8 sem	Valença	2015.1	Presencial
2-Ciência da Computação	Bacharelado	8 sem	Maracanã	2012.2	Presencial
3-Engenharia Ambiental	Bacharelado	10 sem	Maracanã	2016.2	Presencial
4-Engenharia Civil	Bacharelado	10 sem	Maracanã	2007.2	Presencial
5-Engenharia de Alimentos	Bacharelado	10 sem	Valença	2014.1	Presencial
6-Engenharia de Computação	Bacharelado	10 sem	Petrópolis	2014.1	Presencial
7-Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	10 sem	Maracanã	2005.2	Presencial
		10 sem	Nova Iguaçu	2004.2	Presencial
8-Engenharia de Produção	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1998.1	Presencial
		10 sem	Nova Iguaçu	2005.2	Presencial
		10 sem	Itaguaí	2015.1	Presencial
		10 sem	Maracanã	2015.1	Semipresenc.
9-Engenharia de Telecomunicações	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
10-Engenharia Elétrica	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
		10 sem	Nova Friburgo	2015.2	Presencial
		10 sem	Angra	2016.1	Presencial
11-Engenharia Eletrônica	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
12-Engenharia Mecânica	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
		10 sem	Itaguaí	2010.2	Presencial
		10 sem	Angra	2013.2	Presencial
		10 sem	Nova Iguaçu	2014.1	Presencial
13-Engenharia Metalúrgica	Bacharelado	10 sem	Angra	2015.1	Presencial
14- Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	Bacharelado	8 sem	Maracanã	2014.1	Presencial
15-Sistemas de Informação	Bacharelado	8 sem	Nova Friburgo	2014.1	Presencial
16-Física	Licenciatura	8 sem	Nova Friburgo	2008.2	Presencial
		8 sem	Petrópolis	2008.2	Presencial
17-Gestão Ambiental	Tecnológico	4 sem	Maracanã*	1998.1	Presencial
18-Gestão de Turismo	Tecnológico	6 sem	Maracanã	2012.1	Semipresenc.
		6 sem	Nova Friburgo	2008.2	Presencial
		6 sem	Petrópolis*	2008.2	Presencial
19-Sistemas para Internet	Tecnológico	6 sem	Maracanã*	1998.1	Presencial
20-Turismo	Bacharelado	8 sem	Petrópolis	2015.1	Presencial

*Nota: cursos em processo de extinção. Não oferecem mais vagas.

Os cursos de Engenharia são ministrados em 10 períodos letivos regulares, todos com um máximo de 18 períodos. Os cursos de Administração, Ciência da Computação, Línguas Estrangeiras, Sistemas de Informação, Turismo e de Licenciatura em Física são oferecidos em 8 períodos letivos regulares, com um máximo de 14 períodos, sendo o curso de Licenciatura ministrado no período noturno. Os Cursos Superiores de Tecnologia também são oferecidos no período noturno, com a duração média de dois anos e meio.

A Tabela a seguir apresenta os conceitos referentes ao Enade e ao CPC (Conceito Preliminar de Curso), respectivamente.

Conceito Enade Conceito Preliminar de Curso - CPC													
Habilitação	Campus	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
01	Administração		5			4	4		4	3		5	4
	Valença											---	
02	Ciência da Computação												
03	Engenharia Ambiental												
04	Engenharia Civil				S	S					4	3	
05	Engenharia de Alimentos												
06	Engenharia de Computação												
07	Engenharia de Controle e Automação*	S			4	4		N	N		3	3	
	Nova Iguaçu	---			5	4		3	3		3	3	
08	Engenharia de Produção				4	4		3	3		4	3	
	Maracanã (EAD)												
	Nova Iguaçu	4			S	S		4	3		3	3	
	Itaguaí												
09	Engenharia de Telecom.	4			3	3		3	3		3	3	
10	Engenharia Elétrica	2			3	3		2	2		3	3	
	Nova Friburgo												
	Angra dos Reis												
11	Engenharia Eletrônica	2			3	3		2	2		3	3	
12	Engenharia Mecânica	4			3	3		2	2		3	3	
	Nova Iguaçu												
	Itaguaí										4	-	
	Angra dos Reis												
13	Engenharia Metalúrgica												
14	Línguas Estr. Apl. às N.I.												
15	Sistemas de Informação												
16	Física										5	-	
	Petrópolis										5	-	
17	Gestão Ambiental						5	4		4	3		
18	Gestão de Turismo												
	Maracanã (EAD)												
	Nova Friburgo					S	S						
	Petrópolis					S	S						
19	Sistemas para Internet												
20	Turismo												

Nota:

A tabela apresenta os conceitos do Enade e CPC, respectivamente. Os resultados do CPC iniciam a partir de 2008,

Cor amarela: indica que o curso ainda não havia sido criado naquele período.

Cor cinza: indica que o curso não foi avaliado naquele período.

Pontilhado (---): indica que embora houvesse avaliação naquele período da área do curso, este não participou porque estava nos períodos iniciais ou outro motivo.

Traço (-): indica que não foi gerado CPC em virtude das regras, como Portaria de Reconhecimento ainda não publicada, mesmo o curso possuindo o conceito do Enade.

S: sem conceito em virtude do número de alunos (curso recém-criado, por exemplo) ou outro motivo.

N: Curso não reconhecido até a data de corte estipulada pelo MEC. (Portaria de Reconhecido ainda não publicada)

*: Com relação ao Enade 2011 dos Curso de Engenharia de Controle e Automação deve-se ler a observação no texto mais adiante.

O conceito Enade é um indicador de qualidade calculado atualmente a partir dos desempenhos dos concluintes dos cursos de graduação no Enade. Tal conceito varia de 1 a 5 e é resultante da média ponderada da nota padronizada dos concluintes na Formação Geral (25%) e no Conhecimento Específico (75%). Pode-se observar pelo histórico de resultados que os conceitos de forma geral vêm melhorando, resultado do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Instituição. Seguem algumas observações que devem ser consideradas.

Em 2005, o curso de Engenharia Elétrica do CEFET/RJ submetido ao ENADE possuía três ênfases, eletrônica, eletrotécnica e telecomunicações, que mais tarde resultaram em três cursos. Em relação aos cursos de Engenharia Elétrica com Ênfase em Eletrônica e Eletrotécnica, é preciso que se registre um fato que redundou em prejuízo dos resultados naquela ocasião. No encaminhamento das provas, de responsabilidade do INEP, os alunos do curso com Ênfase em Eletrônica receberam os cartões de resposta com o código e o nome da Ênfase em Eletrotécnica. A consequência foi uma avaliação distorcida, de vez que, frente à identidade do seu curso, muitos responderam à prova de Eletrônica, não tendo sido consideradas as respostas do correspondente gabarito; e, aqueles que responderam às questões de Eletrotécnica não tiveram o melhor desempenho, já que os assuntos da prova eram diferentes dos da ênfase de formação do seu curso. Isso impactou na média de desempenho dos alunos dos dois cursos. À época da prova, o fato foi imediatamente comunicado ao INEP, com vistas a que o grupo prejudicado tivesse nova oportunidade de avaliação.

Em 2011, parte dos estudantes realizaram um boicote, que, infelizmente, provocou consequências sobre os resultados. Pelo que pôde ser apurado, isso se deu em virtude da demora na instalação de alguns laboratórios que haviam sido comprados. O processo de compra e instalação de laboratórios é algo demorado, pois envolve licitação e instalação com pessoal especializado.

Dos quatro cursos que ficaram sob medida cautelar, em virtude da nota do ENADE 2011, publicada no final de 2012, e, por conseguinte do CPC, um foi reconsiderado pela SERES/MEC, tendo em vista o recurso apresentado, uma vez que já havia recebido a avaliação in loco, após o Enade. Trata-se do curso de Engenharia de Controle e Automação, reconhecido com conceito quatro, após avaliação in loco em 24/10/12. Além disso, o curso deveria ter recebido NR no lugar do CPC, uma vez que ainda não havia sido reconhecido até 30 de setembro de 2012, conforme as normas estabelecidas, o que não ocorreu. Assim, os conceitos do respectivo curso na sede, que antes eram Enade = 2 e CPC = 2, passaram para NR (curso não reconhecido até 30/09/12). A diligência correspondente foi encerrada (processo 201300123) e o curso foi reconhecido com conceito 4 (CC), pelo processo 200712781. O curso de Engenharia de Controle e Automação do *campus* Nova Iguaçu, que já havia sido reconhecido passou de NR para Enade = 3 e CPC = 3. Como pode-se perceber, a confusão se deu em virtude da troca de portarias de reconhecimento entre os cursos, uma vez que na ocasião do reconhecimento do curso de Nova Iguaçu havia sido colocado o endereço da sede. Apesar das diversas solicitações para a correção do endereço, inclusive na própria portaria, isso não aconteceu, o que acabou causando essa inversão de informações em relação ao reconhecimento.

Os outros três cursos que ficaram sob medida cautelar receberam a visita de especialistas do MEC, em 2014, e obtiveram os seguintes conceitos: Engenharia Elétrica: conceito 3, Engenharia Mecânica: conceito 4, e Engenharia Eletrônica: conceito 4. Tais conceitos confirmaram a qualidade dos cursos e a seriedade do trabalho desenvolvido.

Em 2014, os cursos de engenharia elétrica, engenharia eletrônica, engenharia de telecomunicações e engenharia de controle e automação do Maracanã foram enquadrados na engenharia elétrica para a realização das provas, o que era uma opção. O curso de engenharia de controle e automação do *campus* Nova Iguaçu foi enquadrado na mesma categoria do curso, engenharia de controle e automação, o que também era possível.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) vai de 1 a 5 e é divulgado anualmente. Tal conceito é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país. Para que os valores se consolidem, e representem o que se espera de um curso em termos de qualidade e excelência, comissões de avaliadores fazem visitas *in loco* para corroborar ou alterar o conceito obtido preliminarmente. Os cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do INEP. Os demais casos, ou seja, cursos com conceito igual ou maior que 3, podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em conceito permanente. Os cursos com CPC=3 são aqueles que atendem plenamente aos critérios de qualidade para funcionarem. Cursos com conceito 5 são cursos de excelência, devendo ser vistos como referência pelos demais. O conceito permanente servirá como referência para subsidiar o processo de regulação dos cursos de graduação no país.

O CPC é composto por diferentes variáveis, que traduzem resultados da avaliação de desempenho de estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. As variáveis utilizadas em sua composição foram retiradas do Enade, incluindo o questionário socioeconômico, e do Cadastro de Docentes

Com o tempo, o cálculo do CPC vem sofrendo algumas alterações, conforme ilustrado na tabela a seguir. Em 2011, ocorreram alterações no cálculo do CPC, assim como os pesos envolvidos. Estas alterações podem ser consultadas na Nota Técnica Nº 029 de 15 de outubro de 2012. Esta Nota Técnica apresenta os estudos realizados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) do INEP para definir o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2011, uma vez que foi necessário promover uma adaptação ao modelo utilizado até 2010. A Nota Técnica Nº 70 de 15 de outubro de 2014 apresenta as alterações na forma de utilização dos insumos do questionário do estudante (Enade) no cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) de 2013.

Até a edição de 2014, o Conceito Enade (CE) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC) eram calculados para cada Unidade de Observação, constituída pelo conjunto de cursos que compõem uma área de avaliação específica do Enade, de uma mesma IES em um determinado município. A partir da edição 2015, o CE e o CPC passaram a ser calculados para cada curso de graduação avaliado, conforme enquadramento realizado pela IES em uma das áreas de avaliação, ou seja, por código de curso. Essa mudança foi regulamentada pela Portaria Normativa MEC Nº 23/2016, artigo 33-B, que altera a Portaria Normativa MEC Nº 40/2007: “O CE e o CPC serão calculados por código de curso constante no sistema e-MEC para os cursos com estudantes concluintes participantes no ENADE.”

DESEMPENHOS		PESO até 2010	PESO em 2011	PESO desde 2013
percepção dos alunos	(NC) –Nota dos concluintes no Enade Origem: Enade	15%	20%	20%
	(NI) - Nota dos ingressantes no Enade	15%	---	---
cadastro de docentes	(NIDD) - Nota do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado Origem: Enem, Enade e Questionário do Estudante do Enem e Enade	30%	35%	35%
SUBTOTAL - DESEMPENHOS		60%	55%	55%
INSUMOS e PROCESSOS		PESO até 2010	PESO em 2011	PESO em 2013
percepção dos alunos	(NF) –Nota Infraestrutura e equipamentos: aulas práticas: “Os equipamentos disponíveis são suficientes para o número de estudantes?” Origem: Questionário do Estudante do Enade	5%	7,5%	5,0%
	(NO) - Nota Recursos didático-pedagógicos: “Os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos:objetivos; metodologias de ensino e critérios de avaliação; conteúdos e bibliografia da disciplina?” Origem: Questionário do Estudante do Enade	5%	7,5%	7,5%
	(NA) – Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional) Origem: Questionário do Estudante do Enade	---	---	2,5%
cadastro de docentes	(ND) - Nota de professores doutores -> percentual de professores doutores no curso Origem: Censo	20%	15%	15%
	(NM) - Nota de professores mestres ->percentual de professores mestres no curso Origem: Censo	5%	7,5%	7,5%
	(NR) - Nota de Professores com Regime de Dedicção Integral ou Parcial -> percentual de professores que cumprem regime parcial ou integral (não horista) no curso Origem: Censo	5%	7,5%	7,5%
SUBTOTAL - INSUMOS e PROCESSOS		40%	45%	45%
TOTAL		100%	100%	100%

Segundo o Manual dos Indicadores de Qualidade, publicado pelo MEC/INEP/SINAES/DAES, o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) tem o propósito de trazer às Instituições informações comparativas dos desempenhos de seus estudantes concluintes em relação aos resultados médios obtidos pelos concluintes das demais Instituições que possuem estudantes ingressantes de perfil semelhante ao seu. Para tanto, o IDD, como o próprio nome já diz, é resultante da diferença entre o desempenho médio obtido no Enade pelos estudantes concluintes de um curso e o desempenho médio que era esperado para esses mesmos estudantes, dadas as informações existentes sobre o perfil dos ingressantes desse curso.

Assim, o IDD afere o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem. A partir de 2014, o cálculo do IDD passou a ocorrer para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, a partir da vinculação dos resultados dos exames pelo CPF do estudante.

Reconhecimento – Legislação

A legislação para reconhecimento de curso está descrita a seguir.

- ✓ Art. 48, Lei nº 9.394/96: Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.
- ✓ Art. 34, Decreto nº 5.773/2006: O reconhecimento de curso é condição necessária, juntamente com o registro, para a validade nacional dos respectivos diplomas.
- ✓ Art. 35, Decreto nº 5.773/2006: A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento de curso, no período entre metade do prazo previsto para a integralização de sua carga horária e setenta e cinco por cento deste prazo.
- ✓ Art. 63, PN 40/2007: Os cursos cujos pedidos de reconhecimento tenham sido protocolados dentro do prazo e não tenham sido decididos até a data da conclusão da primeira turma consideram-se reconhecidos, exclusivamente para fins de expedição e registro de diplomas.
- ✓ Instrução Normativa nº 1/2013 –Reconhecimento e renovação de reconhecimento EAD – vinculação de processos.
- ✓ Nota Técnica nº 141/2013 – padrão decisório processos reconhecimento – presencial (passivo – 2007 a 2012).
- ✓ Nota Técnica nº 548/2014 – padrão decisório reconhecimento – presencial.
- ✓ Instrução Normativa nº 2/2014 – padrão decisório reconhecimento – presencial.

Renovação de Reconhecimento – Legislação

A legislação para renovação de reconhecimento de curso está descrita a seguir.

- ✓ Art. 46 da Lei no 9394/96: A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação;
- ✓ Art. 41, Decreto nº 5.773/2006: A instituição deverá protocolar pedido de Renovação de Reconhecimento ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES junto à Secretaria competente.
- ✓ Nota Técnica nº 806/2012 – fluxos e procedimentos renovação de reconhecimento – ciclo azul.
- ✓ Nota Técnica nº 636/2013 – padrão decisório processos renovação de reconhecimento – presencial (passivo).
- ✓ Nota Técnica nº 786/2013 – fluxos e procedimentos – ciclo vermelho.
- ✓ Nota Técnica nº 549/2014 – padrão decisório renovação de reconhecimento – presencial.
- ✓ Instrução Normativa nº 3/2014 – padrão decisório renovação de reconhecimento – presencial.

A portaria normativa nº 4 de 05 de agosto de 2008 regulamentou a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores - CPC, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. Assim, os cursos do CEFET/RJ com CPC \geq 3 habitualmente realizam sua renovação de reconhecimento baseada no CPC.

A Instrução Normativa Nº 3, de 29 de julho de 2014, divulgou o padrão decisório para análise dos pedidos de Renovação de Reconhecimento de Cursos de Educação Superior que foram submetidos à visita de avaliação in loco. Tal instrução apresenta algumas novidades. Para o caso de curso insatisfatório e/ou conceito insatisfatório em uma ou mais dimensões avaliadas, por exemplo, há sugestão de Protocolo de Compromisso. Para o caso de um ou mais requisitos legais considerados não atendidos em uma ou mais dimensões avaliadas, há sugestão de Deferimento com necessidade de avaliação in loco quando da próxima renovação de reconhecimento do curso, entre outras informações.

As últimas avaliações externas que ocorreram na IES estão apresentadas na tabela a seguir.

Avaliação Externa (<i>in loco</i>)	Tipo de Avaliação	Conceito (CC)	Visita <i>in loco</i>
CEFET/RJ (Sede e <i>Campi</i>)	Renovação do Credenciamento Institucional	3	26 a 30/09/10
Curso de Engenharia de Produção (Campus Nova Iguaçu)	Reconhecimento de curso	4	26 a 28/06/08
Curso de Engenharia de Controle e Automação (Campus Nova Iguaçu)	Reconhecimento de curso	4	14 a 17/09/11
Curso de Tecnólogo em Sistemas para Internet (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento	3	02 a 05/05/12
Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	3	13 a 16/05/12
Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	10 a 13/06/12
Curso de Engenharia de Controle e Automação (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	24 a 27/10/12
Curso de Engenharia Civil (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	04 a 07/11/12
Curso de Engenharia Elétrica (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	3	09 a 12/04/14
Curso de Licenciatura em Física (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	03 a 06/08/14
Curso de Licenciatura em Física (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	3	10 a 13/08/14
Curso de Engenharia Eletrônica (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	4	26 a 29/11/14
Curso de Engenharia Mecânica (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	4	26 a 29/11/14
Curso de Engenharia Mecânica (Campus Itaguaí)	Reconhecimento de curso	4	06 a 09/03/16
Curso de Ciência da Computação (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	04 a 07/12/16

As avaliações externas geram o conceito de curso (CC) e, como pode-se observar, no último ano os cursos avaliados obtiveram o conceito 4 em uma escala de 1 a 5. Trata-se de uma avaliação bastante abrangente, onde os elementos que compõem o CC podem ser observados na figura a seguir.

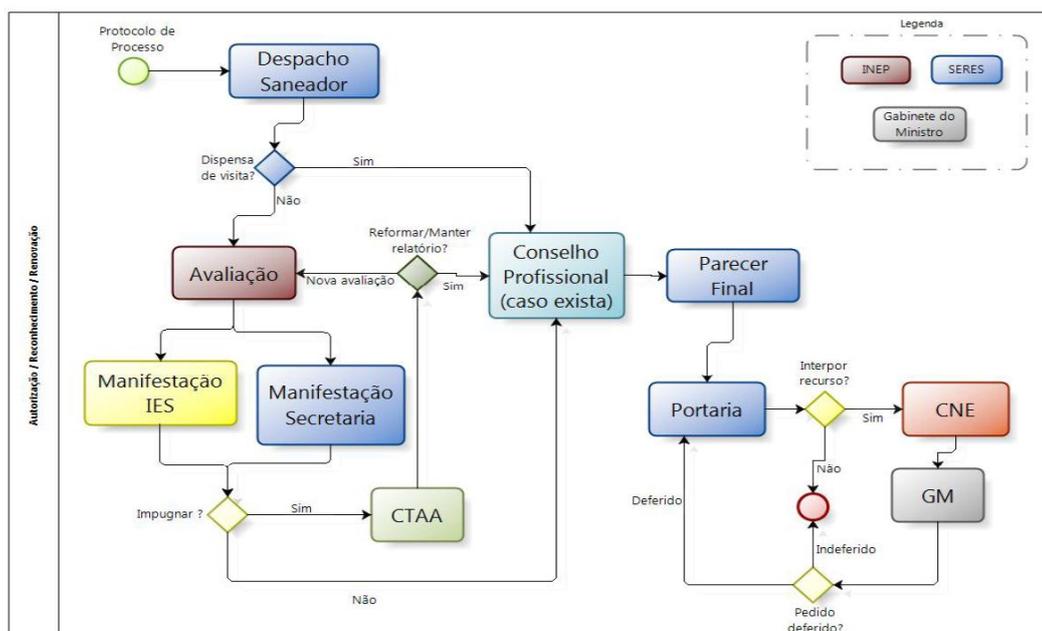
Elementos que compõem o Conceito do Curso - CC



Fonte: O Sinaes e o Enade 2016, Inep, 2016.

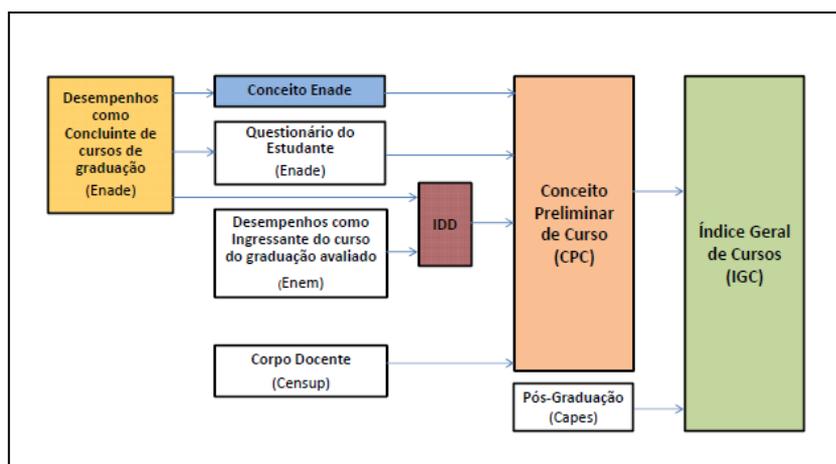
O fluxo dos processos de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento podem ser observados na figura que segue.

FLUXO DOS PROCESSOS DE AUTORIZAÇÃO/REC/RR



O IGC (Índice Geral de Cursos) é um indicador de qualidade das instituições de Educação Superior, que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). No que se refere à graduação, é utilizado o CPC (Conceito Preliminar de Curso), no que se refere à pós-graduação, é utilizada a nota da CAPES. As faixas consideradas para o IGC também variam de 1 a 5.

O IGC é calculado por IES, considerando a média dos CPC's dos cursos avaliados da Instituição, no triênio de referência, ponderada pelo número de matrículas e a média dos conceitos da avaliação trienal da Capes dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, ponderada pelo número de matrículas. A figura a seguir sintetiza os indicadores de qualidade, segundo o Inep.



Fonte: Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2015, Daes/Inep, 2017.

Indicadores de Qualidade da Educação Superior

A tabela a seguir apresenta o histórico de IGC do CEFET/RJ. Pode-se observar pelo IGC contínuo que a Instituição vem melhorando os seus resultados, porém ainda não foi suficiente para alcançar o conceito 4 neste indicador. É importante registrar que o resultado do Enade 2011 influenciou negativamente o cálculo do CPC que envolveu particularmente esse ano, como indicado na tabela.

IGC									
	Triênio 2005-2007	Triênio 2006-2008	Triênio 2007-2009	Triênio 2008-2010	Triênio 2009-2011	Triênio 2010-2012	Triênio 2011-2013	Triênio 2012-2014	Triênio 2013-2015
IGC (faixa)	3	3	4	4	3	3	3	3	3
IGC (cont.)	2,80	2,87	2,97	3,00	2,6553	2,4236	2,3725	2,793	2,9017
Cursos com CPC (nº)	-	7	7	8	10	10	10	11	11
Alfa (prop. graduandos)	-	-	0,9313	0,9240	0,9269	0,9197	0,8993	0,9	0,8989
Conc. Médio Graduação	-	-	2,8854	2,90	2,5405	2,2792	2,1724	2,7	2,7539
Beta (prop. mestrandos)	-	-	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	0,1	0,0816
Conc. Médio Mestrado	-	-	3,2431	3,24	3,2227	3,1538	3,3186	4,2	4,1476
Gama (prop. doutorandos)	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0195
Conc. Médio Doutorado	-	-	-	-	-	-	-	4,5	4,500

Influência do Enade 2011

A concepção de currículo e a organização didático-pedagógica dos cursos do CEFET/RJ estão respaldadas nos Projetos Pedagógicos de seus Cursos (PPC), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e se encontram em consonância com as finalidades da IFES e com os estudos recentes sobre cada área de conhecimento. Tais cursos observam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação instituídas pela Câmara de

Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e o conjunto da legislação pertinente ao ensino superior. As diretrizes gerais para o ensino superior do Brasil estão estabelecidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) e no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001). A organização didático-pedagógica dos cursos no que se refere aos métodos adotados, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem encontra-se descrita nos respectivos PPCs, que, como dito anteriormente, estão em consonância com o PDI. Os currículos e programas de cada curso conduzem ao perfil do egresso proposto.

As atualizações curriculares são realizadas sempre que indicadas pelo MEC ou a partir de discussões e recomendações advindas de fóruns relacionados às respectivas áreas de formação, críticas e sugestões do corpo docente, expectativas do corpo discente, e demandas das empresas e da sociedade em geral. Com base nessas considerações, em 2004, por exemplo, teve início um processo de Reforma Curricular, onde todos os cursos tiveram seus projetos político-pedagógicos atualizados. O curso de Engenharia de Produção, por exemplo, na reforma curricular implantada em 2006.1 extinguiu a base em mecatrônica. Entre as diversas atualizações curriculares, cabe citar as que ocorreram em função do parecer CNE/CES 436/2001, do Decreto Nº 4.281/2002, da Resolução CNE/CES 2/2007, da Resolução CNE/CP 1/2004, do Decreto 5626/2005 e da Resolução CNE/CP 1/2012. O parecer CNE/CES 436/2001 define os Cursos Superiores de Tecnologia como cursos de graduação com características especiais, distintos dos tradicionais. Seus concluintes ficam aptos a prosseguir seus estudos em nível de pós-graduação, se assim o desejarem. O Decreto Nº 4.281/2002 trata das políticas de educação ambiental. A Resolução CNE/CES 2/2007 dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. A Resolução CNE/CP 1/2004 corresponde às diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. O Decreto 5626/2005 trata da inserção da disciplina Libras na estrutura curricular dos cursos, como obrigatória ou optativa, dependendo das respectivas exigências. A Resolução CNE/CP 1/2012 dispõe sobre as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos.

Os cursos de graduação do tipo bacharelado oferecidos, de uma forma geral, têm sua grade curricular organizada por disciplinas de núcleos de conteúdo básico, de conteúdo profissionalizante específico, de conteúdo profissionalizante geral e de conteúdo optativo, além de estágio supervisionado e projeto final, conforme a Resolução CNE/CES 11/2002 para os cursos de Engenharia e a Resolução CNE/CES 4/2005 para os cursos de Administração.

Sabe-se que os cursos superiores de tecnologia atendem a uma demanda do mercado por especialistas dentro de uma área de conhecimento, em vez dos generalistas formados pelas outras modalidades do ensino superior. Seus principais atributos são o foco, a rapidez, a inserção no mercado de trabalho e a metodologia. Os cursos de tecnólogo oferecidos pela IFES estão de acordo com esta proposta. Deve-se ter atenção, pois tais cursos não são permanentes, devendo ser continuamente revistos, de acordo com as necessidades do mercado. Seus currículos devem ter flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização permanente. O não oferecimento do

Curso de Tecnólogo em Segurança do Trabalho desde 2008.1 parece indicar que a IFES caminha neste sentido, apostando em cursos de maior demanda.

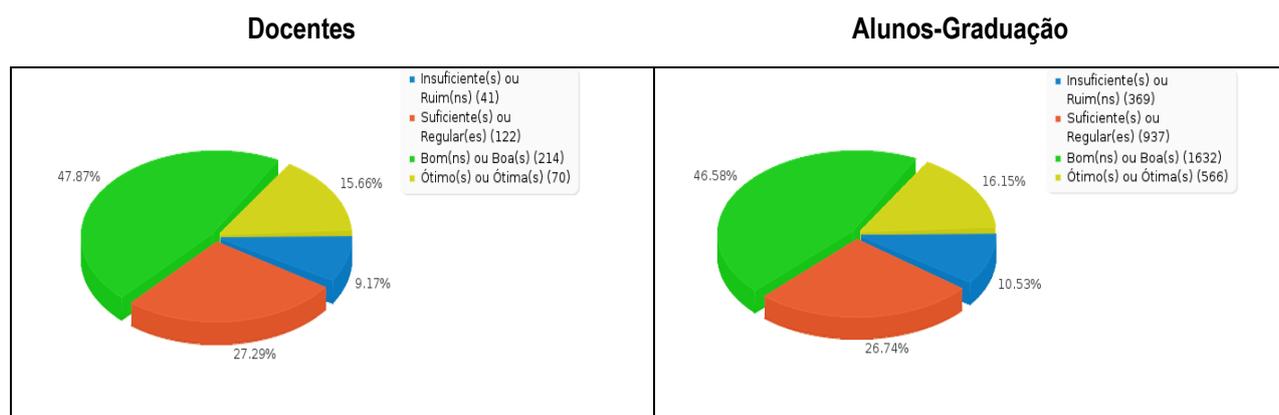
Recentemente, solicitou-se também a extinção dos cursos superiores de tecnologia de Gestão de Turismo do *campus* Petrópolis e de Sistemas para Internet e Gestão Ambiental da sede. Tal procedimento ocorreu em virtude da abertura dos cursos de Bacharelado de Turismo no *campus* Petrópolis e de Ciência da Computação e de Engenharia Ambiental na sede. A metodologia aplicada em tais cursos abrange técnicas, métodos e estratégias voltadas para a aprendizagem, para o saber e o saber fazer, com propostas didático-pedagógicas voltadas para a prática. Em tais cursos, os alunos também devem realizar um estágio supervisionado e apresentar um projeto final.

Os cursos de Licenciatura em Física oferecidos têm como objetivo a formação do físico – educador, conforme o perfil especificado no parecer CNE/CES 1.304/2001 (Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Física). Possuem estrutura curricular flexível, que inclui estágio supervisionado e um projeto final de cunho científico-educacional. Consideram também a Resolução CNE/CES 9/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física; o Parecer CNE/CP 2/2015, que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e a Resolução CNE/CP 2/2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Como pode-se perceber a legislação mais recente resultou em novos ajustes curriculares.

Com relação a esta dimensão, no que se refere ao ensino, considerando os aspectos avaliados foram propostas algumas questões no questionário aplicado com o intuito de levantar a percepção da comunidade envolvida. Dependendo da questão nesta Dimensão, ela pode ser aplicada tanto aos professores quanto aos alunos, especificamente aos professores ou especificamente aos alunos. Cabe lembrar que as questões propostas estão voltadas para o ensino da graduação.

Questão comum aos docentes e alunos:

☛ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)

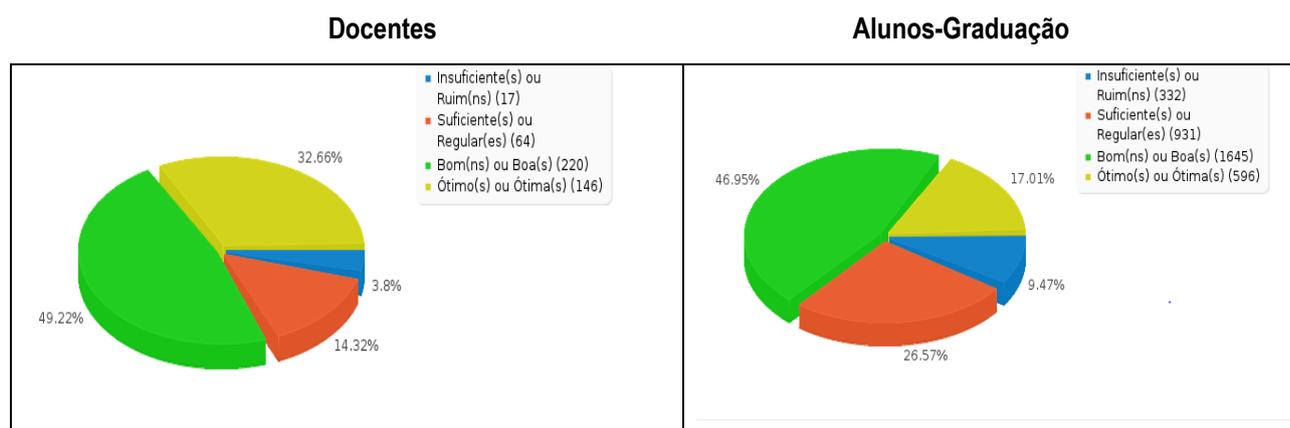


Foi observado um grande índice de satisfação com relação a este quesito, tanto por parte dos professores quanto por parte dos alunos. Dos 447 professores respondentes, 214 (47,87%) consideram boa a viabilização dos formandos no mercado de trabalho por parte da Instituição, 122 (27,29%) consideram suficiente, 70 (15,66%) consideram ótima e 41 (9,17%) consideram insuficiente.

Com relação aos alunos, dos 3504 respondentes, 1632 (46,58%) consideram que a viabilização dos formandos ocorre de forma boa, 937 (26,74%) consideram suficiente, 566 (16,15%) consideram ótima e 369 (10,53%) consideram insuficiente.

Na avaliação realizada em 2013/2014, obteve-se um comportamento muito semelhante ao obtido em 2016, com 7,36% de insatisfação para os docentes e 10,52% para os alunos.

Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contêm: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira ...



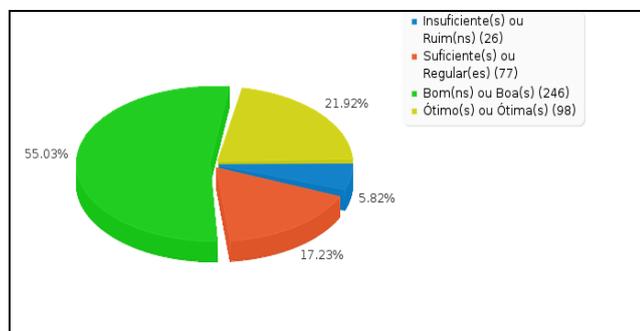
Foi observado um grande índice de satisfação com relação a este quesito, principalmente por parte dos professores. Dos 447 professores respondentes, 220 (49,22%) consideram que a apresentação dos planos de ensino ocorre de forma boa, seguidos de uma parcela de professores que considera que ocorre de forma ótima 146 (32,66%).

Com relação aos alunos, dos 3504 respondentes, 1645 (46,95%) consideram que a apresentação dos planos de ensino ocorre de forma boa, seguidos de uma parcela de alunos que considera que ocorre de forma suficiente: 931 (26,57%). Questão semelhante é aplicada aos estudantes no questionário do ENADE. É interessante observar como os docentes e discentes percebem esta questão, considerando que são os docentes os atores do processo neste caso, pois são eles que apresentam os planos de ensino aos alunos.

Em 2013/2014, esse quesito foi avaliado de forma similar pelos respondentes com 150 docentes (50,17%) e 1412 (42,8%) dos alunos da graduação considerando tal item bom.

Questão específica aos docentes

➡ A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



Com relação a este item, os docentes apresentaram um alto índice de satisfação. Considerando o universo de 447 professores respondentes, verificou-se que 246 (55,03%) consideram que a adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando pode ser avaliada como boa, seguidos de 98 (21,92%) que avaliam como ótima, 77 (17,23%) que avaliam como suficiente e 26 (5,82%) que avaliam como insuficiente.

Na avaliação realizada em 2013/2014, também foi obtido um alto índice de satisfação neste quesito. Na ocasião, 53,51% dos docentes respondentes consideraram esse item bom, enquanto que 6,35% dos professores julgaram tal item insuficiente. Os docentes restantes dividiram-se entre as seguintes escalas: suficiente (27,09%) e ótima (13,04%).

a.3) Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.

a.4) Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

A IFES busca articular teoria e prática na formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade. Para isso, os alunos são estimulados a participar de atividades com objetivo de apropriação e construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e atitudes para o exercício profissional. Entre tais atividades estão os projetos Mini-baja, Aerodesign e CEFET Jr. Consultoria. A preocupação com uma atuação profissional pautada em princípios éticos e de compromissos de cidadania, para o desenvolvimento local e regional, pode ser verificada, por exemplo, através dos programas Turma Cidadã e Enactus CEFET/RJ.

As práticas pedagógicas e atividades acadêmicas buscam o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica, por meio de estudos, pesquisas e vivências em atividades, programas e eventos como, por exemplo, os mencionados anteriormente, assim como a iniciação científica (PIBIC), o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), visitas técnicas, mobilidade estudantil (nacional e internacional) e as disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas. A IFES incentiva seus alunos a interagir com outras culturas, como elemento agregador de valor em sua formação, através da participação nos programas Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, este último com cerca de 30 anos de vigência, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos.

Ainda nesse contexto, convém mencionar que o CEFET/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança, de Portugal, firmaram um acordo de cooperação internacional que possibilita a obtenção de três diplomas em cinco anos. Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa receberão dois diplomas de nível superior, um da instituição brasileira e o outro da portuguesa, além do título de mestre expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio iniciou em 2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ do *campus* Angra e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da instituição de Bragança.

O acordo de cooperação prevê duas etapas de mobilidade internacional para a emissão de todos os diplomas aos estudantes brasileiros. O aluno deve cursar os quatro primeiros períodos letivos do bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ. A primeira mobilidade para o Instituto Politécnico deve ocorrer no quinto e no sexto períodos. Em seguida, o estudante deve retornar ao Centro Federal e permanecer na instituição até o fim do oitavo período. No nono e no décimo, ele deve realizar o segundo intercâmbio.

No final de 2016, foi lançado o Edital 2016 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ, onde foram oferecidas 110 bolsas para o ensino superior e 130 bolsas para o ensino médio/técnico. A monitoria não estava sendo implementada e alguns estagiários atuavam, de modo extraoficial, como monitores. No final de 2011, foi lançado o Edital 2011 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ. O retorno da monitoria foi extremamente enriquecedor para a Instituição.

Cabe mencionar a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos processos de construção do saber. Uma das ações do Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da informação (PDTI) do CEFET/RJ é justamente usar a Tecnologia da Informação e Comunicação como ferramenta de auxílio às atividades principais da Instituição para o aumento da qualidade e produtividade dos processos de ensino, pesquisa e extensão. Tais tecnologias, quando bem utilizadas, enriquecem e diversificam o processo de ensino e aprendizagem. A importância deste processo foi muito bem descrita por Côrrea (2004)⁵:

⁵CORRÊA, Cynthia H. W. **A Cibercultura Científica Brasileira: ensino e pesquisa na rede Internet**. Ecos Revista, Pelotas/RS, Brasil, v. 9, n.2, n. 2, p. 41-59, 2004.

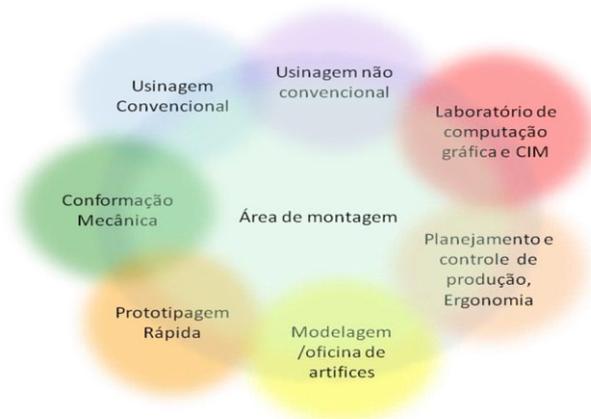
A revolução tecnológica concentrada nas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), que possibilita a conexão mundial via rede de computadores, promove alterações significativas na base material da sociedade, ao estabelecer uma interdependência global entre os países e modificar as relações Estado-Nação e sociedade. O uso crescente de redes como a Internet resultou na criação de uma organização social, a sociedade em rede, que permite a formação de comunidades virtuais, grupos constituídos pela identificação de interesses comuns.

O investimento na qualidade dos cursos de graduação é feito com recursos financeiros do orçamento da Instituição, alocados em centros de custos da DIREN, do DEPES e das Unidades. Foram verificados investimentos na implantação de novos ambientes, sejam salas de aula ou laboratórios. Convém relatar que os docentes enfrentam algumas dificuldades no preenchimento do formulário de compras, cometendo alguns erros que muitas vezes causam um atraso ou impedem a referida compra, uma vez que a sinalização destes erros não é imediata. Cabe citar também que a IFES apoia a participação de docentes em eventos nacionais e internacionais e projetos estudantis como os citados anteriormente.

Fábrica de aprendizagem

Está em fase de implantação na sede, uma oficina denominada Fábrica de Aprendizagem (*Learning Factory*) cujo objetivo é transformar ideias e projetos em produtos. Este conceito é comum em algumas Universidades do Exterior, como a Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual da Pensilvânia, classificada como a 17ª melhor faculdade de engenharia dos Estados Unidos. Esta oficina poderá ser usada por alunos e professores de todos os *campi*.

Em uma oficina ou laboratório didático convencional o estudante, via de regra, realiza uma experiência ou tarefa pré-determinada segundo um roteiro dado pelo professor. Em contraste, na Fábrica de Aprendizagem não existe uma tarefa pré-determinada nem a atividade está relacionada a uma determinada disciplina. O estudante, de forma livre e em comum acordo com o professor, propõe um produto a ser fabricado. A Fábrica de Aprendizagem proporciona a infraestrutura de máquinas, equipamentos, instrumentos, materiais e orientação acadêmica para o estudante transformar o seu projeto em protótipo do produto. A área de montagem envolve os seguintes processos, presentes na ilustração a seguir, para a transformação do projeto em produto. Todas as ações são integradas e permitem uma atuação não somente multidisciplinar, mas sobretudo interdisciplinar e transdisciplinar para alcançar os resultados esperados.



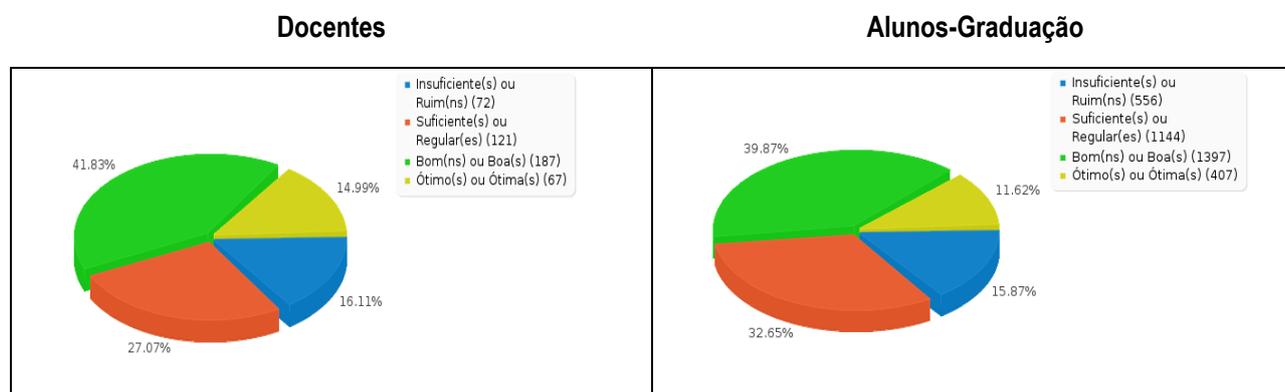
Segundo Fernando Cardona (2000), na visão multidisciplinar, um elemento pode ser estudado por disciplinas diferentes ao mesmo tempo, contudo, não ocorrerá uma sobreposição dos seus saberes no estudo do elemento analisado. A ideia mais correta para esta visão seria a da justaposição das disciplinas cada uma cooperando dentro do seu saber para o estudo do elemento em questão. Nesta, cada professor cooperará com o estudo dentro da sua própria ótica; um estudo sob diversos ângulos, mas sem existir um rompimento entre as fronteiras das disciplinas. A interdisciplinaridade, por sua vez, é a forma correta de se superar a fragmentação do saber instituída no currículo formal. Através desta visão ocorrem interações recíprocas entre as disciplinas. Estas geram a troca de dados, resultados, informações e métodos. A transdisciplinaridade diz respeito ao que se encontra entre as disciplinas, através das disciplinas e para além de toda a disciplina.

Assim, a fábrica de aprendizagem vem contribuir para a formação deste profissional do terceiro milênio, exposto a problemas cada vez mais complexos, que faz repensar o processo de ensino-aprendizagem formal.

No que se refere ao ensino e aos aspectos avaliados, foram propostas algumas questões no questionário aplicado com o intuito de levantar a percepção da comunidade envolvida, apresentadas a seguir.

Questão comum aos docentes e alunos:

➡ Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...

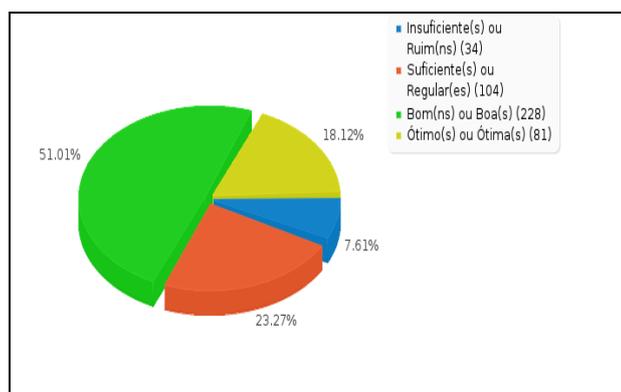


Com relação aos recursos disponibilizados pela IFES, observa-se que as fatias maiores nos dois gráficos correspondem a uma avaliação boa e suficiente de tal quesito, tanto para professores quanto para alunos. Apesar disso, deve-se observar também o índice de insatisfação nos dois segmentos, 16,11% e 15,87%, respectivamente, que sugere que tal quesito ainda merece atenção e tratamento. Dos 447 professores respondentes, 187 (41,83%) avaliam tal quesito como bom, 121 (27,07%) consideram suficiente, 72 (16,11%) consideram insuficiente e 67 (14,99%) consideram ótimo. Em se tratando dos alunos, num universo de 3504 estudantes, 1397 (39,87%) consideram bom, 1144 (32,65%) avaliam tal quesito como suficiente, 556 (15,87%) consideram insuficiente, seguidos de 407 (11,62%) que consideram ótimo.

Na avaliação realizada em 2013/2014, as fatias maiores nos dois segmentos, docentes e alunos, também corresponderam às escalas boa e suficiente. Já o índice de insatisfação foi de 18,73% para os professores e 21,82% para os discentes.

Questão específica aos docentes

➡ As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...



A maioria dos professores se mostrou satisfeita com relação a este item. Considerando o universo de professores respondentes, 447, observou-se que 228 (51,01%) consideram que as práticas pedagógicas utilizadas promovem a interação interdisciplinar e a contextualização de forma boa, 104 (23,27%) consideram que tal processo ocorre de forma suficiente, 81 (18,12%) consideram que acontece de forma ótima e 34 (7,61%) consideram que o processo acontece de forma insuficiente.

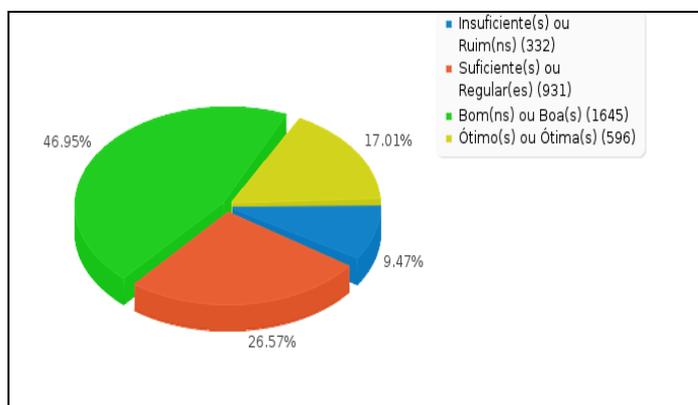
A avaliação de 2013/2014 apresentou um comportamento semelhante para esse quesito, com grande parte dos docentes (47,16%) avaliando-o de forma boa. Já a parcela de professores respondentes insatisfeitos correspondeu a 9,36%.

Alunos da Graduação avaliando seus Professores

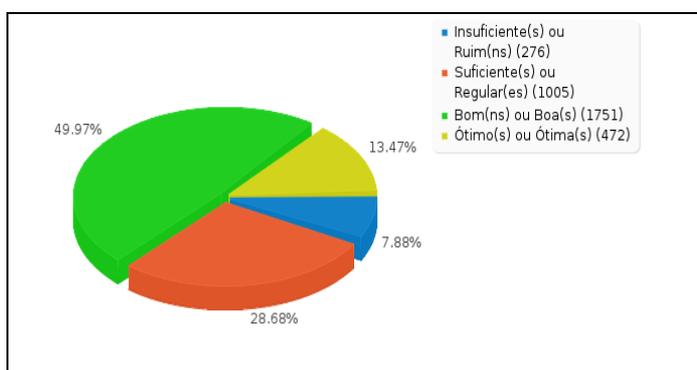
Foram propostas oito questões aos alunos, para que pudessem avaliar seus professores do período em alguns quesitos. Esta avaliação abrangeu também as disciplinas e o próprio curso, sendo realizada de forma geral, considerando somente os professores das disciplinas que os alunos cursavam no momento. No futuro, pretende-se fazer uma avaliação individual para que os professores recebam a percepção do alunado quanto ao trabalho que está sendo desenvolvido. Neste caso, optou-se por uma análise conjunta, para que esta avaliação fosse melhor compreendida, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante.

Questões específicas aos alunos

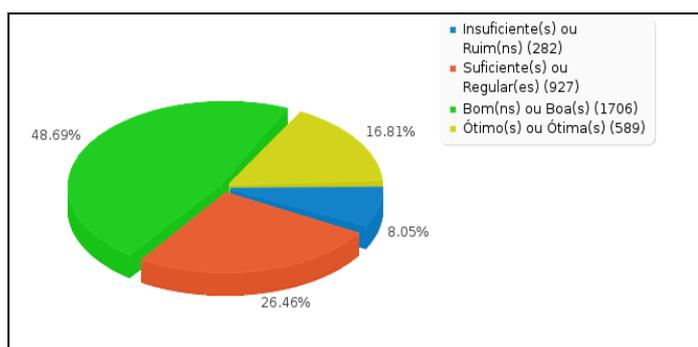
☛ 1- Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contêm: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira...



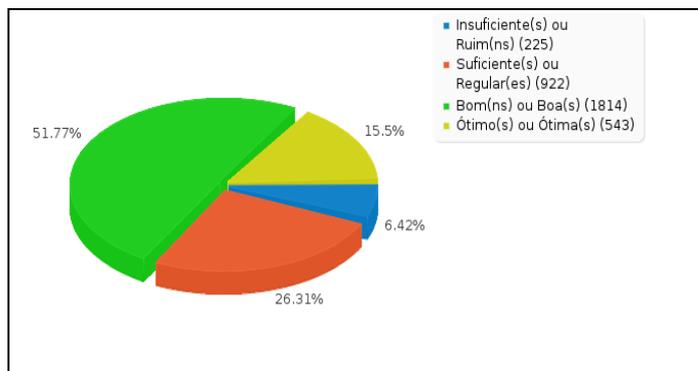
☛ 2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



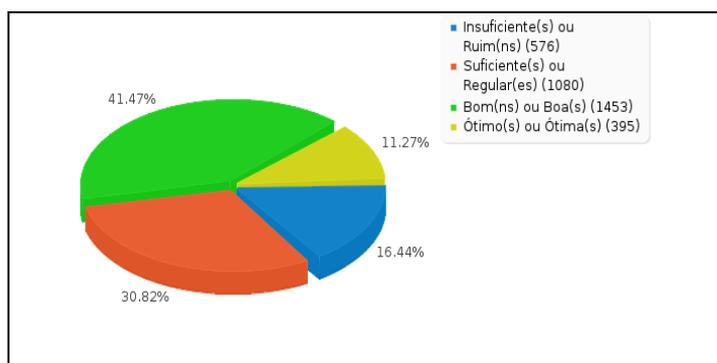
☛ 3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



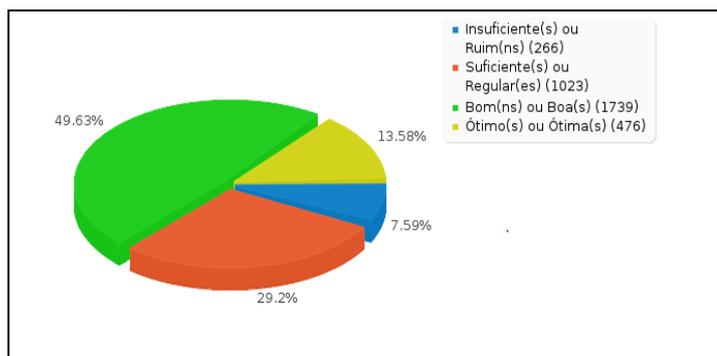
4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...

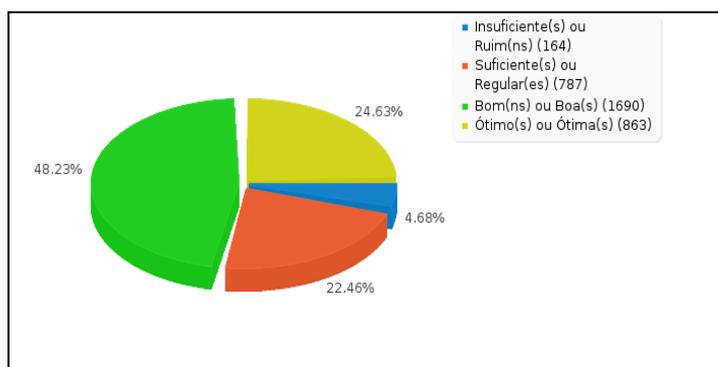


6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...

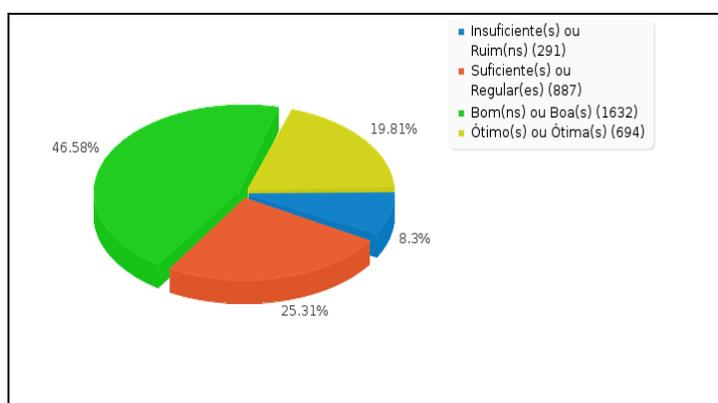




7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...



Este item indicou uma grande satisfação por parte dos alunos respondentes. Em sete das oito perguntas propostas, grande parte dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom e suficiente. Na única pergunta que não seguiu esse padrão, as parcelas maiores ficaram entre uma avaliação boa e ótima do quesito, no caso assiduidade dos professores. As parcelas menores ficaram distribuídas em insuficiente e ótimo. A questão que apresentou o maior índice de insatisfação, no caso 16,44%, foi a que abordou a relação da teoria com a prática. A questão que apresentou o menor índice de insatisfação, no caso 4,68%, corresponde à assiduidade dos professores, que foi muito bem avaliada.

Em 2013/2014, a avaliação realizada referente a tais questões igualmente indicou uma grande satisfação por parte dos alunos respondentes. Em todas as perguntas propostas, a grande parte dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom e suficiente. As parcelas menores do mesmo modo ficaram distribuídas em insuficiente e ótimo. A questão que indicou o maior índice de insatisfação, no caso 19,13%, também foi a que abordou a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas e a que apresentou o menor índice de insatisfação, novamente, foi a questão referente à assiduidade docente (10,49%).

Considerando os objetivos do PDI em relação ao ensino de graduação descritos no início da análise dessa dimensão e todo o contexto descrito, percebe-se que, de uma forma geral, a Instituição cumpre os objetivos traçados e empreende esforços para superar os obstáculos de percurso. Dentre as ações que ainda merecem atenção, destaca-se o apoio à capacitação de docentes para o uso de novas ferramentas de ensino-aprendizagem.

PESQUISA

a.5) Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções.

a.6) Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.

a.7) Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).

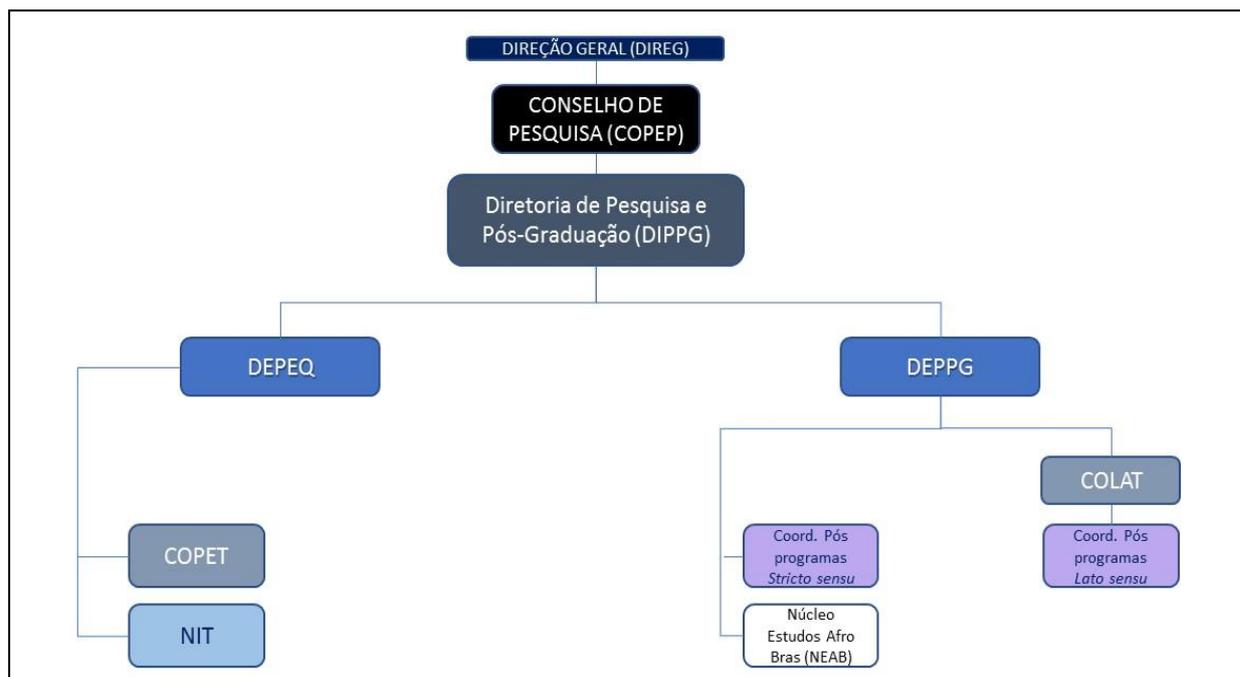
a.8) Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.

a.9) Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

O órgão responsável pelas atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas na Instituição é o DIPPG (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação). O Departamento de Pesquisa (DEPEQ) está subordinado à DIPPG, conforme ilustrado no organograma mais adiante. O DEPEQ é o responsável pela criação e manutenção de mecanismos facilitadores para o exercício da atividade de pesquisa, assegurando uma diretriz geral para as atividades de pesquisa na Instituição gerando resultados de acordo com as políticas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). As ações do departamento se concretizam através da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET) e do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

É a Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI) que coordena as atividades de Cooperação Internacional na gestão sistêmica da Instituição. A ASCRI está ligada à Direção-Geral. Seu principal objetivo é o de ampliar atividades, identificando as demandas e as ofertas existentes, nacional e internacionalmente, em termos de ensino, pesquisa e extensão. Dentre suas funções, estão as de disponibilizar informações pertinentes aos processos de intercâmbio docente e discente, e de viabilizar condições operacionais para a realização de convênios e eventos geradores de parcerias acadêmicas que correspondam aos princípios e valores do Centro. Também faz parte de suas atividades o encaminhamento de processos de afastamento do país de servidores do CEFET/RJ para missões, participação em congressos e similares, ou para cursos de pós-graduação. Por causa dessa última atribuição, foi elaborada uma cartilha, com o propósito de delimitar procedimentos para solicitação do afastamento, bem como disponibilizar a legislação em vigor para conhecimento geral.

A Instituição possui convênios com muitos países para o intercâmbio de alunos, conforme citado nos aspectos avaliados na parte Ensino. Com relação à pesquisa propriamente dita, os intercâmbios e cooperações ocorrem basicamente entre os pesquisadores das instituições envolvidas. Há anos, acordos bilaterais vêm contribuindo para a formação de discentes e aperfeiçoamento de docentes, mediante projetos integrados de ensino e de atividades de pesquisa e desenvolvimento, com apoio financeiro da Capes, CNPq, DAAD, FIPSE e outras agências.



Organograma relativo à Pesquisa

Os objetivos para a pesquisa traçados no PDI 2015-2019 estão contemplados nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2.

Apesar das atribuições legais para a realização de pesquisa datarem de 1978, o CEFET/RJ teve sua primeira atuação sistematizada nesse campo em 1986, com a criação do Núcleo de Pesquisa Tecnológica – NPT. Esse Núcleo acabou por determinar, em 1991, a criação do Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação – DPPG. Em 2005, em consonância com o então recém-aprovado estatuto e com os objetivos, estratégias e ações do PDI 2005-2009, o DPPG foi transformado na Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), de caráter sistêmico, abrangendo todas as Unidades do sistema CEFET/RJ (Sede e Unidades descentralizadas ou *campi*).

Antes de 1986 não havia registro e acompanhamento institucional das várias iniciativas isoladas de produção de conhecimento por parte do corpo docente. Com o NPT, começa um esforço nesse sentido que, continuado com a criação do DPPG, sustenta a implantação do primeiro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com o curso de mestrado em Tecnologia em 1992. Por algum tempo, a atividade de pesquisa manteve-se restrita ao corpo docente e escopo desse curso. A maior parte da produção, na época, confundia-se com a capacitação docente, correspondente a dissertações de mestrado e teses de doutorado. A atividade de Iniciação Científica continuava a existir por iniciativa de alguns professores, com bolsas, em geral, trazidas de outras instituições. Em 1996, várias ações são determinadas no sentido de fortalecer a pesquisa e, por consequência, a pós-graduação, visando à sua institucionalização no Centro. Com a criação da COPET, ainda nesse ano são aprovados a regulamentação da atividade de pesquisa e o Programa de Iniciação Científica pelos Conselhos competentes. A partir daí, passa a se desenvolver um cadastramento de projetos, que configura o primeiro banco de projetos de pesquisa institucional.

O primeiro grupo de pesquisa da Instituição foi cadastrado em 1997, no diretório de grupos do CNPq. Desde 2000, o orçamento do Centro disponibiliza bolsas de Iniciação Científica, tendo sido também instituído o Comitê Interno de Iniciação Científica. No início de 2003, a Instituição contava com vinte bolsas de Iniciação Científica em seu orçamento e foi contemplada, ainda, com outras dez bolsas do CNPq, passando, com isso, a constituir o Comitê Externo de Iniciação Científica, conforme as regras desse Conselho. Em 2013, o CEFET/RJ possuía um total de 88 bolsas para o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -Graduação) e em 2014, 83 bolsas, conforme tabela a seguir. O ingresso no programa se dá mediante edital sendo que a seleção, acompanhamento e avaliação dos programas são feitos por um Comitê Interno e Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento. Os resultados dos projetos de Iniciação Científica são apresentados pelos alunos nos Seminários de Iniciação Científica do CEFET/RJ, evento anual promovido pela Instituição. Os resumos dos trabalhos são publicados pela COPET em um livro de resumos.

PIBIC	Número de Bolsas por tipo e órgão financiador	
	Iniciação Científica	Iniciação Científica
Órgão Financiador	2015	2016
CNPq	33	33
CEFET/RJ	73	77
Total	106	110

Fonte: DIPPG, 2017.

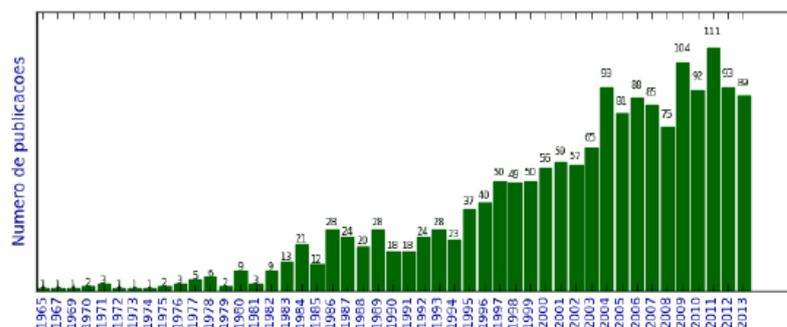
Assim, por meio de tais programas, os alunos têm o seu primeiro contato formal com as atividades de pesquisa. Na avaliação da Iniciação Científica pelo CNPq, realizada em 2005, o CEFET/RJ ocupava a 5ª posição entre 247 Instituições, indicando tratar-se de um programa de excelência.

O DIPPG que, desde 2003, passou a ter Conselho próprio, conta desde o final de 2010, mediante atuação da COPET, com 25 grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq e um Banco de Projetos Institucionais registrados no banco de dados da COPET que abrange projetos vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e projetos resultantes das demais atividades de pesquisa da Instituição. Alguns dos projetos com financiamento do CNPq, da Finep, da Capes, da FAPERJ, entre outras agências de fomento. A ampliação do número de grupos de pesquisa de 22 para 40, durante o período de 2010 a 2016, foi sustentada pelo aumento de pesquisadores com produção científica qualificada envolvidos diretamente com atividades de pesquisa. Atualmente o CEFET/RJ possui 11 Bolsistas de Produtividade do CNPq (1 bolsista nível 1D e 10 bolsistas nível 2). Em 2014, os grupos de pesquisa contavam com a participação de mais de 145 docentes e 255 discentes, segundo o PDI.

As bolsas de Iniciação Científica estão obrigatoriamente vinculadas aos projetos cadastrados. A pesquisa, desenvolvida nos diversos Laboratórios de Pesquisa da Instituição, é realizada tanto pelos grupos de pesquisa quanto por pesquisadores isolados. Os resultados das pesquisas são disseminados através da produção acadêmica

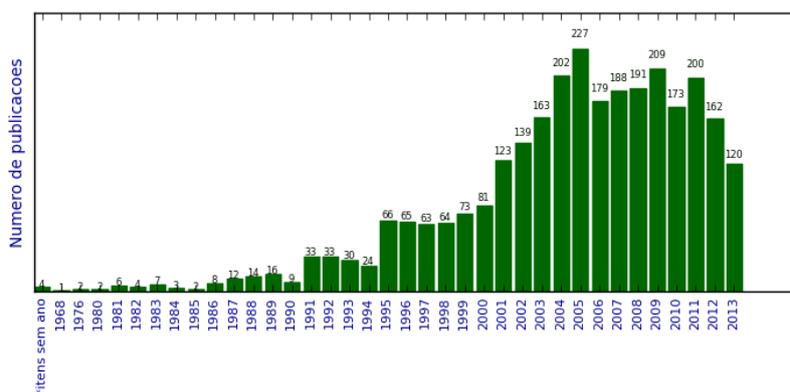
publicada em diversos veículos, entre os quais, periódicos internacionais de alto impacto. De acordo com o Regulamento da Pesquisa da Instituição, toda atividade com esta natureza deve ser proposta pelo Departamento Acadêmico ou Coordenação de origem do pesquisador responsável ao DEPEQ. A célula básica das atividades de pesquisa é o projeto de pesquisa, que sempre tem um coordenador responsável, e deve ser formulado para atender aos requisitos estabelecidos no regulamento e rotinas.

O registro das publicações em periódicos e anais de eventos científicos era feito através do SIMEC, onde tais informações eram retiradas manualmente do *curriculum lattes* de cada pesquisador pelos coordenadores dos programas de pós-graduação. Em 2010, o portal da DIPPG passou a apresentar dados da produção intelectual dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, extraídos diretamente dos currículos Lattes dos pesquisadores através do aplicativo scriptLattes desenvolvido pela USP. São registradas apenas as publicações dos pesquisadores incluídos nos programas de pós-graduação. Na realidade, se fossem consideradas as publicações de todos os pesquisadores da Instituição, o número de publicações seria maior. Os indicadores a seguir apresentam a evolução da produção científica e do número de grupos de pesquisa até 2013.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013. DIGES/DIPPG/DEPEQ, Mar/2014.

Evolução da Produção Científica: Artigos Completos Publicados em Periódicos



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013. DIGES/DIPPG/DEPEQ, Mar/2014.

Evolução da Produção Científica: Trabalhos Completos Publicados em Anais de Congressos Científicos

Percebe-se que os grupos de pesquisa são formados nas mesmas linhas de pesquisa da pós-graduação, o que é natural. No entanto, há pesquisas sendo realizadas também em outras linhas, ainda não contempladas. Seria interessante um maior incentivo nas linhas de pesquisa que ainda são incipientes, mas que também se mostram

importantes para o desenvolvimento da Instituição e do país. Os auxílios referentes à participação em congressos e publicações oriundos do DEPEQ estão vinculados aos pesquisadores dos grupos de pesquisa. Os pesquisadores isolados têm a alternativa de solicitar auxílio a seu departamento de atuação. Sugere-se que essas linhas sejam identificadas e traçados mecanismos de fortalecimento das mesmas, uma vez comprovado que são importantes para o desenvolvimento da Instituição.

A DIPPG tem seus critérios sobre a alocação dos recursos do centro de custos aprovados no COPEP. No momento de elaboração do orçamento para o próximo ano, a DIPPG submete uma proposta ao COPEP, que aprova a divisão de recursos entre Pesquisa e Pós-Graduação e institui duas comissões (Pesquisa e Pós-Graduação) para elaborar os critérios. O financiamento da participação de docentes, pesquisadores e discentes em eventos científicos se dá através da alocação dos recursos para os programas de pós-graduação e para os grupos de pesquisa. Para os discentes, só é possível utilizar os recursos da Capes (verba PROAP), que também podem ser utilizados para os docentes dos programas. Em 2011, o centro de custos da DIPPG representava 20% do orçamento do CEFET/RJ aplicado em investimento. Grande parte destes recursos (90%) foi utilizada para ampliar e modernizar a infraestrutura dos grupos de pesquisa através de editais internos baseados em indicadores de produtividade. Estes recursos vêm se somar àqueles captados pelos pesquisadores junto aos órgãos de fomento, como FINEP, CNPq, FAPERJ e CAPES.

O CEFET/RJ entende que a pesquisa é uma atividade indissociável do ensino e da extensão, incentiva a pesquisa científica e tecnológica com o objetivo de contribuir para o avanço técnico-científico do país, para a solução de problemas nas suas áreas de atuação e para o aperfeiçoamento do processo de formação e qualificação profissional. Assim, a Instituição assume que o foco de suas pesquisas e estudos científicos e tecnológicos seja voltado para a solução dos problemas internos do país, valorizando soluções, patentes, produtos e ações que resultem em respostas às necessidades locais, regionais e nacionais.

Nesse contexto, cabe ressaltar a importância da formação de professores para a área técnica/tecnológica. Os programas da pós-graduação do CEFET/RJ, de acordo com as linhas de ação da CAPES, devem preparar os futuros professores e pesquisadores para a área tecnológica nos três níveis de cursos, técnico, graduação e pós-graduação.

Com as bolsas de Iniciação Científica, a participação da graduação na atividade de pesquisa foi ampliada. A pesquisa é uma das ferramentas utilizadas nas práticas pedagógicas e atividades acadêmicas para o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica do aluno. A IFES busca integrar a participação de todos os níveis de ensino nessa atividade, não só com a capacitação de docentes em programas de mestrado e doutorado, mas também, a exemplo do Programa de Iniciação Científica, em Programas de Iniciação Tecnológica favorecendo, assim, a possibilidade de engajamento de docentes e discentes dos cursos regulares do Centro em projetos institucionais de pesquisa. Os critérios apresentados para a concessão de bolsas PIBIC são baseados na qualidade dos artigos publicados pelo orientador.

As atividades de pesquisa estão regulamentadas através de resoluções, regulamentos e normas, aprovados pelos conselhos competentes, que procuram garantir a expansão e a consolidação das atividades de pesquisa. Entre os principais documentos regulamentadores podem ser destacados os seguintes:

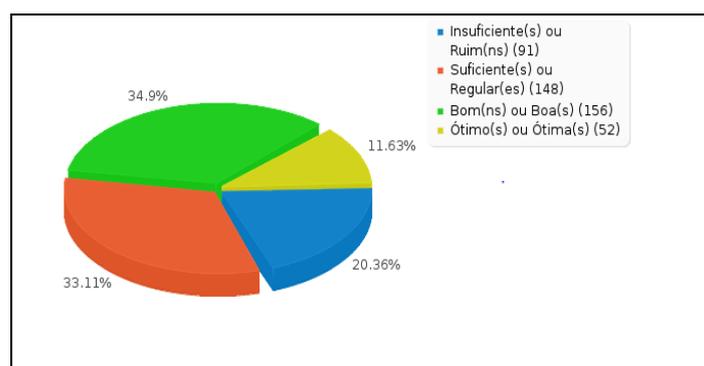
- Regulamento do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP);
- Regulamento da Pesquisa;
- Regulamento do Núcleo de Inovação Tecnológica;
- Normas para a Criação de Grupos de Pesquisa.

Com relação à pesquisa, foram propostas algumas questões a alunos e professores. Os resultados colhidos são apresentados e analisados a seguir.

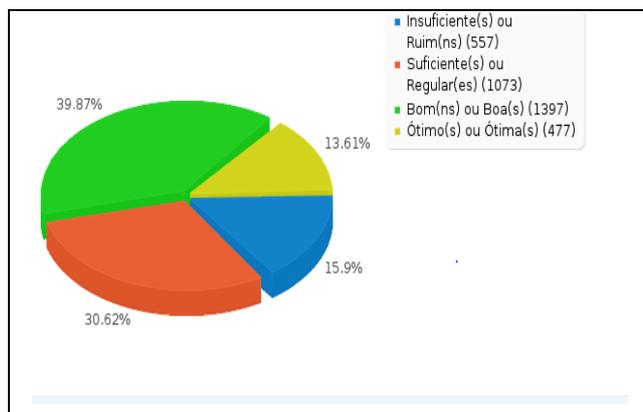
Questões comuns aos docentes e alunos:

➡ A política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como...

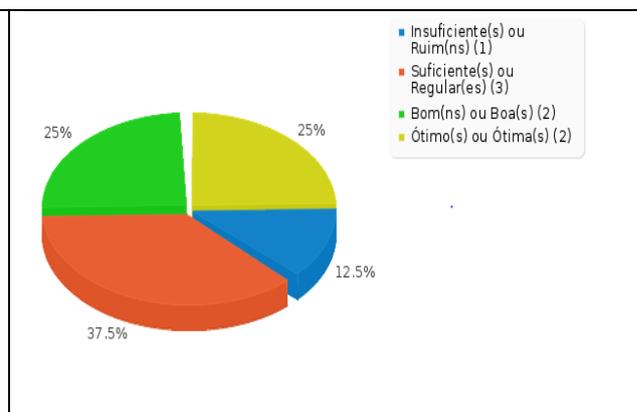
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



Dos 447 professores respondentes, 156 (34,9%) consideram que a política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como boa, seguidos de 148 (33,11%) que a analisam como suficiente. No entanto, 91 (20,36%) docentes julgam-na insuficiente. Talvez esses índices estejam relacionados a dois grupos de professores: os que

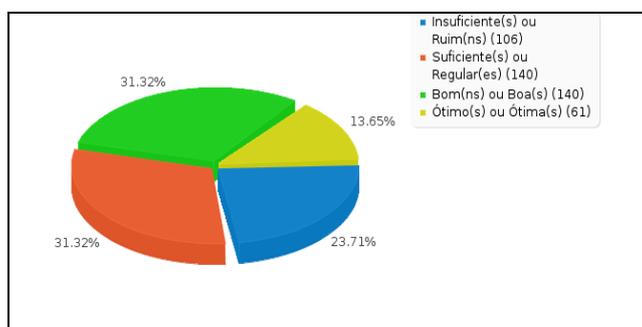
possuem suas linhas de pesquisa ligadas à pós-graduação e aqueles que procuram fazer pesquisa, mas encontram dificuldades inerentes ao fato de que suas linhas de pesquisa não receberem o mesmo incentivo do que as outras, por não estarem inseridas em nenhum grupo de pesquisa. Há ainda 52 (11,63%) docentes que avaliam a política de incentivo à pesquisa como ótima.

Com relação aos alunos de graduação, dos 3504 respondentes, 1397 (39,87%) consideram que a política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como boa, 1073 (30,62%) como suficiente, 557 (15,9%) como insuficiente e 477 (13,61%) consideram ótima. Tendo como referência os alunos da pós-graduação, dos 08 alunos respondentes, 3 (37,5%) avaliaram tal política como suficiente, 2 (25%) como bom, outros 2 (25%) como ótimo e 1 respondente (12,5%) como insuficiente. Percebe-se que, de forma geral, tal quesito foi bem avaliado, no entanto, o índice de insatisfação com relação aos alunos de graduação, no caso 15,9%, mesmo tendo apresentado uma redução em comparação à avaliação anterior, ainda merece atenção.

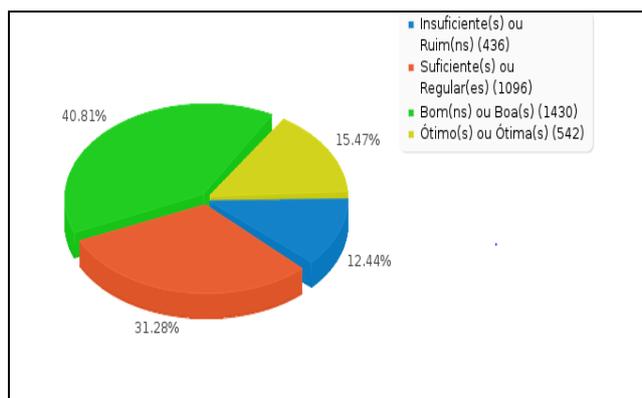
Na avaliação realizada em 2013/2014, tal quesito foi julgado como suficiente por grande parte dos alunos da graduação e como bom por grande parcela dos docentes e estudantes da pós-graduação. Já os índices de insatisfação foram de: 21,4% para os docentes, 20,82% para os alunos da graduação e 13,64% para os discentes da pós-graduação.

➡ A Instituição viabiliza a participação dos docentes e discentes em congressos, exposições ou reuniões científicas. Isso acontece de maneira...

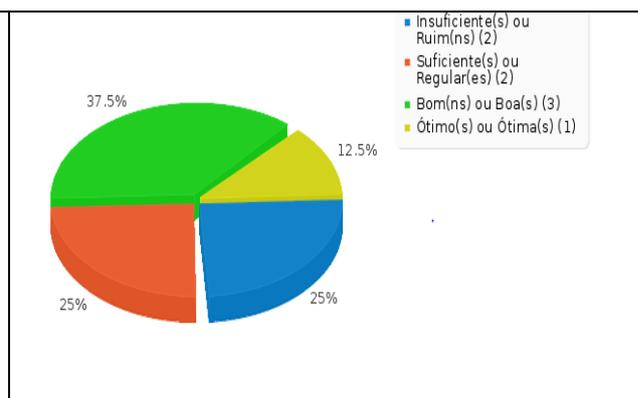
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



Considerando o universo de professores respondentes, observa-se que grande parte, 140 (31,32%), ficou igualmente dividida e considera que a Instituição viabiliza a participação dos docentes e discentes em congressos, exposições ou reuniões científicas de forma boa e suficiente, seguida de outra parcela, o equivalente a 106 respondentes (23,71%), que a julga insuficiente. Outros 61 docentes (13,65%) apontam tal quesito como ótimo.

Com relação aos alunos de graduação, grande parcela, 40,81% (1430 alunos), considera que tal viabilização ocorre de forma boa, seguida de outra parte, 31,28% (1096 estudantes), que avalia como suficiente e outra parcela, 15,47% (542 discentes), que julga tal item como ótimo. Tais índices de satisfação podem estar relacionados à participação dos alunos em projetos como o Mini-baja e o Aerodesign, por exemplo. Finalmente, 12,44% (436 alunos) consideram tal quesito como insuficiente. Os alunos da pós-graduação apresentaram a seguinte avaliação para tal questão: 37,5% (3 estudantes) consideram boa, seguidos de duas parcelas igualmente divididas, 25% (2 discentes), que julgam suficiente e insuficiente e 12,5% (1 estudante) que consideram ótimo. Assim, pode-se dizer que, de forma geral, tal quesito foi bem avaliado, tanto pelos docentes quanto pelos alunos.

Na avaliação de 2013/2014, grande parte dos respondentes, tanto professores como alunos da graduação e da pós-graduação, avaliou tal quesito como bom ou suficiente. A parcela correspondente à insuficiente, na época, representava 17,73% dos professores (53 docentes), 17,31% dos alunos da graduação (571 discentes) e 9,09% dos estudantes da pós-graduação (2 alunos).

Considerando os objetivos do PDI em relação à pesquisa descritos no início da análise dessa dimensão e todo o contexto descrito, percebe-se que, de um modo geral, a Instituição vem buscando cumprir os objetivos traçados.

EXTENSÃO

a.10) Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.

a.11) Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.

a.12) Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

Reconhecida como atividade acadêmica na Constituição de 1988, a extensão traduz o compromisso de disponibilização e produção de conhecimentos em resposta às demandas da sociedade e, em se tratando de grupos da população cujas necessidades básicas ainda não foram atendidas, a responsabilidade social de utilização desse conhecimento a serviço da melhoria de condições de sua qualidade de vida. O FORPREX (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, do qual a Instituição participa com direito a voz e voto) conceitua a Extensão Universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A Extensão no CEFET/RJ tem suas políticas conduzidas pela Diretoria de Extensão (DIREX). Desde a década de 90, a Instituição vem buscando desenvolver, consolidar e fortalecer experiências e projetos reconhecidos como atividades de extensão, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição educacional e a sociedade. Vale observar que a Instituição entende que os programas de extensão não visam substituir funções de responsabilidade do estado, do setor produtivo e da sociedade civil, mas sim produzir e disseminar saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população.

Os objetivos para a extensão traçados no PDI 2015-2019 estão contemplados nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2.

Assim, o CEFET/RJ busca consolidar a extensão, enquanto prática acadêmica, articulada com o ensino e a pesquisa, uma vez que a extensão acaba por favorecer o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica. Um bom exemplo desta integração é o reconhecimento da atividade extensionista na grade curricular do aluno de graduação, a exemplo do Programa Turma Cidadã e as atividades desenvolvidas pelo Time ENACTUS CEFET/RJ. Além disso, de forma concomitante ou não às demandas do entorno social, para a integração do CEFET/RJ com a sociedade são estimuladas atividades nas áreas voltadas a áreas temáticas definidas como Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Direitos Humanos, Justiça e Cultura.

De modo geral, as ações de extensão englobam programas, projetos, cursos (de atualização, qualificação profissional, aperfeiçoamento, educação continuada etc.), eventos (realização de congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, feiras, eventos esportivos, campanhas, apresentações artísticas), prestação de serviços,

produção e publicação (de material impresso e multimídia) e outros produtos acadêmicos, voltados a áreas temáticas definidas no parágrafo anterior.

A partir da nucleação de projetos e ações de extensão conforme as respectivas áreas temáticas e de atuação em uma mesma linha programática, busca-se o apoio de programas de fomento, especialmente o Programa de Bolsas de Extensão, e integram-se os projetos e programas de extensão ao plano pedagógico dos cursos de graduação e técnicos, em um processo de complementaridade curricular. São exemplos disso: o Programa Turma Cidadã, a CEFET Jr. Consultoria, a ENACTUS CEFET/RJ, as atividades da Semana de Extensão e da Feira de Estágio e Emprego, a IETEC – Incubadora de Empresas Tecnológicas – e a ITESS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis –, alguns dos quais serão descritos a seguir.

-Turma Cidadã: programa voltado para os estudantes da graduação com foco nas questões sociais, pessoais e ambientais;

-Time ENACTUS CEFET/RJ: programa de protagonismo estudantil, cujo escopo está voltado para as questões de empreendimento social;

- Empresa CEFET Jr: programa com base no empreendedorismo empresarial focado em ações de consultoria desenvolvido por estudantes da graduação com a assistência de professores orientadores;

-Incubadora de Empresas Tecnológicas –IETEC: mecanismo destinado a apoiar empreendimentos nascentes inovadores, de base tecnológica, que apoiem os empreendedores e projetos necessitados de um desenvolvimento tecnológico, de formação empreendedora e de estruturação gerencial. Constitui, assim, um meio inovador que gera condições para aumentar as chances de sobrevivência, crescimento e consolidação de microempresas inovadoras.

-Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis–ITESS: seu diferencial é a ênfase atribuída aos princípios da economia solidária, de grupos populares e/ou empreendimentos sociais econômicos solidários, podendo contemplar outras formas de empreendimentos compatíveis com a economia solidária, oriundos das regiões do entorno dos *campi* do CEFET/RJ. Além disso, atua como espaço de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão.

Há ainda dois núcleos que merecem ser citados, embora não estejam subordinados a Diretoria de Extensão:

- Núcleo de Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE) que visa atender às demandas de estudantes e servidores com necessidades especiais de aprendizagem e de acessibilidade;

- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) que visa promover o estudo das relações étnico-raciais, contribuindo para a execução de políticas de ação afirmativa voltadas para a população negra.

Cabe citar também o Centro de Memória do CEFET/RJ, que disponibiliza todo seu acervo para pesquisa científica e tecnológica e visitas abertas aos públicos interno e externo, de modo a tornar evidente não só a história da Instituição bem como a cronologia e a dinâmica do desenvolvimento da educação profissional e tecnológica de nosso país.

Dentre os grandes eventos anuais realizados pelo CEFET/RJ, estão a Feira de Estágio e Emprego (FE&E) e a Semana de Extensão, denominada atualmente Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX). Esse último evento ocorre na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada sempre em outubro e criada pelo decreto presidencial s/nº de 9 de junho de 2004. Nesta ocasião, acontecem, na Instituição, exposições científicas e tecnológicas compostas pelas EXPOTEC RIO, EXPOMED RIO e EXPOSUP, cujos enfoques vão ao encontro das diretrizes do PDI, visando a demonstração de criatividade para a aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos adquiridos em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo a responsabilidade social, econômica, ambiental e o desenvolvimento sustentável como objetivos a serem alcançados. A EXPOTEC é uma exposição da produção em tecnologia de alunos de cursos de educação profissional técnica de nível médio do estado do Rio de Janeiro. A EXPOMED é uma exposição da produção em ciência de alunos do nível médio do sistema CEFET/RJ. A EXPOSUP é uma exposição da produção em ciência e tecnologia de alunos dos cursos superiores e de pós-graduação do sistema CEFET/RJ. Tal semana, que inclui também um ciclo multidisciplinar com palestras, seminários, debates e minicursos, como pode ser visto nos folders ilustrados, é muito importante para a Instituição, pois promove a interação entre professores, alunos, técnico-administrativos e a sociedade de uma forma geral.



(a)



(b)

Folder da Semana de Extensão: (a) realizada em 2015 e (b) realizada em 2016.

Uma lista de atividades de Extensão realizadas em 2015 e 2016 pode ser encontrada na Dimensão 3 (Responsabilidade Social).

Conforme consta no PDI 2015-2019, entendendo que os programas de extensão produzem e disseminam saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população, no plano de transformação em universidade, o projeto pedagógico, ao tratar dessa atividade acadêmica, certamente continuará a assinalar que:

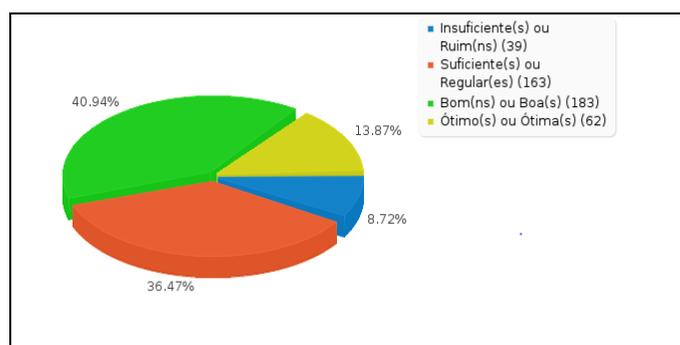
- a Instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;
- a Instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;
- o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganha sentido na perspectiva da promoção humana; e que
- a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

No que se refere à Extensão, foi proposta uma questão para docentes e alunos no questionário aplicado à comunidade, apresentada a seguir.

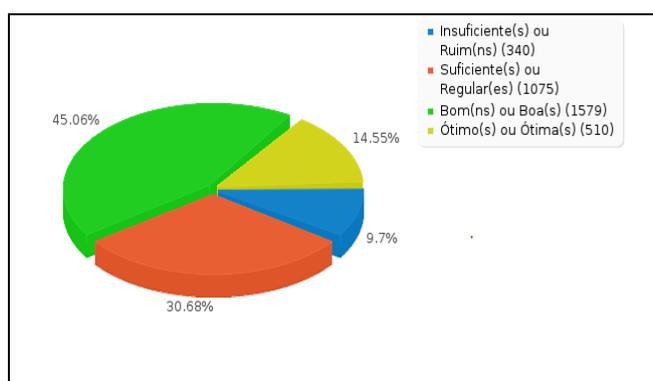
Questão comum aos docentes e alunos:

A política institucional de articulação entre ensino e extensão pode ser avaliada como...

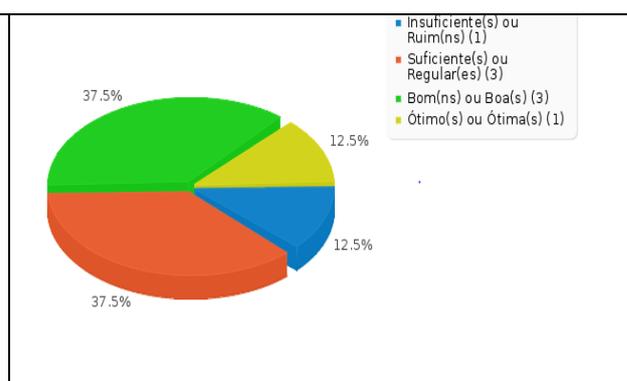
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



A partir dos resultados, verificou-se que grande parte dos professores respondentes considera que a política institucional de articulação entre ensino e extensão é boa, o que equivale a 183 (40,94%) docentes. Dentre o restante, 163 (36,47%) consideram suficiente, 62 (13,87%) ótima e 39 (8,72%) ruim.

Com relação aos alunos da graduação, 45,06% (1579 discentes) avaliaram-na como boa, 30,68% (1075 estudantes) como suficiente, 14,55% (510 alunos) como ótima e 9,7% (340 discentes) consideraram-na insuficiente. As duas maiores parcelas dos alunos respondentes da pós-graduação ficaram igualmente divididas, 37,5% (03 estudantes), e avaliaram tal política como boa e suficiente. Já outras duas parcelas também ficaram igualmente divididas, 12,5% (1 aluno), e julgaram tal política como ótima e insuficiente.

Na avaliação de 2013/2014, grande parte dos professores, alunos da graduação e da pós-graduação respondentes avaliou tal política como suficiente e boa. Os índices de insatisfação foram de 18,06% para os docentes, 14,73% para os discentes da graduação e 13,64% para os alunos da pós-graduação.

Quanto aos objetivos propostos no PDI, pode-se dizer que a Instituição busca o cumprimento dos mesmos.

PÓS-GRADUAÇÃO

a.13) Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

a.14) Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.

a.15) Integração entre graduação e pós-graduação

a.16) Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

Como já foi mencionado nos aspectos avaliados em Pesquisa, o órgão responsável pelas atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas na Instituição é a DIPPG (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação). A DIPPG é equivalente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação na estrutura de uma universidade. Ela foi criada em 2005 para cumprir o disposto no Estatuto do CEFET/RJ e vem atuando em consonância com a filosofia, princípios e valores institucionais, procurando cumprir os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP) da DIPPG é o órgão normativo e consultivo para o ensino de pós-graduação, em assuntos de natureza acadêmica, e de pesquisa, conforme Regimento Interno da Instituição.

Os objetivos para a pós-graduação traçados no PDI 2015-2019 estão contemplados nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2.

Pós-Graduação *Stricto Sensu*

O primeiro programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* implantado na Instituição aconteceu em 1992, com a criação do curso de Mestrado em Tecnologia. O segundo programa aprovado no CEFET/RJ ocorreu no âmbito do Ensino de Ciências Físicas e Matemáticas, tendo como objetivo capacitar professores de física e matemática do ensino fundamental e básico. O Programa de Ensino de Ciências é profissional e o Programa em Tecnologia é acadêmico.

Em dezembro de 2016, a Instituição possuía 8 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com 11 cursos de mestrado e doutorado, e 9 cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Estes cursos, em 2015, possuíam 338 alunos matriculados em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e, em 2016, 410 alunos. A pós-graduação *lato sensu* contava com 180 alunos na modalidade de ensino à distância (UAB) e 126 na modalidade presencial, de acordo com dados levantados para 2016.

Os mestrados acadêmicos têm duração mínima de 18 meses e máxima de 24. Existe pedido de prorrogação justificada, que pode levar o tempo máximo de 36 meses. No mestrado profissional, o prazo máximo é de 30 meses, prorrogável por mais 6 meses. A tabela a seguir apresenta os dados dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do CEFET/RJ, em 2015 e em 2016.

Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CEFET/RJ
Engenharia de Produção e Sistemas – PPPRO Área: Engenharia de Produção (CAPES: Eng III)	Mestrado: conceito 4 Doutorado: conceito 4
- Curso de Mestrado Acadêmico - Início: 1992 (Antigo PPTec)	- 35 discentes (2015) - 46 discentes (2016)
-Curso de Doutorado Acadêmico -Início: 2016	- 10 discentes (2016)
Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais – PPEMM Área: Materiais (CAPES: Materiais)	Mestrado: conceito 3 Doutorado: conceito 4
- Curso de Mestrado Acadêmico - Início: 2008	- 62 discentes (2015) - 84 discentes (2016)
-Curso de Doutorado Acadêmico -Início: 2016	- 17 discentes (2016)
Engenharia Elétrica – PPEEL Área: Engenharia Elétrica (CAPES: Eng IV)	Mestrado: conceito 3
- Curso de Mestrado Acadêmico - Início: 2009	- 30 discentes (2015) - 42 discentes (2016)
Ciências, Tecnologia e Educação – PPCTE Área: Ensino de Ciências e Matemática (CAPES: Ensino)	Mestrado: conceito 4 Doutorado: conceito 4
- Curso de Mestrado Acadêmico - Início: 2010	- 27 discentes (2015) - 37 discentes (2016)
-Curso de Doutorado Acadêmico -Início: 2013	- 33 discentes (2015) - 38 discentes (2016)
Relações Étnico-Raciais – PPRER Área: Sociais e Humanidades (CAPES: Interdisciplinar)	Mestrado: conceito 3
- Curso de Mestrado Acadêmico - Início: 2011	- 44 discentes (2015) - 71 discentes (2016)
Filosofia e Ensino – PPFEN Área: Filosofia (Filosofia)	Mestrado: conceito 3
- Curso de Mestrado Profissional - Início: 2015	- 29 discentes (2015) - 36 discentes (2016)
Ciência da Computação – PPCIC Área: Ciências da Computação (CAPES: Ciências da Computação)	Mestrado: conceito 3
- Curso de Mestrado Acadêmico - Início: 2016	- 10 discentes (2016)
Instrumentação e Ótica Aplicada – PPGIO Área: Engenharia Elétrica (CAPES: Eng IV)	Doutorado: conceito 4
-Curso de Doutorado Acadêmico -Início: 2015	- 4 discentes (2015) - 19 discentes (2016)

Fonte: Relatórios de Gestão dos Exercícios de 2015 e 2016, DIPPG/DIGES.

A Instituição teve dois cursos de doutorado aprovados pela CAPES em 2016: o curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO) e o curso de Doutorado do

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Materiais (PPEMM). Também foi aprovada pela CAPES a criação do programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PPCIC) que tem início com um curso de mestrado acadêmico. Todos estes 3 novos cursos iniciaram as atividades em 2016. Atualmente, a Instituição possui 4 cursos de doutorado (todos com conceito 4), 6 cursos de mestrado acadêmico (quatro cursos com conceito 3 e dois cursos com conceito 4) e 1 curso de mestrado profissional (com conceito 3). Na escala de classificação da Capes, 3 significa desempenho regular e 4 é considerado um bom desempenho.

Cabe ressaltar que dos 8 programas em funcionamento, os 4 programas que possuem apenas cursos de mestrado (Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica - PPEEL, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais - PPRER, do Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ensino – PPFEN e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação - PPCIC) são recentes e possuem conceito 3, usual para cursos novos. Os oito programas em funcionamento em 2016 contam com um total de 86 bolsas (70 da CAPES e 16 do orçamento do CEFET/RJ).

Os Programas e os Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* têm coordenadorias próprias, espaço físico próprio com salas para docentes, salas de aula, sala para discentes e auditórios localizados no 5º andar do Bloco E da Unidade Maracanã, além de diversos laboratórios de pesquisa. As atividades acadêmicas contam com o apoio de uma secretaria própria, com técnico-administrativo para apoio aos docentes, atendimento ao público e registro das atividades de pós-graduação em sistema acadêmico próprio.

Apesar de todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* serem oferecidos no *campus* Maracanã, estão sendo implantadas ações para fomentar a expansão desta modalidade de curso nos *campi*, com o objetivo de permitir a interiorização e suprir o atendimento a demandas locais. Em 2016 foi dado início à elaboração de duas propostas de cursos novos dos *campi* de Nova Iguaçu e Angra dos Reis, as quais devem ser submetidas à CAPES em 2017, após aprovação nos conselhos internos competentes.

Pós-Graduação *Lato Sensu*

A primeira iniciativa institucional de pós-graduação *lato sensu* data de 1988, com a criação de um curso de especialização para engenheiros em Segurança do Trabalho. Os cursos de especialização se intensificaram a partir de 1996, no âmbito do Departamento de Educação Superior. Em julho de 2003, o DEPPG passa a responder pela organização didática e pedagógica desses cursos, sem qualquer responsabilidade, porém, pela gestão financeira dos mesmos. Nessa oportunidade, entendeu-se que a oferta de pós-graduação *lato sensu* deveria ser paralisada até que se dispusesse da nova regulamentação para a intermediação das Fundações no apoio a cursos dessa natureza. Tal paralisação durou de 2003 a 2007. Os procedimentos a serem considerados em relação a um conjunto de cursos reconhecidos institucionalmente foram encaminhados aos Conselhos competentes, que aprovaram uma proposição de conduta para a Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, integrante do DEPPG.

Em 2008, teve início o curso *Lato Sensu* em Educação Tecnológica da Universidade Aberta do Brasil (UAB), na modalidade de ensino à distância. Tal curso foi iniciado com cerca de 200 alunos. Em 2016, foi ofertado em 8 polos: Campo Grande, Nova Friburgo, Miguel Pereira, Niterói, Paracambi, Resende, São Gonçalo e Três Rios. O curso é financiado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Em 2015, o curso possuía cerca de 235 alunos e em 2016, 180 alunos. A Instituição utiliza os polos do consórcio CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), por meio de convênio com a Fundação CECIERJ (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), a qual atua como secretaria executiva do citado consórcio. Ressalta-se que no início de 2010, o CEFET/RJ foi avaliado para credenciamento em educação a distância, pós-graduação, com conceito 4 (quatro), numa escala de 1 a 5.

A tabela a seguir apresenta os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* nos últimos dois anos. Todos os cursos da Instituição são gratuitos.

Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	Local	Início
Educação Tecnológica	Polos da UAB	2008
Relações Étnico-Raciais e Educação	Sede - Maracanã	2016
Ensino de Línguas Adicionais	Sede - Maracanã	2016
Ensino de Filosofia com Ênfase na Docência	Sede - Maracanã	2013
Modelagem Matemática na Educação	<i>campus</i> Nova Friburgo	2016
Turismo Sustentável	<i>campus</i> Nova Friburgo	2016
Matemática Computacional Aplicada	<i>campus</i> Petrópolis	2015
Engenharia Mecânica com Ênfase em Eficiência Energética	<i>campus</i> Angra	2015
Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino	<i>campus</i> Valença	2015

Fonte: DIPPG/COLAT, 2015/2016.

Em 2016, como mostra a tabela anterior, quatro novos cursos de pós-graduação *lato sensu* iniciaram as suas atividades, sendo 2 no *campus* sede e 2 no *campus* Nova Friburgo. Cinco dos 8 cursos *lato sensu* na modalidade presencial são oferecidos fora do *campus* Maracanã, o que mostra um processo de interiorização da pós-graduação. Ainda para o 1º trimestre 2017 se inicia novo curso no *campus* de N. Iguçu, e no 2º trimestre mais 1 novo curso no *campus* sede. Além de atenderem demandas locais específicas, historicamente esta modalidade de curso tem auxiliado na nucleação de programas de pós-graduação *stricto sensu* na Instituição, como o PPRER e o PPFEN.

No exercício de 2016, o CEFET/RJ concedeu 16 bolsas associadas às atividades de pós-graduação e 127 associadas às atividades de pesquisa. A divisão entre os programas específicos é apresentada na tabela a seguir.

A tabela a seguir apresenta os principais marcos do desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação da Instituição até 2011, segundo o Relatório de Gestão 2007-2011 da DIPPG:

ANO	MARCO HISTÓRICO
1978	Transf. da Escola Técnica Federal em CEFET, com as atribuições de ensino, pesquisa e extensão
1986	Criação do Núcleo de Pesquisas Tecnológicas (NPT)
1991	Criação do Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação (DPPG)
1992	Criação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPTEC) – curso de mestrado acadêmico
1996	Criação da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET)
1997	Cadastramento do primeiro grupo de Pesquisa no Diretório de Grupos do CNPq
2000	Criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)
2003	Criação do Prog. de Pós-Grad. em Ensino de Ciências e Matemática (PPECM) – mestrado profissional
	Criação do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP)
	Criação da Coordenadoria de Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> (COLAT)
	Início do financiamento do PIBIC com cota institucional de bolsas do CNPq
2005	Aprovação do novo Estatuto do CEFET/RJ
	Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2005-2009)
	Criação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG)
	Criação do Departamento de Pesquisa (DEPEQ)
2006	Criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT)
2008	Criação do Prog. de Pós-Grad. em Eng. Mec. e Tecnologia de Materiais (PPEMM) – mestrado acad.
	Criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)
	Criação do Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação Tecnológica (UAB)
	Estabelecimento de processos de alocação dos recursos do centro de custos da Pesquisa e Pós-Graduação baseados em indicadores de produção dos Grupos de Pesquisa e dos PPGSS
	Aprovação da Moção de Apoio do FOPROP à transformação do CEFET/RJ em Univ. Tecnológica
2009	Criação do Programa de Pós-Grad. em Engenharia Elétrica (PPEEL) – curso de mestrado acadêmico
	Criação dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> :
	- Relações Étnico-Raciais e Educação: uma Proposta de (Re)Construção do Imaginário Social
	- Novas Tecnologias Aplicadas ao Estudo de Biosistemas - Cultura(s) na América Latina: por uma Educação do Olhar - Gestão Patrimonial e Ambiental em Turismo
2010	Criação do Programa de Pós-Grad. em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE) – mestrado acadêmico
	Atribuição pela Capes de conceito 4 ao Prog. de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
	Edital APP-UnEDs – Apoio a Projetos de Pesquisa Institucionais a serem Desenvolvidos nas UnEDs
2011	Criação do Programa de Pós-Grad. em Relações Étnico-Raciais (PPRER) – mestrado acadêmico
	Criação dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> :
	- Letramento(s) e Práticas Educacionais - Ensino de Línguas Estrangeiras (ênfase em Língua Inglesa e Espanhola) - Trabalho, Tecnologia e Educação - Educação e Contemporaneidade
	Lançamento do Edital AUX-IND – Auxílio Individual a Projetos de Pesquisa a Serem Desenvolvidos no Sistema CEFET/RJ

A tabela a seguir sintetiza os cursos de pós-graduação por Unidade oferecidos em 2015 e em 2016:

ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO		
Total de Alunos (TA)	TA 2015	TA 2016
Unidade Sede (Maracanã)		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Stricto Sensu)		
Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO) ¹	35	46
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	62	84
Mestrado em Engenharia Elétrica (PPEEL)	30	42
Mestrado em Ciências, Tecnologia e Educação (PPCTE)	27	37
Mestrado em Relações Étnico-Raciais (PPRER)	44	71
Mestrado em Filosofia e Ensino (PPFEN)	29	36
Mestrado em Ciência da Computação (PPCIC)	-	10
Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO)	-	10
Doutorado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	-	17
Doutorado em Ciências, Tecnologia e Educação (PPCTE)	33	38
Doutorado em Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO)	4	19
Total	264	410
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Especialização em Educação Tecnológica (Universidade Aberta do Brasil)	235	180
Relações Étnico-Raciais e Educação	-	29
Ensino de Línguas Adicionais	-	14
Ensino de Filosofia com Ênfase na Prática Docente	14	13
Total	249	236
Campus Nova Friburgo		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Modelagem Matemática na Educação	-	11
Turismo Sustentável	-	16
Campus Petrópolis		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Matemática Computacional Aplicada	8	4
Campus Angra		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Engenharia Mecânica com Ênfase em Eficiência Energética	10	9
Campus Valença		
Cursos – Nível Pós-Graduação (Lato Sensu)		
Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino	30	30
Total de Alunos de Pós-Graduação (Stricto Sensu) (todas as Unidades)		
	264	410
Total de Alunos de Pós-Graduação (Lato Sensu) (todas as Unidades)		
	297	306
Total de Alunos de Pós-Graduação (Stricto Sensu + Lato Sensu) (todas as Unidades)		
	561	716

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2015, Relatório de Gestão do Exercício de 2016, DIGES.

¹O antigo PPEEC (Mestrado em Tecnologia) mudou o seu nome para PPPRO.

A infraestrutura de pesquisa e pós-graduação do CEFET/RJ foi bastante ampliada no período de 2007-2016. Os investimentos diretos permitiram a aquisição de diversos equipamentos de pesquisa (alguns de grande porte), a criação de novos laboratórios de pesquisa, a modernização dos laboratórios de pesquisa existentes e a modernização do espaço físico associado às atividades de ensino de pós-graduação.

Além do financiamento das atividades de pesquisa e pós-graduação que já vem sendo feito com os recursos financeiros do CEFET/RJ alocados nos centros de custos da Pesquisa e da Pós-Graduação, os pesquisadores da

Instituição têm aumentado o montante de captação de recursos junto a órgãos de fomento como FINEP, FAPERJ, CNPq e CAPES.

As atividades de pós-graduação estão regulamentadas por resoluções, regulamentos e normas, aprovados pelos conselhos competentes, que procuram garantir a expansão e a consolidação delas. Entre os principais documentos regulamentadores podem ser destacados:

- Regulamento do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP);
- Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Normas dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Resolução do CEPE sobre o Credenciamento e Recredenciamento de Docentes nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

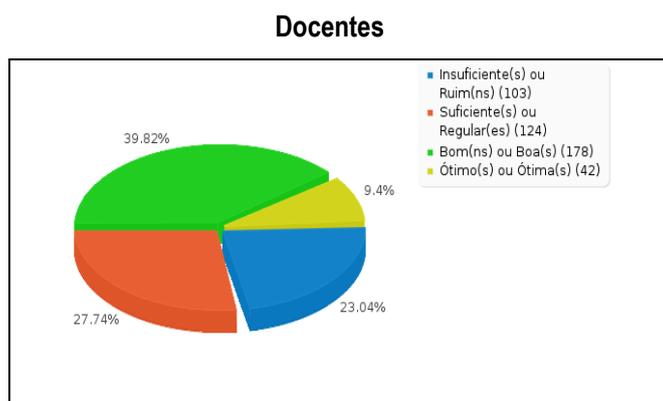
Cabe destacar os seguintes eventos organizados em 2016:

- 4ª Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação – JIPP 2016. O evento engloba o 6º Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação, o 16º Seminário de Iniciação Científica (graduação e ensino médio) e o 1º Seminário do Programa Jovens Talentos para a Ciência; Organização: DIPPG/DEPEQ/COLAT/PPGSS; Período: out/2016; Local: *campus* do Maracanã;
- II Congresso Ibero-Americano de Empreendedorismo, Energia, Meio Ambiente e Tecnologia (CIEEMAT). Evento criado pelo CEFET/RJ *campus* Angra, que permite uma troca de experiências sobre a metodologia para a análise de operação, o planejamento e a introdução de novas tecnologias que poderiam contribuir para o melhoramento dos sistemas energéticos. e o 1º Seminário do Programa Jovens Talentos para a Ciência.

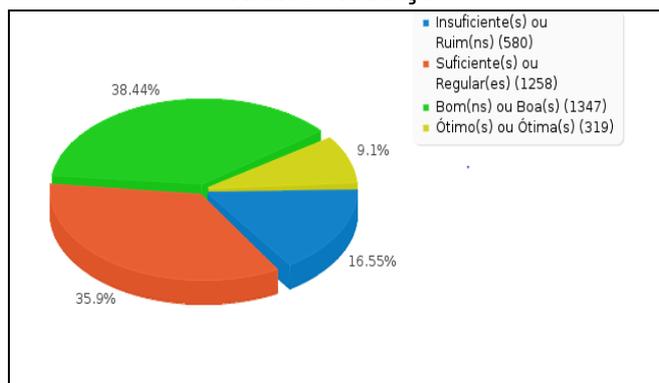
Com relação à pós-graduação, o questionário aplicado compreendia as seguintes perguntas, comuns a professores e alunos.

Questões comuns aos docentes e alunos:

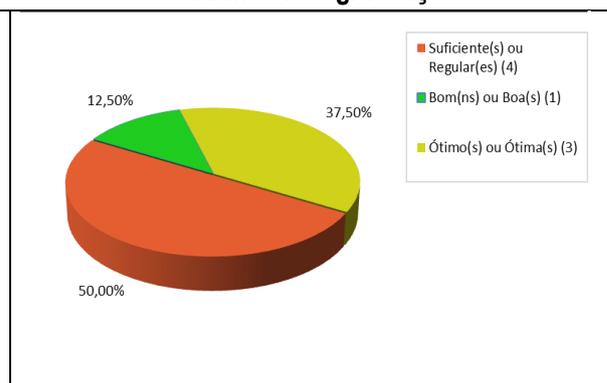
Os cursos de pós-graduação são oferecidos de acordo com as necessidades da sociedade. Isso vem ocorrendo de forma...



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



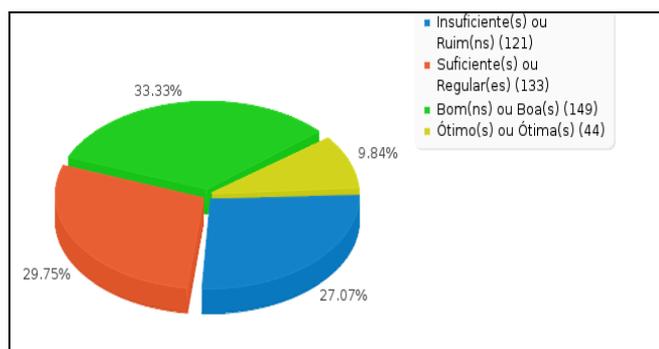
Grande parte dos professores respondentes da Instituição, o equivalente a 178 (39,82%), considera que o oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade ocorre de forma boa. Para 124 (27,74%), acontece de forma suficiente, seguidos de 103 (23,04%) que acham insuficiente e de 42 (9,4%) que julgam ser ótimo. Apesar da boa avaliação do quesito, vale refletir sobre o índice de insatisfação de 23,04%, que se mostrou significativo.

Com relação aos alunos de graduação respondentes, observou-se que grande parcela, equivalente a 1347 (38,44%), considera que o oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade ocorre de forma boa. Mil duzentos e cinquenta e oito discentes (35,9%) consideram-no suficiente, seguidos de 580 (16,55%) que acham insuficiente e 319 (9,1%) que consideram ótimo. Já na avaliação dos alunos da pós-graduação, a maior parte dos respondentes, equivalente a 4 estudantes (50%), escolheu a escala “suficiente” para o oferecimento, seguida de uma parcela que avaliou tal item como ótimo, o correspondente a 3 alunos (37,5%). Já 1 discente (12,5%) considerou tal quesito bom. Assim, considerando todos os segmentos apresentados, pode-se dizer que os resultados indicam que os respondentes, em grande parte, consideram que esse quesito vem ocorrendo de forma boa ou suficiente.

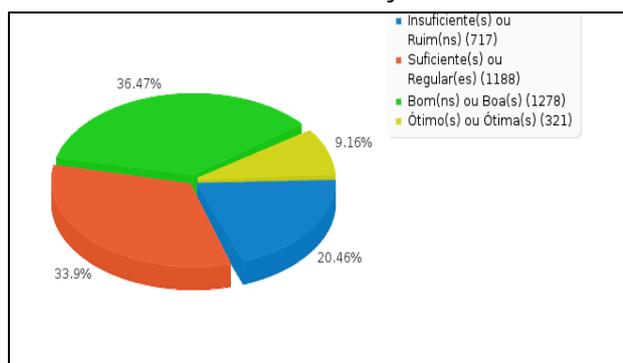
Na avaliação de 2013/2014, grande parcela dos professores e dos alunos da graduação indicou a escala “suficiente” para avaliar tal quesito, o equivalente a 36,45% e 40,56%, respectivamente. Já a maior parte dos discentes da pós-graduação escolheu a escala “boa”, correspondendo a 54,55% dos respondentes.

➡ Os cursos de pós-graduação devem ser oferecidos articulados com os cursos de graduação. Isso vem ocorrendo de maneira...

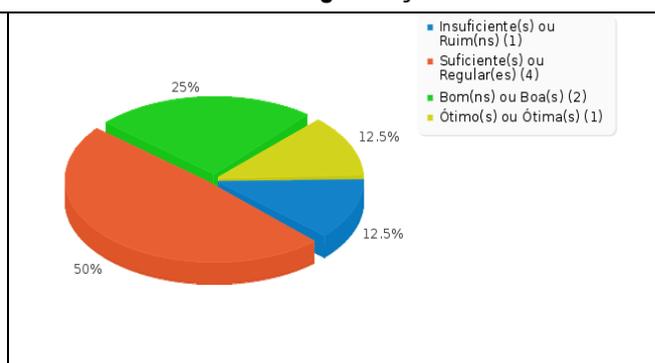
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



Neste quesito, observou-se que a maior parte dos professores, no caso 149 (33,33%), considera que a articulação entre os cursos de pós-graduação e os de graduação ocorre de forma boa. Cento e trinta e três (29,75%) consideram-na suficiente. Já 121 docentes (27,07%) consideram-na insuficiente, seguidos de 44 (9,84%) que avaliam tal quesito como ótimo. A porcentagem referente àqueles que consideram tal articulação insuficiente pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos professores do ensino superior da Instituição atua nos cursos de Engenharia, no entanto a maioria dos cursos oferecidos na Pós-Graduação *Lato Sensu* está relacionada a outras áreas. Com relação a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, entre os 8 Programas de Pós-Graduação oferecidos, há quatro na área das Engenharias.

Quanto aos alunos de graduação, a maior parte, o equivalente a 1278 discentes (36,47%), considera que tal articulação é boa, seguida de 1188 (33,9%) que a consideram suficiente, 717 (20,46%) insuficiente e 321 (9,16%) ótima. O índice de insatisfação apresentado, de 20,46%, pode estar relacionado aos motivos expostos acima. Já a avaliação referente aos alunos de pós-graduação indicou que a grande parcela dos respondentes, o equivalente a 4 estudantes (50%), considerou que tal articulação é suficiente, seguida de uma parcela que a considerou boa, o correspondente a 2 alunos (25%). O restante ficou igualmente dividido e avaliou tal quesito como insuficiente e ótimo, o equivalente a 1 aluno (12,5%).

Em 2013/2014, a avaliação de tal quesito realizada pelos professores e alunos também sugeriu a presença de algum conflito neste aspecto. A maior parte dos docentes respondentes (35,12%) avaliou tal articulação como suficiente, seguida de uma parcela próxima (30,43%) que avaliou como insuficiente. Quanto aos alunos de graduação, na ocasião, a maior parcela (38,74%) avaliou tal questão como suficiente, seguida imediatamente por uma parcela que avaliou como boa (31,25%). Com relação aos discentes da pós-graduação, a maior parte (40,91%) considerou tal articulação boa, seguida por duas parcelas que ficaram igualmente divididas e avaliaram como insuficiente e suficiente, o correspondente a 22,73% dos respondentes cada.

Docentes da Pós-Graduação avaliando seus Cursos

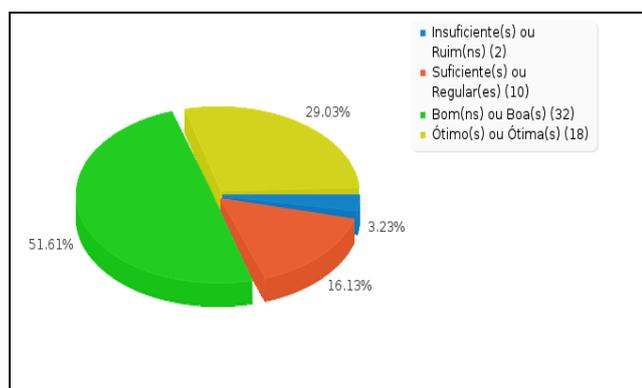
Foram propostas oito questões aos docentes da pós-graduação, para que pudessem avaliar seus cursos quanto a alguns quesitos. Para os docentes que atuam na EAD, em virtude das características do curso de ensino à distância, foram aplicadas apenas três das nove questões propostas para os professores da pós-graduação. As

perguntas aplicadas são apresentadas logo a seguir. Neste caso, preferiu-se fazer uma análise conjunta para uma melhor compreensão desta avaliação, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante.

Questões específicas aos docentes da Pós-Graduação

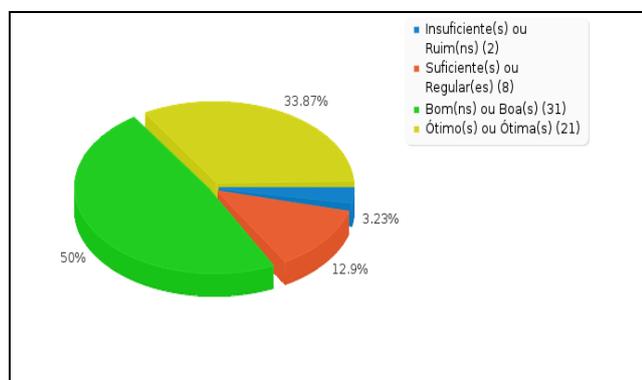
1- As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...

(Aplicada também para EAD)

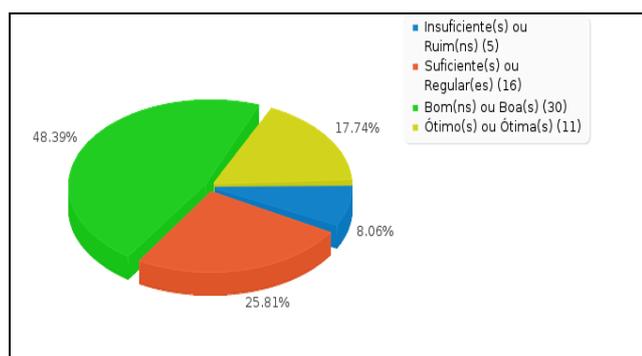


2- A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...

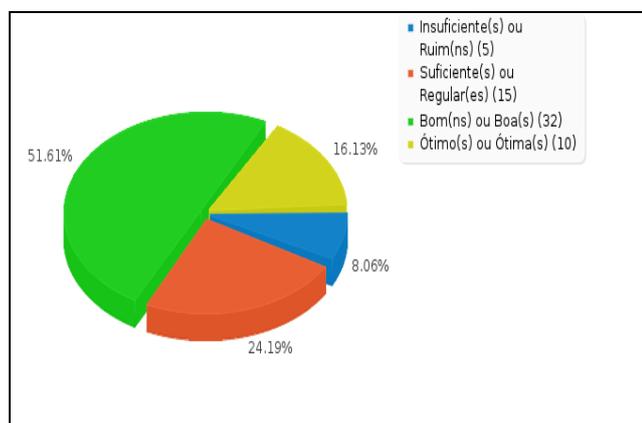
(Aplicada também para EAD)



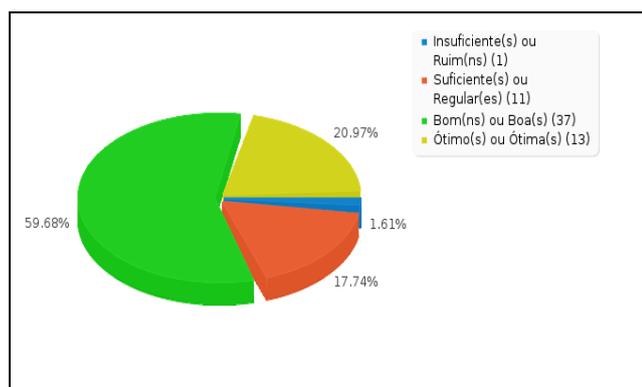
3- A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



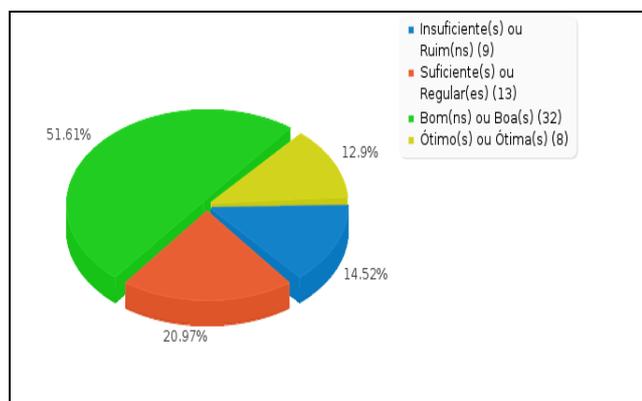
4- Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...



5- O conceito do seu curso na comunidade interna e externa pode ser considerado...

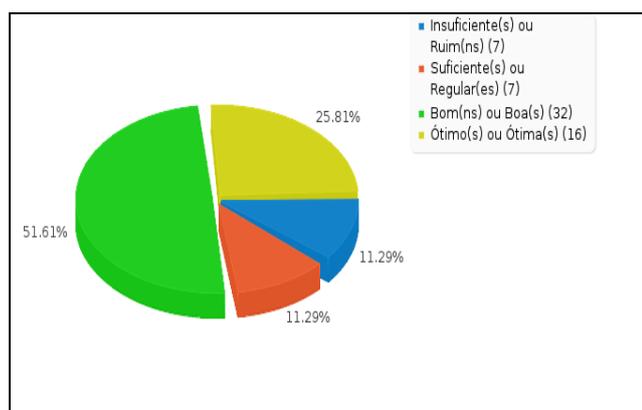


6- Em seu curso, os recursos de informática disponibilizados aos estudantes e professores, no que se referem aos microcomputadores e à internet, podem ser avaliados como...

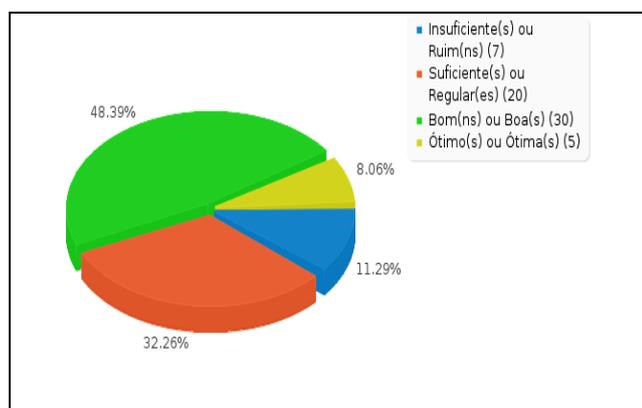




7- O seu curso, no que se refere ao apoio de pessoal administrativo, pode ser avaliado como...



8- Com relação à bibliografia básica indicada nas disciplinas de seu curso, pode-se avaliar o acervo bibliográfico disponibilizado como...



Observou-se uma grande satisfação dos professores respondentes. Em todas as oito perguntas propostas a grande parte dos docentes avaliou o respectivo quesito como bom. O maior índice de insatisfação apresentado entre as oito perguntas propostas refere-se aos recursos de informática disponibilizados aos estudantes e professores no que diz respeito aos microcomputadores e à internet, o correspondente a 14,52% dos respondentes. Tal índice merece atenção e deve ser melhor analisado.

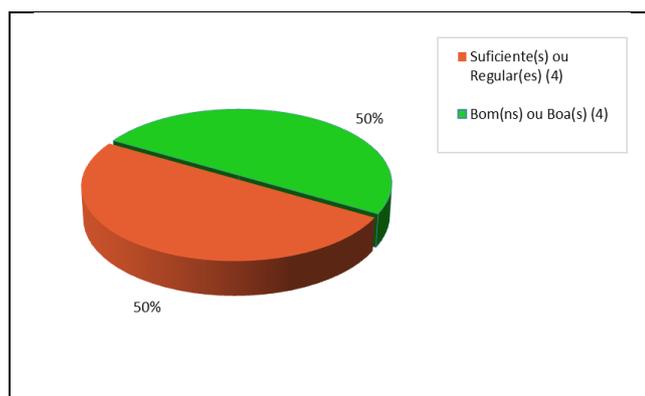
A avaliação realizada em 2013/2014 também indicou uma grande satisfação por parte dos professores da pós-graduação, das oito perguntas propostas, em sete delas, grande parte dos respondentes avaliou o respectivo quesito como bom. A única questão que indicou uma avaliação suficiente e insuficiente por grande parte dos respondentes, apresentando igualmente o percentual de 32,84% dos respondentes, foi a relacionada ao apoio de pessoal administrativo. Inclusive, na ocasião, dentre as oito perguntas propostas, essa foi a questão que apresentou o maior índice de insatisfação: 32,84% dos docentes respondentes. Cabe destacar que esse quesito foi melhor avaliado em 2016 uma vez que 77,42% dos respondentes julgaram-no bom ou ótimo e o índice de insatisfeitos foi de 11,29% dos respondentes.

Alunos da Pós-Graduação avaliando seus Professores

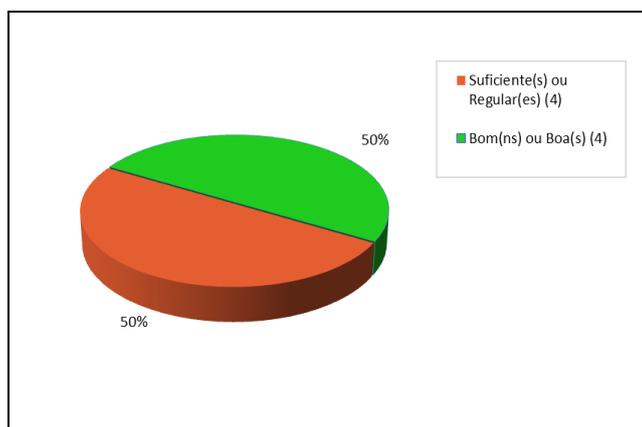
Da mesma forma que foi feito com os alunos de graduação, foram propostas oito questões aos alunos da pós, para que pudessem avaliar seus professores do período em alguns quesitos. Esta avaliação abrangeu também as disciplinas e o próprio curso, sendo realizada de forma geral, considerando unicamente os professores das disciplinas que os alunos cursavam no momento. No futuro, pretende-se fazer uma avaliação individual para que os professores recebam a percepção do alunado quanto ao trabalho desenvolvido. Neste caso, optou-se por uma análise conjunta, para que esta avaliação fosse melhor compreendida, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante. Deve-se lembrar também que o baixo número de respondentes deste segmento não permite maiores conclusões a respeito.

Questões específicas aos alunos da Pós-Graduação

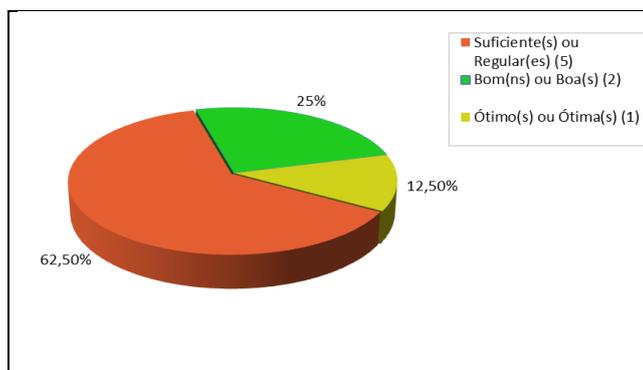
Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contêm: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira ...



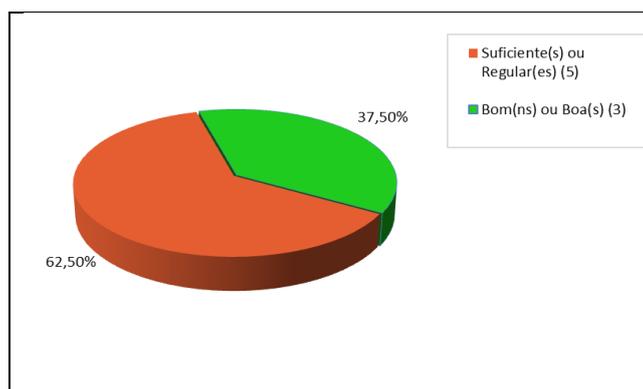
2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



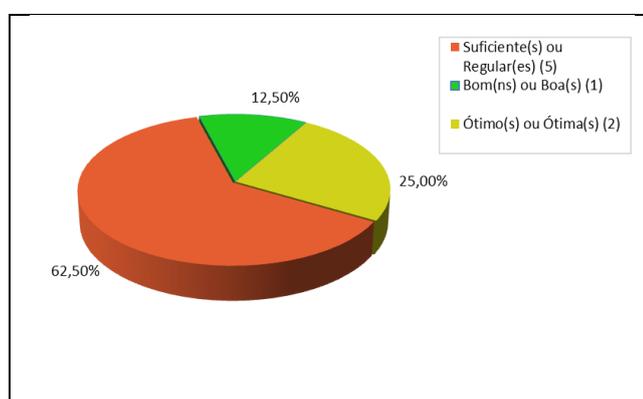
3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



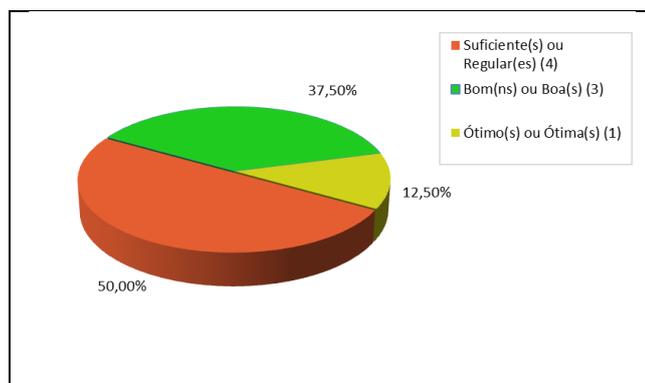
4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



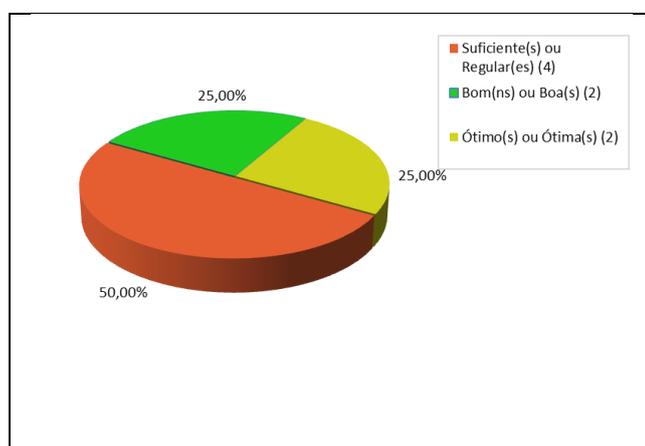
5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



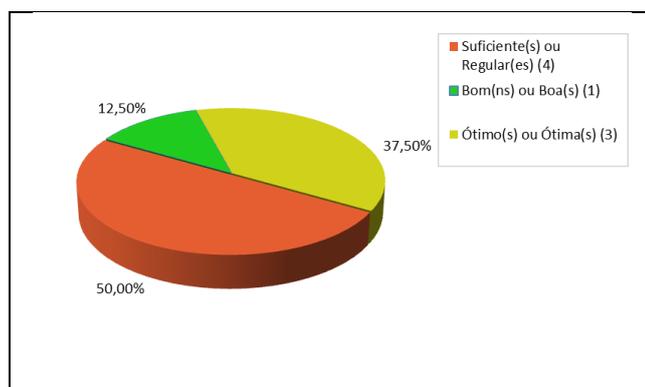
6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...



7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...



Não houve indicação de insatisfação por parte dos alunos da pós-graduação respondentes quanto aos quesitos avaliados. No entanto, deve-se mais uma vez lembrar que em virtude do baixo número de respondentes desse segmento não se pode tirar maiores conclusões, apesar de ser um indicativo que sugere satisfação. Das oito perguntas propostas, em seis delas, grande parte dos discentes considerou o respectivo quesito como suficiente e

bom. Em duas perguntas – uma relacionada à articulação da teoria e a prática das disciplinas e a outra referente à pontualidade docente – as maiores parcelas de respondentes avaliaram tais quesitos como suficiente e ótimo.

Em 2013/2014, a avaliação realizada referente a tais questões também apontou uma grande satisfação por parte dos alunos da pós-graduação respondentes. Nas oito perguntas propostas, a maioria dos estudantes avaliou o respectivo quesito como bom e ótimo. A questão que apresentou o maior índice de insatisfação, no caso 13,64%, refere-se ao esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos.

De um modo geral, os objetivos traçados no PDI para a pós-graduação vêm sendo atingidos. A criação do primeiro curso de doutorado em programa já existente foi alcançada em 2013. Em 2016, a Instituição teve dois cursos de doutorado aprovados pela CAPES, o curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO) e o curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica e Materiais (PEMM). Também foi aprovada pela CAPES a criação do programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PPCIC) que teve início com um curso de mestrado acadêmico. Todos estes 3 novos cursos iniciaram as atividades em 2016.

Apesar das dificuldades encontradas, percebem-se os esforços da Instituição e, especificamente, da DIPPG para o desenvolvimento da pós-graduação, seja no aumento do número de bolsas de pesquisa, na criação de novos cursos, no investimento em infraestrutura, entre outras ações.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

ENSINO – GRADUAÇÃO

Com relação ao ensino, observou-se que a Instituição apresenta uma boa estrutura curricular, capacitando o egresso para o exercício profissional, segundo o perfil proposto. Além disso, na avaliação institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para o ensino de graduação e as respectivas normas de operacionalização.

Os conceitos máximos obtidos no Enade pela Instituição, em 2014 e 2015, nas duas licenciaturas em Física e no curso de Administração indicam que tais cursos estão entre os melhores do país.

Os aspectos avaliados com a aplicação do questionário que apresentaram altíssimos índices de satisfação, no caso acima de 70% da comunidade respondente indicando uma avaliação boa ou ótima, foram os relativos aos quesitos:

-Adequação da matriz curricular do curso aos objetivos propostos, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando.

-Assiduidade dos professores

Cabe uma observação com relação ao item referente aos recursos envolvendo multimídia, hardwares e softwares disponibilizados para dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, que em 2011 foi apontado como um ponto de fragilidade e agora vem se tornando uma das potencialidades da Instituição. Este é um item que merece atenção por necessitar de investimentos contínuos e que ainda pode ser melhorado, em virtude da sua importância. A resposta da comunidade aos investimentos realizados pela Instituição é clara quando se observa a avaliação de 2009, 2010 e 2016. Em 2009, a parcela insatisfeita com este item correspondia a 27% para professores e 50% para alunos. Em 2010, houve uma melhora significativa, sendo que a parcela insatisfeita na ocasião passou a ser 24% para professores e 30% para alunos. Com a continuação dos investimentos, em 2016, a parcela insatisfeita com este item corresponde a 16,11% para professores e 15,87% para alunos.

A avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, com relação ao último período cursado, também foi muito positiva, apresentando altos índices de satisfação em todos os quesitos. Em sete das oito questões propostas, a maioria dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom, seguida de uma parcela que avaliou como suficiente. A única questão que não seguiu esse padrão apresentou uma avaliação ainda melhor, com as maiores parcelas julgando o quesito como bom ou ótimo. Quesitos avaliados: apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas; a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas; o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos; o cumprimento do conteúdo programático; a relação da teoria com a prática; o planejamento/organização das aulas pelos professores; a assiduidade e a pontualidade dos professores. O menor índice de insatisfação, no caso 4,68%, foi referente à assiduidade dos professores. O índice de insatisfação mais significativo foi de 16,44% (relação da teoria com a prática). Todos os outros foram inferiores a esses valores.

Os concursos para docentes e técnico-administrativos realizados nos últimos anos para renovar os quadros foram sem dúvida pontos fortes para o desenvolvimento da Instituição e especificamente do ensino, que merecem ser citados. Os editais divulgados em abril de 2014, por exemplo, tinham como objetivo a contratação de 149 professores em diversas áreas. Com relação aos técnico-administrativos, o Edital nº 11/2014 indicava a existência de 203 vagas para a contratação. Nos anos seguintes, as contratações continuaram, porém, envolvendo um nível mais reduzido de vagas.

O Programa de Monitoria, lançado em 2016, também se destaca como uma das potencialidades do ensino. Assim como o I Fórum de Ensino, realizado em 2016, que tratou da questão de evasão e retenção, com apresentações de todos os campi do sistema CEFET/RJ. Em se tratando desse tema, não se pode esquecer o Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ, que aguarda a aprovação do CEPE e promete ser um grande auxílio na redução dos índices de evasão e retenção.

As Comissões de Acompanhamento Discente (CAD's) instituídas em 2016, que orientam e acompanham os alunos com baixo desempenho, são um instrumento importante que vem a contribuir de forma significativa na questão da permanência do aluno e na redução dos índices de evasão e retenção.

Convém ressaltar que o CEFET/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança, de Portugal, firmaram um acordo de cooperação internacional que possibilita a obtenção de três diplomas em cinco anos. Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa recebem dois diplomas de nível superior, um da instituição brasileira e o outro da portuguesa, além do título de mestre expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio teve início em 2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ, *campus* Angra, e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da instituição de Bragança.

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Em consonância com o objetivo de transformar-se em Universidade de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro, a Direção Geral do CEFET/RJ vem investindo fortemente na pesquisa e na pós-graduação, estando ciente do papel estratégico do exercício de tais atividades dentro de um modelo universitário. O apoio à pesquisa e pós-graduação pode ser observado através de ações como a criação, em 2005, da DIPPG; atualização/elaboração de regulamentação para pesquisa e pós-graduação na Instituição; e o aumento significativo da alocação de recursos da Instituição destinados à criação de infraestrutura adequada para atender às necessidades dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação. Nos últimos anos, as atividades no CEFET/RJ associadas à pesquisa e à pós-graduação apresentaram um expressivo crescimento, que pode ser comprovado pelo aumento de diversos indicadores como produção científica qualificada, número de grupos de pesquisa, número de programas de pós-graduação, número de bolsas de iniciação científica e de mestrado. Esse crescimento foi suportado pelos investimentos que a Instituição efetuou nas duas áreas ao longo desses anos. Na última avaliação da Iniciação Científica pelo CNPq, realizada em 2005, o CEFET/RJ ocupava a 5ª posição entre 247 instituições, comprovando tratar-se de um programa de excelência.

Na avaliação Institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para o ensino de pós-graduação, a pesquisa e as respectivas normas de operacionalização.

A avaliação da pós-graduação por seus professores foi muito positiva, apresentando altos índices de satisfação em quase todos os quesitos avaliados. Tais quesitos são referentes às práticas pedagógicas; à adequação da matriz curricular e do perfil profissional; à viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho; aos recursos de informática disponibilizados; ao conceito do curso na comunidade e ao apoio de pessoal administrativo. O menor índice de insatisfação, correspondente a 1,61%, foi referente a questão que aborda o conceito do curso na comunidade. O índice de insatisfação mais significativo nesse aspecto em 2016 foi de apenas 14,52%, relativo aos

recursos de informática disponibilizados. O índice de insatisfação relativo a questão de apoio de pessoal administrativo, diminuiu bem de 2014 para 2016, passando de 32,84% para 11,29%, em virtude das contratações.

A avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos da pós-graduação, com relação ao último período cursado, também foi muito positiva, não apresentando inclusive índice de insatisfação em todos os quesitos pesquisados nas oito questões propostas. No entanto, vale lembrar que o baixo número de respondentes desse único segmento não permite maiores conclusões a respeito, sendo apenas um indicativo. Quesitos avaliados: apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas; a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas; o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos; o cumprimento do conteúdo programático; a relação da teoria com a prática; o planejamento/organização das aulas pelos professores; a assiduidade e a pontualidade dos professores. As três questões mais bem avaliadas foram as que abordaram o planejamento/organização das aulas, a assiduidade e a pontualidade dos professores.

Os concursos para docentes e técnico-administrativos realizados nos últimos anos para renovar os quadros foram sem dúvida pontos fortes para o desenvolvimento da Instituição e especificamente da pesquisa e pós-graduação, que merecem ser citados. Os editais divulgados em abril de 2014, por exemplo, tinham como objetivo a contratação de 149 professores em diversas áreas. Com relação aos técnico-administrativos, o Edital nº 11/2014 indicava a existência de 203 vagas para a contratação. Nos anos seguintes, as contratações continuaram, porém em um número mais reduzido.

EXTENSÃO

A diversidade de programas que fazem parte do âmbito de trabalho da Extensão no CEFET/RJ e a Semana de Extensão, atualmente Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) podem ser considerados potencialidades da Instituição. Além disso, na avaliação Institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para a extensão e as respectivas normas de operacionalização.

Os concursos para docentes e técnico-administrativos realizados nos últimos anos para renovar os quadros foram, sem dúvida, pontos fortes para o desenvolvimento da Instituição e especificamente da extensão, que merecem ser citados. Os editais divulgados em abril de 2014, por exemplo, tinham como objetivo a contratação de 149 professores em diversas áreas. Com relação aos técnico-administrativos, o Edital nº 11/2014 indicava a existência de 203 vagas para a contratação. Nos anos seguintes, as contratações continuaram, porém em um número mais reduzido.

b.2) Fragilidades

ENSINO – GRADUAÇÃO

Com relação à avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, o índice de insatisfação mais significativo foi de 16,44% (relação da teoria com a prática). Apesar desse índice não representar mais uma fragilidade, o que já ocorreu no passado e foi corrigido com auxílio de práticas baseadas em novas tecnologias, sabe-se que é um item que requer atenção constante.

Entre as ações que ainda merecem atenção, estão a capacitação de docentes para o uso de novas ferramentas de ensino-aprendizagem e a orientação para o preenchimento correto do formulário de compras de forma a obter o produto desejado, seja ele um equipamento de laboratório ou um software.

PESQUISA

Há pesquisadores com artigos em linhas de pesquisa que ainda não estão presentes nos grupos de pesquisa. Deve-se analisar os motivos e verificar se tais linhas são de interesse da instituição. Em caso positivo, seria interessante convidar tais pesquisadores para criar novos grupos.

PÓS-GRADUAÇÃO

O índice de insatisfação de 32,84% demonstrado pelos professores no relatório de 2013/2014 com relação ao apoio de pessoal administrativo foi corrigido com a chegada dos técnico-administrativos admitidos no último concurso. Com isso, tal índice sofreu redução, passando de 32,84% para 11,29%.

O baixo índice de respondentes dos alunos da pós-graduação representa uma fragilidade e clama por questões que passam pela desinformação, desinteresse, bem como apontam para a necessidade da Instituição repensar ações de maior conscientização do processo avaliativo, ou seja, planejar e organizar ações de sensibilização da comunidade como um todo.

A questão que trata do oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade também merece atenção constante. No entanto, a comunidade parece estar mais satisfeita considerando a redução do índice de insatisfação, que em 2013/2014, era de 30,43% e de 23,67%, por parte dos professores e alunos de graduação, respectivamente. Em 2016, esses índices passaram para 23,04% e 16,55%, respectivamente, o que sugere que a comunidade parece estar mais satisfeita, com a abertura dos últimos cursos.

Deve-se dar atenção também ao quesito referente à articulação dos cursos de pós-graduação com os cursos de graduação. Tal quesito, em 2013/2014, na avaliação dos professores, apresentou um índice de insatisfação de 22,41% e, na avaliação dos alunos de graduação, de 19,19%. Em 2016, esses índices passaram para 27,07% e 20,46%, respectivamente, merecendo ser discutido com maior profundidade em virtude da sua importância.

A porcentagem referente àqueles que consideram a articulação dos cursos de pós-graduação com os cursos de graduação insuficiente pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos professores do ensino superior da

Instituição atua nos cursos de Engenharia, no entanto a maioria dos cursos oferecidos na Pós-Graduação *Lato Sensu* está relacionada a outras áreas. Com relação a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, entre os 8 Programas de Pós-Graduação oferecidos, há quatro na área das Engenharias.

c) Ações com base na análise

ENSINO – GRADUAÇÃO

Sabendo da importância da tecnologia da informação como apoio às propostas educacionais para dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, sugere-se um maior investimento neste campo com relação aos recursos envolvendo multimídia, hardwares e softwares. O quesito relação da teoria com a prática pode ser mais bem trabalhado junto aos alunos, deve-se buscar alternativas para que todas as disciplinas apresentem situações práticas que envolvam a teoria ministrada. Esse problema passa pela reciclagem dos professores, aos quais devem ser oferecidas oportunidades de interação com indústrias e empresas dos respectivos ramos. Algumas ações institucionais devem promover a integração dos professores às empresas dos setores industriais correspondentes às diversas especialidades.

Intensificar o apoio à capacitação de docentes para a utilização de novas ferramentas de ensino-aprendizagem. Orientar os docentes para atuar de forma correta no processo de compras. Desenvolver um manual com os principais erros e soluções.

Traçar uma estratégia para que os professores obedeam ao período para o lançamento das notas finais. Pois um atraso nesse quesito gera problemas na matrícula, o que ocasiona o atraso das pautas, uma vez que na confirmação de matrícula ocorrem muitas correções.

Divulgar informações sobre o grupo de docentes de cada departamento/coordenação, indicando sua localização no CEFET.

Eventualmente, racionalizar o uso das salas de professores, procurando estabelecer um critério de manutenção e limpeza desses ambientes.

Fomentar discussões acadêmicas com o colegiado das diversas coordenações no sentido de: estabelecer o quantitativo de professores que atenda de forma contínua às necessidades requeridas pelas disciplinas; planejar as saídas de professores para especialização e realização de cursos fora da coordenação de modo a não prejudicar o andamento do programa das disciplinas das coordenações; discutir melhoramentos nos programas das disciplinas no sentido de atualizar conteúdo e carga horária.

PESQUISA

Estudar alternativas para que todos os pesquisadores que trabalhem com projetos de pesquisa em consonância com a missão e objetivos da Instituição possam constituir grupos de pesquisa. Da mesma forma, deve-se refletir sobre a questão dos critérios de concessão de bolsas do PIBIC quando se trata das respectivas linhas de pesquisa que, pelo fato de não estarem associadas ainda a pós-graduação da Instituição, não apresentam a produção científica esperada, ficando presas a um círculo vicioso.

EXTENSÃO

Verificar a possibilidade de enriquecer as informações que constam no *site* da Instituição relativas à Extensão.

PÓS-GRADUAÇÃO

Aumentar a participação dos alunos de graduação nos projetos e pesquisas desenvolvidos a nível de pós-graduação no sentido de motivá-los à continuação de seus estudos em um programa de pós-graduação.

Divulgar as atividades da pós-graduação (participação em congressos, defesas de dissertações, trabalhos publicados, etc.) junto aos alunos de graduação, convidando-os também a participar desses eventos.

3.3.2 – Dimensão 4: A comunicação com a sociedade.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.

a.2) Imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social.

Como pode ser verificado no PDI, as inter-relações do CEFET/RJ na sociedade envolvem grupos sociais, o mundo produtivo e o poder público constituído. Desse modo, a comunicação com a sociedade ultrapassa os serviços de comunicação e de TIC, exigindo a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e dos órgãos/setores institucionais no exercício de suas competências e atribuições. O Centro, como Instituição pública de Educação Superior, obriga-se à visibilidade e legitimidade de sua atuação, submetida ao controle do Estado e da sociedade em geral. A articulação com os órgãos de governo (em especial do MEC) e demais IFES e instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a participação em conselhos e associações de interesse institucional (a exemplo da ANDIFES e do CONIF), o estabelecimento de convênios e acordos de cooperação técnico-científica com instituições de ensino e pesquisa, órgãos de fomento, secretarias estaduais e municipais de educação, a realização de eventos e a interação com empresas públicas e privadas vêm alargando o reconhecimento social dessa atuação.

Com relação à Divisão de Comunicação, a visibilidade institucional tem sido fortalecida da seguinte forma:

- manutenção de articulação permanente com órgãos de notícias locais e nacionais, viabilizando a edição de matérias em jornais e tvs com divulgação das atividades acadêmicas, entrevistas com participação de dirigentes, docentes e/ou alunos etc.;

- produção de materiais de divulgação das ações institucionais com a utilização de diferentes mídias, a exemplo da produção jornalística para o *site* institucional, bem como da articulação permanente com as mídias sociais, como Facebook, Twitter, YouTube, Flickr e SoundCloud. Além disso, contribuem a produção de *releases* e do informativo eletrônico #CEFET/RJ, assim como a elaboração de materiais de divulgação das ações institucionais, em formatos de *banners*, cartazes, CDs, DVDs, *folders*, folhetos, *outdoors*, painéis etc.

- apoio à promoção de eventos internos e externos, como seminários, palestras, feiras e exposições, atividades culturais, etc.

Há dois veículos de comunicação que também devem ser citados. Um deles é a revista do CEFET/RJ, Tecnologia & Cultura, estratificada na classificação dos periódicos Qualis da CAPES. A Divisão de Comunicação Social e a Divisão de Programação Visual atuam de modo colaborativo na produção da revista científica Tecnologia & Cultura, da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação. As divisões são responsáveis pela revisão da formatação dos artigos acadêmicos, pela produção gráfica da revista impressa e pela produção digital. O outro veículo é a TV CEFET que, além de integrar o laboratório acadêmico de multimídias dos cursos técnicos e de graduação em Telecomunicações, atua na documentação e divulgação de eventos institucionais.

Com relação à publicidade legal, a Divisão de Comunicação Social é responsável pela inserção desse conteúdo em jornais de grande circulação, obedecendo ao contrato com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), de acordo com o Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008. Esse Decreto estabelece que a divulgação de publicidade legal dos órgãos e entidades da Administração Federal, em veículos da imprensa comercial (jornais de grande circulação de determinada região) deve ser feita, obrigatoriamente, por intermédio da EBC, exceto daquela veiculada nos órgãos oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Recursos tecnológicos e audiovisuais

No tocante a recursos de informação e comunicação, a instituição vem buscando, gradual e sistematicamente, a adequação e melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com vistas a responder, inclusive, às demandas da modalidade educação a distância (EAD). Desde 2006, a área tem encaminhado projetos e atividades relacionados à reestruturação da infraestrutura de rede informatizada nos *campi* do Sistema CEFET/RJ, envolvendo *data center*, redes físicas e lógicas e desenvolvimento de sistemas. Tais esforços envolvem o departamento de TI da Instituição, cuja função principal é promover recursos de TI – serviços e tecnologia – alinhados às operações e atividades desenvolvidas pelos usuários de acordo com o seu papel e sua dependência de infraestrutura de TI.

As próximas seções descrevem de forma resumida a infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) e os recursos audiovisuais.

Data center

Infraestrutura física (recursos de *hardware*)

O parque tecnológico da instituição é composto por uma infraestrutura de ultra banda larga de 10 Gbps fornecida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) através do anel óptico metropolitano (Redecomep). Além disso, contamos com uma infraestrutura de ativos de redes, *appliances* de segurança, Servidores de Dados e de Serviços (DNS) e roteadores para distribuição de rede para todo o Sistema CEFET/RJ, especificamente para o *campus* Maracanã.

O *campus* Maria da Graça será integrado à Redecomep/RNP e usufruirá da mesma infraestrutura de rede. Já os demais *campi* foram integrados no plano de expansão de redes de dados da RNP e todos já utilizam banda superior a 60 Mbps, com previsão de expansão para 200 Mbps até dezembro de 2017. Por questões de padronização, todos os *campi* utilizam ou são orientados a utilizarem as soluções técnicas compatíveis com a existente no *campus* Maracanã.

Infraestrutura lógica (*softwares*)

Quanto aos recursos de *software*, contamos com: Sistema Acadêmico (SIE), Sistema de Gestão de Biblioteca (Sophia), Virtualizador (RED HAT RER), Gerenciador de *Backup* (Bacula), Antivírus (Kaspersky) e Licenças de *Firewal* AKER. Rodando em plataforma operacional Linux e Windows Server. Os *softwares* aplicativos

disponibilizados pelo DTINF aos usuários são o Pacote Office nas versões 2007, 2010 e 2013. Os sistemas operacionais das estações de trabalho são Windows 7, Windows 8 e Linux.

Infraestrutura de rede sem fio

O DTINF implantou, em 2014, uma rede sem fio de longo alcance, que cobre todo o *campus* Maracanã e o General Canabarro e possui quatro níveis de autenticação por nível de usuário (Professor, Administrativo, Aluno e Visitante). O projeto da rede sem fio se estenderá para todos os *campi* do Sistema CEFET/RJ, uma vez que já foi adquirida parte dos equipamentos e o processo de aquisição dos outros está em andamento.

Recursos audiovisuais

A área administrativa do CEFET/RJ possui um sistema de videoconferência instalado e implantado em todos os *campi*, na DIREG e na DIRAP do *campus* Maracanã. A finalidade do sistema de videoconferência é agilizar e organizar encontros eventuais sem que seja necessário o deslocamento dos diretores de *campus* até a sede da instituição, reduzindo, assim, despesas com locomoção e diárias. Atualmente, o sistema de videoconferência é utilizado para atender especificamente a área administrativa, ou seja, não é usado para cunho didático ou exposição de conteúdo em salas de aula ou auditórios. O sinal do sistema de videoconferência do CEFET/RJ é alimentado e distribuído pela rede de dados do Centro Federal, que possui uma porta exclusiva para esse fim. Existem outros recursos de multimídia utilizados na instituição, como já mencionados anteriormente, como projetores de mídia, aparelhos de televisão e dispositivos de som.

As necessidades de informação e serviços de TI da Instituição estão contempladas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação. O CEFET/RJ possui onze principais Sistemas de Informações que atuam nas diversas áreas da instituição. São eles:

1. **SIE (Sistema de Informações para o Ensino):** O SIE é um Sistema de Informação para gerenciamento acadêmico, desenvolvido e concebido pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, sendo a empresa AVMB a atual detentora dos direitos autorais. Ele é o sistema de gestão acadêmico adotado por esta instituição desde 2005. Este Sistema é indispensável para atender a regra de negócio da instituição, porque permite o controle e o registro das atividades acadêmicas. Atualmente, o CEFET/RJ utiliza os módulos de ensino do SIE contemplando apenas a Graduação, o Ensino Médio e o Ensino Técnico.
2. **SOPHIA: Sistema de Gestão de Biblioteca:** O SOPHIA é um sistema de gestão de biblioteca usado pelo CEFET/RJ para administrar todo o acervo constante na biblioteca, bem como fazer a gestão do acesso ao conteúdo pela comunidade (Docente, Discente e funcionários) do CEFET/RJ. Ele é um produto desenvolvido pela PRIMA Software. Esse sistema de gestão, em meados dos anos 2000, foi adquirido junto a PRIMA e é utilizado pela instituição.
3. **REV (Virtualizador RED HAT):** O REV é um sistema que permite virtualizar e gerenciar máquinas nos servidores do CEFET/RJ. A virtualização de servidores é uma prática essencial para a sobrevivência de qualquer Data Center nos dias atuais. Devido a sua importância e a disponibilidade de recurso na época da

aquisição CEFET/RJ adquiriu o suporte ao produto e o direito de atualização do sistema por 3 anos.

4. **Sistemas de Banco de Dados:** Os sistemas de Banco de dados são plataformas de armazenamento, acesso e gerenciamento de dados. É a base de dados dos sistemas de informação propriamente dita. Atualmente contamos com dois Sistemas de Banco de Dados (SDB). O IBM DB2 que roda com o SIE e o SQL Server; também, roda com o SOPHIA e o Portal CEFET/RJ. Contudo, ainda existem alguns subsistemas legados que operam sobre a plataforma MYSQL, mas o MYSQL é um SDB gratuito disponibilizado pela Oracle Corporation.
5. **Portal CEFET/RJ:** O portal CEFET/RJ foi totalmente reformulado para atender a Instrução Normativa nº 08, de 19 de dezembro de 2015, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Neste novo portal estão disponíveis os conteúdos referentes à área acadêmica em todos os níveis e alguns conteúdos da área administrativa. O Portal também disponibiliza acesso aos serviços de e-mail, ao Portal do Professor e ao Portal do Aluno que são subsistemas do Sistema de Informação Educacional.
6. **Intranet CEFET/RJ:** é um portal onde disponibilizamos alguns serviços internos, tal como o acesso a outros subsistemas do CEFET/RJ. A Intranet roda em uma plataforma Open Source e foi totalmente customizada pela equipe de TI da instituição.
7. **Firewall Arker (Sistema de Segurança):** O sistema de segurança conta com um *appliance* para gerenciar o conteúdo e acesso ao Portal CEFET/RJ. Este *appliance*, adquirido em 2012 com a AKER, é dotado de um conjunto de Hardware e Software instalado e configurado de acordo com a realidade do CEFET/RJ e de acordo com os sistemas existentes e os níveis de segurança estabelecidos pela nossa política de segurança. Este sistema é essencial e imprescindível para a política de segurança adotada pelo CEFET/RJ.
8. **Serviço de E-mail:** Para atender o decreto presidencial nº 8.135/2013, o CEFET/RJ contratou o serviço de correio eletrônico (Expresso V3) do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). O E-mail institucional é exclusivo para setores pertencentes à instituição e servidores da ativa. O tamanho padrão das caixas de correios dos usuários é de 500MB, sendo que em 2016 todas as caixas passarão a ter 1GB de espaço.
9. **Contratos de Telecom (Dados):** Atualmente, todos os *campi* da instituição possuem links de dados interligados pela Redecomep, que é uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), coordenada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e tem como objetivo implementar redes de alta velocidade nas regiões metropolitanas do país servidas pelos Pontos de Presença da RNP.
10. **Sistema de Chamados:** O sistema de chamados é um sistema de atendimento ao cliente que centraliza as solicitações, esclarecimentos, reclamações e registros de problemas relacionados aos produtos e serviços da instituição. Este sistema é baseado em uma plataforma Open Source que, por este motivo, não gerou custo ao CEFET/RJ.
11. **Antivírus:** é o principal recurso de proteção contra as ameaças virtuais. Este foi o motivo pelo qual o CEFET/RJ adquiriu, no início de 2015, 3 anos de licença do antivírus Kaspersky. Esta licença dá direito a todas as atualizações disponibilizadas para o produto além de suporte técnico do fabricante.

Com relação a pós-graduação, cabe citar a utilização do Portal Coleta na Plataforma Sucupira da CAPES, sistema governamental que gerencia informações da pós-graduação *stricto sensu*. No que toca as informações administrativas necessárias, a coleta é feita a partir dos sistemas governamentais SIAPE e SIAFI. O SIE é um sistema abrangente que possui muitas funções, merecendo uma capacitação constante de todos os servidores que lidam com ele, no entanto, isso não é feito na proporção que deveria.

O portal institucional é, sem dúvida, a grande ferramenta de visibilidade da Instituição e merece a visita da comunidade interna e externa. Para acessá-lo, basta digitar www.cefet-rj.br. Nele, são publicadas diariamente notícias relativas ao universo da ação institucional (intra e extramuros), assim como são alimentadas as informações vinculadas aos diferentes setores da estrutura acadêmica e administrativa. Estão incluídos, também, links de alcance governamental e de grupos específicos (de docentes, discentes e entidades). A média diária de acessos desde 19 de junho de 2015, quando foi reformulado de acordo com a Instrução Normativa nº 8 da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), já ultrapassa 8.500 visitas diárias.

Conforme descrito no Relatório de Gestão do Exercício de 2016, o CEFET/RJ possui 2 principais canais de acesso capazes de garantir a comunicação do cidadão com a instituição. Todos eles servindo para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., permitindo também que a sociedade exponha sua percepção acerca dos serviços prestados pela unidade. São eles: a Ouvidoria do órgão e o Serviço de Informação ao Cidadão-SIC. Além destes, são também considerados canais de acesso: o Setor de Protocolo Geral e os canais disponíveis por e-mail e redes sociais (Facebook e Twitter) gerenciados pela Divisão de Comunicação (DICOM).

A Ouvidoria do CEFET/RJ é um espaço aberto para a sociedade que, através de canais de atendimento, recebe e responde manifestações, que podem ser sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias sobre as políticas e os serviços públicos prestados por esta Instituição Federal de Ensino. O canal está disponível por meio da plataforma eletrônica <http://www.cefet-rj.br/index.php/ouvidoria> e também disponibiliza acesso presencial.

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC foi disponibilizado no contexto da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), nos moldes estabelecidos no Decreto nº 7.724/12 e em consonância com as orientações repassadas pela Controladoria-Geral da União - CGU. O link de acesso encontra-se disponível no sítio da instituição através da seção “Acesso à Informação”, onde no primeiro item há o link que permite ingressar diretamente no SIC, bem como endereço físico disponível para atendimento pessoal ao cidadão. O CEFET/RJ disponibiliza também na seção “Acesso à Informação”, conforme previsto no Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, sua carta de serviços ao cidadão. A tabela a seguir apresenta os dez temas mais solicitados ao SIC.

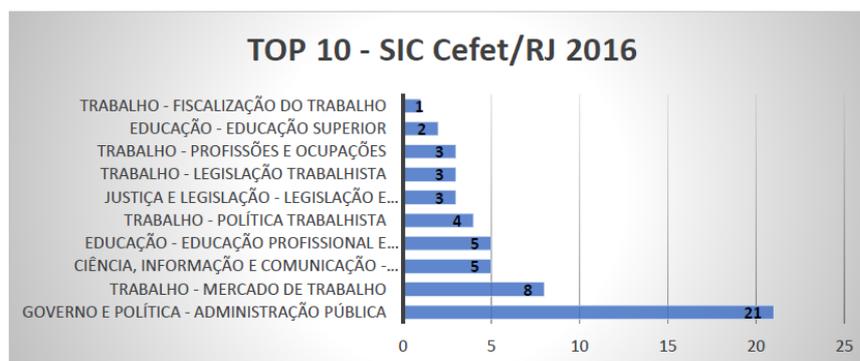


Gráfico – Top tipos de solicitações SIC CEFET/RJ 2016

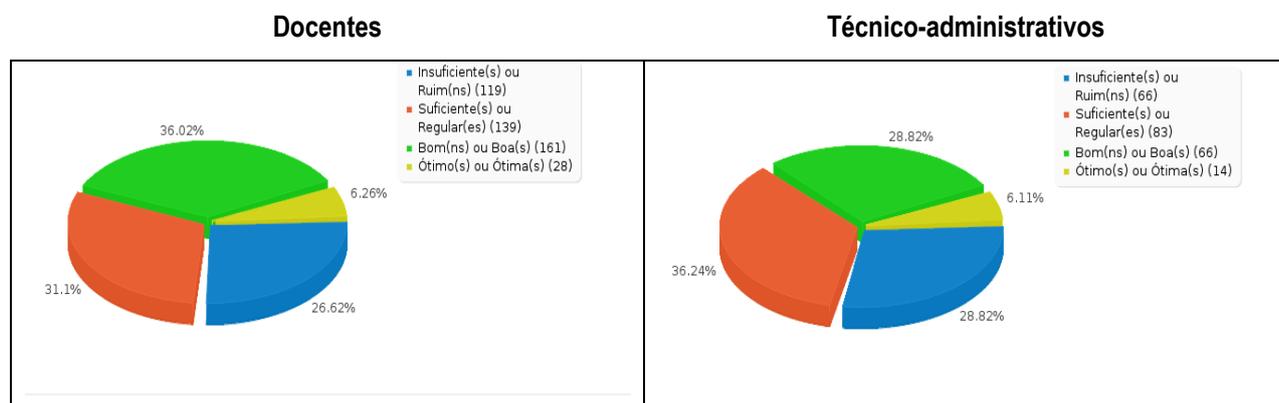
O Setor de Protocolo Geral está disponível a todos os cidadãos que comparecerem pessoalmente ao CEFET/RJ. Este setor é responsável pelo registro de todas as solicitações e processos administrativos direcionados a Instituição, bem como sua distribuição aos setores competentes.

Considerando o contexto dessa dimensão cabe mencionar a presença da Comissão de Ética do CEFET/RJ, com regimento interno aprovado pela Portaria nº 357, de 16/05/2011, que pode ser acessada no *site* da Instituição, na aba Comissão de Ética. Nesse espaço virtual, no *site* da Instituição, na aba Comissões, e depois clicando-se em Comissão de Ética, pode-se encontrar o e-mail disponível comissao.etica@cefet-rj.br, um formulário eletrônico “Fale conosco”, o regimento interno e a legislação envolvida. A comissão, assim, estabelece um canal direto com a comunidade interna do CEFET/RJ e a sociedade em geral.

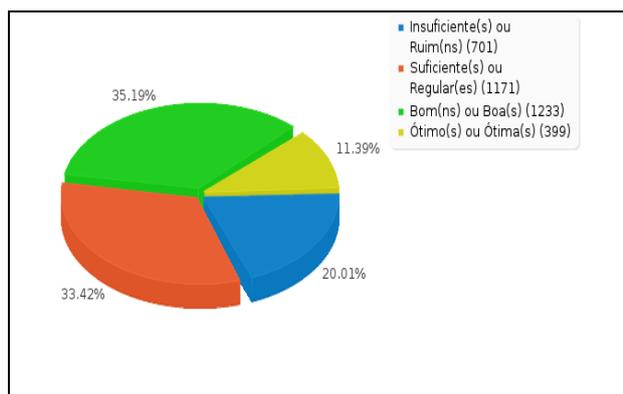
Para obter a percepção da comunidade do CEFET/RJ sobre a comunicação da Instituição com a sociedade, foram formuladas pela CPA duas questões que fizeram parte do questionário aplicado.

Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

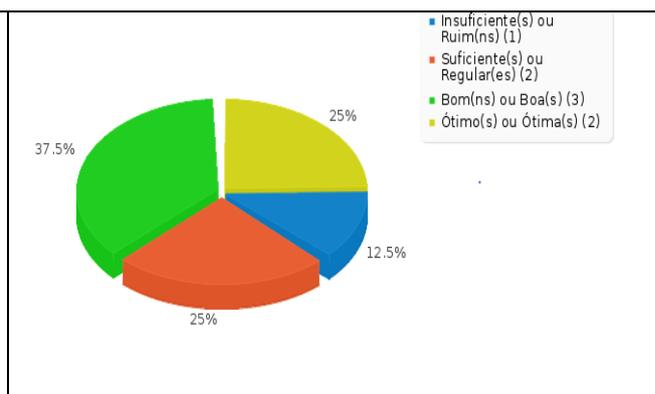
☞ Como você avalia a efetividade de comunicação e a circulação de informações institucionais no CEFET/RJ?



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



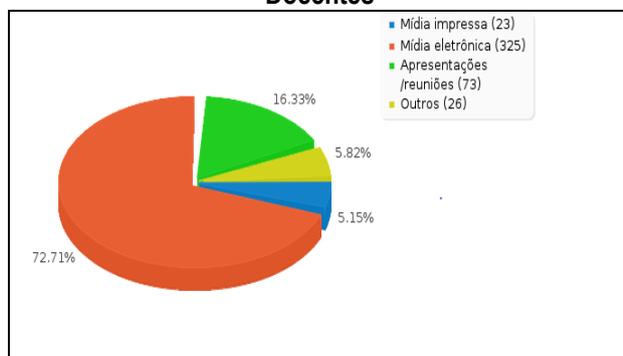
Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 26,62% dos professores, 28,82% dos técnico-administrativos, 20,01% dos alunos de graduação e 12,5% dos estudantes de pós-graduação consideram insuficiente ou ruim a efetividade de comunicação e a circulação de informações institucionais no CEFET/RJ. Avaliam como bom ou ótimo 42,28% dos professores, 34,93% dos técnico-administrativos, 46,58% dos alunos de graduação e 62,5% dos discentes de pós-graduação.

Percebe-se a necessidade de aprofundarmos a investigação dos problemas relativos à comunicação dentro da Instituição, aprimorando os mecanismos já existentes e criando novas formas de facilitar a circulação das informações. Incluir os diferentes segmentos da comunidade na elaboração dos instrumentos de divulgação (mídia impressa e eletrônica), sejam alunos, técnico-administrativos ou professores, pode ser um movimento que contribuirá na melhoria da qualidade da comunicação existente.

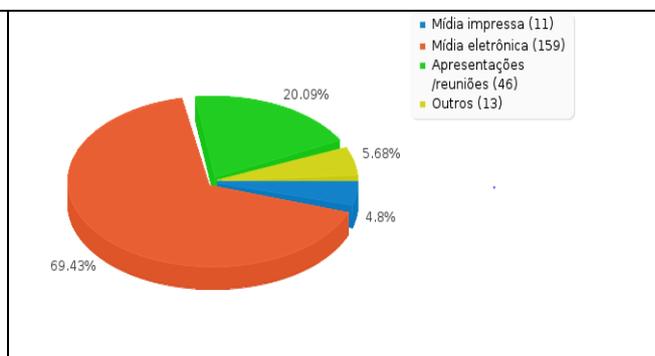
Em 2013/2014, 33,78% dos professores, 77,78% dos técnico-administrativos, 29,28% dos alunos de graduação e 36,36% dos discentes de pós-graduação avaliaram a efetividade de comunicação e a circulação de informações como ruim ou insuficiente. Apesar da avaliação ter melhorado em 2016, este é um item que continua necessitando de atenção.

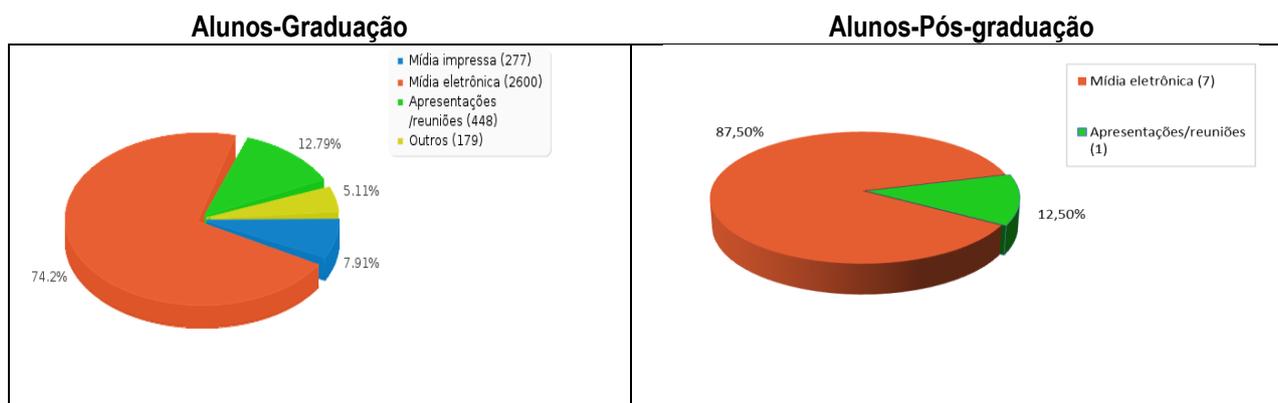
➔ Em sua opinião, qual destes modos de divulgação funciona de forma mais efetiva?

Docentes



Técnico-administrativos





Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 72,71% dos professores, 69,43% dos técnicos, 74,2% dos alunos de graduação e 87,5% dos discentes de pós-graduação consideram a mídia eletrônica como o veículo de comunicação mais efetivo na Instituição. Esses dados mostram a contribuição do Portal da Instituição, que aparece como importante instrumento de acesso da comunidade a vida institucional. Em segundo lugar, aparecem as apresentações e reuniões para todos os segmentos com os seguintes percentuais: 16,33% dos docentes, 20,09% dos técnico-administrativos, 12,79% dos estudantes de graduação e 12,5% dos discentes da pós-graduação.

Em 2013/2014, em primeiro lugar para todos os segmentos participantes também ficou a mídia eletrônica. Em segundo lugar, também apareceram as apresentações e reuniões para todos os segmentos, exceto para os técnico-administrativos que apontaram a opção Outros.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

O Portal e a TV CEFET vêm se destacando como potencialidades da Instituição. Cabe mencionar também o sistema de videoconferência instalado e implantado em todos os *campi*, na DIREG e na DIRAP do *campus* Maracanã. Tal sistema possibilita maior agilidade nos encontros dos diretores de *campi* com os diretores sistêmicos, que ficam na Sede, além de reduzir custos com viagens e deslocamentos.

O investimento na área de comunicação com relação a produção de notícias, trouxe um maior profissionalismo as notícias elaboradas sobre a Instituição, que agora conta com dois jornalistas na sede, conforme a tabela a seguir.

Classificação	Cargo	Sede (Maracanã)
E	Jornalista	2
E	Programador Visual	1
E	Relações Públicas	2
E	Revisor de Texto	1
TOTAL		6

b.2) Fragilidades

O Portal, apesar de ser uma ferramenta poderosa, carece de atualização e de uma interface mais agradável com a comunidade.

c) Ações com base na análise

Atualizar e aprimorar o Portal. Reformular os conteúdos, evitando as informações repetidas.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.

A admissão nos cursos de graduação do CEFET/RJ pode ser feita de quatro formas distintas:

1) Através do Sisu:

O ingresso para os cursos oferecidos na Instituição, desde 1998, vinha ocorrendo por meio de vestibular isolado. Em 2009, o CEFET/RJ aprovou a adesão integral ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), utilizando o novo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) como fase única de seleção para o ingresso nos cursos de graduação de suas diferentes Unidades de Ensino.

2) Por transferência Externa ou Interna:

A transferência externa ocorre através de um processo seletivo aberto a alunos regularmente matriculados em Instituição de Ensino Superior (IES), oriundos de estabelecimentos reconhecidos, de acordo com a legislação em vigor, sendo limitado às vagas existentes. O processo de transferência interna corresponde ao remanejamento interno de aluno regularmente matriculado em curso de graduação do CEFET/RJ (da Sede ou de suas Unidades). O remanejamento interno é a mudança de um aluno da graduação da Unidade Sede do CEFET/RJ ou das Unidades descentralizadas, de um curso para outro ou para o mesmo curso.

3) Mediante convênio:

O aluno-convênio é aquele encaminhado ao CEFET/RJ pelos órgãos governamentais competentes, e oriundo de países com os quais o Brasil mantém acordo cultural, conforme as normas da Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica (DCCIT). O CEFET/RJ mantém diversos convênios com instituições estrangeiras, as quais, periodicamente, promovem ações de intercâmbio de alunos, dentro de critérios específicos.

4) Mediante Reingresso (para Portadores de Diploma):

Processo seletivo no qual, mediante a concordância dos Departamentos Acadêmicos dos Cursos e, havendo disponibilidade de vagas, o aluno formado em Instituição de Ensino Superior pode concorrer a vaga de acordo com os critérios que são estabelecidos via edital. O aluno que ingressar por esta forma e que tiver sua matrícula cancelada pelo CEFET/RJ, ou vier a cancelá-la, não mais poderá utilizar esta forma de ingresso. O processo é realizado a qualquer momento antes do período letivo para o qual haja vagas disponíveis e é regido pelas normas estabelecidas em edital disponível no *site* da Instituição.

É importante mencionar que atualmente, o CEFET/RJ reserva parte de suas vagas para o Sistema de Cotas, considerando candidatos oriundos da rede pública e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e candidatos oriundos da rede pública e pretos, pardos e indígenas, independente da renda. A porcentagem reservada obedece aos critérios da Lei de Cotas.

Nesse contexto de políticas de acesso à Instituição, merece ser mencionada a mobilidade acadêmica, oferecida para os cursos de graduação e de pós-graduação. A mobilidade pode ser nacional ou internacional. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com sua instituição e curso de origem. Por meio dos programas de mobilidade acadêmica, a instituição desempenha tanto o papel de instituição receptora quanto o de emissora, proporcionando aos alunos de graduação o contato com múltiplas realidades culturais e educacionais.

Sendo o CEFET/RJ uma Instituição pública e gratuita, para que um aluno possa se manter, deve dispor de recursos financeiros mensais mínimos para custeio de traslado, alimentação, compra de alguns livros, reprodução de apostilas, notas de aula e materiais didáticos complementares. Nesse sentido, o CEFET/RJ desenvolve políticas de assistência estudantil, tanto para estudantes do nível de ensino profissional técnico, como para a graduação. A Instituição disponibiliza recursos próprios e oriundos do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil, com vistas a diminuir os índices de evasão escolar.

Considerando os alunos que se enquadram na situação em condição de vulnerabilidade social e/ou econômica, a política de atendimento do CEFET/RJ está fundamentada em três programas que contemplam bolsas de permanência, a saber:

a) Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED) - destinado a facilitar a acessibilidade, permanência e formação de qualidade aos estudantes com deficiência.

b) Programa de Auxílio Emergencial (PAEm) - destinado a minimizar as dificuldades socioeconômicas emergenciais que comprometem a permanência do estudante na Instituição.

c) Programa de Auxílio ao Estudante (PAE), destinado a atender os estudantes que não dispõem de recursos financeiros suficientes para arcar com despesas básicas para seu desempenho escolar e prevenir a retenção e evasão escolar.

A Divisão de Integração Empresarial (DIEMP) possui cerca de duas mil e quinhentas empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, programas de trainee e também empregos para estudantes de todos os níveis de ensino e egressos do CEFET/RJ, uma vez que a Instituição é também uma agência governamental de estágio-emprego. Essa parceria visa facilitar a integração dos estudantes em fase final de aprendizado acadêmico e os recém-formados com o mercado de trabalho. Desse relacionamento proveitoso com o mundo produtivo resultou o projeto FEIRA DE ESTÁGIO E EMPREGO, que, em setembro de 2016, realizou a sua 11ª edição anual. Durante a realização do evento, profissionais das empresas nacionais e multinacionais palestram sobre as tendências de mercado imediatas, com as consequentes exigências profissionais e as possibilidades

concretas de inserção em determinado ramo de atividade, além de encontros agendados com os docentes do CEFET/RJ, que permitem atualização dos conteúdos acadêmicos ministrados.

A preocupação com a questão da permanência dos estudantes e redução dos índices de evasão e retenção levou a constituir uma comissão, instituída pela Portaria 1.295 em 03 de setembro de 2015, objetivando propor um Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ. Tal documento foi finalizado no final de 2016 e será apreciado no primeiro semestre de 2017 pelos conselhos pertinentes.

A investe na contratação e capacitação de profissionais com o objetivo de implantar um eficiente acompanhamento sócio-pedagógico. A tabela a seguir indica o número de alguns tipos de profissionais que vem a auxiliar nesse sentido por *campus*. Logicamente o *campus* sede possui o maior número desses profissionais em virtude do número de cursos e de alunos envolvidos.

Classificação	Cargo	Sede Maracanã	Maria da Graça	Nova Iguaçu	Petrópolis	Nova Friburgo	Itaguaí	Angra dos Reis	Valença
E	Pedagogo	9	1	2	2	2	1	2	2
E	Técnico em Assuntos Educacionais	27	2	3	2	2	4	2	1
E	Psicólogo	4	1	1	1	0	0	0	0
TOTAL		40	4	6	5	4	5	4	3

No segundo semestre de 2016, foram instituídas as Comissões de Acompanhamento Discente (CAD's) e aprovadas as normas de funcionamento. Orientando e acompanhando o aluno com baixo desempenho, a CAD é um instrumento importante que vem a contribuir de forma significativa na questão da permanência do aluno e na redução dos índices de evasão e retenção. Cada curso superior possui uma CAD, com as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar e orientar alunos que têm apresentado baixo desempenho acadêmico de tal forma a orientá-los para a finalização do curso;
- b) Assessorar o seu respectivo coordenador acerca de assuntos relativos à situação dos alunos em acompanhamento e orientação.

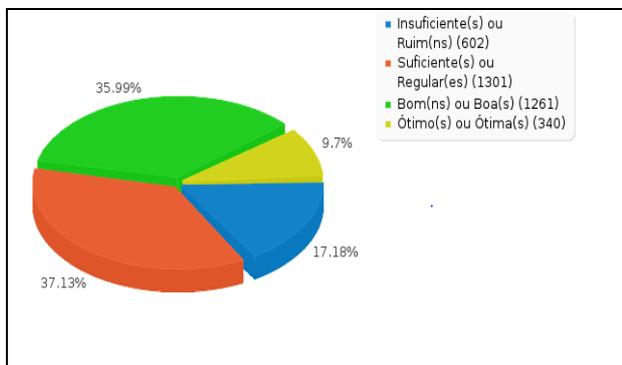
Há espaços de convivência que permitem a integração de todo público da Instituição. Para atender às atividades esportivas existem, em boas condições, quadras (coberta e descobertas) e piscinas, além de uma academia de ginástica na Unidade Sede. Nas bibliotecas, há espaços específicos para estudo individual. Para estudo em grupo, de forma geral, os alunos utilizam outras salas, fora do espaço interno da biblioteca. Na Unidade Sede, para atividades que envolvam o uso de computadores, são utilizadas as salas da Coordenadoria de Laboratório de Análise Numérica – Colan. Maiores detalhes referentes a esses espaços de convivência e outros podem ser encontrados na Dimensão 7, infraestrutura.

Com relação a essa dimensão, foram propostas algumas questões específicas aos alunos da Instituição, apresentadas a seguir. Tais questões apresentaram comportamentos de resposta muito semelhantes e, em virtude desse fato, será feita uma análise conjunta.

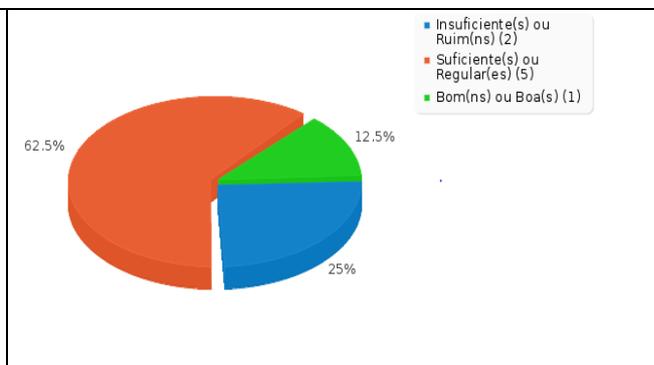
Questões específicas aos alunos:

☞ Em sua opinião, a política de assistência estudantil ocorre de maneira...

Alunos-Graduação

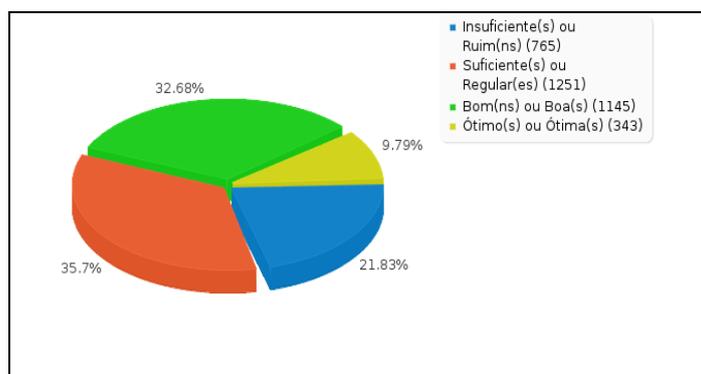


Alunos-Pós-graduação



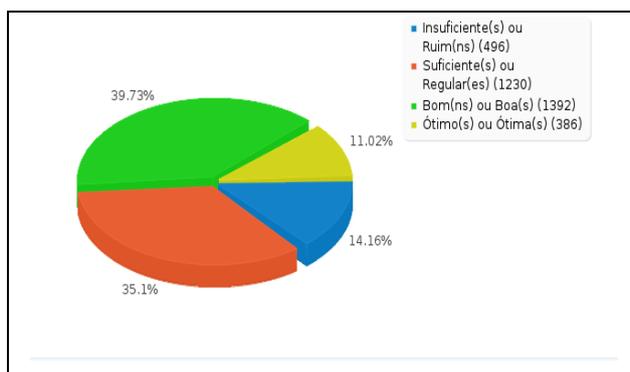
☞ O número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais pode ser considerado...

Alunos-Graduação

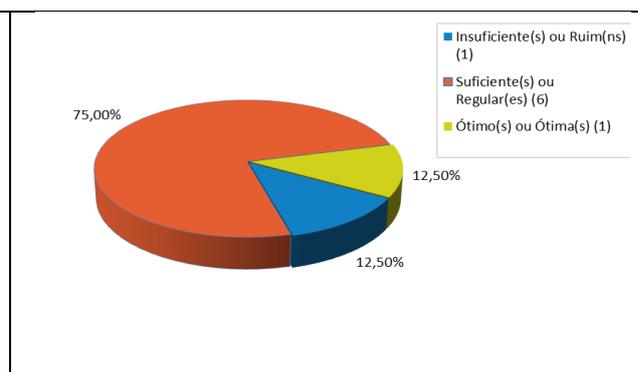


☞ O acesso aos regulamentos sobre os direitos e deveres dos estudantes pode ser avaliado como...

Alunos-Graduação



Alunos-Pós-graduação



Considerando os três quesitos avaliados, observa-se que a maior parte dos alunos de graduação, correspondente a 37,13% e 35,7%, optou pela escala “suficiente ou regular”, seguida de uma parcela correspondente a 35,99% e 32,68%, que optou pela escala “bom” para avaliar os quesitos política de assistência estudantil e número de bolsas oferecidas para os alunos com dificuldades sociais, respectivamente. Quanto ao acesso aos regulamentos sobre os direitos e deveres dos estudantes, grande parte dos discentes de graduação, o equivalente a 39,73%, avaliou tal item como bom. Os dois quesitos apreciados pelos alunos de pós-graduação, política de assistência estudantil e acesso aos regulamentos, obtiveram por grande parte dos respondentes uma avaliação suficiente, o correspondente a 62,5% e 75%, respectivamente. Cabe lembrar mais uma vez que o baixo número de respondentes desse último segmento, alunos da pós-graduação, não permite maiores conclusões a respeito, embora indique uma tendência.

Em 2013/2014, a maior parcela dos alunos de graduação respondentes avaliou os três quesitos como suficientes (43,01%, 39,62% e 39,28%, respectivamente). Os dois quesitos avaliados pelos alunos de pós-graduação, política de assistência estudantil e acesso aos regulamentos, obtiveram por grande parte dos respondentes uma avaliação boa (54,55%) e uma avaliação suficiente (36,36%), respectivamente. Com relação aos alunos da graduação, observa-se que em 2016 a avaliação foi mais positiva que a anterior em todos os quesitos.

a.2) Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil.

Conforme mencionado na Dimensão 2, as práticas pedagógicas e atividades acadêmicas buscam o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica, por meio de estudos, pesquisas e vivências em atividades, programas e eventos, como a iniciação científica (PIBIC), visitas técnicas, mobilidade estudantil (nacional e internacional) e a realização de disciplinas obrigatórias e optativas. Além disso, a Instituição incentiva seus alunos a interagir com outras culturas, como elemento agregador de valor em sua formação, através da participação nos programas Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos. Nesse contexto, cabe ressaltar que o CEFET/RJ participa do Programa Ciência sem Fronteiras, que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Tal programa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. Com relação ao envolvimento dos alunos em atividades de Extensão, maiores detalhes podem ser encontrados na Dimensão 2.

Ainda nesse aspecto, é importante mencionar que o CEFET/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança, de Portugal, firmaram um acordo de cooperação internacional que possibilita a obtenção de três diplomas em cinco anos. Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa receberão dois diplomas de nível superior, um da instituição brasileira e o outro da portuguesa, além do título de mestre expedido pelo Instituto

Politécnico. O intercâmbio iniciou em 2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ do *campus* Angra e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da Instituição de Bragança.

O acordo de cooperação prevê duas etapas de mobilidade internacional para a emissão de todos os diplomas aos estudantes brasileiros. O aluno deve cursar os quatro primeiros períodos letivos do bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ. A primeira mobilidade para o Instituto Politécnico deve ocorrer no quinto e no sexto períodos. Em seguida, o estudante deve retornar ao Centro Federal e permanecer na instituição até o fim do oitavo período. No nono e no décimo, ele deve realizar o segundo intercâmbio.

A tabela a seguir apresenta a relação de instituições de Ensino Superior em convênios com CEFET/RJ:

IES	PAÍS	ASSINATURA
MUAS – Munich University of Applied Sciences	Alemanha	1988
SMU – Saint Martin’s University	EUA	2012
CCSF – City College of San Francisco	EUA	2016
University of Wisconsin- Stout	EUA	2015
Alamo Colleges	EUA	2010
UNT – University of North Texas	EUA	2010
FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Portugal	2009
IPB – Instituto Politécnico de Bragança	Portugal	2011
IPP – Instituto Politécnico do Porto	Portugal	2013
IPC – Instituto Politécnico de Coimbra	Portugal	2011
IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Portugal	2011
IPT – Instituto Politécnico de Tomar	Portugal	2013
IPSantarém – Instituto Politécnico de Santarém	Portugal	2011
IPPortoAlegre – Instituto Politécnico de Porto Alegre	Portugal	2016
Universidade de Lisboa	Portugal	2013
Université de La Rochelle	França	2015
UTC – Université de Technologie de Copiégné	França	1994
Universidad de Jaén	Espanha	2011
Universidad de Valladolid	Espanha	2016
Università de Pisa	Itália	2015
Memorial University	Canadá	2015
College Laflèche	Canadá	2012
Centennial College	Canadá	2010
Confederation College	Canadá	2010
MacEwan University	Canadá	2010
Cegèp Trois-Rivières	Canadá	2011
Limerick Institute of Technology	Irlanda	2015
UTE – Universidad Tecnológica Equinoccial de Ecuador	Equador	2015
Universidad Nacional del Nordeste	Argentina	2007
Yangzhou University	China	2015

Além disso, a Ascri por meio da REARI-RJ (Rede de Assessoria de Relações Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro) realizou outros acordos com instituições internacionais em acordos conjuntos.

ACORDOS ASSINADOS EM REDE		
REARI-RJ – Rede de Assessoria de Relações Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro	AWISA - Association of Washington International Student Affairs (EUA)	2014
	BCCIE – British Columbia Council for International Education (Canadá)	2015
	UTRECHT Network (Europa)	2016

Em 2016, o CEFET/RJ concedeu um total de 110 bolsas para o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -Graduação), sendo 77 do própria Instituição e 33 do CNPq. Em 2015, foram um total de 106 bolsas para a graduação, sendo 73 da própria Instituição e 33 do CNPq. O ingresso no programa se dá mediante edital, sendo que a seleção, acompanhamento e avaliação dos programas são feitos por um Comitê Interno e Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento.

No final de 2016, foi publicado o Edital 2016 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ, com 110 bolsas para o ensino superior e 130 bolsas para o ensino médio/técnico. No final de 2015, o Edital publicado apresentava 90 bolsas para o ensino superior e 130 bolsas para o ensino médio/técnico.

Com relação as bolsas referentes a projetos de extensão, no final de 2016, foi publicado o Edital 2016 do Programa de Bolsas de Extensão do CEFET/RJ, que oferecia 140 bolsas para os estudantes do sistema CEFET/RJ. Em 2015, o Edital publicado também compreendia 140 bolsas de para os estudantes.

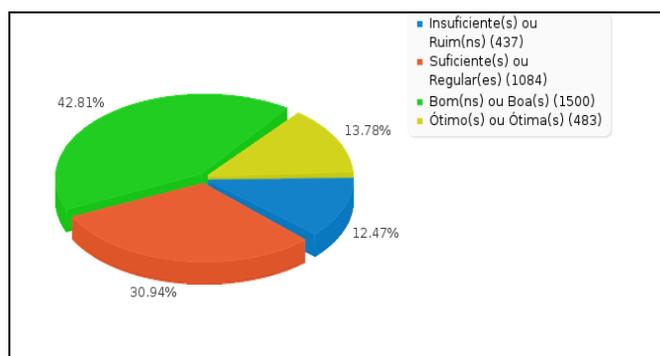
No que toca a avaliação institucional feita pelos alunos, a CPA, aplica anualmente um questionário no qual os alunos podem se manifestar avaliando a Instituição, seus cursos e seus professores. Tal questionário fica disponibilizado a partir do final do segundo período e uma vez respondido, as respostas são coletadas pelo DTINF e processadas. A CPA analisa os dados processados e apresenta os resultados à comunidade acadêmica.

Com relação a esse aspecto, foram propostas algumas questões específicas aos alunos da Instituição, apresentadas a seguir.

Questões específicas aos alunos:

☞ A política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica, extensão, pode ser considerada como...

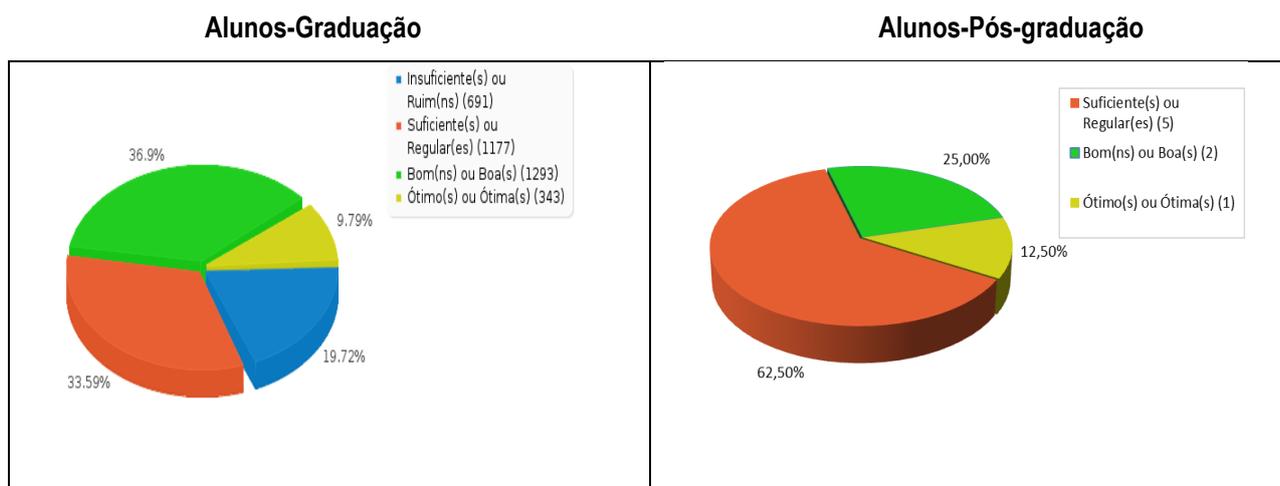
Alunos-Graduação



Considerando os estudantes de graduação, 42,81% indicaram que tal política pode ser considerada boa, seguidos de 30,94% que consideram suficiente, 13,78% que consideram ótima e 12,47%, insuficiente.

Em 2013/2014, dos alunos de graduação respondentes, 39,38% indicavam que estavam bastante satisfeitos com tal quesito, apontando o conceito bom, seguidos de 35,25% que consideravam a política de participação dos estudantes como suficiente, 14,37% que consideravam tal política como insuficiente e 11% como ótima.

➔ A política de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes ocorre de maneira...



Considerando os estudantes de graduação respondentes, 36,9% indicaram que tal política pode ser considerada boa, seguidos de 33,59% que consideram suficiente, 19,72% que consideram insuficiente e 9,79% ótima. Com relação aos estudantes de pós-graduação, a avaliação também foi positiva, 62,5% indicaram que tal política pode ser considerada suficiente, seguidos de 25% que a avaliaram como boa e 12,5% que a consideraram ótima.

Em 2013/2014, grande parte dos alunos de graduação (38,38%) indicou que tal quesito ocorria de forma suficiente ou regular. Na ocasião, a parcela de insatisfação correspondia a 22,61%. A avaliação da maioria dos alunos da pós-graduação, na época, indicou tal item como bom (54,55%). Já o índice de insatisfação na ocasião foi de 9,09% dos alunos de pós-graduação. Desta forma, pode-se observar que houve uma evolução nesse item, estando a comunidade mais satisfeita em 2016.

a.3) Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.

O DERAC (Departamento de Administração e Registros Acadêmicos) possui todos os registros relativos aos alunos, tais como dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno, entre outros. Tais dados são registrados por período em um simulador SIG, para cada curso da Instituição, conforme ilustração a seguir:

Quantidade de inscritos por:	Período
Vestibular/Exame de Seleção:	
Transferência:	
Portadores de Diploma:	
Convênios:	
Quantidade de Vagas Ofertadas por:	
Vestibular/Exame de Seleção:	
Transferência:	
Portadores de Diploma:	
Convênios:	
Quantidade de Ingressos por meio de:	
Vestibular/Exame de Seleção:	
Transferência:	
Portadores de Diploma:	
Convênios:	
Quantidade de Matrículas:	
Total:	
Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Integral:	
RESULTADO	
Por Regime de Matrícula:	
Concomitância Interna:	
Concomitância Externa:	
Quantidade de Concluintes:	
Total:	
Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Integral:	
RESULTADO	
Quantidade de Alunos que integralizaram a Carga Horária letiva do Curso:	
Total:	
Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Integral:	
RESULTADO	
Quantidade de Alunos que não concluíram a etapa:	
Matrículas Trancadas:	
Transferências Cedidas:	
Perdas ou Evasão:	
Matrículas Canceladas:	
Quantidade de Reprovados:	
Reprovados:	
Quantidade de Matrículas Reativadas:	
Matrículas Reativadas:	
Quantidade de Professores por Regime Trabalho:	
20 Horas:	
40 Horas:	
DE (Dedicação Exclusiva):	

Quantidade de Professores por Titulação:	
Pós-Doutorado:	
Doutorado:	
Mestrado:	
Especialização:	
Aperfeiçoamento:	
Graduação:	
RESULTADO	

De posse de tais dados, a Instituição pode analisar tendências e tomar decisões específicas para cada curso em virtude da análise processada.

A preocupação com a questão da permanência dos estudantes e redução dos índices de evasão e retenção levou a constituir uma comissão, instituída pela Portaria 1.295 em 03 de setembro de 2015, objetivando propor um Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ. Tal documento foi finalizado no final de 2016 e será apreciado no primeiro semestre de 2017 pelos conselhos pertinentes. Este estudo considera as taxas de evasão, retenção e de conclusão de cada curso do sistema CEFET/RJ, a partir dos dados do SISTEC.

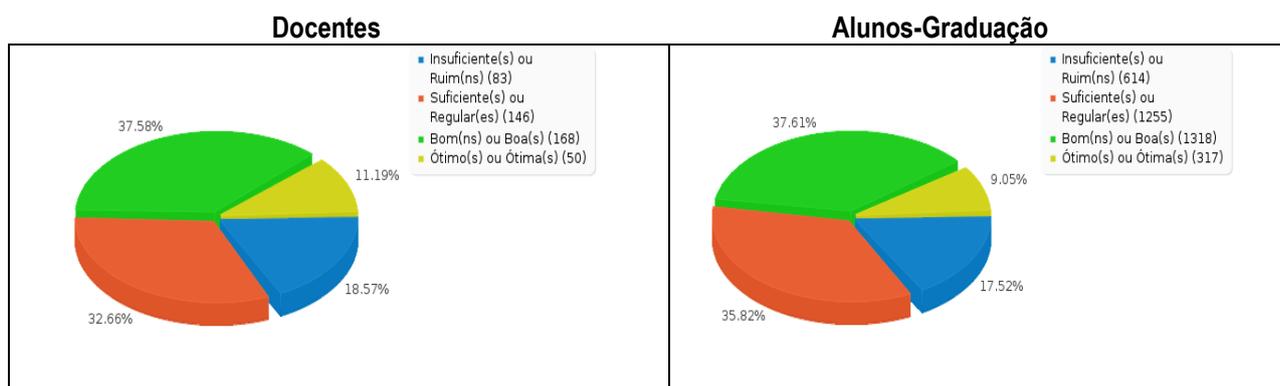
a.4) Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

Após a conclusão do estágio, os egressos são registrados na Divisão de Estágio e Emprego (DIEMP) através de formulário específico. De posse desses dados, a Instituição estabelece um vínculo com o egresso. Nesse momento, está em desenvolvimento um sistema informatizado elaborado pela Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), juntamente com a Diretoria de Extensão (DIREX), com o objetivo de estreitar o vínculo e reconhecer no mercado a inserção dos alunos da Instituição. O plano compreenderá a administração de banco de dados, o acompanhamento das empresas empregadoras dos egressos e a realização de um encontro anual.

Com relação a esse aspecto, foi proposta uma questão comum para professores e alunos, apresentada a seguir.

Questão comum aos docentes e alunos:

☞ As ações da Instituição no sentido de acompanhar a inclusão dos estudantes que se formam no CEFET/RJ no mercado de trabalho podem ser avaliadas como.... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



De forma geral a comunidade se encontra satisfeita com este quesito. Tanto os professores quanto os alunos avaliaram tal quesito de forma boa em sua grande parte, correspondente a 37,58% dos professores e 37,61% dos alunos.

Na avaliação realizada em 2013/2014, professores e alunos avaliaram tal quesito como suficiente, o equivalente a 37,46% dos docentes e 37,65% dos discentes.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

O fato da Divisão de Integração Empresarial (DIEMP) possuir cerca de duas mil e quinhentas empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, programas de trainee e também empregos para estudantes de todos os níveis de ensino e egressos do CEFET/RJ se destaca como uma potencialidade da Instituição. Cabe citar também a FEIRA DE ESTÁGIO E EMPREGO, em virtude do alcance social que tal evento proporciona aos estudantes.

Deve-se citar ainda o incentivo da Instituição com relação à interação com outras culturas, através de programas tais como Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos. Convém ressaltar que o CEFET/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança, de Portugal, firmaram um acordo de cooperação internacional que possibilita a obtenção de três diplomas em cinco anos. Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa recebem dois diplomas de nível superior, um da instituição brasileira e o outro da portuguesa, além do título de mestre expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio teve início em 2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ, *campus* Angra, e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da instituição de Bragança.

b.2) Fragilidades

Na pesquisa realizada com o questionário, o maior índice de insatisfação apresentado pelos alunos de graduação, no caso 21,83%, foi com relação ao número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais. No entanto, deve-se considerar que a maioria desses alunos avaliou tal quesito como suficiente (35,7%), bom (32,68%) ou ótimo (9,79%).

Com relação aos alunos de pós-graduação, o maior índice de insatisfação, no caso 25%, foi com relação a política de assistência estudantil. No entanto, considerando o baixo número de respondentes desse segmento e que a grande maioria avaliou o quesito como suficiente (62,5%), fica apenas o registro desse fato.

c) Ações com base na análise

Apesar do número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais estar diretamente ligado ao orçamento anual recebido, deve-se estudar alternativas para o aumento dessas.

3.4 – Eixo 4: Políticas de Gestão

3.4.1 – Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.

Tanto para os docentes como para os técnico-administrativos os planos de carreira se encontram regulamentados. As leis que regulamenta ambas as carreiras tiveram seus procedimentos e critérios públicos por meio de publicações disponibilizadas no sítio da Instituição.

No que se refere especificamente aos funcionários técnico-administrativos, a publicação em questão chama-se PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO. Nela, a respeito de seu objetivo central, está escrito:

Sua estrutura aborda o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação como um instrumento para a gestão de pessoas que atuam em cargos e atividades técnico-administrativas no CEFET/RJ. Focaliza a concepção, os princípios e as diretrizes que fundamentam o Plano de Carreira, bem como as propostas e linhas de ação para o Dimensionamento de Necessidades Institucionais de Pessoal, o Programa de Capacitação e o Programa de Avaliação de Desempenho.⁶

Nesse plano se encontram, de maneira clara e definida, todas as ações que a Instituição prioriza a fim de fazer com que a carreira dos funcionários técnico-administrativos se processe livre de quaisquer possibilidades de dúvidas ou pontos pouco esclarecidos. Tal publicação se deu em cumprimento às exigências dos “Programas definidos pela Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e pelo Decreto nº. 5.825, de 29 de junho de 2006”.⁷

Nessa medida, fica claro que a Instituição está afinada com as propostas do governo federal na medida em que prima pela implantação do plano de carreira livre de equívocos. O plano da Instituição ainda afirma que:

A implantação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, ampliou as possibilidades de desenvolvimento profissional dos servidores integrantes do plano, e, por conseguinte, a sua inserção no desenvolvimento organizacional.⁸

⁶CEFET/RJ. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO, p. 4. Disponível no endereço http://portal.cefet-rj.br/files/rh/capacitacao/plano_pcetae.pdf. Acessado em 31/01/2014.

⁷Idem, p. 4.

⁸Idem, p. 6.

O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação estabelecido pela Lei nº 11.091/2005 é dividido em cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E. Esses níveis são conjuntos de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições. O quadro de pessoal da instituição conta atualmente com as classes C, D e E, cada uma dessas classes divide-se ainda em quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV).

O ingresso nos cargos técnico-administrativos ocorrerá no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação por concurso público de provas, sendo observada rigorosamente a escolaridade exigida para cada nível de classificação, conforme estabelecido em lei. O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á pela mudança de nível de capacitação (Progressão por Capacitação) ou padrão de vencimento (Progressão por Mérito Profissional), conforme estabelecido em lei.

Em relação à titulação, a Instituição conta com um corpo de técnico-administrativos bem qualificado, com 69% de seus servidores com ensino superior e 46% com titulação de pós-graduação, distribuídos entre especialização, mestrado e doutorado.

Percebe-se que a Instituição manteve a preocupação de seguir as propostas e orientações promovidas pelo governo federal, cumprindo as exigências e metas estabelecidas para a regularização do plano de carreira para os funcionários técnico-administrativos.

Para a carreira de docentes, existem duas carreiras na Instituição, conforme divulgado no Portal⁹: a carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e a carreira de Professor do Magistério Superior. A Lei nº 12.772/2012, modificada pela Lei nº 12.863/2013 estabeleceu o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal composto por:

ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO		MAGISTÉRIO SUPERIOR		
CLASSE	NÍVEL	CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
D-I	1	A	Adjunto A Assistente A Auxiliar	1
	2			2
D-II	1	B	Assistente	1
	2			2
D-III	1	C	Adjunto	1
	2			2
	3			3
	4			4
D-IV	1	D	Associado	1
	2			2
	3			3
	4			4
Titular	1	E	Titular	ÚNICO

Fonte: CPPD, dez/2014.

⁹ <https://sites.google.com/site/cppdcefetrj/estrutura-da-carreira>

A tabela a seguir apresenta a Correlação da estrutura anterior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e a estrutura atual:

ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO						MAGISTÉRIO SUPERIOR						
SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CLASSE	CARREIRA	CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CLASSE	DENOMINAÇÃO	CARREIRA
Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Lei nº 11.784 de 2008)	D-I	1	1	D-I	Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal	Carreira de Magistério Superior do PUCRCE (Lei nº 7.596 de 1987)	Auxiliar	1	1	A	Adjunto A Assistente A Auxiliar	Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
		2	2									
		3	2									
		4	2									
	D-II	1	1	D-II			Assistente	1	1	B	Assistente	
		2	2									
		3	2									
		4	2									
	D-III	1	1	D-III			Adjunto	1	1	C	Adjunto	
		2	2									
		3	3									
		4	4									
	D-IV	S	1	D-IV		Associado	1	1	D	Associado		
		1	2									
		2	3									
		3	4									
	-	-	1	Titular		Titular	1	1	E	Titular		

Fonte: CPPD, dez/2014.

Recentemente foi sancionada pelo Governo Federal a Lei nº 13325/2016 que altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação. A Lei traz as Tabelas salariais para o período de 2016 a 2019.

No que se refere aos critérios de progressão, em 2010, uma comissão formada por diversos docentes se encarregou de estabelecer critérios por mérito, através de uma tabela de pontos que no final de 2010 entrou em vigor para a progressão de todos os docentes da Instituição. Os critérios atuais são utilizados não apenas para a progressão funcional dos docentes, mas também para aprovação em estágio probatório. O "Regulamento da Avaliação de Desempenho para fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos docentes do CEFET/RJ", denominado RAD, foi aprovado no CEPE (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão) em 18/03/2010 e no CODIR (Conselho Diretor) em 01/10/2010.

Em 2013, o MEC publicou a Portaria 554, de 20/06/2013, que estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Em 2014, o CEFET/RJ aprovou alterações na planilha RAD, por meio da Resolução Nº 09, de 21/03/2014, do CODIR. Em 2016, o regulamento foi atualizado novamente.

Os professores pertencentes à carreira EBTT do Magistério Federal da ativa podem solicitar o RSC, Reconhecimento de Saberes e Competências definido pela Lei 12.772/2012, que estabelece a equivalência de titulação exclusivamente para a concessão da RT. A Portaria Nº 1.094, de 07/11/2013, aprova o Regulamento do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC. A Portaria Nº 34, de 28/08/2014, aprova a Resolução nº 11/2014 do CEFET/RJ, que regulamenta a avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do RSC, no âmbito do CEFET/RJ (CODIR).

As tabelas a seguir apresentam o quantitativo global de docentes por titulação, em dezembro de 2015 e de 2016, considerando a Instituição como um todo, com todas as suas Unidades.

Docentes por titulação em 2015		
Titulação	Carreira	
	Total = Mag. Superior + Mag. EBTB	
	Nº	%
Doutorado	279	33
Mestrado	458	53
Especialização/Aperfeiçoamento	82	10
Graduação	38	4
Total	857	100

Fonte: DRH/DIRAP, dez/2015.

Docentes por titulação em 2016		
Titulação	Carreira	
	Total = Mag. Superior + Mag. EBTB	
	Nº	%
Doutorado	309	35
Mestrado	472	53
Especialização/Aperfeiçoamento	78	9
Graduação	31	3
Total	890	100

Fonte: DRH/DIRAP, dez/2016.

a.2) Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.

Conforme consta no PDI, o governo federal, por meio do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, que vem sendo implementada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por meio da Secretaria de Gestão Pública (SEGEP), nos órgãos que compõem o SIPEC devendo ser, portanto, um dos eixos orientadores do trabalho de capacitação a ser implementado. Tem por objetivos melhorar a efetividade e a qualidade dos serviços prestados e promover o desenvolvimento permanente dos servidores técnico-administrativos, possibilitando sua formação continuada, de forma a superar os desafios impostos e atender aos novos perfis profissionais demandados pelo setor público.

Além dessas referências importantes, consideramos ainda os pressupostos estabelecidos na legislação específica para a elaboração de planos de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE), Lei nº 11.091/2005, bem como a Portaria nº 27/2014 do Ministério da Educação (MEC).

A Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP) do Departamento de Recursos Humanos é responsável pela política de desenvolvimento de pessoal que está pautada na natureza dinâmica do fazer da instituição, no desenvolvimento permanente do quadro de pessoal, na garantia da qualidade dos processos de trabalho e, também, na participação dos servidores.

A Qualificação e Capacitação dos servidores técnico-administrativos e gestores do CEFET/RJ ocorrem por meio de ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E), coordenadas pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP). Esta divisão possui a responsabilidade de promover ações de capacitação para os servidores técnico-administrativos em educação (TAE's), entretanto, os servidores docentes que ocupam cargos de gestão também podem participar das ações coordenadas pela DICAP, uma vez que, ao assumirem funções administrativas influenciam nas atividades laborais dos servidores do quadro técnico desta instituição. Servidores docentes sem cargos de gestão apenas participam nos casos em que existam vagas remanescentes.

As ações de capacitação custeadas pelo CEFET/RJ podem ser viabilizadas de duas maneiras: solicitadas pelo próprio servidor – através de abertura de processo – ou ofertadas no Plano Anual de Capacitação de Servidores Técnico-Administrativos em Educação (PAC/TAE). Já as ações de Qualificação custeadas pelo CEFET/RJ, atualmente, são oriundas apenas do PAC/TAE. A DICAP é responsável pela consolidação dos dados de Capacitação e Qualificação destes servidores e confecção do PAC/TAE. O PAC/TAE de 2016 foi estruturado a partir de dados extraídos do Levantamento das Necessidades de Capacitação (LNC) realizado em 2015.

O plano de capacitação elaborado pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP/DRH/ DIRAP) para o período de 2016 é composto de subprogramas que incluem palestras, cursos presenciais e/ou à distância, e foi planejado principalmente a partir dos dados coletados junto às Unidades/Departamentos do CEFET/RJ e de contribuições relevantes advindas de sugestões dos servidores, representando um quadro geral de demandas e necessidades de capacitação, às quais o plano de capacitação 2016 procurou atender. Desta forma, O PAC/TAE ilustrado a seguir, se configura em valioso instrumento de desenvolvimento dos servidores, dos grupos de trabalho e consequentemente da organização.



Com relação a qualificação oferecida para os servidores técnico-administrativos, tem-se:

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO - PAC 2016						
CURSO	VAGAS PREVISTAS	SERVIDORES CAPACITADOS	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	CARGA HORÁRIA	VALOR (R\$)	
CURSOS EAD	Cursos EaD - Linha de Desenvolvimento: Específica					
	Curso Práticas de Almozarife	10	9	Portal Educação	60 horas	1.706,42
	Curso Conselho de Classe	15	9	Portal Educação	30 horas	900,85
	Curso Secretaria Escolar	20	10	Portal Educação	60 horas	3.075,86
	Curso Supervisão e Orientação Educacional	15	14	Portal Educação	60 horas	2.911,49
	Cursos EaD - Linha de Desenvolvimento: Geral					
	Curso Noções da Reforma Ortográfica	15	16	Portal Educação	30 horas	1.443,90
	Curso Educação Inclusiva	10	10	Portal Educação	80 horas	2.505,26
	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO NA MODALIDADE PRESENCIAL	Cursos Presenciais - Linha de Desenvolvimento: Gestão				
Workshop "Chefe, Gestor, Líder e Facilitador: Diferentes papéis na Gestão com Pessoas".		24	21	CEFET/RJ	21 horas	1.615,30
Curso Gestão de Processos e Ferramentas para Liderança		30	21	ESAF	21 horas	14.789,80
Cursos Presenciais - Linha de Desenvolvimento: Inter-relação entre ambientes						
Palestra "Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico-administrativos – Formato online e Atualização das Normas"		LIVRE	134	CEFET/RJ	3 horas	Sem custos
Oficina "Acompanhamento e Desenvolvimento: A Avaliação de Desempenho como um espaço de Feedback"		160	63	CEFET/RJ	6 horas	Sem custos
Curso Gestão de Projetos no Serviço Público		30	25	ESAF	21 horas	14.789,80
Cursos Presenciais - Linha de Desenvolvimento: Específica						
Curso de Compras Sustentáveis na Administração Pública		30	25	Projeto Compartilhando Ideias	21 horas	Sem custos
Curso de Gestão e Fiscalização dos Contratos de Terceirização de Serviços		30	21	ESAF	28 horas	18.947,39
Curso Sistemas de Registro de Preços		25	18	ESAF	21 horas	12.280,08
Encontro para atualização do Plano de Trabalho dos Servidores que atuam com Assistência aos alunos		25	15	CEFET/RJ	6 horas	Sem custos
Encontro dos servidores que atuam na área de Patrimônio do CEFET/RJ		25	20	CEFET/RJ	6 horas	Sem custos
Aperfeiçoamento em serviço: Trabalho integrado: Equipe Pedagógica e Setor de Assistente de Alunos		25	Evento não realizado	CEFET/RJ	-	Sem custos
Palestra "Novos Procedimentos para Solicitação de Compras Públicas no CEFET/RJ"		30	Evento não realizado	CEFET/RJ	-	Sem custos

***Observação:** Apesar de previstas no PAC/2016, as duas últimas ações de capacitação supracitadas, ambas inseridas na Linha de Desenvolvimento Específica e sem custos para Instituição, foram inviabilizadas por questões de indisponibilidade de agenda por parte dos facilitadores.

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Em 2016, a manutenção do convênio entre o CEFET/RJ e a UFF- Universidade Federal Fluminense para a execução do Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão – Linha Qualidade Total, foi a ação da DIRAP/DRH/DICAP relacionadas à qualificação dos servidores. A parceria ocorre desde 2011, sendo a primeira turma realizada no biênio agosto de 2011/agosto de 2013 e a segunda turma (em curso) no biênio agosto de 2014/agosto de 2016. A segunda turma oferta 32 vagas e está em andamento.

O órgão colegiado com competência para assessorar o CODIR na formulação e no acompanhamento da execução da Política de Pessoal Docente do CEFET/RJ é a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), cujos membros são eleitos por seus pares, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.772/2012 e a Lei nº 12.863/2013.

Vinculada à Direção-Geral, a CPPD é constituída por um Comitê Central, sediado no *campus* Maracanã, e por Núcleos Permanentes de Pessoal Docente (NPPDs) localizados nos demais *campi* (Resolução nº 24/2013). O Comitê Central é formado por três representantes da Carreira de Magistério Superior (MS) e três do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Já os NPPDs são compostos por apenas um representante de cada carreira (MS e EBTT), quando existir mais de uma.

Constituem atribuições da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), estabelecidas na Lei nº 12.772/2012 (art. 26, §1º):

- o dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades;
- a contratação e admissão de professores efetivos e substitutos;
- a alteração do regime de trabalho docente;
- a avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;
- a solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado;
- a liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.

No que se refere ao programa de qualificação docente, a Instituição disponibiliza no Portal publicação oficial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, denominada: Orientações para a Elaboração do Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes - PLANFOR. Tal plano se define, logo em seu início, como:

O Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes – Planfor – consiste em um documento no qual a Instituição solicitante estabelece os princípios, objetivos e metas relacionados ao plano de formação de quadros docentes definido no âmbito do Programa Prodoutoral. No Planfor, devem ser descritas também as estratégias e ações para atingir os propósitos estabelecidos, além das formas de avaliação e de acompanhamento das ações, considerando um período de abrangência de cinco anos.¹⁰

Na busca para a consolidação como Instituição que prioriza a base triádica de ensino, pesquisa e extensão, o CEFET/RJ procura o incentivo de transformação dos seus quadros docentes visando a qualificação dos mesmos. O

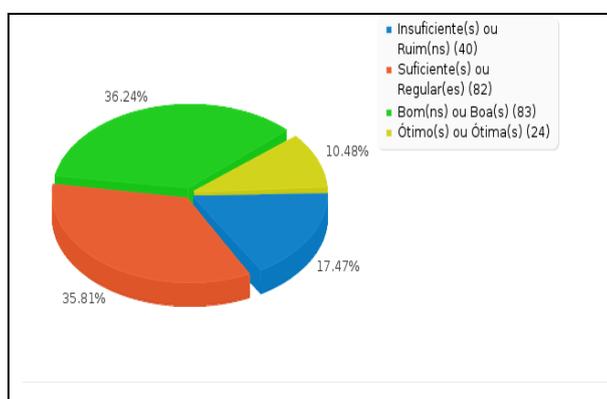
¹⁰CAPES, p.1. Disponível em <http://portal.cefet-rj.br/files/rh/capacitacao/docentes/planfor.pdf>. Acessado em 31/01/2015.

CEFET/RJ aprovou, na 6ª Sessão Ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), o Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes do CEFET/RJ para o período 2014-2018 (PLANFOR¹¹).

A comissão própria de avaliação aplicou um questionário abrangendo pontos orientados pelo SINAES, para uma melhor análise no que se refere ao conhecimento das ações da Instituição para a qualificação e melhoria da qualidade de vida dos seus funcionários. No que se relaciona aos aspectos de capacitação e incentivo à capacitação dos funcionários técnico-administrativos, foram aplicadas as seguintes perguntas, apresentadas abaixo juntamente com os resultados obtidos.

Questões específicas aos técnico-administrativos

➔ A Instituição promove/incentiva a capacitação dos técnico-administrativos. Isso acontece de maneira...



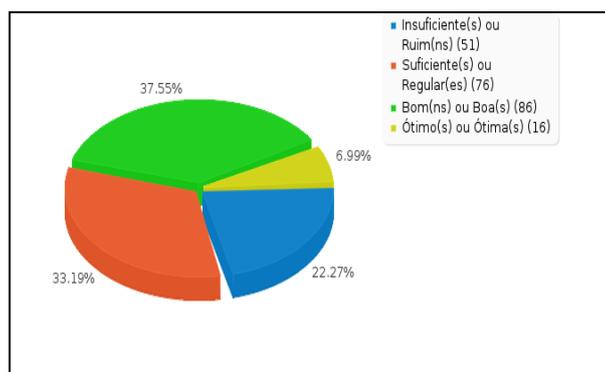
Grande parte dos técnico-administrativos, 36,24%, considerou que tal quesito ocorre de forma boa; outra parcela o considerou suficiente, 35,81%. Outros 17,47% avaliaram-no como insuficiente e 10,48% julgaram-no ótimo.

Em 2013/2014, os resultados indicaram que grande parte dos respondentes avaliou tal quesito como insuficiente, correspondendo a 44,44%, logo em seguida, uma parcela ficou igualmente dividida entre as escalas boa e suficiente, equivalente a 22,22% cada. Outros 11,11% avaliaram o item como ótimo. Essa evolução bastante significativa mostra que em 2016 esse segmento se encontra mais satisfeito com as capacitações oferecidas.

¹¹Disponível em http://dippg.cefet-rj.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1357&Itemid=23. Acessado em 31/01/2015.



Como você avalia a política de aperfeiçoamento para a carreira dos técnico-administrativos da Instituição?

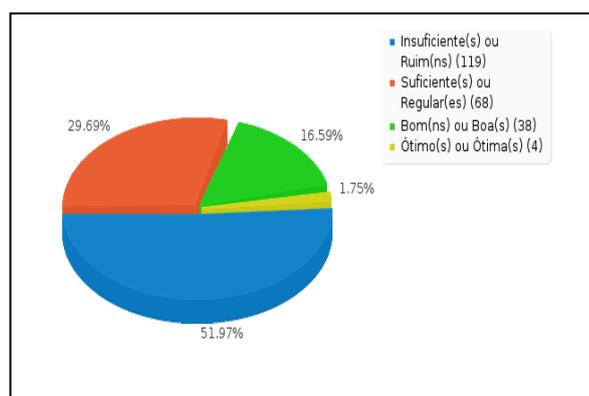


Ao avaliarem de maneira específica a efetividade das políticas promovidas para o quadro de funcionários técnico-administrativos, 37,55% dos respondentes consideraram a política de aperfeiçoamento boa; 33,19% avaliaram como suficiente; já 22,27% indicaram-na insuficiente e, finalmente, 6,99% julgaram-na ótima.

Na avaliação realizada em 2013/2014, 44,44% dos técnico-administrativos consideraram tal política insuficiente; 22,22% avaliaram-na como suficiente e boa; e, finalmente, 11,11% julgaram-na ótima. Isso mostra que houve uma evolução também com relação a esse item e que em 2016 esse segmento se encontra mais satisfeito com a política de aperfeiçoamento para a respectiva carreira.



Como você avalia os cursos de extensão disponíveis para os servidores da Instituição nas áreas artísticas, esportivas e culturais?



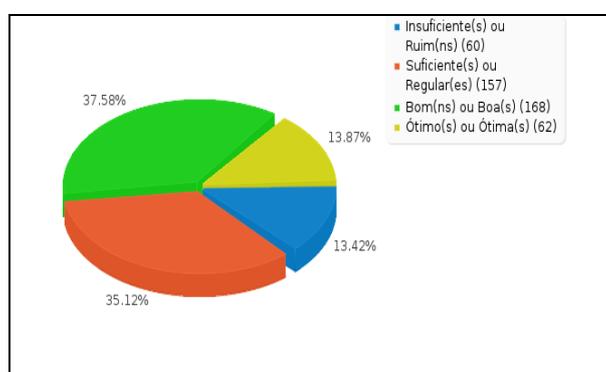
No que se refere aos cursos de extensão oferecidos aos funcionários, a maioria dos técnico-administrativos mostrou-se insatisfeita: 51,97% consideraram tais cursos insuficientes ou ruins; 29,69% avaliaram-nos como suficientes. O restante considerou tais cursos bons, 16,59%, e ótimos, 1,75%. Essa avaliação, com a maioria insatisfeita, merece ser melhor investigada.

Em 2013/2014, os técnico-administrativos também demonstraram uma grande insatisfação quanto a esse quesito. Na época, a maioria que avaliou tal quesito como insuficiente correspondia a 88,89% dos respondentes. Isso mostra que houve uma evolução positiva referente a esse quesito, apesar de ainda ser um item preocupante.

Quanto à questão específica do papel da Instituição nas práticas e políticas de aperfeiçoamento e/ou cursos de extensão, foi proposta a seguinte questão:

Questão específica aos docentes

➡ Como você avalia a política de capacitação continuada da Instituição, no âmbito didático pedagógico, para o aperfeiçoamento do seu trabalho?



A respeito da capacitação continuada no âmbito didático e pedagógico as respostas se deram da seguinte forma: 37,58% apontaram tal política como boa, perfazendo um total de 168 docentes; 35,12% avaliaram essa política como suficiente ou regular, perfazendo um total de 157 professores; 13,87% apontaram a atuação da Instituição nesta área como ótima, em um total de 62 docentes e 13,42% julgaram essa ação da Instituição como insuficiente, num total de 60 respondentes. Apesar de grande parcela de respondentes avaliar o quesito como bom e suficiente, percebe-se um significativo número de insatisfação, o que aponta para a Instituição - pelo menos em um aspecto quantitativo – a necessidade de maior promoção de ações que busquem este tipo de aprimoramento por parte dos docentes constantes de seus quadros.

Na avaliação realizada em 2013/2014, a maior parcela de professores respondentes, na época 36,12%, avaliou o respectivo quesito como suficiente ou regular, seguida de uma parcela muito próxima que avaliou como bom, o correspondente a 35,79%. Já o índice de insatisfação, na época, foi de 19,73%, o equivalente a 59 respondentes. Cabe destacar que esse quantitativo de insatisfeitos não foi muito diferente do retratado na avaliação de 2016, que apresentou 60 docentes respondentes insatisfeitos. No entanto, a porcentagem de insatisfeitos diminuiu de 19,73% para 13,42%, o que indica uma evolução positiva, apesar do item merecer atenção.

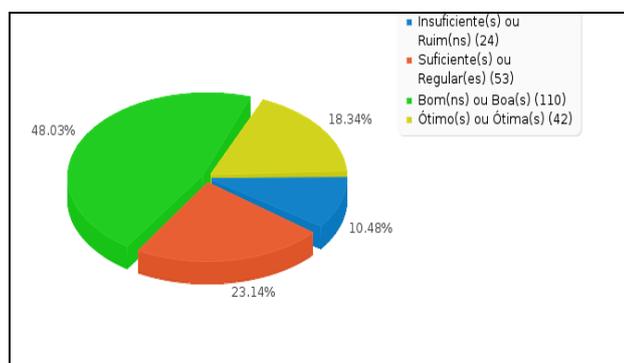
a.3) Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

Atualmente há uma tendência das instituições se empenharem na busca por um instrumento que meça, com relativo grau de precisão, o que é chamado de “clima institucional”. Assim, existem no mercado diversas empresas que se especializaram em implementar ações específicas com tal finalidade, agindo de modo a medir os níveis de satisfação e as possibilidades de maior aproveitamento do potencial de trabalho de seus funcionários. As buscas por resultados ocorrem de modo mais evidente em organizações privadas que objetivam crescimento por relações comerciais. Como tais ações acontecem a nível mundial, esta passou a ser uma preocupação também das instituições educacionais públicas, que buscam, por determinações governamentais, otimizar suas ações visando o aumento considerável de seus rendimentos, entendendo-se estes como a realização final de sua missão institucional.

A partir de uma não especialização em pesquisas de clima, a comissão procurou estabelecer uma representação do panorama climático da Instituição no empreendimento de algumas questões aos funcionários. Assim, para avaliar a questão do ambiente e do potencial de trabalho aproveitado pela Instituição com relação ao seu efetivo de pessoal e suas possibilidades colaborativas foram propostas duas questões, cujos resultados se encontram explicitados nos gráficos a seguir.

Questões específicas aos técnico-administrativos

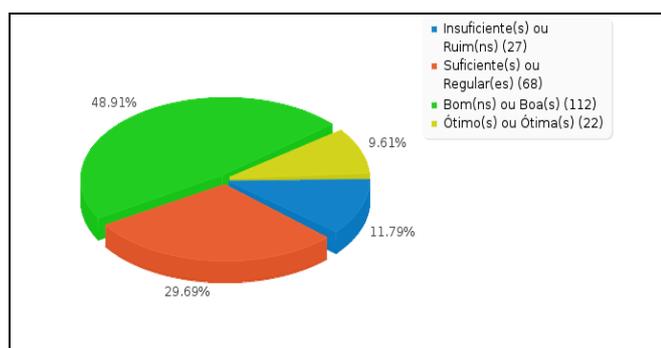
➡ O aproveitamento do seu potencial de trabalho no seu setor pode ser avaliado como...



Em relação a este questionamento, pode-se perceber um maior comprometimento com a possibilidade de revelar um panorama condizente com a realidade, posto que se parte do pressuposto que a proximidade do julgamento das próprias capacidades de contribuição ao bom funcionamento da Instituição não carece do questionamento do conhecimento ou não por parte dos respondentes. Nesse aspecto, as respostas se mostram a seguir: 48,03% dos respondentes consideraram bom o aproveitamento do seu potencial de trabalho; 23,14% julgaram tal aproveitamento suficiente; 18,34% analisaram-no ótimo e, finalizando, 10,48% avaliaram como insuficiente ou ruim o aproveitamento do seu potencial em sua colaboração trabalhista.

Em 2013/2014, a avaliação indicou a maioria dos respondentes considerando suficiente o aproveitamento do seu potencial de trabalho, o equivalente a 66,67% dos respondentes. Na ocasião, o índice de insatisfação foi de 11,11% dos técnico-administrativos respondentes. Isso mostra que houve uma evolução muito positiva referente a esse item, considerando os resultados de 2016.

➡ Os instrumentos de avaliação do seu trabalho para o bom funcionamento da Instituição podem ser considerados...



A respeito dos instrumentos de avaliação do trabalho dos técnico-administrativos empreendidos pela Instituição - seja pela chefia imediata, seja pelos órgãos competentes da Instituição para essa finalidade - de um modo geral, as respostas se deram do seguinte modo: 48,91% dos respondentes consideraram tal avaliação boa; 29,69% avaliaram-na suficiente; 11,79% julgaram-na insuficiente e, finalmente, 9,61% consideraram ótima a avaliação do seu trabalho.

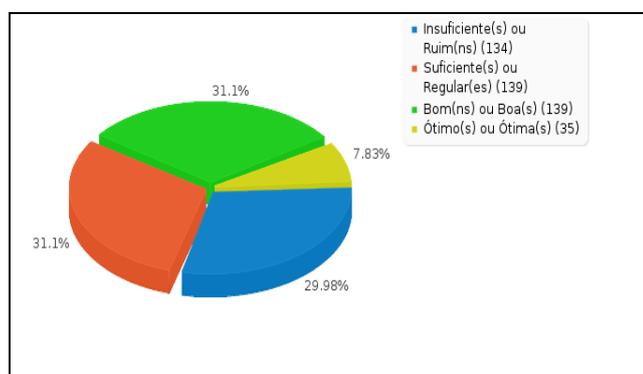
Na avaliação realizada em 2013/2014, grande parte dos técnico-administrativos respondentes, o equivalente a 44,44%, também avaliou como bom tal quesito. Já o índice de insatisfação foi de 22,22% dos respondentes. Considerando os resultados de 2016, pode-se observar que a comunidade se encontra mais satisfeita com tal quesito atualmente.

As respostas colhidas geram subsídios para a Instituição repensar suas atuações nas áreas pesquisadas, considerando o quantitativo total de técnico-administrativos participantes da pesquisa.

A respeito da prática da pesquisa por parte dos docentes nas suas respectivas áreas de atuação, os resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa podem ser observados no próximo gráfico.

Questões específicas aos docentes

☞ Na sua área de atuação, o CEFET/RJ estimula e oferece os recursos necessários para a prática de pesquisa de forma...



Nesse aspecto, os resultados obtidos foram: 31,1% avaliaram como bom e suficiente os estímulos à pesquisa, o correspondente a 139 respondentes para cada parcela, perfazendo um total de 278 professores respondentes; 29,98% responderam que a atuação da Instituição nesse quesito é insuficiente ou ruim, em um total de 134 docentes; e, por fim, 7,83% apontaram esse quesito como ótimo, em um total de 35 respondentes.

Na avaliação realizada em 2013/2014, 32,78% dos professores, o equivalente a 98 respondentes, apontaram tal quesito como suficiente, seguidos de 31,44%, o correspondente a 94 respondentes, que o consideraram bom, 29,77%, o equivalente a 89 docentes, que julgaram como insuficiente e 6,02%, o correspondente a 18 professores, que consideraram ótimo. Em 2016, os índices foram, portanto, bem semelhantes.

Os docentes responderam de maneira bem equilibrada a questão referente às condições de pesquisa oferecidas pela Instituição. Embora uma parte considerável de respondentes, o equivalente a 29,98%, as tenha avaliado como insuficientes ou ruins, essa parcela não se mostra como maioria esmagadora e pode-se observar também que o restante da comunidade que avaliou tais condições como suficientes, boas ou ótimas corresponde a um total de 70,03%. De qualquer forma, este instrumento pode ser um bom termômetro para medir o clima institucional, na medida em que 134 docentes se encontram insatisfeitos, o que em uma Instituição do tamanho do CEFET/RJ mostra-se um dado revelador e indica a necessidade de futuras ações para dirimir as lacunas em tal questão.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Existência de um plano de progressão funcional, reformulado em 2014 e agora recentemente, mais abrangente que o proposto em 2010, com critérios claros e bem definidos de progressão.

Cabe mencionar que os maiores índices de satisfação observados com a aplicação do questionário, nesta dimensão, se referem à satisfação dos técnico-administrativos com relação ao aproveitamento de seu potencial e aos instrumentos de avaliação de seu trabalho para o bom funcionamento da Instituição. Com relação ao aproveitamento do potencial de trabalho, 48,03% consideraram tal quesito como bom. Em se tratando dos instrumentos de avaliação, 48,91% indicaram tal quesito como bom.

b.2) Fragilidades

Com relação à progressão funcional, considerada já nos novos moldes, alguns critérios para pontuar ainda merecem atenção, como a orientação em projeto final que merece ser melhor pontuada.

O alto índice de insatisfação demonstrado pelos técnico-administrativos com relação aos cursos de extensão disponíveis nas áreas artísticas, esportivas e culturais pode apontar para uma insuficiência ou desconhecimento nesta área, que precisa ser pesquisado.

c) Ações com base na análise

Desenvolvimento de atividades junto aos técnico-administrativos que mostrem a importância da avaliação interna e da participação de toda a comunidade neste processo fundamental para a melhoria da qualidade. Esta sensibilização deve ser feita com o apoio da direção e sua importância deve ser mencionada em reuniões de colegiados, comissões, etc. Muito já se avançou nesse sentido, mas é um segmento que ainda requer intensificar o processo de sensibilização. Desta forma, a cultura da avaliação estará sendo difundida, com a participação de todos.

Divulgar de forma mais intensa os cursos de extensão disponíveis nas áreas artísticas, esportivas e culturais e avaliar se o número de cursos oferecidos na área está adequado às necessidades da comunidade.

3.4.2 – Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.

a.2) Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.

a.3) Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.

a.4) Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.

a.5) Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).

a.6) Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis).

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI é o principal instrumento de planejamento e gestão da instituição, elaborado para um período de cinco anos, e construído com ampla participação de servidores e estudantes. O PDI considera a identidade da Instituição, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, bem como à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e ou pretende desenvolver.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 mantém a **Missão** Institucional do plano anterior: Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.

Orientados pela legislação vigente, constituem **finalidades prioritárias** do CEFET/RJ: Ministrando educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia; ministrando ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; ofertando educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais prioritariamente na área tecnológica; realizar pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de soluções e estendendo seus benefícios à sociedade; promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada; estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

Objetivos e Metas

O objetivo geral da Instituição, conforme consta no PDI, é promover o desenvolvimento institucional do CEFET/RJ, visando à sua inserção nos cenários local, nacional e internacional, na perspectiva da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, mantendo o caráter de um centro de excelência e futura universidade pública, gratuita, de qualidade, inserida na realidade social, participando da formulação das políticas públicas e contribuindo para o desenvolvimento científico, integrador, inclusivo e tecnológico do país.

Os objetivos específicos da IES, já apresentados na dimensão 1 do Eixo 2, orientam a política de ação do CEFET/RJ, no período compreendido entre 2015 e 2019. Tais objetivos estão separados por três eixos: Compromisso Social, Aperfeiçoamento Institucional & Planejamento e Gestão e Excelência Acadêmica.

As metas propostas estão explicitadas no PDI e separadas pelos tópicos:

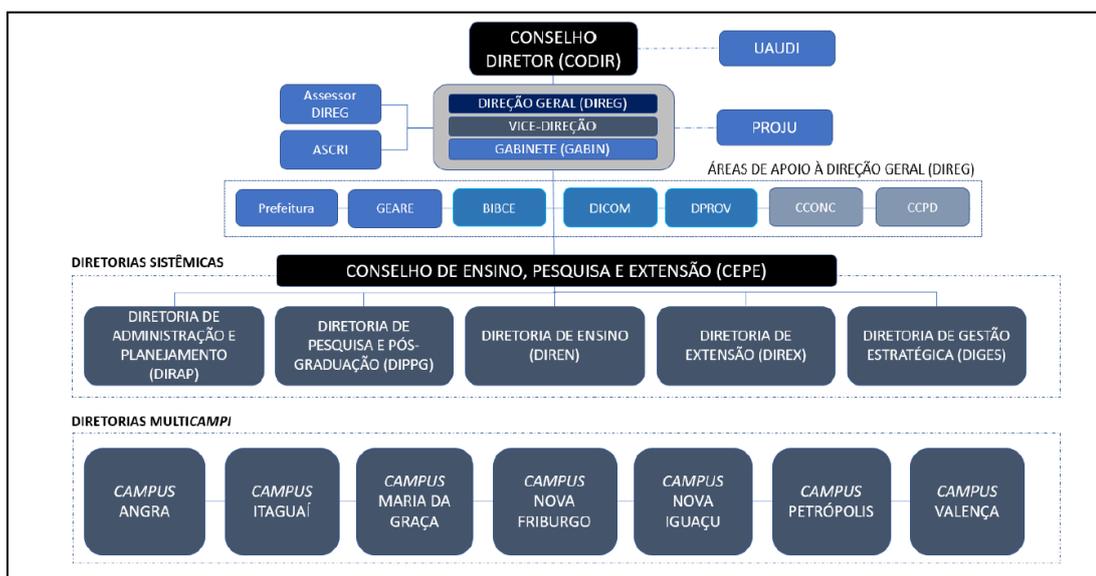
- Ensino
 - Ações acadêmico-administrativas
 - Incentivo à participação dos estudantes em ensino, pesquisa e extensão
 - Condições de ensino-aprendizagem e assistência estudantil
- Pesquisa
- Pós-graduação
- Extensão
- Gestão administrativa e financeira
- Comunicação interna e externa

Estrutura organizacional para Consecução dos Objetivos:

A Direção Geral é o órgão que planeja e administra a Instituição. É formada pelo gabinete da Direção Geral e cinco diretorias sistêmicas que coordenam todas as Unidades de Ensino: a Diretoria de Ensino (DIREN), a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), a Diretoria de Extensão (DIREX), a Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP) e a Diretoria de Planejamento Estratégico (DIGES), conforme ilustrado no organograma principal a seguir. A administração do CEFET/RJ é exercida pela Direção Geral tendo como órgão máximo o Conselho Diretor. A sua estrutura também conta com o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

A Diretoria de Ensino (DIREN) é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino nos diferentes *campi* da instituição, devendo estar em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão. A DIPPG é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação nos diferentes *campi* da instituição, devendo estar em consonância com as diretrizes do ensino e da extensão. A DIREX é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão nos diferentes *campi* da instituição, devendo estar em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa. A DIRAP é encarregada de prover e executar

as atividades relacionadas com a administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do CEFET/RJ, incluindo sua execução financeira e contábil. A DIGES é responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ. A figura a seguir ilustra o organograma principal do CEFET/RJ, com todas as suas diretorias sistêmicas e Unidades.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Organograma Principal do CEFET/RJ

Foram utilizadas cores para classificação dos CDs e FGs envolvidos: Conselhos (preto n/a); diretor geral CD2 (azul marinho); diretorias sistêmicas, diretorias de *campus* CD3 (cinza escuro); chefes de departamento, assessorias da direção geral e correlatos CD4 (azul).

São consideradas áreas estratégicas institucionais, conforme consta no Relatório de Gestão do Exercício de 2016:

Áreas Estratégicas	Competências
Conselho Diretor	Delibera sobre assuntos de interesse do Centro: a política geral nos âmbitos administrativo, econômico-financeiro; orçamento anual; prestação de contas; os bens patrimoniais; o balanço físico anual; a criação de novos cursos; a autorização de contratação, dentre outros, produzindo resoluções.
Auditoria Interna	Fornecer trabalhos de avaliação e assessoramento, destinados à melhoria dos Controles Internos e da Gestão de Riscos, de forma que controles mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos que façam que o CEFET/RJ não alcance seus objetivos, os mantenham em um nível aceitável.

Direção Geral	Responsável pela direção administrativa e pelas políticas internas e externas do Centro.
Diretoria de Administração e Planejamento	Executa as atividades relacionadas à administração de pessoal; Planejamento orçamentário e execução financeira e contábil.
Diretoria de Ensino	Coordena, planeja, avalia e controla as atividades de desenvolvimento do ensino.
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Coordena, planeja, avalia e controla as atividades da pesquisa e do ensino de pós-graduação.
Diretoria de Extensão	Coordena, planeja, avalia e controla as atividades de extensão da instituição.
Diretoria de Gestão Estratégica	Coordena a elaboração do PDI, assessora a elaboração do Relatório de Gestão, acompanha a execução dos projetos institucionais, e ainda fornece as informações relativas a desempenho do Centro.

As unidades descentralizadas também são consideradas áreas estratégicas institucionais:

Áreas Estratégicas	Competências
<i>Campus Angra dos Reis</i>	Busca a promoção das ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos <i>campi</i> . Responsável pela administração dos recursos orçamentários e de pessoal alocados nesta unidade.
<i>Campus Itaguaí</i>	
<i>Campus Maria da Graça</i>	
<i>Campus Nova Friburgo</i>	
<i>Campus Nova Iguaçu</i>	
<i>Campus Petrópolis</i>	
<i>Campus Valença</i>	

Política de gestão

Conforme consta no PDI, a política de gestão compreende a intencionalidade da instituição em alcançar os objetivos traçados, respeitando os princípios constitucionais e estatutários que regem o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca como entidade da Administração Pública. Nesse sentido, o PDI assume um papel central na consecução, coordenação e integração de projetos e programas institucionais por meio de ações que se reforcem mutuamente em prol de objetivos comuns.

O CEFET/RJ compreende o exercício de sua gestão como um processo dinâmico e sistêmico, orientado por seu compromisso social de contribuir para a formação profissional e cívica de seus alunos, bem como para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico de seu entorno, fortalecendo a relação de interdependência administrativa e acadêmica entre os *campi* sem perder o foco na unidade institucional, em sua missão e no seu plano de desenvolvimento.

Reconhece, também, que os servidores da instituição são cidadãos no exercício da vocação pública e que apenas através de sua colaboração o Plano de Desenvolvimento Institucional pode evoluir. Assim, a política de gestão prevê a promoção de uma cultura de excelência que valorize, retenha, apoie e desenvolva os servidores, estimulando o comprometimento.

Além disso, respeitando os princípios da economicidade e da eficiência, busca-se atingir à racionalização dos recursos institucionais, sejam eles econômicos ou materiais, de forma a garantir sua melhor aplicação, preservando, ainda, o interesse da sociedade em ter uma educação de qualidade.

Cabe ressaltar a relevância da avaliação institucional, compreendida como ferramenta que possibilita o diagnóstico da instituição em uma perspectiva de retroalimentação do planejamento institucional.

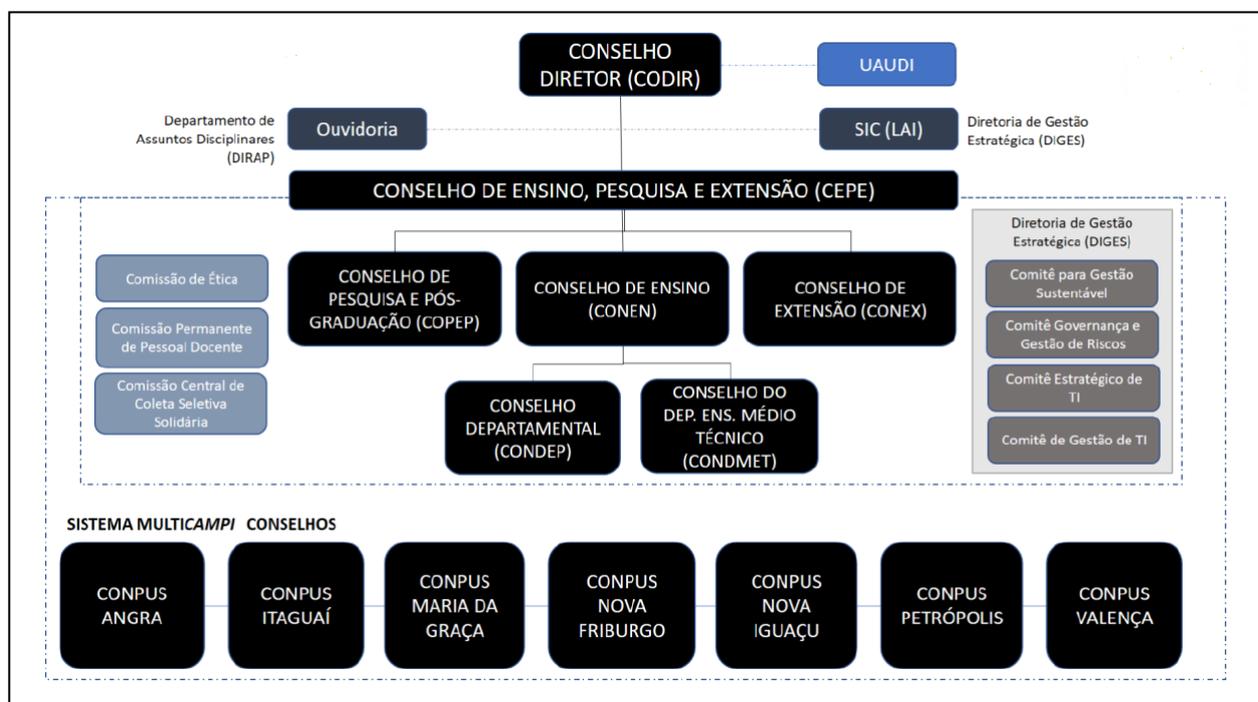
Resumidamente, configuram princípios norteadores da política de gestão:

- a democracia institucional, entendida como o respeito às decisões colegiadas e a garantia de espaços de participação e influência da comunidade nas grandes questões universitárias;
- a descentralização de decisão, percebida na concessão de autonomia aos *campi* para a tomada de decisão, obedecendo aos princípios que regem a Administração Pública e mantendo a unidade institucional;
- a integração regional, promovida por meio da realização de ações permanentes articuladas com outros atores, que problematizam o desenvolvimento local e regional, direcionando esforços na formação de estudantes e na produção de conhecimentos, comprometidos com os desenvolvimentos econômico e social sustentáveis da região e do país;
- o planejamento participativo, entendido como o processo em que a instituição, através de seus diversos atores articulados solidariamente, se vê, se reconhece e define o futuro desejado, organizando-se para alcançá-lo;
- a avaliação institucional, como processo contínuo entendido como o monitoramento sistemático da evolução em direção ao futuro desejado, com vistas à adoção dos ajustes situacionais necessários;
- a transparência no orçamento e nos atos de gestão, entendidos como a garantia do conhecimento da composição da matriz orçamentária, da distribuição e da execução orçamentária, da estrutura organizacional e da composição de seu quadro de servidores;
- o acesso à informação pública, por meio da divulgação das ações e serviços da Administração, garantindo o direito fundamental dos cidadãos ao acesso e atendimento às solicitações de informações públicas.

ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Uma estrutura resumida dos principais órgãos colegiados da Instituição é apresentada a seguir, onde estão ilustrados o Conselho Diretor (CODIR), o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), o Conselho de Pesquisa e Pós Graduação (COPEP), o Conselho de Ensino (CONEN), o Conselho de Extensão (CONEX) e os Conselhos das Unidades (CONPUS), responsáveis pelas decisões operacionais locais de cada uma delas. A Unidade Sede apresenta ainda a seguinte estrutura: o Departamento de Educação Superior (DEPES) com seu Conselho Departamental (CONDEP) e o Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET) com seu Conselho de Ensino Médio e Técnico (CONDMET). A DIREN é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino, devendo estar em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão.

As atribuições do Conselho Diretor, instância máxima recursal da Instituição, estão claramente estabelecidas no estatuto do CEFET/RJ. O Conselho Diretor determina que a administração superior de cada centro tenha como órgão executivo a diretoria-geral, e como órgão deliberativo e consultivo o conselho diretor, sendo este composto de dez membros e respectivos suplentes, todos nomeados pelo Ministro da Educação. A administração do CEFET/RJ é exercida pela Direção Geral tendo como órgão máximo o Conselho Diretor.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Estrutura de Governança do CEFET/RJ

A estrutura de governança institucional do CEFET/RJ está fundamentada nos conselhos que tem a missão de prezar pela transparência nos atos de gestão dos dirigentes e pela deliberação de ações institucionais, conforme a sua instância e abrangência de atuação. De forma complementar há a colaboração de Comitês e Comissões composta por servidores especialistas.

A Unidade de Auditoria Interna (UAUDI) vinculada ao Conselho Diretor, reporta as suas recomendações a fim de auxiliar o dirigente máximo e sua equipe a manter suas atividades conforme orientações legais para prestação de contas, num regime de melhoria contínua da qualidade dos controles internos e mitigação dos riscos.

A Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) é a autoridade responsável pela LAI (Lei de Acesso à Informação) institucionalmente e trabalha concomitante com o Departamento de Assuntos Disciplinares (DEADI) responsável pela área de Ouvidoria, a fim de atenderem aos questionamentos, dúvidas e reivindicações da sociedade.

1. CONSELHO DIRETOR - CODIR

1.1 REGULAMENTO DO CONSELHO DIRETOR

CAPÍTULO I do TÍTULO I : Do Plenário do Conselho

Art.1º O Conselho Diretor é o órgão deliberativo e consultivo da administração superior do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

Art. 2º O Conselho Diretor é integrado por 10 (dez) membros e respectivos suplentes, de acordo com art.3º da Lei 6545/78, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Educação, sendo:

- I. um representante do Ministério da Educação;
- II. um representante da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro;
- III. um representante da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro;
- IV. um representante da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro;
- V. um representante dos ex-alunos do CEFET/RJ;
- VI. um representante do corpo discente do CEFET/RJ;
- VII. um representante dos servidores técnico-administrativos do CEFET/RJ;
- VIII. três representantes dos docentes do CEFET/RJ, sendo dois do Ensino Básico e Técnico e um do Ensino Superior.

§ 1º A Presidência do Conselho Diretor será exercida pelo Diretor-Geral, na qualidade de membro nato, que terá o voto nominal e de qualidade.

§ 2º O representante do Ministério da Educação será indicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

§ 3º As Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro indicarão seus representantes e respectivos suplentes.

§ 4º A Associação dos Ex-Alunos indicará seu representante e respectivo suplente.

§ 5º Os representantes dos servidores técnico-administrativos do CEFET/RJ e seus respectivos suplentes serão eleitos através de votação direta pelos seus pares, podendo candidatar-se qualquer servidor com nível superior independentemente do nível de carreira que ocupa.

§ 6º Os representantes dos docentes do CEFET/RJ e seus respectivos suplentes serão eleitos como disposto no Regimento Geral.

§ 7º É vedada a nomeação de servidores da Instituição como representantes das Federações e do Ministério da Educação.

§ 8º Os membros suplentes têm direito assegurado à presença e voz em todas as reuniões e podem, com direito a voto, substituir os membros titulares provisoriamente, em sua ausência eventual ou afastamento por período determinado e, permanentemente, no caso de afastamento definitivo.

§ 9º É vedada a acumulação de funções gratificadas e cargos de direção com a representação no Conselho Diretor exceto aqueles em que a nomeação seja precedida de consulta à comunidade.

Art. 3º O mandato dos membros do Conselho Diretor será de 4 (quatro) anos.

§ 1º É permitida uma única recondução sucessiva de mandato.

§ 2º Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Diretor, assumirá o respectivo suplente, para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

2. CONSELHO DE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO - CEPE

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é o órgão de natureza normativa, deliberativa e consultiva em matéria acadêmica, da área de ensino, pesquisa e extensão, constituído por:

- I. Diretor Geral;

- II. Diretores sistêmicos;
- III. Diretores das unidades descentralizadas;
- IV. Três representantes do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação, eleitos por seus pares;
- V. Três representantes do Conselho de Ensino, eleitos por seus pares;
- VI. Três representantes do Conselho de Extensão, eleitos por seus pares;
- VII. Um representante discente do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação;
- VIII. Um representante discente do Conselho de Extensão;
- IX. Um representante discente do Conselho de Ensino;
- X. Dois representantes docentes do Ensino Médio e Técnico;
- XI. Dois representantes docentes do Ensino Superior;
- XII. Dois representantes do pessoal Técnico-Administrativo.

3. CONSELHO DE ENSINO - CONEN

O Conselho de Ensino – CONEN – é o órgão consultivo e deliberativo da Direção de Ensino (DIREN) para a definição das diretrizes da política educacional do Centro. O CONEN tem em sua composição 19 (dezenove) membros titulares e respectivos suplentes. Exceto o presidente, todos os membros são eleitos, sendo sua composição descrita a seguir:

- I. O Diretor de Ensino (presidente nato do CONEN).
- II. Sete representantes do Ensino Superior, sendo quatro provenientes da sede e três dos *campi*;
- III. Sete representantes do Ensino Médio e Técnico, sendo quatro provenientes da sede e três dos *campi*;
- IV. Dois representantes discentes do Ensino Superior;
- V. Dois representantes discentes do Ensino Médio e Técnico.

4. CONSELHO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - COPEP

O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, daqui por diante denominado COPEP, é o órgão normativo e consultivo para o ensino de pós-graduação, em assuntos de natureza acadêmica, e de pesquisa, conforme Regimento Interno do CEFET/RJ, constituído pelos seguintes membros titulares e respectivos suplentes:

- I. Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação;
- II. Chefes de Departamentos pertencentes à DIPPG;
- III. Coordenadores dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- IV. Coordenador da Coordenadoria dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* - COLAT;
- V. Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT;
- VI. Coordenadores de Pesquisa e Estudos Tecnológicos - COPET;
- VIII. Um representante dos grupos de Pesquisa que não seja docente dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, escolhido entre os pares;
- VIII. Um representante discente dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, escolhido entre os pares.

5. CONSELHO DE EXTENSÃO - CONEX

O Conselho de Extensão, CONEX, é o órgão colegiado autônomo com competência para deliberar e normatizar no que concerne às atividades de extensão do CEFET/RJ. O CONEX tem em sua composição os seguintes membros titulares e respectivos suplentes:

- I. Diretor de Extensão;
- II. Um representante de cada *campus*, eleito pelos seus pares;
- III. Um representante do Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários;
- IV. Um representante da Divisão de Integração Empresarial;
- V. Um representante da Incubadora de Empresas Tecnológicas;
- VI. Um representante da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis;

- VII. Um representante do CEFET Júnior Consultoria;
- VIII. Um representante do ENACTUS CEFET/RJ;
- IX. Um representante estudantil, participante de projeto de extensão, que não participe do ENACTUS, nem do CEFET Júnior.

6. CONSELHO DO CAMPUS - CONPUS

O Conselho do *Campus*, CONPUS, é o órgão colegiado máximo competente para deliberar e normatizar sobre as atividades de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, a serem desenvolvidas em âmbito local pelos *campi* que integram ou venham a integrar o Sistema CEFET/RJ. O CONPUS é composto por membros natos e membros eleitos por seus pares, conforme Resolução CODIR nº 03 de 15 de março de 2013, a saber:

I. Membros Natos:

- a) Diretor do *campus*, que o preside;
- b) Gerente Acadêmico;
- c) Gerente Administrativo;
- d) Coordenadores de Curso.

II. Membros Eleitos por seus pares:

- a) Dois representantes docentes;
- b) Dois representantes administrativos;
- c) Um representante da extensão;
- d) Um representante da pesquisa;
- e) Um aluno representante do nível médio e técnico;
- f) Um aluno representante da graduação;
- g) Um aluno representante da pós-graduação.

7. CONSELHO DEPARTAMENTAL DA GRADUAÇÃO (CONDEP)

O Conselho Departamental é o órgão consultivo e deliberativo do Departamento de Educação Superior (DEPES) do Maracanã, que trata de questões relativas à política de ensino da graduação da sede, cuja composição é constituída pelo:

- I. Chefe do DEPES (Presidente);
- II. Chefes dos Departamentos Acadêmicos dos cursos de graduação do Maracanã;
- III. Coordenador dos Cursos Superiores de Tecnologia
- IV. Coordenador de Suporte Acadêmico
- V. Um representante indicado pelo Diretório Acadêmico Estudantil (DCE).

8. CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO (CONDMET)

O Conselho do Departamento de Ensino Médio e Técnico é o órgão consultivo e deliberativo do Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET) do Maracanã, que trata de questões relativas à política do ensino médio e técnico da sede. A composição do CONDMET, conforme indica a Resolução Nº 29/2016 do CODIR, é constituída pelo:

- I. Chefe do DEMET (Presidente);
- II. Coordenadores de Disciplina ou curso vinculado ao Departamento de Ensino Médio e Técnico;
- III. Dois alunos e seus respectivos suplentes; indicados pela representação discente.
- IV. Um pedagogo e seu suplente, membros da Divisão de Apoio Pedagógico –DIAPE.

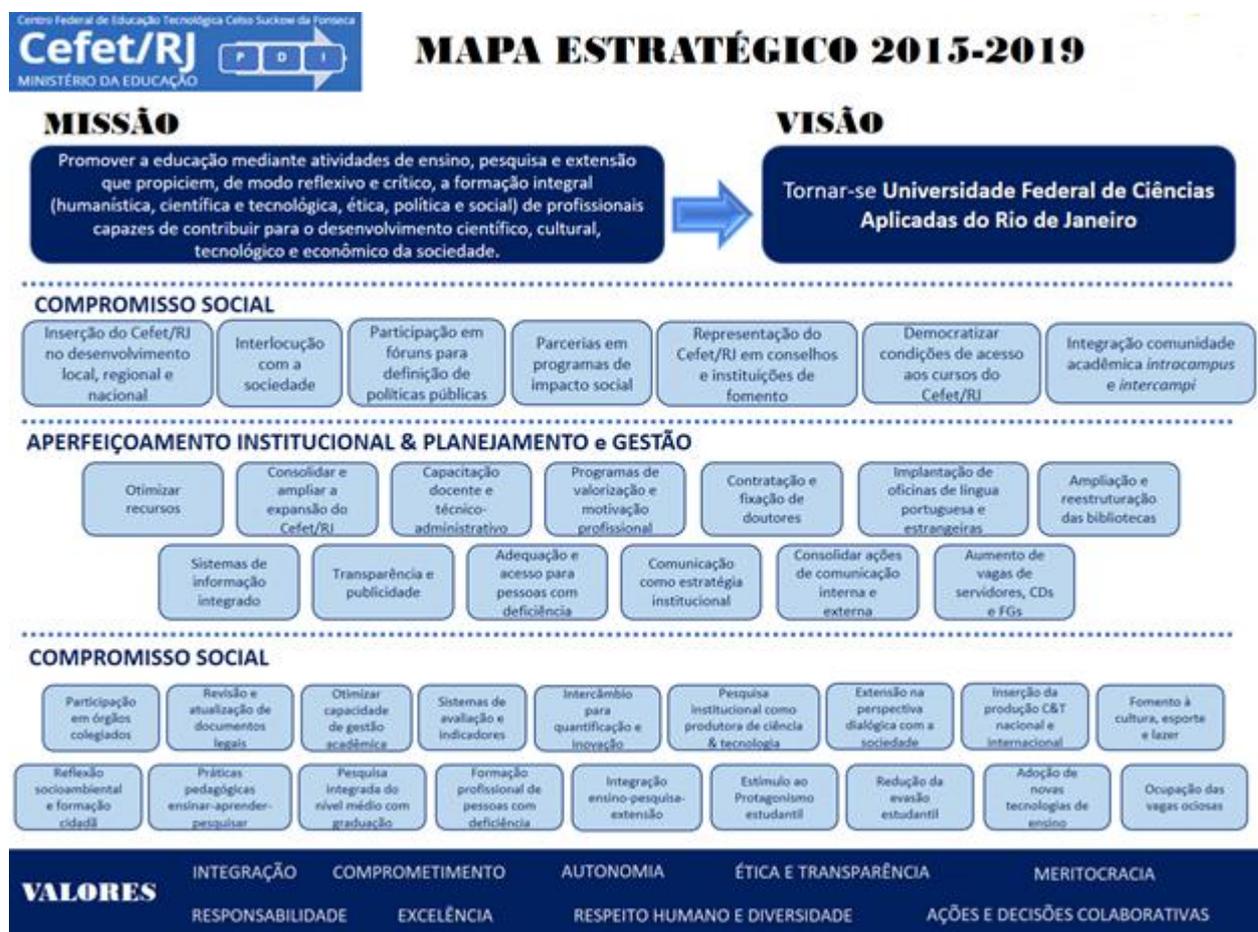
Cada coordenador vinculado ao DEMET, em sua ausência será substituído pelo respectivo suplente.

COLEGIADOS DOS DEPARTAMENTOS ACADÊMICOS OU COORDENAÇÕES

O Colegiado é o órgão *consultivo* de cada Departamento Acadêmico ou Coordenação para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes da Instituição, cuja composição é formada pelo:

- I. Chefe do Departamento/Coordenação como presidente;
- II. Professores lotados no(a) Departamento/Coordenação;
- III. Professores vinculados academicamente ao(a) Departamento/Coordenação, sendo-lhes garantido o direito a voz nas reuniões;
- IV. Um discente do curso indicado pelo Diretório Acadêmico, com direito a voz e voto nas reuniões. O representante discente terá mandato de um ano, sendo permitida uma recondução.

Os principais norteadores do atual planejamento estratégico do CEFET/RJ podem ser resumidos da seguinte forma:



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Mapa Estratégico do CEFET/RJ

Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos do CEFET/RJ estão divididos em atividades primárias (finalísticas: Ensino, Pesquisa e Extensão) e atividades de apoio (suporte: Administração e Planejamento, Estratégia) voltadas a agregar valor por meio dos três principais eixos do PDI 2015-2019: Compromisso Social; Aperfeiçoamento Institucional; Excelência Acadêmica. A Figura a seguir ilustra a estrutura da cadeia de valor CEFET/RJ como macroprocessos.

CADEIA DE VALOR CEFET/RJ PDI 2015-2019



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Um resumo dos macroprocessos finalísticos da Instituição é apresentado a seguir.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	Ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;ministrar ensino superior de graduação, ministrar cursos de licenciatura.	Cursos do Ensino Médio, Técnicos e de Ensino Superior	alunos	DIREN
Pesquisa	Ministrar cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> , visando a formação de profissionais e especialistas na área tecnológica, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica.Realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade.	Programas de Pós-Graduação, Grupos de Pesquisas, Iniciação Científica	alunos e docentes	DIPPG
Extensão	Promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada, estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.	Eventos, Oportunidades de negócios por meio das incubadoras, Cursos de Extensão e Bolsas de auxílios estudantis	Toda comunidade (alunos, técnicos administrativos, docentes)	DIREX

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Com relação ao acompanhamento do PDI, principal instrumento de planejamento e gestão da instituição, cabe mencionar o Plano Estratégico Plurianual (desdobramento do PDI), que apresenta uma revisão anual por meio do Plano Estratégico Anual (PEA) onde serão observados não só o planejamento orçamentário, mas também a métrica dos resultados obtidos por meio das alocações dos recursos recebidos.

Comunicação e circulação da informação

No tocante a recursos de informação e comunicação, a instituição vem buscando, gradual e sistematicamente, a adequação e melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação, com vistas a responder às demandas da comunidade.

Certamente, com a atuação estratégica dos serviços de comunicação social, a visibilidade institucional tem sido fortalecida por meio da produção jornalística para o *site* institucional, bem como da articulação permanente com órgãos de notícias locais e nacionais e com as mídias sociais, como Facebook, Twitter, YouTube, Flickr e SoundCloud. Além disso, contribuem a produção de *releases* e do informativo eletrônico #CEFET/RJ, assim como a elaboração de materiais de divulgação das ações institucionais, em formatos de *banners*, cartazes, CDs, DVDs, *folders*, folhetos, *outdoors*, painéis etc.

Grande ferramenta de visibilidade é o *site* institucional, que merece o conhecimento do público interno e externo. Nele, são publicadas notícias vinculadas ao universo da ação institucional (intra e extramuros), bem como são apresentadas informações vinculadas aos diferentes setores da estrutura acadêmica e administrativa.

A rede interna (intranet), implantada em fevereiro de 2015, é um canal de relacionamento com o público interno e, exatamente por isso, também se configura como uma ferramenta fundamental para as estratégias organizacionais contemporâneas. De forma estruturada e flexível, torna-se um instrumento essencial à rotina dos colaboradores e ao compartilhamento de informações com o público interno.

A área administrativa do CEFET/RJ possui um sistema de videoconferência instalado e implantado em todos os *campi*, na DIREG e na DIRAP do *campus* Maracanã. A finalidade do sistema de videoconferência é agilizar e organizar encontros eventuais sem que seja necessário o deslocamento dos diretores de *campus* até a sede da instituição, reduzindo, assim, despesas com locomoção e diárias. Atualmente, o sistema de videoconferência é utilizado para atender especificamente a área administrativa, ou seja, não é usado para cunho didático ou exposição de conteúdo em salas de aula ou auditórios.

Informações mais detalhadas sobre a comunicação e circulação da informação na IES podem ser consultadas na Dimensão 4 do eixo 3, Comunicação com a Sociedade, que detalha os onze principais sistemas de informações que atuam nas diversas áreas da Instituição.

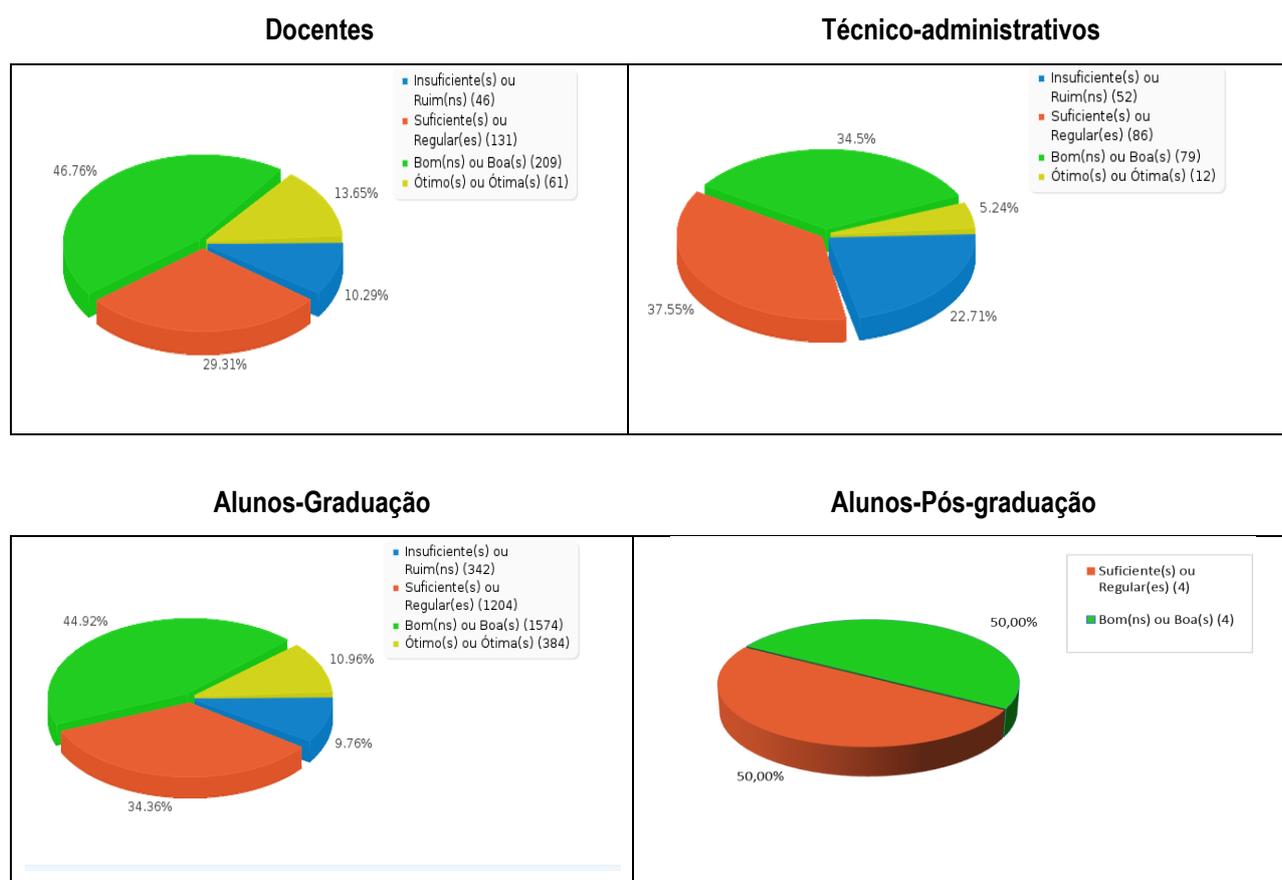
Foram propostas diversas questões diretamente relacionadas a essa dimensão a toda comunidade acadêmica. Existem ainda outras questões analisadas em outras dimensões, conforme pode ser verificado nos questionários apresentados no Anexo A, que também são pertinentes a essa dimensão. No que toca o investimento na comunicação e circulação da informação, por exemplo, deve-se reportar à Dimensão 4 (A comunicação com a sociedade), para maiores detalhes.

Os segmentos docente, aluno e técnico-administrativo opinaram de forma geral em questões referentes basicamente ao planejamento institucional em relação às finalidades educativas; a gestão estratégica e da informação da Instituição e a participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).

Com relação aos colegiados e a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ, foram feitas três perguntas. A primeira avalia de que forma os órgãos colegiados atendem as necessidades da comunidade e contribuem para a melhoria do desempenho da Instituição. A segunda verifica se as ações realizadas pela Instituição para garantir a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ vêm ocorrendo de forma satisfatória e a terceira avalia os mecanismos que garantem tal participação na gestão. A quarta pergunta proposta avalia de que forma o planejamento da Instituição vem ocorrendo com relação às necessidades da comunidade.

Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

➔ Os órgãos colegiados contribuem para a organização e a gestão institucional, procurando atender as necessidades da comunidade e a melhoria do desempenho da Instituição. Isso acontece de forma...

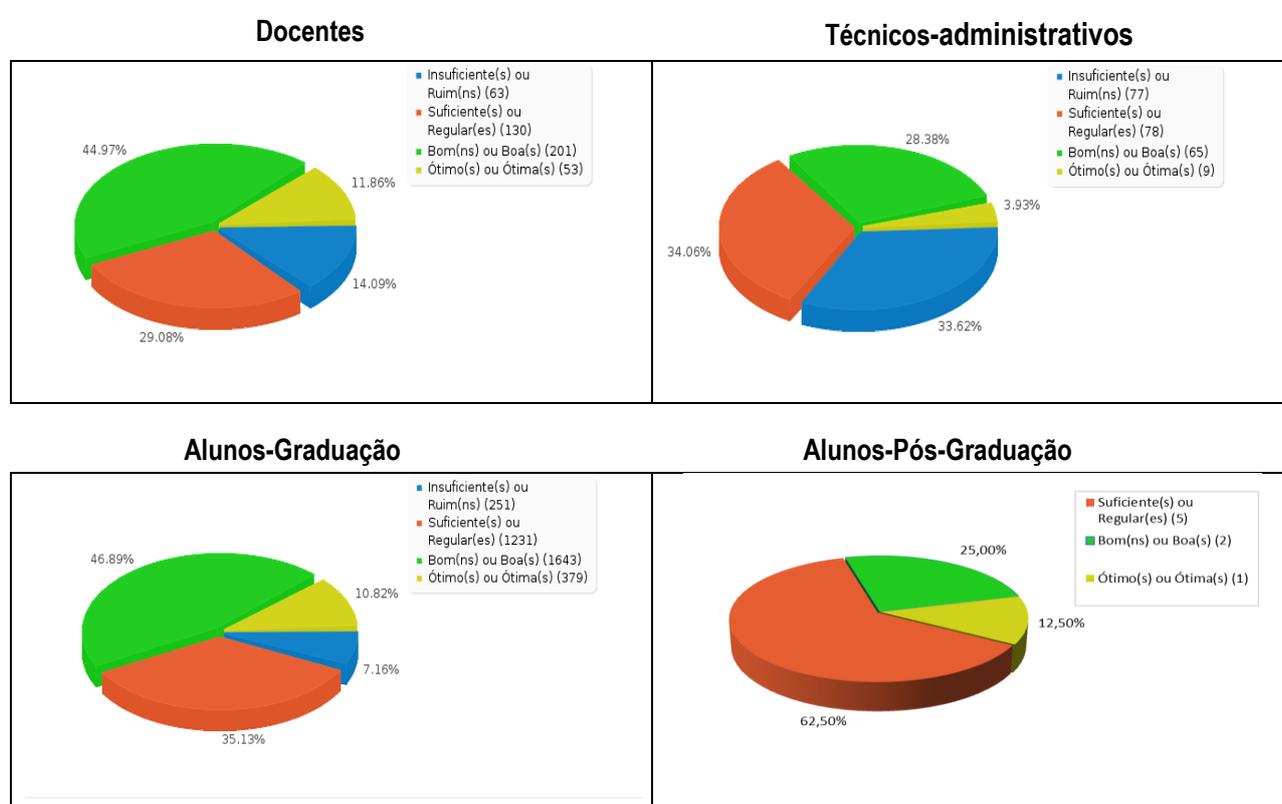


A avaliação referente ao desempenho dos órgãos colegiados indicou que grande parte dos alunos da graduação e dos docentes respondentes considera tal desempenho bom, o correspondente a 44,92% e 46,76%, respectivamente. Já os discentes da pós-graduação ficaram igualmente divididos e apontaram tal quesito como suficiente e bom, o equivalente a 50% cada. Por fim, a maior parcela dos técnico-administrativos (37,55%) considera

tal item suficiente. Cabe destacar que o maior índice de insatisfação dentre os segmentos está relacionado aos técnico-administrativos, o equivalente a 22,71% dos respondentes.

Em 2013/2014, a maior parcela dos docentes avaliou tal quesito como bom, o equivalente a 45,15%. Já grande parte dos alunos da graduação e da pós-graduação considerou tal desempenho suficiente, o correspondente a 42,68% e 45,45%, respectivamente. Por outro lado, a maioria dos técnico-administrativos (55,56%) considerou tal item insuficiente ou ruim. Inclusive, na ocasião, esse também foi o maior índice de insatisfação dentre os segmentos.

☞ As ações realizadas pela Instituição garantem a participação dos docentes, alunos e técnico-administrativos na gestão do CEFET/RJ. Isso acontece de forma...



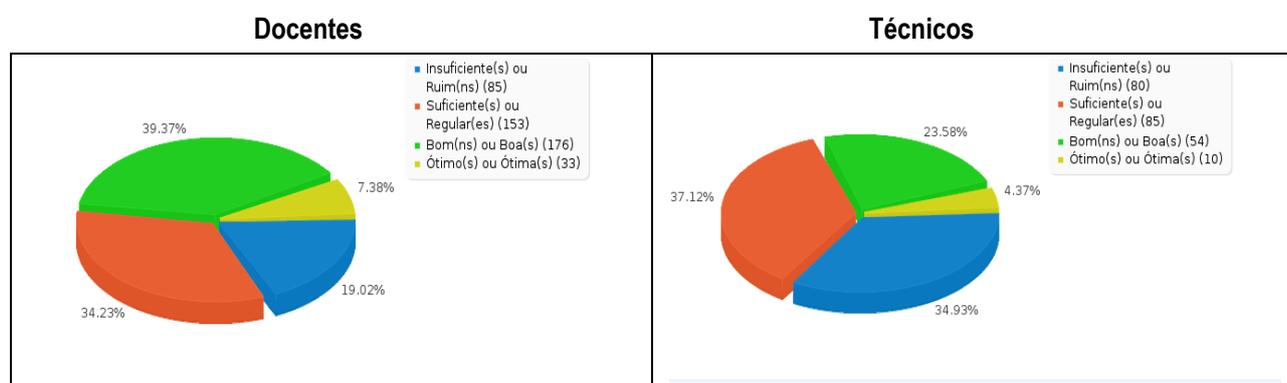
A avaliação referente à participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ indicou que grande parte dos professores e alunos da graduação respondentes considera tal quesito bom, o correspondente a 44,97% dos docentes e 46,89% dos estudantes da graduação, seguida de uma parcela que o considera suficiente, o equivalente a 29,08% dos professores e 35,13% dos alunos da graduação. O restante ficou distribuído em insuficiente e ótimo. A maioria dos alunos de pós-graduação respondentes avaliou tal quesito como suficiente, o correspondente a 62,5%, seguida de uma parcela que o considerou bom, o equivalente a 25%. O restante, 12,5%, avaliou como ótimo. Lembrando mais uma vez que o baixo número de respondentes não permite maiores conclusões referentes a esse segmento. Já a maior parte dos técnico-administrativos julgou tal item suficiente, o equivalente a 34,06% dos respondentes, seguida por outra grande parcela que o considerou insuficiente, o correspondente a 33,62%. Inclusive, esse foi o maior índice de insatisfação dentre os segmentos. O restante ficou distribuído em bom e ótimo.

Vale procurar entender por que uma parcela significativa de técnico-administrativos se sente excluída quando se trata do assunto “participação na gestão do CEFET/RJ”.

Em 2013/2014, grande parte dos docentes e alunos da graduação considerou que tal quesito ocorria de forma suficiente, o equivalente a 38,46% e 43,5%, respectivamente. Grande parcela dos discentes da pós-graduação avaliou esse item como bom, o correspondente a 45,45%. Já grande parte dos técnico-administrativos ficou igualmente dividida entre as escalas suficiente e insuficiente, o equivalente a 44,44% dos respondentes cada. Novamente, o maior índice de insatisfação neste assunto foi o apresentado pelo segmento dos técnico-administrativos.

Questões comuns aos docentes e técnico-administrativos

Os mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ podem ser avaliados como...



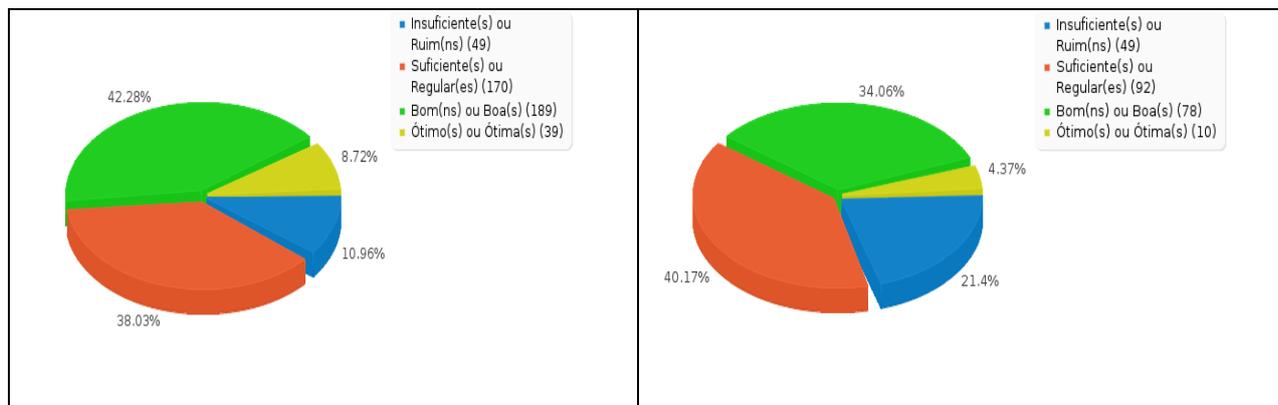
Esta questão está relacionada à anterior, porém avalia unicamente os mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão da Instituição. Tal questão foi proposta para os docentes e técnico-administrativos, pois esses possuem um maior conhecimento de tais mecanismos. Essa avaliação indicou que a maior parte dos professores respondentes considera tal quesito bom, o correspondente a 39,37%, seguida de uma parcela que o considera suficiente, o equivalente a 34,23%. Já grande parcela dos técnico-administrativos respondentes avalia tal quesito como suficiente, o correspondente a 37,12%, seguida de uma parcela que o considera insuficiente, o equivalente a 34,93%. O índice de insatisfação observado nos técnico-administrativos respondentes vem complementar o que já havia sido observado anteriormente e sugere que parte dos técnico-administrativos não está de acordo com tais mecanismos.

Em 2013/2014, grande parte dos docentes considerou tal quesito suficiente, o correspondente a 38,8% dos respondentes. Já a maioria dos servidores técnico-administrativos avaliou esse item como insuficiente, o equivalente a 55,56% dos respondentes.



Docentes

Técnico-administrativos



Com relação à avaliação do planejamento da Instituição, a maior parcela de professores indicou que tal planejamento vem atendendo às necessidades da comunidade de forma boa, o correspondente a 42,28% dos docentes. Quanto aos técnico-administrativos, grande parte avaliou tal quesito como suficiente, o equivalente a 40,17% dos respondentes.

Em 2013/2014, grande parte dos docentes respondentes também avaliou que tal quesito ocorria de forma boa, o correspondente a 38,8%. Já na avaliação dos técnico-administrativos, grande parte ficou igualmente dividida entre as escalas suficiente e insuficiente, o equivalente a 44,44% dos respondentes cada. A parcela de insatisfação detectada na época foi de 19,06% dos docentes e 44,44% dos servidores técnico-administrativos.

Verificando-se a porcentagem mais significativa daqueles que não se encontram satisfeitos, observa-se que o maior índice de insatisfação dos docentes e técnico-administrativos está associado à terceira questão (avaliação dos mecanismos que garantem a participação na gestão), o equivalente a 19,02% e 34,93%, respectivamente. Cabe ressaltar que, em 2013/2014, na avaliação realizada junto aos docentes, a questão que apresentou o maior índice de insatisfação foi novamente a terceira (avaliação dos mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão). Já na avaliação dos técnico-administrativos, o maior índice de insatisfação esteve relacionado à primeira questão (avaliação dos órgãos colegiados na contribuição da organização e da gestão institucional) e, novamente, à terceira questão (avaliação dos mecanismos que garantem a participação na gestão). Assim, no que tange à participação de professores e técnico-administrativos na gestão da Instituição, um trabalho de análise deve ser feito, objetivando diminuir os índices de insatisfação.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Na opinião dos docentes e alunos da Instituição, os órgãos colegiados funcionam de forma adequada, contribuindo para a organização e a gestão institucional, procurando atender as necessidades da comunidade e a melhoria do desempenho da Instituição.

Apesar de a Instituição continuar a não receber vagas da carreira do Magistério Superior, em 2013, o MEC destinou ao CEFET/RJ 318 vagas para docentes da carreira EBTT, que também podem atuar no Magistério Superior e 252 vagas para técnico-administrativos.

b.2) Fragilidades

Desde 2008 a instituição não recebe vagas para docentes da carreira do Magistério Superior e não são repostas as vagas daqueles que se aposentam, o que fragiliza a gestão da Instituição.

c) Ações com base na análise

Estudar alternativas de fortalecer a carreira do Magistério Superior da Instituição.

Pesquisar junto aos técnico-administrativos os motivos da insatisfação com relação às ações realizadas pela Instituição para garantir a participação destes na gestão do CEFET/RJ e quanto aos mecanismos que garantem tal participação na gestão.

3.4.3 – Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

a.2) Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Com a lei nº 6545, de 30/06/78, a Escola Técnica Federal “Celso Suckow da Fonseca” foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFETCSF), autarquia de regime especial, nos termos do Artigo 4º da Lei 5.540 de 28/11/68, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. Portanto, o CEFET não possui sistema de captação de recursos como mensalidades e alternativas econômicas, sendo sua dotação orçamentária basicamente proveniente do Ministério da Educação.

Sustentabilidade Financeira

A Instituição recebe, anualmente, um orçamento do Governo Federal para prover, dentro das possibilidades e limites governamentais, a demanda social da região em que se encontram suas instalações físicas, tendo como referência o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, conforme consta no PDI, o governo federal é a principal fonte de financiamento do CEFET/RJ. Seus recursos são distribuídos através da Lei Orçamentária Anual (LOA). Uma pequena parte dos recursos anuais deste Centro advém de receitas próprias, créditos extraordinários que poderão advir de outros órgãos do governo federal e também de emendas parlamentares.

O CEFET atende as necessidades sociais por meio de um orçamento pré-estabelecido pelo Ministério da Educação baseado em Metas, Ações e Programas bem definidos e acompanhados no sistema SIMEC (Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças), SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal) e Tesouro Gerencial, todos sistemas de governo. Esses recursos são alocados anualmente através de uma proposta orçamentária e fixados por meio de receitas (orçamento federal destacado para o CEFET) e despesas (despesas correntes, de capital e pessoal) realizadas para atingir as Metas físicas pactuadas nas Ações e Programas discriminados nestes sistemas. Quem aprova essas Metas, Programas e Ações é o Congresso Nacional por meio de seus parlamentares, após passar pelas devidas comissões.

A compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da Instituição e o orçamento previsto é realizada com atendimento dessas metas aprovadas no Congresso Nacional e auditadas pela Corregedoria Geral da União. Para cada programa governamental, existe um perfil de despesa correspondente ao orçamento já pré-estabelecido nos

programas como benefícios, aquisição de equipamentos, manutenção de bens e instalações, pagamento de pessoal, pesquisa, novas Unidades, ensino superior, pós-graduação, etc.

Os recursos oriundos de fonte do governo federal são destinados ao custeio das despesas com pessoal, instalações, bens móveis e imóveis, bem como para os investimentos necessários em obras e são distribuídos conforme critérios estabelecidos pela gestão e aprovados pelo Conselho Diretor (CODIR) através do Plano Operativo Anual (POA). Este último é elaborado pela DIRAP em consonância com os projetos, ações e atividades emanadas pelos Centros de Custos, conforme elaboração do PEA pelas Diretorias Sistêmicas.

A sustentabilidade financeira da instituição tem sua garantia no que estabelece a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual), que definem os recursos orçamentários e financeiros aprovados pelos Poderes Executivo e Legislativo, considerando o PPA (Plano Plurianual) do quadriênio.

No entanto, como supracitado, a instituição tem buscado captar recursos financeiros de órgãos governamentais e por meio de emendas parlamentares, entre os quais merecem destaque as dotações de recursos obtidas de órgãos públicos, em especial, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (Capes) e do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP). A captação desses recursos tem contribuído para o crescimento do orçamento anual, viabilizando, principalmente, o funcionamento dos grupos de pesquisa da instituição.

Outras fontes de arrecadação legalmente previstas contribuem para a sustentabilidade financeira institucional, tais como: doações da União, dos estados, dos municípios ou de qualquer entidade pública ou privada, seja por meio de convênios ou outras formas de colaboração previstas na lei.

Estratégia de gestão econômico-financeira

Com base na Norma de Serviço nº 02 de 16 de agosto de 2013, aprovada pela Portaria nº 654 de 19 de agosto de 2013, o CEFET/RJ elabora anualmente sua proposta orçamentária, buscando atender o cronograma orçamentário estabelecido pelo MEC e cumprindo os prazos governamentais para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Esse processo envolve um conjunto articulado de tarefas complexas e um cronograma gerencial e operacional com especificação de etapas, de produtos e da participação dos centros de custos da instituição.

Durante o processo de planejamento financeiro anual, que tem início no ano que antecede sua vigência, os centros de custos recebem planilhas nas quais são registrados projetos previstos para o ano seguinte (PEA – Planejamento Estratégico Anual), que por sua vez se encontram alinhados com as metas estabelecidas no PDI. Essas informações subsidiam o citado PLOA.

Após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), com base nos projetos apresentados pelos centros de custos, há a distribuição interna dos recursos. Nesse momento, há a necessidade de compatibilização do orçamento previsto para os projetos e o valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), em virtude da limitação de recursos.

Em seqüência, prioriza-se o cumprimento das obrigações dos serviços de execução contínua, essenciais ao funcionamento do Sistema CEFET/RJ, conforme Portaria nº 736 de 20 de outubro de 2012.

O CEFET possui um sistema sólido de gestão acadêmica obedecendo às diretrizes educacionais e às conformidades legais dos órgãos governamentais com metas claras dentro de seu orçamento, a fim de atender às demandas sociais de sua região. Apesar disso o ano de 2016 foi considerado um ano atípico, conforme consta no Relatório de Gestão do Exercício de 2016,

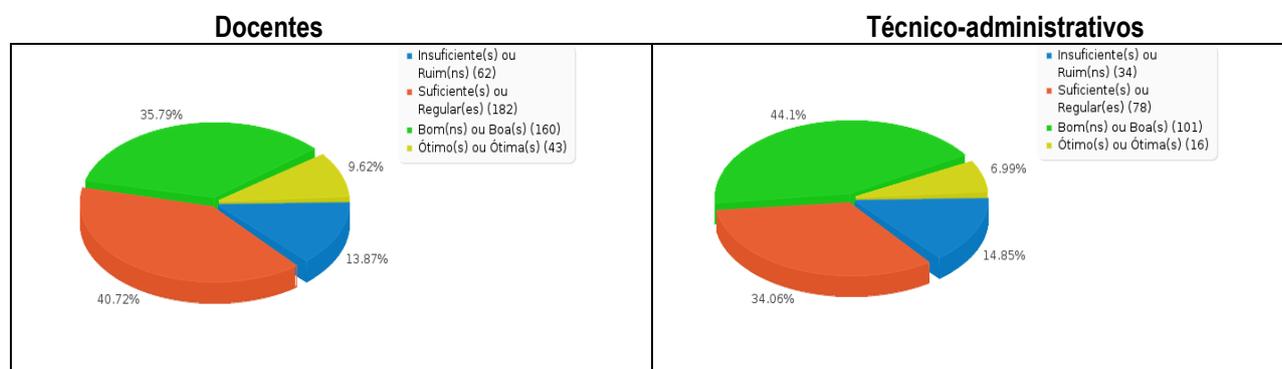
Em 2016, foi considerado um ano atípico, uma vez que os recursos financeiros foram escassos em relação ao orçamento consignado e aprovado para o exercício, visto que houve contingenciamento limitando o cumprimento dos compromissos assumidos pela instituição. O Exercício de 2016 ficou sobrecarregado em função da política de liberação dos limites financeiros em 2015 pela STN. Dessa forma foram inscritos em Restos a Pagar o saldo remanescente quanto às obrigações contraídas por conta da contratação de bens e serviços, locações e obras e prestação de serviços pelas concessionárias.

A edição da Portaria CEFET/RJ nº 495 de 06/05/2016 veio como instrução e orientação para o plano de pagamentos e o atendimento ao art. 5º da Lei 8.666/93 no que se refere à ordem cronológica e, ao mesmo tempo, assegurar junto aos fornecedores a não interrupção dos serviços essenciais o que comprometeria as atividades acadêmico-administrativas. Para entendimento e conceito sobre os serviços essenciais nos reportamos ao estabelecido pela Portaria CEFET/RJ de nº 736, de 09/10/2012.

Considerando esse aspecto, foi proposta uma questão comum para professores e técnico-administrativos, apresentada a seguir.

Questão comum aos docentes e técnico-administrativos:

☞ A gestão dos recursos orçamentários da Instituição pode ser avaliada como...



Com relação aos professores, grande parte, o correspondente a 40,72% dos respondentes, considera que a gestão dos recursos orçamentários é suficiente, seguida de 35,79% que analisam tal gestão como boa, 13,87% que

consideraram insuficiente e 9,62% que apontam como ótima. Os técnico-administrativos, em sua grande parte, apontam tal quesito como bom, o equivalente a 44,1%, seguidos de 34,06% que avaliam como suficiente, 14,85% que o julgaram insuficiente e 6,99% que analisam como ótimo.

Em 2013/2014, grande parte dos professores, o correspondente a 41,81%, considerou que a gestão dos recursos orçamentários era boa, seguida de 33,78% que julgaram tal gestão suficiente, 19,06% que apontaram como insuficiente e 5,35% que analisaram como ótima. Os técnico-administrativos, em sua grande parte, na ocasião, consideraram a gestão dos recursos orçamentários suficiente (44,44%), seguidos de 33,33% que a avaliaram insuficiente, e, por fim, 22,22% que analisaram como boa.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

O CEFET possui um sistema sólido de gestão acadêmica obedecendo às diretrizes educacionais e às conformidades legais dos órgãos governamentais com metas claras dentro de seu orçamento, a fim de atender às demandas sociais de sua região.

c) Ações com base na análise

Continuação dos investimentos relativos ao acervo da biblioteca para graduação e pós-graduação, aos laboratórios, a aquisição de novos computadores e softwares educacionais e a reforma das salas de aula.

3.5 – Eixo 5: Infraestrutura Física

3.5.1 – Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

Esse relatório parcial engloba os eixos 2, 3 e 4. O eixo 5, Infraestrutura Física, que compreende a dimensão 7, foi avaliado no relatório do ano anterior e está disponível no site da Instituição para consulta, tendo obedecido a estrutura apresentada a seguir.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Adequação da infraestrutura da Instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

a.2) Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins e utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

b.2) Fragilidades

c) Ações com base na análise

4.1 – Análise dos Dados e das Informações

4.2 – Ações com Base na Análise

Este relatório parcial apresenta os dados e as informações referentes ao eixo 2, Desenvolvimento Institucional, ao eixo 3, Políticas Acadêmicas, e ao eixo 4, Políticas de Gestão, de acordo com o art. 3º da Lei Nº 10.861 e a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065. A análise dos dados e das informações foi apresentada ao longo dos capítulos referentes a cada eixo, que engloba as dimensões pertinentes.

No final de cada dimensão, pode ser encontrada uma síntese da análise dos dados e das informações. São apresentadas também as ações previstas a partir da análise desses dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição. Para uma melhor compreensão do diagnóstico da instituição, assim como dos avanços e dos desafios a serem enfrentados, deve-se reportar, portanto, ao final de cada dimensão.

A Comissão Própria de Avaliação, após a análise das informações coletadas e processadas referentes ao eixo 2, Desenvolvimento Institucional, ao eixo 3, Políticas Acadêmicas, e ao eixo 4, Políticas de Gestão, elaborou esse relatório parcial, encaminhado à diretoria e ao INEP, que identifica fragilidades e potencialidades da Instituição, assim como apresenta análises, críticas e sugestões. Tais informações merecem ser cuidadosamente examinadas e consideradas nas tomadas de decisão, sempre que pertinentes. Os resultados obtidos também serão divulgados na forma de seminários e colocados no *site* da Instituição. O eixo 1, Planejamento e Avaliação Institucional, e o eixo 5, Infraestrutura Física, foram analisados no Relatório de Autoavaliação Institucional 2015.

O processo de avaliação interna ou autoavaliação, iniciado com a CPA instituída em 2004 e continuado com o empenho da CPA atual, busca contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade por parte da Instituição. Tal processo forneceu uma visão ampla e também detalhada do desempenho do CEFET/RJ no cumprimento de suas funções enquanto Instituição pública na oferta da Educação Superior. Esse retrato da Instituição é fundamental e oferece elementos que podem orientar nas tomadas de decisão. Neste contexto, é essencial o comprometimento de toda a comunidade acadêmica para validar o processo. Vale observar também que a avaliação não deve ser considerada completa nem definitiva, pois o processo de avaliação interna é um processo cíclico. A continuidade do processo é fundamental para aprofundar os aspectos revelados e verificar a evolução institucional.

Rio de Janeiro, março de 2017.

Comissão Própria de Avaliação

6. Bibliografia Consultada

- AMORIM, A. **Avaliação Institucional da Universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.
- BALZAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. (Org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL – CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – CONAES. **Nota Técnica Nº 065: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.
- BRASIL – SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, maio de 2012.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, agosto de 2015.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, agosto de 2014.
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2004-2006** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2006. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/cpa_2004_2006.pdf
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2009** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/CPA-Aval-Inst-2009.pdf
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2010** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2011. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/RELATORIO-FINAL-CPA-2010.pdf
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2011** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2012. Disponível no endereço [http://www.cefet-rj.br/attachments/article/96/RELFINAL-CPA-11%20\(1\).pdf](http://www.cefet-rj.br/attachments/article/96/RELFINAL-CPA-11%20(1).pdf)
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2012** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2013. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/RELFINAL-CPA12-.pdf
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2013-2014** –Relatório Final. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2014. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/RELFINAL-CPA-13-14.pdf
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2015** –Relatório Parcial. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/avaliacao/RELPARCIAL-CPA-15.pdf
- CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI 2005-2009. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2005. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/pdi/pdi_2005_2009.pdf
- CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI 2010-2014. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/pdi/2010_2014/pdi_edicaoPublicada.pdf

- CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI 2015-2019. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/pdi/pdi_2015_2019.pdf
- CEFET/RJ - **Prestação de Contas Ordinária Anual - Relatório de Gestão do Exercício de 2014 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2015.
- CEFET/RJ - **Prestação de Contas Ordinária Anual - Relatório de Gestão do Exercício de 2015 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016.
- CEFET/RJ - **Prestação de Contas Ordinária Anual - Relatório de Gestão do Exercício de 2016 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2017.
- CEFET/RJ - **Projeto Pedagógico Institucional** – PPI. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br>
- CEFET/RJ - **Projeto Pedagógico Institucional** – PPI. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br>
- COÊLHO, Ildu Moreira. **Avaliação institucional na universidade Pública**. In: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, v. 2, nº 3, set, 1997.
- CORRÊA, Cynthia H. W. **A Cibercultura Científica Brasileira: ensino e pesquisa na rede Internet**. Ecos Revista, Pelotas/RS, Brasil, v. 9, n.2, n. 2, p. 41-59, 2004.
- CURY, A. J. (Org.). **Universidade em Questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987.
- DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.
- DURAM, E. R. e SCHUARTZMAN, S. (Org.) **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo, EDUSP, 1992.
- FREITAS, L. C. (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 6ª. ed., Porto Alegre, Educação e Realidade, 1992.
- IANNONE, L. R. **Avaliação institucional: relato de uma experiência**. In: CAPELLETTI, Isabel (Org.). Avaliação educacional: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola, 1999.
- JACOBSEN, A. L. **Avaliação Institucional em Universidades**. Florianópolis, Papa-Livro, 1996.
- LEITE, D., TUTIKIAN, J, HOLZ, N. **Avaliação e Compromisso**. Construção e Prática da Avaliação Institucional em uma Universidade Pública. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª. ed., São Paulo: Cortez, 2011.
- MEC/INEP/SINAES/DAES – **Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2014**. DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2015.
- MEC/INEP/SINAES/DAES – **Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2015**. DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2017.

MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica Nº2/2017/CGCQES/DAES**. (Cálculo do Conceito Enade). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2017.

MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica Nº3/2017/CGCQES/DAES**. (Cálculo do CPC). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2017.

MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica Nº4/2017/CGCQES/DAES**. (Cálculo do IGC). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2017.

MOREIRA, D. A. (Org.) **Didática do Ensino Superior: Técnicas e Tendências**. São Paulo: Pioneira, 2000.

PICCOLI, C.P, SOUZA, R., DALBON, A.C.S. (Org.) **Autoavaliação Institucional**. Rio Grande: FURG, 2007.

RAPHAEL, H.S., CARRARA, K. **Avaliação sob Exame**. Campinas: Ed. Autores Associados & FAPESP, 2002.

Anexo A

- Questionário aplicado aos alunos
- Questionário aplicado aos docentes
- Questionário aplicado aos técnico-administrativos